



Universidade de Aveiro
Ano 2020

**BEATRIZ
NASCIMENTO GOMES**

**BOAS PRÁTICAS EM INTERPRETAÇÃO EM ÁREAS
PROTEGIDAS NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA
PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE
EXPOSIÇÕES**



Universidade de Aveiro
Ano 2020

**BEATRIZ
NASCIMENTO GOMES**

**BOAS PRÁTICAS EM INTERPRETAÇÃO EM ÁREAS
PROTEGIDAS NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA
PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE
EXPOSIÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Doutora Elizabeth Kastenholtz, Professora Associada do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, e sob coorientação científica da Doutora Dina Maria Barreira Ramos, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que se empenham em ajudar outras a encontrarem significados pessoais e construírem uma relação significativa com as áreas protegidas, pelo contributo que dão à conservação desses espaços.

o júri

presidente

Profa. Doutora Ana Filipa Aguiar Brandão

professora auxiliar convidada do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

Profa. Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins

professora associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Prof^a. Doutora Elisabeth Kastenholz

professora associada do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Esta dissertação é o amadurecimento de uma jornada iniciada há muito tempo e seria impossível nomear todas as pessoas e instituições que contribuíram para que ela fosse concretizada. A quem fez ou faz parte desse caminho, agradeço pela partilha de ideias e experiências, pelos trabalhos realizados em conjunto e pelas oportunidades de crescimento profissional oferecidas. Contudo, cabem alguns agradecimentos especiais.

À Julia, minha filha, pelos, sempre presentes, companheirismo e parceria, além de algumas das imagens que ilustram o presente trabalho.

Aos colegas do ICMBio integrantes da equipe técnica ampliada de interpretação ambiental e/ou do Parque Nacional do Itatiaia, em particular Elisabete Hulgado, Serena Reis, Cesar Caetano, Josângela Jesus, Leonardo Cândido, Luiz Sérgio Sarahyba e Gustavo Tomzhinski, pelo apoio, amizade e discussões que enriqueceram esta dissertação.

A Marcelo Afonso, pelas contribuições desde a fase de pré-projeto e pelo apoio durante minha estadia em Portugal, e a Bruna Silva, por aportar um olhar externo à revisão do texto e auxiliar-me em questões burocráticas e logísticas enquanto estive ausente do Brasil.

Aos amigos que fiz no curso de mestrado, Adria Chaves, Mário Alves, Fernanda Queiroz, Nicolas Hasegawa e Isadora Pickersgil, pelas horas de estudo e de descontração, e Olinda Noronha, com quem compartilho o interesse pela interpretação, pelos trabalhos realizados em conjunto, pelas trocas de ideias e parceria.

Aos professores de diferentes departamentos da Universidade de Aveiro, que contribuíram para ampliar minha visão e meus conhecimentos sobre o turismo, como setor interveniente no desenvolvimento territorial sustentável e na proteção do patrimônio natural e cultural.

Às orientadoras Elisabeth Kastenholtz e Dina Ramos, pelas contribuições fundamentais ao desenvolvimento do trabalho, pelo incentivo e pela confiança.

palavras-chave

interpretação ambiental, exposições, área protegida, unidade de conservação, turismo de natureza, ecoturismo.

resumo

A visitação em áreas protegidas é considerada uma atividade capaz de agregar apoio social, econômico e político à conservação do patrimônio natural e cultural. Uma das estratégias de gestão de visitantes nesses espaços é a interpretação do patrimônio, ou interpretação ambiental, técnica de comunicação que tem por finalidade ampliar a compreensão do público sobre recursos e valores protegidos, sensibilizá-lo e torná-lo parceiro dessa proteção. Para o setor do turismo, ela é um elemento importante para satisfação do visitante e fundamental na cocriação da experiência, particularmente em atrativos naturais e culturais. Contudo, a qualidade dos produtos interpretativos depende da aplicação de princípios e boas práticas, tanto de interpretação quanto das áreas do conhecimento ligadas aos meios utilizados.

A presente dissertação dedica-se à compreensão dos fatores que contribuem para a qualidade e a eficácia de exposições interpretativas instaladas em centros de visitantes em áreas protegidas, pelo papel central que desempenham na comunicação entre o público e as organizações gestoras dessas áreas. Tendo como componente empírico o estudo de exposições instaladas no Parque Nacional de Itatiaia, no Brasil, e no Parque Natural da Serra da Estrela, em Portugal, este trabalho contribui para a redução da lacuna de estudos sobre interpretação em áreas protegidas nesses países, ao integrar a análise de documentos de planejamento das áreas protegidas, a perspectiva dos visitantes e a visão de agentes envolvidos no planejamento, na gestão e no uso dessas exposições.

Como principais conclusões dessa investigação, destaca-se que os documentos de planejamento das áreas protegidas nos dois países preveem o uso da interpretação e que os técnicos atuantes nos parques analisados têm clareza sobre o potencial dessa estratégia para a qualidade da experiência do visitante e o aumento do conhecimento e da apreciação da área. Apesar disso, a análise das exposições mostrou que, embora sejam identificadas boas práticas referentes à organização, ambientação e atratividade dos elementos expositivos, os textos apresentados distanciam-se dos princípios da redação interpretativa. Como contributo prático, esta dissertação oferece um instrumento abrangente para avaliação de exposições em diferentes estágios de desenvolvimento. Sua finalidade é apoiar os técnicos de áreas protegidas no planejamento, implantação e operacionalização de espaços expositivos, de caráter interpretativo, mais eficazes.

keywords

interpretation, exhibits, protected areas, nature-based tourism, ecotourism.

abstract

The visitation of protected areas is considered an activity capable of adding social, economic and political support to the conservation of natural and cultural heritage. A strategy for managing visitors in these spaces is heritage interpretation, or environmental interpretation, a communication technique that aims to broaden the public's understanding of protected resources and values, raise their awareness and make them partners in heritage protection. For the tourism sector, it is an important element for visitor satisfaction and a fundamental piece in co-creating the experience, particularly in natural and cultural attractions. However, the quality of interpretive products depends on the application of principles and good practices, both in interpretation and in the areas of knowledge linked to the means used.

This dissertation is dedicated to understanding the factors that contribute to the quality and effectiveness of interpretive exhibitions installed in visitor centres in protected areas, due to the central role they play in the communication between the public and the management organizations of these areas. The empirical components of this study are the exhibitions installed in the National Park of Itatiaia, in Brazil, and in the Natural Park of Serra da Estrela, in Portugal. This work contributes to reduce the gap of studies on interpretation in protected areas in these countries, by integrating the analysis of planning documents for protected areas, the perspective of visitors and the view of personnel involved in the planning, management and use of these exhibitions.

As the main conclusions of this investigation, it is highlighted that the planning documents for protected areas in both countries provide for the use of interpretation and that the technicians working in the analysed parks are clear about the potential of this strategy for the quality of the visitor experience and the increasing of knowledge and appreciation of the area. However, the analysis of the exhibitions showed that, although good practices regarding the organization, setting and attractiveness of the exhibition elements are identified, the texts presented are distant from the principles of interpretive writing. As a practical contribution, this dissertation offers a comprehensive instrument for evaluating exhibitions at different stages of development. Its purpose is to support technicians from protected areas in the planning, implementation and operationalization of more effective interpretive exhibition spaces.

Índice geral

Capítulo 1 Introdução.....	1
1.1 Relevância do estudo e contributos.....	1
1.2 Objetivos gerais e específicos.....	4
1.3 Metodologia e estrutura da dissertação.....	5
Capítulo 2 Revisão da literatura.....	8
2.1 Introdução.....	8
2.2 Áreas protegidas e visitação	8
2.2.1 Visitação em áreas protegidas e desenvolvimento local sustentável	12
2.2.2 Visitação em áreas protegidas como estratégia de sensibilização da sociedade	14
2.2.3 A gestão da visitação em áreas protegidas	15
2.3 Interpretação	19
2.3.1 Histórico e definições.....	19
2.3.2 Meios, princípios e características	23
2.3.3 Diferenças entre interpretação e educação ambiental em áreas protegidas	28
2.4 Cocriação de experiências em turismo	30
2.4.1 Economia de experiências e a visitação em áreas protegidas	31
2.4.2 Cocriação de experiências, inovação e interpretação.....	35
2.5 Boas práticas para exposições interpretativas em áreas protegidas.....	38
2.5.1 Exposições interpretativas em áreas protegidas	39
2.5.2 Boas práticas para o <i>design</i> de exposições interpretativas	41
2.6 Conclusão	46
Capítulo 3 Caracterização das áreas de estudo.....	48
3.1 Introdução.....	48
3.2 Contexto da interpretação ambiental nas unidades de conservação federais no Brasil.....	49
3.2.1 Caracterização do Parque Nacional de Itatiaia, Brasil.....	53
3.3 Contexto da interpretação ambiental nas áreas protegidas de âmbito nacional em Portugal	58
3.3.1 Caracterização do Parque Natural da Serra da Estrela, Portugal	62
3.4 Conclusão	67
Capítulo 4 Método do estudo empírico	69
4.1 Introdução.....	69
4.2 Método de recolha e análise de informações documentais	70
4.3 Método de recolha e análise de avaliações <i>online</i>	72
4.4 Método de recolha e análise de informações de atores-chave	74
4.5 Conclusão	77
Capítulo 5 Análise e discussão dos resultados empíricos	78
5.1 Introdução.....	78
5.2 A Interpretação ambiental nos documentos de planeamento de áreas protegidas.....	78
5.2.1 Brasil.....	78

5.2.2 Portugal	82
5.3 Avaliação do público sobre os centros de visitantes estudados	85
5.4 Percepção dos atores-chave sobre as exposições estudadas.....	92
5.5 Conclusão	100
Capítulo 6 Proposta de instrumento para avaliação de exposições.....	101
6.1 Introdução.....	101
6.2 Descrição do instrumento para avaliação de exposições	101
6.3 Aplicação do instrumento de avaliação às exposições estudadas.....	107
6.4 Conclusão	109
Capítulo 7 Conclusões.....	110
7.1 Conclusões do estudo.....	110
7.2 Contributos do estudo	114
7.2.1 Contributo teórico	114
7.2.2 Contributo prático e recomendações de gestão	115
7.3 Limitações do estudo e recomendações para investigações futuras.....	117
Referências Bibliográficas	119
Atos legais, normativos e regulamentares citados.....	132
Apêndices	134
Apêndice A Componentes da cocriação de experiências de visitação em Áreas Protegidas.	135
Apêndice B Documentação fotográfica das exposições estudadas	136
Apêndice C Recolha e análise de informações em documentos de planeamento	142
Apêndice D Detalhamento da amostra obtida na plataforma TripAdvisor	146
Apêndice E Recolha de informações por meio de inquéritos por entrevistas	148
Apêndice F Estrutura de codificação das análises de conteúdo.....	150
Apêndice G Instrumento de avaliação de exposições	154
Apêndice H Resultado dos testes de aplicação do instrumento de avaliação de exposições	161
Apêndice I Relação dos documentos de planeamento de AP analisados no estudo empírico.	169

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1	Ameaças à qualidade e diversidade de experiências de visitação em áreas protegidas e possíveis medidas de gestão para evitá-las	18
Quadro 2.2	Coletânea de conceitos e descrições de interpretação formulados por diferentes autores e instituições	22
Quadro 2.3	Conceitos de interpretação ambiental adotados no contexto das Áreas Protegidas em Portugal e no Brasil	23
Quadro 2.4	Principais dimensões/componentes envolvidos na cocriação de experiências em turismo	32
Quadro 2.5	Princípios e qualidades da interpretação relevantes para o planejamento de exposições interpretativas	42
Quadro 2.6	Boas práticas para interpretação	43
Quadro 2.7	Fatores controlados pelas organizações, que influenciam o nível de atenção e engajamento do visitante em exposições	45
Quadro 3.1	Nomenclatura e definição estabelecidas em atos legais no Brasil e em Portugal, correspondentes ao conceito de área protegida estabelecido pela IUCN	48
Quadro 3.2	Unidades de Conservação brasileiras criadas pelo governo federal até 2019 ..	50
Quadro 3.3	Áreas Protegidas criadas em Portugal continental até 2019	59
Quadro 5.1	Menção à interpretação nos planos de manejo de quatro categorias de UC publicados antes e depois da instituição do SNUC (ano 2000)	79
Quadro 5.2	Cruzamento das variáveis “menção à interpretação” e “intervalo da publicação de planos de manejo” na amostra de UC nas categorias RB, APA e FN	80
Quadro 5.3	Menção à interpretação nos POAP elaborados nos períodos anterior e posterior ao Decreto Regulamentar do Ministério do Ambiente (1999)	83
Quadro 5.4	Composição da amostra extraída da plataforma TripAdvisor	85
Quadro 5.5	Composição da amostra e distribuição das avaliações selecionadas	86
Quadro 5.6	Distribuição das menções a recursos expositivos do centro de visitantes do Parque Nacional do Itatiaia	90
Quadro 6.1	Estrutura do instrumento de avaliação de exposições e referências correspondentes	102
Quadro 6.2	Itens analisados no instrumento de avaliação de exposições	103
Quadro A	Quadro resumo da cocriação de experiências de visitação em AP	134
Quadro C.1	Roteiro para análise de documentos de planejamento de AP quanto à previsão de interpretação ambiental	141
Quadro C.2	Distribuição dos POAP analisados (N=33), agrupados por intervalo temporal e tipologia de AP	141

Quadro C.3	Indicação de interpretação ambiental nos POAP analisados (N=33), agrupados conforme a tipologia de AP	141
Quadro C.4	Distribuição dos POAP com menção à interpretação (N=21), agrupados por intervalo temporal e tipologia de AP	142
Quadro C.5	Tópicos dos regulamentos de POAP onde é citada a interpretação (N=20) ...	142
Quadro C.6	Distribuição dos planos de manejo analisados (N=200), agrupados por intervalo temporal e categoria de UC	143
Quadro C.7	Indicação de interpretação ambiental nos planos de manejo analisados (N=200) agrupados conforme a categoria de UC	143
Quadro C.8	Distribuição dos planos de manejo com menção à interpretação (N=144) agrupados por intervalo temporal e categoria de UC	144
Quadro C.9	Tópicos dos planos de manejo onde é citada a interpretação (N=135)	144
Quadro D.1	Fonte das informações analisadas	145
Quadro D.2	Composição da amostra quanto ao tipo de viajante	145
Quadro D.3	Composição da amostra quanto ao idioma no qual foi redigida a avaliação ..	145
Quadro D.4	Classificação da atração, segundo os visitantes	146
Quadro D.5	Distribuição das avaliações relacionadas ao caso de estudo em Portugal, conforme a atração e o ano de visita informado	146
Quadro D.6	Distribuição das avaliações relacionadas ao caso de estudo no Brasil, conforme a atração e o ano de visita informado	146
Quadro E.1	Guião de entrevistas	147
Quadro E.2	Relação de pessoas entrevistadas	148
Quadro F.1	Categorias utilizadas na codificação de textos	149
Quadro F.2	Estrutura de codificação utilizada na análise de conteúdos oriundos de diferentes fontes	149
Quadro H.1	Aplicação teste no caso de estudo em Portugal	160
Quadro H.2	Aplicação teste no caso de estudo no Brasil	164
Quadro I.1	Relação de Regulamentos de planos de ordenamento de áreas protegidas analisados	168
Quadro I.2	Relação de documentos de planejamento de unidades de conservação federais analisados – documentos elaborados para uma UC	169
Quadro I.3	Relação de planos de manejo de unidades de conservação federais analisados – documentos que abordam duas UC	182

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1	Enquadramento da interpretação ambiental no âmbito das áreas protegidas e do turismo	34
Figura 3.1	Vista do Parque Nacional de Itatiaia	54
Figura 3.2	Afloramentos rochosos na parte alta do Parque Nacional de Itatiaia	54
Figura 3.3	Trilha na parte alta do Parque Nacional de Itatiaia	55
Figura 3.4	Cachoeira na parte baixa do Parque Nacional de Itatiaia	55
Figura 3.5	Mapa do Parque Nacional do Itatiaia	56
Figura 3.6	Vista do Centro de Visitantes e Calçada da Fauna no PNI	57
Figura 3.7	Vista parcial da exposição permanente do Parque Nacional de Itatiaia	57
Figura 3.8	Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela	63
Figura 3.9	Vista do vale glacial em forma de U no Parque Natural da Serra da Estrela ..	64
Figura 3.10	Afloramentos rochosos no Parque Natural da Serra da Estrela	64
Figura 3.11	Vista da região da Torre no Parque Natural da Serra da Estrela	65
Figura 3.12	Vista do Sabugueiro, Seia, no Parque Natural da Serra da Estrela	65
Figura 3.13	Vista parcial da exposição permanente no CITEG, Parque Natural da Serra da Estrela	67
Figura B.1	Sala com painéis e maquete interativa	135
Figura B.2	Vitrine e diorama sobre insetos	135
Figura B.3	Visitante lê painel sobre as vias de escalada	135
Figura B.4	Sala com diorama e painéis ilustrativos de ambiente encontrado na parte alta do PNI	136
Figura B.5	Diorama com animais taxidermizados	136
Figura B.6	Detalhe de diorama	136
Figura B.7	Vitrine com painel interativo com sons de aves	137
Figura B.8	Painel interativo com jogo da memória	137
Figura B.9	Visitante interage com elemento expositivo	137
Figura B.10	Acesso às salas de exposição no CITEG	138
Figura B.11	Área com exposição temporária sobre Geoparques Mundiais da Unesco em Portugal	138
Figura B.12	Detalhe de exposição temporária sobre rochas	138
Figura B.13	Vista de três ambientes da exposição permanente	139
Figura B.14	Área destinada aos aspectos geológicos e geomorfológicos da Serra da Estrela	139

Figura B.15	Diferentes elementos expositivos usados no CITEG	139
Figura B.16	Vista de um dos ambientes da exposição do CITEG	140
Figura B.17	Ambiente expositivo relacionado ao andar superior da Serra da Estrela	140
Figura B.18	Painel no segmento final da exposição permanente	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE	Associação <i>Geopark</i> Estrela
CITEG	Centro de Interpretação da Torre do Estrela Geopark
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> /União Internacional para Conservação da Natureza
MFF	Museu Regional da Fauna e Flora
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PNI	Parque Nacional de Itatiaia
PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
PNTN	Programa Nacional de Turismo de Natureza
POAP	Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i> /Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
WCMC	<i>World Conservation Monitoring Centre</i> /Centro Mundial de Monitoramento da Conservação
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> /Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i> /Organização Mundial do Turismo
WCPA	<i>World Commission on Protected Areas</i> /Comissão Mundial para Áreas Protegidas
WDPA	<i>World Database on Protected Areas</i> /Base de dados Mundial sobre Áreas Protegidas

Capítulo 1 Introdução

1.1 Relevância do estudo e contributos

O crescente reconhecimento do valor intrínseco do ambiente natural pela sociedade moderna levou ao surgimento do conceito de serviços culturais, representados, principalmente, por oportunidades recreativas, educativas e outras relacionadas à saúde, ao bem estar e à espiritualidade, no domínio dos serviços ecossistêmicos (Andersen et al., 2015; Kulczyk et al., 2018). Associada a isso está a busca crescente por atrações naturais e culturais pelo setor do turismo, com frequência aumentando a pressão sobre as áreas protegidas e exigindo respostas adequadas dos setores responsáveis (Leung et al., 2018). Recentemente, face às inúmeras restrições impostas a atividades e deslocamentos humanos em consequência pandemia de COVID-19 (WHO, 2020), alguns autores apontam para uma tendência de aumento do turismo doméstico e da demanda por atividades em ambientes naturais, gerando oportunidades para crescimento dos negócios locais e de formas mais sustentáveis do setor turístico (e.g., Benjamin et al., 2020; Brouder, 2020; Romagosa, 2020).

No cenário internacional, tanto a nível regional como global, existem diversas formas institucionalizadas de proteção de espaços territoriais que abrigam valores naturais e culturais considerados relevantes para a sociedade. São exemplos os Sítios de Patrimônio Mundial da UNESCO, as Reservas da Biosfera, os sítios Ramsar, as áreas que integram a rede Mundial de Geoparques, a Rede Natura 2000 (Europa) e os sistemas de áreas naturais protegidas em diversos países (Dudley, 2008). Se adequadamente planejada e gerida, a atividade turística nestes territórios pode contribuir para o estabelecimento de uma filosofia de gestão mais inclusiva, ao abrir oportunidades para prestação de serviços pelos moradores da região (Scherl et al., 2006; Phillips, 2003, citado em Weiler et al., 2013) e possibilitar a sensibilização dos visitantes para questões ambientais, aumentando o apoio da sociedade aos espaços protegidos (Moyle & Weiler, 2017; Weiler et al., 2013), consequentemente colaborando para o alcance de grande parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas e das Metas de Biodiversidade de Aichi, firmadas no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (Bushell & Bricker, 2017; Eagles & Hillel, 2008; Job et al., 2017; Leung et al., 2018; UNEP-WCMC & IUCN, 2016).

Para ser mais efetiva, a gestão de visitantes deve ser encarada de forma abrangente e empregar diferentes estratégias, restritivas e educativas, visando proteger tanto os recursos quanto os visitantes e assegurar uma experiência de qualidade e sustentável. Dentre as estratégias de caráter educativo, a interpretação é especialmente relevante, pois tem o potencial de enriquecer a experiência do público e sensibilizá-lo para a importância do patrimônio visitado, estimulando-o a adotar comportamentos apropriados e apoiar iniciativas de conservação (Kuo, 2002; Marion & Reid, 2007; Orams, 1996; Powell & Ham, 2008). Foco principal deste estudo, a interpretação pode ser descrita como uma técnica de comunicação destinada a estimular a apreciação e o reconhecimento dos valores das áreas protegidas, tendo-se desenvolvido nos parques nacionais dos Estados Unidos a partir do final do século 19 (Brochu & Merriman, 2008; Bryant, 2006; Kuo, 2002). Atualmente, é utilizada em uma ampla gama de atrações turísticas como estratégia de gestão de visitantes e diferencial competitivo, favorecendo, entre outros aspectos, a cocriação de experiências significativas e a satisfação do visitante (de Rojas & Camarero, 2008; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo & Ballantyne, 2008).

Staiff, Bushell & Kennedy (2002) destacam os desafios do uso da interpretação em áreas protegidas face à grande influência das ciências naturais na gestão da visitação nesses espaços, o que leva à ênfase no componente cognitivo das mensagens em detrimento do processo sociocultural subjacente à experiência e, conseqüentemente, à redução do potencial de sensibilização do público. Para que possa contribuir, simultaneamente, para a satisfação do visitante e o alcance dos objetivos de gestão do patrimônio natural e cultural, a interpretação deve ser planejada e executada observando uma série de princípios e boas práticas encontrados na literatura (e.g., Brochu & Merriman, 2008; Ham, 1992; Leftridge, 2006; Moscardo, 1996; Moscardo & Ballantyne, 2008; Moscardo & Pearce, 1986; Skibins et al., 2012; Tilden, 2007), em publicações de instituições internacionais como IUCN e UNESCO, ou difundidas por associações que congregam os profissionais da área em países como Estados Unidos, Austrália, Espanha ou integram vários países da União Europeia.

Entretanto, Durão & Carneiro (2012) observam que existe uma limitação das possibilidades de *benchmarking*¹ decorrente da ausência de divulgação dos resultados de processos avaliativos em canais acessíveis aos gestores das atrações, o que leva as organizações à

¹ Processo de busca de exemplos de boas práticas utilizadas no mercado por entidades que atuam em uma dada área de interesse.

encontrarem dificuldades no planejamento, implantação e gestão de materiais e serviços interpretativos de boa qualidade. Alguns autores comentam sobre o distanciamento entre o meio acadêmico e atores envolvidos na gestão da visitação, como as organizações gestoras do patrimônio e os profissionais de interpretação, e sugerem que melhores resultados para gestão da visitação poderiam ser obtidos por meio da cooperação entre esses grupos (Moreno-Llorca et al., 2019; Moscardo, 2014; Vitorino et al., 2016). Outros sugerem que há lacunas de estudos no campo da avaliação da eficácia das técnicas interpretativas (Durão & Carneiro, 2012), da caracterização de um serviço interpretativo de boa qualidade (Ham & Weiler, 2002) e do impacto das boas práticas de interpretação nos resultados observados (Skibins et al., 2012), assim como os estudos existentes assumem que a interpretação cujos impactos são avaliados é de boa qualidade, sem fornecer detalhes sobre o que levou os autores a essa conclusão (Moscardo, 2014).

No Brasil e em Portugal, a interpretação figura formalmente entre as atividades que devem ser oferecidas aos visitantes de áreas protegidas. A consulta às informações sobre atividades de visitação disponíveis nos *websites* dos órgãos gestores de áreas protegidas em âmbito nacional nos dois países, mostra que a interpretação é oferecida, ao menos em parte das áreas, em centros de visitantes ou de interpretação e/ou em trilhas guiadas ou autoguiadas (ICMBio, 2020; ICNF, 2019b). Entretanto, no Brasil, Carvalho et al. (2002) e Silva (2012) afirmam que a oferta de interpretação pelos órgãos gestores de unidades de conservação é baixa, há carência de programas e projetos institucionais específicos e desconhecimento dos técnicos. Também são poucos os grupos no país dedicados à realização de estudos sobre a visitação em áreas protegidas, os quais estão distribuídos em treze linhas de pesquisa, incluindo “turismo em áreas naturais e interpretação ambiental” (Vitorino et al., 2016).

Os principais locais dedicados à comunicação com os visitantes em áreas protegidas e sítios de patrimônio histórico e cultural são os centros de visitantes ou de interpretação, em geral edificações de alto custo de implantação, operacionalização e manutenção. As exposições existentes nesses locais competem pela atenção dos visitantes (e por espaço) com uma variedade de outras atividades e funções. Constituem meios estáticos, preparados para serem utilizados por um longo tempo, que demandam, de maneira geral, consideráveis investimentos de tempo, capacidade técnica e recursos financeiros para sua elaboração, questões que aumentam a importância de planejamento e execução adequados (Ballantyne & Hughes, 2003; Bryant, 2006; Fallon & Kriwoken, 2003; Healy et al., 2016; Pearce &

Moscardo, 2007). Portugal possui um número significativo de centros de interpretação, dentro e fora de áreas protegidas, os quais, entretanto, são muito diversos no que se refere às estratégias, objetivos, nível de conservação e qualidade da interpretação (Morais et al., 2015). No contexto das áreas protegidas, Moraes (2017) observa que alguns centros de interpretação foram instalados na década de 1990 e que tanto são necessárias revitalizações dos espaços existentes quanto há potencial para criação de novos centros em diferentes locais. Estes autores sugerem a construção de uma estratégia nacional e de um trabalho em rede com o objetivo de melhorar a qualidade e os resultados da interpretação oferecida nesses espaços (Morais, 2017; Moraes et al., 2015).

A presente dissertação refere-se ao estudo de exposições instaladas em áreas protegidas, tendo como objetos específicos o Parque Nacional de Itatiaia, no Brasil, e o Parque Natural da Serra da Estrela, em Portugal. Seu principal contributo é a redução da lacuna de estudos sobre a prática da interpretação em áreas protegidas nesses dois países, particularmente quanto a meios não pessoais, no sentido de identificar a aplicação de boas práticas que aumentem a qualidade da interpretação oferecida. Outro contributo relevante é o desenvolvimento de um instrumento de avaliação de exposições que auxilie os técnicos das áreas protegidas a avaliar e aprimorar os materiais interpretativos. Para conferir fluidez à leitura, utilizar-se-á o termo genérico “área protegida” quando o texto se referir a questões gerais ou, simultaneamente, a aspectos de Portugal e do Brasil, aplicando-se o termo “unidade de conservação” quando se tratar especificamente do contexto brasileiro.

1.2 Objetivos gerais e específicos

O presente estudo tem como objetivos gerais:

- i. Identificar as boas práticas de interpretação e de desenvolvimento de projetos expositivos e analisar sua aplicação em exposições permanentes instaladas em centros de visitantes de áreas protegidas no Brasil e em Portugal.
- ii. Desenvolver um instrumento de avaliação de exposições que auxilie os gestores das áreas protegidas na análise de exposições interpretativas implantadas ou em elaboração.

Para alcançar os objetivos gerais, a pesquisa tem os seguintes objetivos específicos:

- i. Conhecer as características da visitação em áreas protegidas e suas potenciais contribuições ao alcance dos objetivos de conservação dos recursos.
- ii. Compreender os fatores envolvidos na qualidade da cocriação de experiências de visitação.
- iii. Identificar as boas práticas de interpretação ambiental aplicáveis a exposições.
- iv. Examinar presença da interpretação nos documentos legais e de planejamento das áreas protegidas brasileiras e portuguesas.
- v. Conhecer as preferências dos visitantes quanto aos elementos expositivos e seu nível de satisfação em relação às exposições instaladas nas áreas protegidas selecionadas para estudo de caso.
- vi. Explorar a percepção dos técnicos de áreas protegidas e outros atores envolvidos localmente na oferta de atividades de visitação, sobre as finalidades, a efetividade e a qualidade de exposições interpretativas.
- vii. Propor um instrumento de avaliação de exposições interpretativas em áreas protegidas.

1.3 Metodologia e estrutura da dissertação

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma metodologia qualitativa apoiada em fontes secundárias e na recolha de dados primários por meio de documentos e inquéritos (Creswell, 2009). O desenvolvimento da pesquisa foi organizado em três partes, descritas nos sete capítulos que compõem esta dissertação. A primeira, constitui a definição do enquadramento, contributos e objetivos do estudo, apresentados no Capítulo 1, e a revisão de literatura, desenvolvida no Capítulo 2. Este é dividido em quatro seções, que abordam a visitação em áreas protegidas, a interpretação do património, a cocriação de experiências em turismo e as boas práticas em interpretação e desenvolvimento de projetos expositivos, temas considerados fundamentais para compreensão do objeto de estudo. Além de oferecer os fundamentos teóricos desta dissertação, a seção final da revisão de literatura contribui diretamente para a consecução do componente inicial do primeiro objetivo geral do presente

estudo, referente à identificação das boas práticas em interpretação e desenvolvimento de projetos expositivos.

Os Capítulos 3, 4 e 5 integram segunda parte e correspondem à dimensão empírica da investigação, apoiada em duas fontes de informação, nomeadamente os documentos de planeamento das áreas protegidas em âmbito nacional no Brasil e em Portugal e os atores ligados à visitação nas áreas protegidas selecionadas. No Capítulo 3 encontra-se a caracterização das áreas de estudo, que inclui o contexto dos sistemas de áreas protegidas nos dois países, como a interpretação ambiental é abordada nesses sistemas e a descrição dos casos analisados, nomeadamente o Parque Nacional de Itatiaia, no Brasil, e o Parque Natural da Serra da Estrela, em Portugal. O quarto capítulo propõe as questões de investigação e descreve os métodos de recolha e análise das informações. A investigação emprega uma abordagem predominantemente qualitativa, na forma de estudo de caso (Creswell, 2009) apoiado em um conjunto de instrumentos de recolha de dados, nomeadamente, análise de conteúdo de documentos oficiais de planeamento das áreas protegidas, de avaliações de visitantes em *website* de viagens, inquéritos aos atores envolvidos na oferta de oportunidades de interpretação nas áreas protegidas que compõem o estudo e observação não estruturada das exposições analisadas. Os inquéritos foram realizados por meio de entrevistas semiestruturadas e os inquiridos escolhidos pela combinação de métodos amostrais não aleatórios, nomeadamente, amostragem por conveniência e amostragem tipo “bola de neve” (Kastenholz, Lima, et al., 2012). A análise de conteúdo dos documentos de planeamento das áreas protegidas foi realizada por meio da busca de termos-chave (interpretação e interpretação ambiental) e gerou informações quantificáveis que foram submetidas a análises estatísticas descritivas utilizando o software SPSS Statistics, para fins de comparação entre os dois países no tocante à abordagem oficial relativa à interpretação em áreas protegidas. As observações registradas *online* pelo público foram utilizadas com o objetivo de explorar se a exposição instalada nas áreas protegidas é percebida por ele de forma relevante o suficiente para ser incluída nas avaliações, conhecer suas preferências quanto aos recursos expositivos e seu nível de satisfação em relação à exposição. A análise de conteúdo das entrevistas pretendeu identificar a percepção de técnicos, guias e voluntários envolvidos na oferta de interpretação em áreas protegidas, quanto à qualidade e efetividade das exposições instaladas nos centros de visitantes/interpretação, tendo adotado uma abordagem unicamente qualitativa. As análises qualitativas das informações recolhidas *online* e por meio das entrevistas foram conduzidas

com apoio do *software* NVivo Plus. Para possibilitar uma análise mais acurada da ambientação e dos aspectos de orientação espacial, foi realizada a observação participante das exposições objeto de estudo. Os resultados empíricos são apresentados e discutidos no Capítulo 5, separados conforme a fonte de informação. De modo geral, os técnicos que atuam em áreas protegidas em ambos os países possuem uma visão semelhante no que diz respeito às finalidades da exposição e sua importância para auxiliar o visitante a compreender e apreciar os recursos protegidos nas demais atividades que vier a realizar. Observa-se também uma similaridade na abordagem à interpretação ambiental nos documentos de planejamento quanto aos meios mais indicados e ao nível do fato de que, mesmo havendo previsão legal para uso da ferramenta, existe uma parcela de planos de manejo (Brasil) e de planos de ordenamento (Portugal) que não a inclui entre as atividades de visitação. Uma grande diferença entre os países foi encontrada na recolha de informações disponibilizadas *online* pelos visitantes, tendo-se verificado um número muito reduzido de referências à existência do centro de interpretação instalado na região da Torre, no Parque Natural da Serra da Estrela (Portugal), o que sugere uma provável deficiência na divulgação da existência desta atração.

A parte final distribui-se em dois capítulos que abordam o segundo objetivo geral proposto, os resultados e as conclusões gerais do estudo. No sexto capítulo são descritos o desenvolvimento do instrumento para avaliação de exposições interpretativas e os resultados da aplicação teste realizada nas exposições que compõem o estudo de caso. O instrumento de avaliação baseia-se na revisão de literatura, com contribuições do estudo empírico, e resultou em uma ferramenta abrangente para apoio às equipes técnicas das áreas protegidas. Tem por finalidade sistematizar o processo de análise e facilitar a identificação dos aspectos que podem ser aprimorados para que a exposição alcance os resultados esperados. Uma aplicação teste contribuiu para o refinamento do instrumento de avaliação, aproximando-o da realidade das áreas protegidas nos países estudados. O sétimo e último capítulo contém as conclusões finais do estudo e seus contributos teóricos e práticos, além de indicar suas limitações.

Capítulo 2 Revisão da literatura

2.1 Introdução

Neste capítulo são apresentados os resultados da revisão de literatura, divididos em seções específicas sobre cada tema pertinente ao presente estudo. Em primeiro lugar é feita uma discussão sobre a importância e as possibilidades oferecidas pela visitação em áreas protegidas (AP) e os principais fatores a serem observados em seu planejamento e gestão. A segunda seção trata da interpretação ambiental de maneira geral e inclui considerações sobre sua origem e seu emprego como estratégia para proteção do patrimônio e qualificação da experiência do visitante. A seção seguinte apresenta o tema da cocriação das experiências turísticas de maneira geral e no turismo de natureza, em particular. A quarta seção discorre sobre os princípios e boas práticas para o desenvolvimento de produtos interpretativos, com ênfase em meios de interpretação não-pessoais.

O processo de revisão de literatura foi iniciado por artigos em meio eletrônico selecionados pelas bases *Scopus*, *SciELO Brasil*, *Google Acadêmico* e *RCAAP* (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal) a partir da combinação de palavras-chave (*interpretation, heritage interpretation, environmental interpretation, nature-based tourism, nature tourism, ecotourism, protected areas, visitor centres, visitor expectations, visitor needs, communication* e termos equivalentes em português, dependendo da base de dados). No decorrer da revisão foram adicionadas outras referências relevantes, por meio da identificação de estudos citados de forma recorrente pelos autores dos artigos selecionados inicialmente. Livros impressos e eletrônicos sobre os assuntos analisados foram igualmente consultados, com destaque para a temática da interpretação. Documentos oficiais relacionados à gestão de AP no Brasil e em Portugal, tais como documentos técnicos de planejamento, publicações institucionais, atos legais e normativos também compõem o presente estudo, sendo particularmente relevantes para caracterizar e compreender o contexto de desenvolvimento da interpretação em AP nos países estudados.

2.2 Áreas protegidas e visitação

Consideradas peças fundamentais na estratégia mundial para conservação da biodiversidade, as AP abrangem uma considerável variedade de abordagens de gestão destinadas a conservar ambientes terrestres e aquáticos, tanto marinhos como de água doce. Para compatibilizar o

tipo de ocupação do território e aproveitamento dos recursos à manutenção da viabilidade dos ambientes naturais (o chamado “duplo mandato”), a IUCN propõe sua organização em um sistema composto por seis categorias, com objetivos de conservação específicos associados a um gradiente de usos permitidos (Dudley, 2008). Segundo o relatório *Protected Planet 2018*, em julho de 2018 a base de dados de AP da IUCN (WDPA-IUCN) registrava acima de 238 mil AP em todo o mundo, totalizando mais de 20 milhões de km² protegidos em terra (equivalente a 14,9% da área terrestre do planeta) e 6 milhões km² no ambiente marinho (aproximadamente 7,3% dos oceanos) (UNEP-WCMC et al., 2018).

As AP produzem benefícios que ultrapassam a preservação de espécies, contribuindo direta e indiretamente para a saúde e a qualidade de vida das populações humanas e para o desenvolvimento econômico. Sua relevância global é reconhecida em processos políticos internacionais, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNEP-WCMC et al., 2018; UNEP-WCMC & IUCN, 2016). Apesar desse reconhecimento, como destaca Buckley (2009), as AP são construtos políticos, estando seus territórios sujeitos a pressões de diferentes setores da sociedade e levando à necessidade constante de justificar, politicamente, sua existência e os investimentos dirigidos à conservação. O turismo, como setor econômico de relevância mundial que depende de recursos de qualidade e bem conservados, encara as AP como um ativo importante e pode, por seu turno, ser um aliado da conservação e da gestão das AP, tanto por conferir apoio político e financeiro a esses espaços, como por propiciar a divulgação de sua importância para a sociedade (Buckley, 2009; Eagles & Hillel, 2008; Job et al., 2017). É uma atividade compatível com as diretrizes da IUCN para o estabelecimento de AP, que propõem como objetivos comuns a todas as categorias, sempre que as características da área em questão permitirem:

[...]

- Proporcionar benefícios às comunidades residentes e locais, em consonância com os outros objetivos de gestão;
- Proporcionar benefícios recreativos compatíveis com os outros objetivos de gestão;

[...]

- Ajudar a fornecer oportunidades educacionais (inclusive sobre abordagens de gerenciamento);
- Ajudar a desenvolver o apoio público à proteção (Dudley, 2008, p. 12, tradução da autora).

A visitação é a principal forma pela qual vários segmentos da sociedade têm contato direto com as AP. As informações sobre as visitas, embora sejam fundamentais para agregar capital político, identificar tendências e subsidiar o planejamento em escala regional ou global, não estão amplamente disponíveis, assim como os dados divulgados não seguem procedimentos metodológicos padronizados de recolha ou apresentação (Balmford et al., 2009, 2015; Buckley, 2009; Pergams & Zaradic, 2008). Estudos realizados no início dos anos 2000 mostraram que, entre o final da década de 1980 e o princípio do século 21, houve um declínio persistente no total anual de visitas *per capita* a AP nos Estados Unidos e no Japão (Balmford et al., 2009; Pergams & Zaradic, 2008) e em um pequeno número de outros países ricos (Balmford et al., 2009). Balmford et al. (2009, p. 2), entretanto, refutaram a generalização dessa tendência e, ao contrário, afirmaram que a visitação em AP apresentou crescimento na África, Europa, Ásia e América Latina no período estudado.

Para suprir a ausência de dados sobre a atividade turística em AP, em escala global, Balmford et al. (2015) recolheram e analisaram dados de visitação de 556 AP distribuídas por 51 países, disponíveis para um período amostral de dez anos. A partir das análises, os autores desenvolveram um modelo para estimar as taxas de visitação, adequado às especificidades de cada região por meio de um conjunto de critérios, e o aplicaram às AP localizadas em ambiente terrestre. O resultado obtido sugere que o total anual global de visitas às AP pode chegar a 8 bilhões, a maior parte concentrada na Europa (3,8 bilhões de visitas/ano) e na América do Norte (3,3 bilhões de visitas/ano). Adicionalmente, Balmford et al. (2015) calcularam a significância econômica decorrente dessa visitação, com base em valores regionais estabelecidos a partir de revisão de literatura, para dois indicadores econômicos utilizados no setor do turismo (gastos diretos dos visitantes e valor excedente do consumidor), tendo chegado à estimativa de despesa direta bruta global da ordem de 600 bilhões de dólares (Balmford et al., 2015, p. 3).

Ainda que modelos nesta escala contenham imprecisões, os valores indicados no estudo de Balmford et al. (2015) oferecem uma dimensão do potencial de alcance de público nas AP e reforçam a necessidade de planejamento e gestão adequados. Weaver & Lawton (2017) consideram que a pressão de visitação sobre as AP irá intensificar-se, especialmente sobre aquelas localizadas em regiões com elevada atividade turística, fácil acesso e/ou próximas a grandes núcleos populacionais. Segundo os autores, isso decorre de uma combinação de fatores que inclui, de um lado, a intensa exploração e degradação de recursos naturais

associada à demanda crescente das sociedades urbanizadas por atividades recreativas na natureza e, de outro, a redução dos recursos financeiros governamentais destinados às AP, fazendo com que estas busquem de forma crescente as receitas oriundas da atividade turística (Weaver & Lawton, 2017, p. 140).

No que concerne à visitação em AP, Weaver & Lawton (2017) identificam duas diferentes abordagens, ou “gerações” de modelos de gestão. A primeira, intitulada pelos autores “parque *para* visitantes”, é uma fase histórica que se inicia com criação dos primeiros parques nacionais, no final do século 19, e pode ser percebida até a década de 1960. Nas abordagens de gestão nesse período os interesses do público predominavam sobre os aspectos de proteção ambiental. No decorrer do século 20, o crescente número de visitantes, a evolução dos conhecimentos científicos no campo da ecologia e a pressão de ambientalistas levou à mudança para a segunda geração, denominada “parques *com* visitantes”, a partir da década de 1970. Nesta abordagem, que permanece nos dias atuais, a proteção da biodiversidade prevalece sobre o uso recreativo e a gestão das AP é orientada por parâmetros científicos e ações de monitoramento, que buscam a conciliação dos interesses e a coexistência sustentável das atividades de proteção e visitação. Feita essa análise, os autores citados propõem uma nova mudança de paradigma de gestão da visitação, à qual intitulam geração “parques *e* visitantes”, que reflete a visão de que todos têm uma parcela de responsabilidade na proteção do patrimônio, numa perspectiva de “parceria [...] onde os visitantes são reposicionados, filosófica e estrategicamente, de ameaça inerente à oportunidade inerente [...]” (Weaver & Lawton, 2017, p. 142, tradução da autora).

No cenário mundial o turismo em áreas naturais recebe diversas críticas, especialmente onde as estratégias de gestão são inadequadas ou insuficientes. Porém, a interrupção da atividade turística em escala mundial, em 2020, decorrente das medidas adotadas para redução do avanço da pandemia de Covid-19, evidenciou a estreita relação existente entre o turismo e os esforços de conservação da natureza em muitos países. O cessar repentino dos rendimentos oriundos do turismo nas economias locais levou ainda à preocupação da ocorrência de graves retrocessos na proteção da biodiversidade em algumas partes do mundo. Esta nova situação exige medidas de adaptação e no retorno às atividades, provavelmente, serão observados diferentes cenários, dependendo do contexto político, da capacidade de financiamento das AP, do papel desempenhado pelas organizações não governamentais e da confiança da comunidade local (Newsome, 2020).

Dentre as inúmeras dimensões em que se pode apresentar a visitação em AP, as subseções seguintes abordarão a atividade sob os aspectos do desenvolvimento local sustentável, da sensibilização da sociedade e das especificidades da gestão.

2.2.1 Visitação em áreas protegidas e desenvolvimento local sustentável

Áreas protegidas, especialmente parques, representam um valioso atrativo para o setor turístico e observa-se, de modo geral, uma crescente parceria entre a conservação e o turismo. A visitação nesses espaços tem o potencial de gerar benefícios de forma direta e indireta, nas dimensões econômica, social e ambiental para os diferentes atores envolvidos (Bushell & Bricker, 2017; Eagles & Hillel, 2008; Leung et al., 2018; Newsome et al., 2013) e, como observado em Dudley (2008), é uma atividade que pode ser realizada em todas as categorias de AP propostas pela IUCN. Acrescenta-se que a atratividade gerada pela AP proporciona, mas não limita, a oportunidade de visitação ao interior do espaço protegido. Sua existência favorece variadas possibilidades de produtos e serviços turísticos, dentro e fora de seus limites, que contribuem para a melhoria das condições de vida da comunidade e consolidam necessário apoio local à conservação (Job et al., 2017; UNESCO, 2016).

Na visão de Butzmann & Job (2017), as AP “[...] podem ser consideradas uma classe de produto, formada por diferentes linhas, grupos ou clusters de produtos” que “[...] podem variar quanto a seus impactos econômicos e ecológicos” (Butzmann & Job, 2017, p. 1737, tradução da autora). Entendidas desta forma e, como assinalam Balmford et al. (2009), com planejamento e gestão adequados e participação da comunidade local, as AP têm potencial para contribuir com a conservação e o desenvolvimento sustentável em grande parte das regiões onde se encontram. López & Pardo (2018) atribuem grande importância ao papel dos parques nacionais (que entendemos poder ser estendida a outras categorias de AP) como motor de desenvolvimento local a partir do turismo, destacando a função de “implementar um modelo para o desenvolvimento do turismo sustentável, com base na conservação do valor da natureza e em seu papel de liderança no bem-estar e no desenvolvimento local do território” (López & Pardo, 2018, p. 2507, tradução da autora). Componente essencial da visitação em AP, a abordagem interpretativa agrega valor aos serviços turísticos ofertados pelas comunidades locais, possibilitando-lhes maiores rendimentos e contribuindo para a sustentabilidade econômica da atividade (Durão et al., 2014).

Em geral, ao tratar do desenvolvimento sustentável a atenção é dirigida inicialmente à população local. Esta pode usufruir das opções de recreação e educação oferecidas nas AP, beneficiar-se da diversificação das oportunidades de negócios e emprego e do estímulo à capacitação (Eagles & Hillel, 2008; Leung et al., 2018). Particularmente em regiões mais pobres e países em desenvolvimento a atividade turística em AP é vista como uma ferramenta para redução da pobreza (Scherl et al., 2006), que pode contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, neste caso em especial os objetivos 1 (redução da pobreza) e 8 (trabalho digno e crescimento econômico), e da 2ª Meta de Biodiversidade de Aichi, referente à integração dos valores da biodiversidade em estratégias de redução da pobreza (Eagles & Hillel, 2008; Job et al., 2017; UNEP-WCMC & IUCN, 2016). Na perspectiva do desenvolvimento multidimensional, a atividade turística pode estimular a organização e a coesão social e alcançar novos mercados para comercialização de variados produtos tradicionais, numa abordagem do turismo de base comunitária, na qual o protagonismo das comunidades locais é condição essencial (ICMBio, 2019).

O efetivo desenvolvimento depende da distribuição equitativa dos benefícios econômicos da atividade turística entre os atores envolvidos e, para tanto, determinadas questões de planejamento e governança são fundamentais. Eagles & Hillel (2008) destacam a importância da articulação entre os atores interessados desde a fase de planejamento, de forma que as instituições responsáveis pelas AP considerem o desenvolvimento local em sua estratégia de gestão, assim como as organizações gestoras do turismo em nível regional e local integrem as AP em seus planos de desenvolvimento. Para os agentes públicos as AP amplificam a visibilidade do local e podem atrair investimentos, consequentemente aumentando a arrecadação de impostos (Leung et al., 2018). Os governos locais têm um papel crucial em identificar os atores significativos para o processo de governança, articular os setores interessados, gerir os conflitos existentes e potenciais e distinguir as oportunidades de repartição equitativa de benefícios, ainda que as instâncias reguladoras estejam em níveis administrativos superiores (Heslinga et al., 2019; López & Pardo, 2018). Para Heslinga et al., no âmbito do turismo em AP “a capacidade de desenvolver relações sinérgicas entre os atores envolvidos no processo de governança é pré-requisito para uma repartição equitativa de benefícios” (2019, p. 784, tradução da autora).

2.2.2 Visitação em áreas protegidas como estratégia de sensibilização da sociedade

Uma função essencial dos parques nacionais é oferecer experiências que gerem benefícios no âmbito pessoal, para quem visita, e de forma geral, para a sociedade (Weiler et al., 2013). Independentemente da categoria de AP, observa-se que a visita oferece possibilidades de recreação, de educação e aumento do conhecimento, de melhoria da saúde, de socialização e do exercício da cidadania por meio, por exemplo, do engajamento em ações de voluntariado voltadas à conservação ambiental (Leung et al., 2018; Moyle & Weiler, 2017; Weiler et al., 2013). Segundo a publicação da IUCN *Tourism and visitor management in protected areas: guidelines for sustainability* (Leung et al., 2018), a visita em AP pode ter propósitos recreativos, educacionais e culturais e deve estar relacionada aos objetivos da área em que é realizada, sendo as categorias Ia (*Strict Nature Reserve*) e Ib (*Wilderness Area*) as que apresentam maiores restrições à atividade (Leung et al., 2018, p. 4). Um elemento comum a todas as categorias é a ênfase dada ao potencial de sensibilização, uma vez que a entidade orienta que “a atividade turística sustentável em áreas protegidas tem como objetivo principal não apenas a satisfação do cliente, mas o incentivo à adoção de uma ética conservacionista pelos visitantes” (Leung et al., 2018, p. 7, tradução da autora).

Na perspectiva da gestão das AP, o primeiro grande benefício esperado da visita é despertar o interesse do público. Como resumido por Balmford et al.: “se as pessoas deixarem de ter experiências e de conhecer suas áreas naturais, como se espera que elas se importem com elas?” (Balmford et al., 2009, p. 1, tradução da autora). Hardiman & Burgin (2016) e Weiler, Moore & Moyle (2013) destacam que inúmeros autores estudaram a redução no interesse das novas gerações por experiências na natureza, inclusive cunhando termos como “transtorno de déficit de natureza” e “amnésia ambiental geracional” (Louv, 2005 e Kahn, 2002, citados em Weiler et al., 2013). A literatura sobre este tema apresenta diferentes abordagens e resultados. Alguns autores que encontraram um declínio no número de visitas em países específicos, relacionam essa queda à uma potencial redução no apoio às AP (Hardiman & Burgin, 2016; Pergams & Zaradic, 2008). Outros, em estudo com abrangência territorial e amostral mais amplas, encontraram um crescimento na visita em AP na maior parte dos países estudados e sugerem que tais variações são influenciadas, principalmente, por fatores como o aumento da riqueza econômica e o surgimento de novos destinos (Balmford et al., 2009, p. 4).

A despeito de oscilações e tendências do mercado de recreação, existe um consenso de que a redução da visita às AP pode diminuir o capital político desses territórios e dos sistemas de AP, comprometendo o alcance dos objetivos de conservação para qual foram criados (Buckley, 2009; Hardiman & Burgin, 2016; Moyle & Weiler, 2017; Pergams & Zaradic, 2008). Em um estudo realizado com pessoas que visitam e pessoas que não visitam parques estaduais australianos, Moyle & Weiler (2017) concluíram que as atividades de visitação são um fator crítico para que o público reconheça os benefícios da AP e que os visitantes têm uma percepção significativamente mais positiva que os não visitantes em todas as dimensões avaliadas (benefícios pessoais da experiência, benefícios pessoais de ordem superior e benefícios para a comunidade), mas, principalmente, em itens relacionados aos benefícios para a comunidade. Para Buckley (2009) e Moyle & Weiler (2017) é estratégico para a gestão das AP estimular a visitação, de maneira geral, por meio da oferta de oportunidades diversificadas que aumentem a percepção dos benefícios desses espaços, além de identificar e atrair a parcela da população local ou regional que não visita a área.

2.2.3 A gestão da visitação em áreas protegidas

Um desafio crítico para o gerenciamento da atividade turística em ambientes naturais é conciliar o acesso do público à proteção dos recursos, o que requer o suporte de estratégias adequadas de planejamento e gestão (Kulczyk et al., 2018). Nesses espaços, a natureza pode ser apenas um componente incidental, quando a realização da atividade independe do elemento natural (por exemplo, a prática de yoga ou *mountain biking*); o ambiente natural pode favorecer a melhoria da qualidade da experiência (por exemplo, em atividade como caminhadas e *camping*); ou a experiência de visitação pode ser dependente dos recursos naturais, como no caso da observação de fauna e flora silvestres (turismo de/sobre a natureza), do geoturismo e do ecoturismo, modalidade em que a motivação principal do visitante é conhecer e apoiar a conservação dos atributos naturais e culturais a ele relacionados (turismo para a natureza) (Newsome et al., 2013; Wearing & Neil, 1999).

Como espaços sujeitos a regimes de proteção específicos, o uso das AP deve ser realizado em consonância com os objetivos de gestão de cada categoria, havendo barreiras administrativas à ampla utilização do território para o turismo (Dudley, 2008; Kulczyk et al., 2018; López & Pardo, 2018). As limitações, entretanto, não implicam em uma padronização ou redução de opções. A diversidade de experiências é um dos principais elementos da

visitação em AP, quer se considere um sistema ou uma área em particular, variando em duração, tipo de infraestrutura, equipamentos e serviços, graus de isolamento, imersão, esforço e aventura, presença ou ausência de interpretação, dentre outros aspectos (Fossgard & Fredman, 2019; Weiler et al., 2013). Amparada nessa variedade, as AP devem valorizar o diferencial que o estatuto de proteção lhes confere e assegurar que a visita contribua para sensibilizar o público e estimular o apoio à conservação da natureza, evitando que sirvam apenas como cenário ou fonte de desafios em atividades que visam exclusivamente o entretenimento (Newsome & Hughes, 2018). A IUCN ressalta que o público deve encontrar nesses territórios experiências “qualitativamente diferentes daquelas oferecidas em outros destinos” (Leung et al., 2018, p. 7, tradução da autora). Para essa organização de referência mundial: “As áreas protegidas têm um enorme valor como locais onde as pessoas podem aprender sobre a natureza e as culturas e desenvolver atitudes positivas em relação à conservação” (Leung et al., 2018, p. 54, tradução da autora). Esse valor é consonante com a demanda, pois “aprender” é relatado como uma das motivações da visita a atrações naturais (Ballantyne & Packer, 2011; Butzmann & Job, 2017; Lück, 2003, 2015; Pearce & Moscardo, 2007; Powell & Ham, 2008).

Entendida como uma estratégia para conservação do patrimônio natural e cultural, a visita em AP, conforme Leung et al. (2018, pp. 7–8), deve: (i) ser compatível com o contexto da área protegida e os objetivos de gestão da categoria; (ii) facilitar a compreensão da importância da área e das medidas de proteção adotadas, estimular os visitantes a apoiarem a conservação da área e a adotarem uma ética conservacionista; (iii) considerar as três dimensões básicas da sustentabilidade (ambiental, social e econômica); (iv) reconhecer a importância de oferecer ao visitante experiências de qualidade elevada; (v) acompanhar e avaliar os impactos negativos e os benefícios, tanto ambientais como sociais, da atividade turística; e (vi) respeitar as necessidades das comunidades locais, garantir a distribuição justa dos benefícios e impedir que impactos negativos recaiam sobre elas de maneira desproporcional.

Em um estudo sobre a percepção indicadores para sustentabilidade no turismo, desenvolvido com técnicos e responsáveis pela gestão de AP da Região Centro de Portugal, Souza & Kastenholz (2011) encontraram uma valorização dos indicadores na dimensão ambiental em detrimento daqueles das dimensões social e econômica. Os autores comentam que esse desequilíbrio, observado particularmente em AP onde a atividade turística ocorre de forma

massificada, pode comprometer o alcance da sustentabilidade multidimensional (preconizada por Leung et al., 2018), pois “limita a satisfação das necessidades [...] dos próprios turistas e da comunidade local” (Souza & Kastenholz, 2011, p. 37). Essa observação vai de encontro ao que propõe a IUCN para a gestão da visitação em AP (Leung et al., 2018), resumida no parágrafo anterior desta dissertação, especialmente no que se refere aos três pilares básicos da sustentabilidade. Particularmente relevantes no contexto das AP, portanto, são as ações voltadas à gestão da procura, que têm a finalidade de atrair o perfil de visitante compatível com o destino e distribuir a visitação no tempo e no espaço, aumentando a sustentabilidade da atividade turística (Kastenholz, 2004). Destaca-se também, que as diretrizes de gestão da visitação e as abordagens de planejamento inserem-se no contexto mais amplo do gerenciamento do espaço protegido. Devem estar alinhadas ao paradigma moderno de gestão de AP, que propõe a integração desses territórios à sociedade por meio de parcerias, do envolvimento das populações locais, da formação de sistemas e redes e da visão das AP como ativos para as comunidades, buscando integrar múltiplas formas de conhecimento (Phillips, 2003, citado em Weiler et al., 2013).

Para serem eficazes e buscar incorporar outras dimensões de sustentabilidade, as estratégias de gestão da visitação em AP devem abordar tanto a proteção dos recursos como o uso destes pelo público, ou seja, incluir a gestão do visitante (Cooper et al., 1998 citado em Kuo, 2002, p. 88). As instituições responsáveis pelas AP gerenciam o uso turístico por meio de uma combinação de estratégias físicas, regulatórias, econômicas e de caráter educativo (Kuo, 2002; Marion & Reid, 2007; Orams, 1996). Também chamadas duras ou diretas, as medidas não educacionais visam proteger os recursos por meio da limitação do acesso e da liberdade do público, podendo causar insatisfação e ser incompreendidas e rejeitadas, especialmente se aplicadas de maneira isolada. As medidas educacionais, também chamadas suaves ou indiretas, reúnem as ações relacionadas à comunicação, à educação e à interpretação e visam aumentar a satisfação do visitante, seu conhecimento sobre os recursos e valores protegidos e a compreensão dos motivos de existirem restrições, buscando estimular a adoção de comportamentos adequados, que reduzam o impacto negativo da visita (Kuo, 2002; Marion & Reid, 2007). São ainda objetivos da gestão de visitantes o aumento da possibilidade de repetição de visitas, a redução da pressão sobre locais mais sensíveis, o encorajamento à visita em épocas de menor público e a locais menos procurados e o estímulo ao maior volume de gastos pelos visitantes (Kuo, 2002, p. 88).

Weiler et al. (2013), fazendo uma analogia às ciências naturais, identificaram potenciais ameaças à redução das experiências em AP e sugeriram estratégias para lidar com essas questões tanto no nível de uma dada área, como no de um sistema de AP. O Quadro 2.1 apresenta as ameaças identificadas pelos autores e uma seleção das medidas de gestão sugeridas, que mostram relação mais estreita com o presente estudo.

Quadro 2.1 – Ameaças à qualidade e diversidade de experiências de visitação em áreas protegidas e possíveis medidas de gestão para evitá-las

Ameaça às experiências de visitação em AP	Exemplos de medidas que podem ser adotadas em uma AP
Falta de interesse do público por experiências em AP	Comunicar ao público os benefícios e valores das experiências em AP e as oportunidades existentes. Identificar e promover as experiências emblemáticas.
Perda de locais para experiências de visitação diversificadas	Oferecer um gradiente diversificado de oportunidades de visitação. Estabelecer o zoneamento, projetar e gerir o local de modo a expandir as oportunidades. Estimular a cocriação de novas experiências.
Maior concorrência por recursos e experiências dos visitantes nas AP	Desenvolver novas oportunidades para atrair o público que ainda não visita a AP. Estabelecer formas de cooperação com os concorrentes. Adotar o uso de tecnologia.
Falta de estudos para orientar como gerenciar e aprimorar a experiência do visitante	Monitorar e demonstrar os benefícios das experiências em AP. Adotar medidas de gestão baseadas nos benefícios e valores da AP

Fonte: Adaptado de Weiler, Moore & Moyle, 2013

Uma ferramenta de gestão relevante neste contexto é a interpretação, prática empregada tradicionalmente em AP, que contribui para a criação da experiência do visitante e para a sustentabilidade da atração (Moscardo & Ballantyne, 2008; Newsome et al., 2013). Estudos com visitantes em atrações naturais e culturais mostram que a interpretação é um fator que influi positivamente no aumento do conhecimento (Benton & Sinha, 2011; Hvenegaard, 2017; Powell & Ham, 2008) e na experiência e satisfação do visitante (Ballantyne et al., 2011; Beattie & Schneider, 2018; de Rojas & Camarero, 2008; Ham & Weiler, 2002; Lück, 2003, 2015; Moscardo, 1996, 2014; Moscardo & Ballantyne, 2008; Sim et al., 2018; Weiler & Ham, 2010; Weiler & Walker, 2014). No aspecto do controle direto dos potenciais impactos negativos dos visitantes sobre os recursos, Marion & Reid (2007) consideram que a abordagem educativa é efetiva e que as mensagens interpretativas podem mostrar-se mais eficazes que mensagens proibitivas, na redução de determinados comportamentos

indesejados. Isso está em concordância com a visão de Moscardo (2014, p. 472) de que, sob condições adequadas, a interpretação pode contribuir com as estratégias de gestão de visitantes.

A interpretação é uma atividade que pode estar disponível de várias maneiras, tanto pela interação direta entre o público e guias, condutores de visitantes, funcionários e voluntários da AP, quanto por meios de comunicação físicos, eletrônicos ou digitais (Brochu & Merriman, 2008; Coghlan & Kim, 2012; Durão, 2009; Moreira, 2014). A decisão de participar de atividades interpretativas ou utilizar materiais interpretativos cabe ao visitante (Brochu & Merriman, 2008; Ham, 1992; Tilden, 2007), por isso, se a sensibilização da sociedade é uma função da AP, a interpretação deve ser provida de forma diversificada e atrativa, para aumentar a possibilidade de atrair o interesse de diferentes perfis de público (Coghlan & Kim, 2012; Healy et al., 2016). A multiplicidade de meios e perfis de intérpretes pode levar a um maior alcance de público, assim como agregar diferentes especialidades e experiências, porém deve ser adequadamente planejada para evitar a falta de coerência, consistência e qualidade da interpretação fornecida na AP (Bryant, 2006, p. 178).

Uma das estratégias amplamente utilizadas em AP é a implantação de centros de visitantes, destinados a, entre outras coisas, oferecer ao público informações gerais e interpretação sobre a área, de forma unificada e concentrada (Bryant, 2006; Fallon & Kriwoken, 2003; Healy et al., 2016; Kulczyk et al., 2018; Moreno-Llorca et al., 2019; Pearce & Moscardo, 2007). As próximas seções apresentarão um aprofundamento sobre a interpretação, a cocriação de experiências e as boas práticas para desenvolvimento de uma exposição interpretativa, elementos considerados fundamentais no escopo do presente estudo, para o alcance dos objetivos de conservação de uma área protegida.

2.3 Interpretação

2.3.1 Histórico e definições

A origem da atividade conhecida como interpretação, no âmbito da conservação natureza e do turismo, coincide com a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos, na segunda metade do século 19, e tem grande influência das ideias e ações de naturalistas como John Muir e Enos Mills, este um pioneiro da profissão de guias intérpretes da natureza. A

disseminação mundial da interpretação, como serviço a ser oferecido a visitantes em atrações naturais e culturais, ocorreu a partir de 1957, com a publicação do livro *Interpreting our Heritage*, de Freeman Tilden, que continua a ser uma das principais referências no tema (Brochu & Merriman, 2008; Brunelli, 2013; Craig, 2007). Tilden foi um jornalista e escritor com grande entusiasmo pelos parques nacionais, cujos trabalhos, desenvolvidos junto ao Serviço Nacional de Parques Nacionais dos Estados Unidos, contribuíram de maneira relevante para a revitalização da visitação e do apoio público às AP daquele país, nos anos que se seguiram à segunda guerra mundial (Craig, 2007).

Ao longo do tempo, a interpretação tornou-se um componente essencial da comunicação com o público também em espaços como jardins botânicos e zoológicos, aquários, museus e sítios de patrimônio histórico e cultural, sendo adotada hoje em outros tipos de atrações (Moscardo & Ballantyne, 2008). Além do uso turístico, a interpretação tem o potencial de estimular o resgate e a valorização da identidade cultural e dos valores fundamentais da sociedade (Interpret Europe, 2017, p. 6) e reduzir conflitos entre as comunidades locais e as instituições responsáveis pela gestão do patrimônio (Bryant, 2006). Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a interpretação integra os processos de gestão dos sítios do patrimônio mundial, contribuindo para “aumentar a conscientização, a compreensão e a apreciação das pessoas a respeito da necessidade de preservar o patrimônio cultural e natural [...]” tanto pelas gerações presentes como futuras, e “[...] ajudar a aumentar a participação de interessados na proteção do patrimônio” (UNESCO, 2016, p. 70). O envolvimento das comunidades na interpretação do patrimônio ultrapassa a prestação de serviços, sendo fundamental para oferecer a perspectiva local sobre valores culturais e históricos e agregar ideias, como parte de um processo de planejamento colaborativo ou por meio de projetos específicos (Bryant, 2006; Fallon & Kriwoken, 2003; UNESCO, 2016).

A função de interpretar ao público os valores do patrimônio natural, histórico e cultural protegido teve sua primeira definição formal elaborada por Freeman Tilden, como resultado de um amplo trabalho de observação e participação em atividades interpretativas em parques nacionais e outras AP dos Estados Unidos (Brochu & Merriman, 2008; Bryant, 2006; Craig, 2007; Ham, 1992). Embora, à época, o uso do termo interpretação não tenha sido aceito de forma unânime, a prática foi definida como:

Uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos (Tilden, 2007, p. 33, tradução da autora)².

As ideias de Tilden foram construídas sobre uma base experiencial e intuitiva, tendo sido posteriormente discutidas por outros autores, especialmente à luz de teorias dos campos da psicologia, educação e comunicação, o que conferiu à interpretação uma base teórica multidisciplinar e permitiu ampliar sua aplicação prática (Ham, 2009; Skibins et al., 2012). O aprofundamento teórico e a difusão da prática levaram à elaboração de outras definições, tanto no meio acadêmico quanto por instituições responsáveis pela gestão do patrimônio natural e cultural, associações de intérpretes, entre outras (Brochu & Merriman, 2008; Kuo, 2002; Moscardo, 2014; Newsome et al., 2013). Conforme Moscardo & Ballantyne (2008), as várias concepções de interpretação refletem diferenças na forma de entender a atividade, com implicações para suas finalidades e abrangência. Esses autores observam que, em geral, definições focadas no público utilizam termos como ‘comunicação’, ‘significado’ e ‘mudança de percepção’, o que sugere que a atividade busca estimular a compreensão do ambiente de uma forma mais abrangente, enquanto as que enfatizam a gestão têm a atenção dirigida a um local específico e empregam palavras como ‘educação’, ‘apreciação’, ‘proteção’ e ‘mudanças de comportamento’ (Moscardo & Ballantyne, 2008, p. 239).

O Quadro 2.2. apresenta alguns dos conceitos e descrições de interpretação formulados nas últimas décadas. Desta seleção de afirmações com diferentes complexidades depreende-se que a interpretação é um processo particular de comunicação, que tem a finalidade de auxiliar as pessoas a perceberem valores, significados e conceitos relacionados ao patrimônio natural e/ou cultural existente no local visitado. O contexto de atividades de turismo e lazer, o estímulo à conexão pessoal entre o visitante e o recurso apresentado e o componente educacional são ideias subjacentes a várias delas.

Moscardo (2007) defende que, embora raramente explícito na literatura, a interpretação refere-se à criação, para o visitante, de um “senso de lugar” (*sense of place*), conceito definido por Derr (2002, citado por Moscardo, 2007) e ligado ao “sentimento de pertencimento” ao lugar (*attachment to place*) (Moscardo, 2007, pp. 57–58).

² A publicação consultada para elaboração da presente dissertação foi a 4ª edição do livro *Interpreting our Heritage* publicada em 2007.

Quadro 2.2 Coletânea de conceitos e descrições de interpretação formulados por diferentes autores e instituições.

Conceito/descrição	Autor/instituição
A interpretação ambiental envolve a tradução da linguagem técnica de uma ciência natural, ou campo relacionado, em termos e ideias que pessoas leigas podem entender prontamente.	Ham (1992, p. 50, tradução da autora)
[Um] processo de comunicação que visa ajudar as pessoas a descobrir o significado de coisas, lugares, pessoas e eventos [...] Auxiliando as pessoas a mudarem a maneira como percebem a si mesmas e a seu mundo através de uma maior compreensão.	McFarlane (1994, citado por Moscardo & Ballantyne, 2008, p. 238, tradução da autora)
Uma atividade educacional que visa revelar significados sobre nossos recursos culturais e naturais. A interpretação melhora nossa compreensão, apreciação e, portanto, a proteção de lugares históricos e maravilhas da natureza.	Beck & Cable (1998, citados por Moscardo & Ballantyne, 2008, p. 238, tradução da autora)
[...] programas públicos sobre os temas relacionados aos recursos naturais e culturais de um local, que tanto podem ser atividades programadas quanto contatos informais.	Skibins et al. (2012, p. 28, tradução da autora)
A interpretação do patrimônio é definida como atividades de comunicação persuasivas, como visitas guiadas, folhetos e informações fornecidas em letreiros e exposições, com o objetivo de apresentar e explicar aspectos do patrimônio natural e cultural de um destino turístico para os visitantes.	Moscardo (2014a citada por Moscardo, 2014, p. 462, tradução da autora)
Um processo de comunicação com base em uma missão que forja as conexões emocionais e intelectuais entre os interesses do público e os significados inerentes ao recurso.	National Association for Interpretation (n.d., citada por Brochu & Merriman, 2008, p. 16, tradução da autora)
A interpretação traduz os significados de um lugar através de meios de comunicação ou da interação pessoal, para ajudar os visitantes a compreender e se relacionar com um local ou uma história. A interpretação ajuda a criar conexões intelectuais e emocionais entre visitantes e recursos, incentivando-os a se preocuparem e a se conectarem a um lugar.	National Park Service (n.d., tradução da autora)
A interpretação do patrimônio é uma abordagem estruturada de educação não formal, especializada na comunicação de ideias significativas sobre um local para as pessoas em momento de lazer. Estabelece uma ligação entre os visitantes e o que eles podem descobrir em locais como uma reserva natural, um sítio histórico ou um museu.	Interpret Europe (n.d., tradução da autora)

Fonte: Elaboração própria com base em Brochu & Merriman (2008); Ham (1992); Interpret Europe (n.d.); Moscardo (2014); Moscardo & Ballantyne (2008); National Park Service (n.d.) e Tilden (2007).

Os dois países que integram o presente estudo, Brasil e Portugal, possuem definições próprias de interpretação adaptadas às realidades nacionais e formuladas no âmbito da visitação em AP, nas quais percebe-se o alinhamento aos entendimentos internacionais e foco principal no visitante (Quadro 2.3).

Quadro 2.3 Conceitos de interpretação ambiental adotados no contexto das Áreas Protegidas em Portugal e no Brasil.

País	Conceito
Portugal	Interpretação ambiental é toda a actividade (sic) que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a área protegida, através da observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos <i>habitats</i> , bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações, com recurso às instalações, sistemas e equipamentos do turismo de natureza (Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de fevereiro do Ministério da Economia, Art. 9º, nº 2, 1999).
Brasil	A interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido (ICMBio, 2018, p. 16).

Fonte: Elaboração própria com base em ICMBio (2018) e no Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de fevereiro do Ministério da Economia (1999).

Observa-se que as definições adotadas pelos órgãos oficiais em ambos países (Quadro 2.3) utilizam o termo interpretação ambiental (*environmental interpretation*), a exemplo de diversos autores (Archer & Wearing, 2003; Derrien & Stokowski, 2017; Ham, 1992; Ham et al., 1993; Kuo, 2002; Moscardo & Pearce, 1986), com a finalidade de enfatizar o componente natural das AP. O emprego desse termo é criticado por Ablett & Dyer (2009), com o argumento que Tilden propôs uma abordagem holística que evitava a visão segmentada do patrimônio em natural e cultural.

2.3.2 Meios, princípios e características

Os meios utilizados para a interpretação são diversos e podem, numa perspectiva teórica, ser agrupados de várias maneiras. Ham (1992) dividiu-os conforme a forma de transmissão das mensagens, em orais e escritos. Dentre os primeiros estão palestras, visitas guiadas, recursos audiovisuais narrados, audioguias e outros meios verbais, caracterizando uma comunicação que obedece a uma sequência linear planejada. Os meios escritos compreendem exposições, folhetos, brochuras e outras publicações, que o autor descreveu como uma forma de comunicação não linear, uma vez que o leitor pode escolher se fará a leitura total ou parcial do material e na sequência que preferir. Com a evolução tecnológica das últimas décadas, pode-se acrescentar aos meios escritos mencionados por Ham (1992) recursos audiovisuais e de comunicação digital, como equipamentos eletrônicos fixos, instalados no espaço expositivo pelas organizações gestoras (Carnall et al., 2013), e aplicativos para dispositivos

móveis, que permitem a disponibilização de conteúdo interpretativo no equipamento do próprio visitante (Bohlin & Brandt, 2014; Newsome et al., 2013).

Bryant (2006) agrupou a oferta de interpretação em quatro categorias principais: centros de visitantes e de informação, materiais impressos (folhetos e outras publicações para orientar visitas autoguiadas ou contendo informações sobre elementos locais), interpretação no atrativo (painéis e estruturas similares) e interpretação *face-to-face* (visitas guiadas, eventos). Brochu & Merriman (2008) classificam os meios em interpretação pessoal, quando o intérprete está na presença do público, e não pessoal, quando a interpretação é intermediada, exclusivamente, por materiais elaborados previamente e disponibilizados em meio físico ou eletrônico. Essa é a classificação adotada pelo órgão gestor das unidades de conservação federais no Brasil (ICMBio, 2018).

A distribuição da mensagem em pequenas partes e a combinação de diferentes meios de interpretação, abordagem conhecida como interpretação em camadas (*interpretive layering*), é utilizada por diversas instituições com a finalidade de ampliar as chances de proporcionar uma experiência de qualidade a um público heterogêneo, oferecer oportunidades diversificadas de aprendizagem informal, aumentar a efetividade da interpretação (Bruno & Wallace, 2019; Coghlan & Kim, 2012; Heimlich et al., 1996; Prendivoj, 2018; Weiler & Smith, 2009).

Contudo, independentemente do meio em que é oferecida, a interpretação é orientada por princípios comuns. Os primeiros seis princípios foram identificados por Tilden, com o objetivo de distinguir uma base comum para a prática, na década de 1950 e permanecem relevantes em sua essência até o presente (Brochu & Merriman, 2008). Os elementos que o levaram a propô-los foram apresentados e discutidos em *Interpreting our Heritage*, assim como esses princípios foram objeto de análise de outros autores, subsequentemente. São eles:

- i. “Qualquer interpretação que não relaciona o que está sendo apresentado a algo da personalidade ou da experiência do visitante será infrutífera” (Tilden, 2007, p. 36, tradução da autora). Para atrair e manter a atenção, a interpretação deve ser capaz de estabelecer relações entre os fatores de interesse do público e os recursos interpretados, tornando-os pessoalmente relevantes. Isto é fundamental para que os

objetivos propostos para a interpretação sejam atingidos, pois cada visitante compreende o local visitado e interpretado a partir da sua própria perspectiva e experiência (Tilden, 2007, pp. 36–43). Numa abordagem voltada para a gestão, Larsen (2011) acrescenta que “quando a experiência interpretativa consegue promover a conexão pessoal com o significado do recurso, o público forma uma ligação pessoal e, por isso, dá mais valor ao recurso” (Larsen, 2011, p. 39, tradução da autora).

- ii. “A informação pura não é interpretação. Interpretação é a revelação baseada na informação” (Tilden, 2007, p. 44, tradução da autora). Cada recurso protegido tem atributos suficientemente relevantes para ter adquirido a condição de proteção formal. Assim, informações técnicas e acontecimentos históricos são um dos pilares do trabalho do intérprete, conferindo-lhe base e credibilidade. Entretanto, a transmissão de informações e a interpretação são abordagens de comunicação diferentes, já que o objetivo principal da interpretação é levar os visitantes a compreender e apreciar o local visitado por uma dimensão subjetiva (Ham, 1992; Larsen, 2011; Tilden, 2007).
- iii. “Interpretação é uma arte multidisciplinar e, como tal, pode ser ensinada” (Tilden, 2007, p. 53, tradução da autora). Em seu trabalho, Tilden conclui que a interpretação não deve ser encarada como ciência, mas sim como arte, que permite apresentar os significados subjetivos dos fatos. Ele sugere, por exemplo, que o intérprete dê vida ao que está sendo apresentado, desenvolvendo uma narrativa (Tilden, 2007, pp. 54–58). Neste sentido, destaca-se a criatividade do intérprete e das organizações para auxiliar na ambientação da experiência interpretativa, por exemplo, pelo uso de músicas, encenações e trajes de época (Brochu & Merriman, 2008), *storytelling* (Moscardo, 2017) e do envolvimento das comunidades em formas de turismo (co)criativo (Duxbury & Richards, 2019), oferecendo oportunidades capazes de envolver diferentes perfis de público.
- iv. “O objetivo principal da interpretação não é a instrução, mas a provocação” (Tilden, 2007, p. 59, tradução da autora). A interpretação deve apresentar questões que estimulam a curiosidade e a reflexão do visitante e o ajudem a perceber e apreciar, por si próprios, os múltiplos significados do local visitado (Ham, 2009; Tilden,

2007). Por meio de uma citação extraída de um manual administrativo do serviço de parques nacionais, Tilden esclareceu a relação entre a interpretação, a percepção da importância/sensibilização e a proteção do recurso: “Através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação; através da apreciação, a proteção” (Autor anônimo, citado em Tilden, 2007, p. 65, tradução da autora) e consolidou uma das mais citadas frases da literatura sobre interpretação (Ham, 2009, p. 50). Como analisa Ham (2009), as ideias construtivistas de Tilden contrastavam com a visão científica cognitivista da época, porém mostraram-se válidas quando examinadas posteriormente em inúmeros estudos no campo da psicologia comportamental e cognitiva. No escopo do presente estudo, este princípio está relacionado a uma característica da interpretação que é indicada como um elemento essencial em exposições para obter-se a atenção do visitante aos textos (Bitgood, 2000, 2002) e engajá-los de forma ativa (*mindful*) à exibição de maneira geral (Spicer, 1994, citado em Heimlich et al., 1996; Moscardo, 1996).

- v. “A interpretação deve buscar apresentar um todo ao invés de uma parte e deve se dirigir à pessoa como um todo ao invés de um aspecto dela” (Tilden, 2007, p. 68, tradução da autora). Ao propor este princípio, Tilden chama atenção para a necessidade de se apresentar *um* todo e não *o* todo, ou seja, considerando-se as limitações de tempo e capacidade de assimilação de conteúdos por parte do visitante, a interpretação terá mais chance de cumprir seus objetivos se oferecer ao público um ou mais aspectos relevantes sobre o recurso, do que com uma grande quantidade de informações fragmentadas, que sobrecarregam o visitante e não lhe permitem apreender o significado maior do local visitado. De maneira análoga, o intérprete deve se dirigir ao visitante como uma pessoa que busca novas experiências, relaxamento, aventura, conhecimento, afirmação etc. e não pressupor que ele se interessa por apenas uma ou outra atividade. Muitas oportunidades de interpretação e de ‘conquista’ do visitante podem ser perdidas quando se apresenta a ele somente o que se julga que ele quer ver, sem procurar conhecê-lo (Tilden, 2007, pp. 68–75).
- vi. “A interpretação dirigida a crianças (até a idade de 12 anos) deve seguir uma abordagem totalmente diferente da apresentação para adultos e, preferencialmente, compor um programa específico” (Tilden, 2007, p. 76, tradução da autora). O autor incluiu este princípio e o intervalo etário baseado nas características cognitivas de

crianças e adultos e nas teorias predominantes em sua época. No final do século 20, Beck & Cable (1997, citados em Brochu & Merriman, 2008, pp. 29–30) propuseram uma versão atualizada e ampliada dos princípios identificados originalmente por Tilden e incluíram entre os perfis de público para programas de interpretação com abordagem diferenciada as crianças, os adolescentes e os idosos, desde que organizados para visita em grupos homogêneos.

Este princípios não esgotam os elementos que compõem uma prática interpretativa e mesmo Tilden destacou a importância do estilo pessoal e entusiasmo do intérprete e da paixão pelos recursos que interpreta (Brochu & Merriman, 2008). Apoiado em teorias da psicologia cognitiva, Ham (1992) argumenta que a comunicação por meio da interpretação possui determinadas qualidades de estilo e organização, que permitem manter a atenção do público e facilitar a compreensão do que está sendo apresentado. Para o autor a interpretação deve ser agradável, para estimular o visitante a engajar-se na atividade que está sendo realizada; relevante para o visitante, conectando conhecimentos ou experiências pessoais existentes a novas informações; organizada, para reduzir o esforço do visitante em acompanhar o raciocínio ou a narrativa; e temática, de modo a oferecer uma mensagem coerente e contextualizada, que atenda aos objetivos propostos para a atividade ou material interpretativo em questão (Ham, 1992).

A utilização de teorias de áreas da psicologia cognitiva e comportamental na prática da interpretação encontra oposição em pesquisadores da área da hermenêutica, que consideram a abordagem reducionista em relação à visão holística de Tilden. Ablett & Dyer (2009) consideram que “a tradição hermenêutica [...] oferece uma estrutura coerente para promover a interpretação do patrimônio como uma arte amplamente inclusiva, culturalmente situada, dialógica, reflexiva e crítica” (Ablett & Dyer, 2009, p. 225, tradução da autora). A interpretação em AP deve estar alinhada aos paradigmas modernos de gestão referidos por Phillips (2003, citado em Weiler et al., 2013), mais inclusivos e abertos à sociedade e à formação de parcerias. O contexto sociocultural, por vezes negligenciado na interpretação de recursos naturais, compõe a significância desses recursos e ajuda a estabelecer as conexões com o público, devendo ser cuidadosamente trabalhado para minimizar conflitos (Fallon & Kriwoken, 2003; Staiff et al., 2002). A interpretação contribui para estimular o público a encontrar os significados pessoais, ao mesmo tempo em que apresenta e estimula a compreensão de outras visões sobre o mesmo recurso (Larsen, 2011, p. 59),

desempenhando um papel central na formação da experiência de visitação (Fyall et al., 2008, citados em Healy et al., 2016, p. 575), experiência essa, co-criativa, envolvendo os visitantes mais ou menos ativamente na construção do significado, como desenvolvido nos pontos iii e iv desta subseção.

2.3.3 Diferenças entre interpretação e educação ambiental em áreas protegidas

Interpretação ambiental e educação ambiental são termos frequentemente confundidos e usados como sinônimos (Lück, 2015; Silva, 2012). Entretanto, embora a interpretação seja uma estratégia de gestão classificada como educativa (Kuo, 2002) e palavras como educacional e educação façam parte de alguns conceitos e descrições da atividade (ver Quadro 2.2), interpretação e educação ambiental são processos diferentes (Brochu & Merriman, 2008, pp. 20–21; Lück, 2003, 2015; Silva, 2012).

A primeira diferença está na origem, tendo a atividade de interpretação da natureza surgido no final do século 19 pelo trabalho de guias naturalistas (ver seção 2.3.1). A educação ambiental originou-se em movimentos ambientalistas da segunda metade do século 20, tendo como bases, nos Estados Unidos, o estudo da natureza, a educação para conservação e a educação ao ar livre (Disinger, 1985, citado em Carter & Simmons, 2010). Ainda que presentes em diversos países à época, as discussões sobre a necessidade de educar as pessoas, independentemente da idade, sobre problemas ambientais e sustentabilidade alcançaram o cenário mundial a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972 e da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, em 1977 (Carter & Simmons, 2010; Ministério do Meio Ambiente & Ministério da Educação, 2014; Silva, 2012).

Desde seu início, portanto, a educação ambiental tem um caráter político e pretende atingir toda a sociedade. Tratando da realidade estadunidense, Carter & Simmons (2010) avaliam que “o objetivo da educação ambiental é uma sociedade democrática na qual cidadãos instruídos em temas ambientais participam ativamente” (Carter & Simmons, 2010, p. 13, tradução da autora). No contexto português, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental apoia-se na abordagem sistêmica para aumentar na sociedade a consciência ambiental e estimular o debate público sobre o desenvolvimento sustentável. Os espaços de educação formal são os principais responsáveis pela condução dos processos de educação ambiental,

cujas atividades podem ocorrer também em AP (Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2017 de 11 de julho da Presidência do Conselho de Ministros, 2017). No Brasil, além das diretrizes e normas para a atividade em todo o território, os processos de educação ambiental nas AP são orientados pela Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA) e devem contribuir para capacitar a sociedade para participar e exercer o controle social desde a criação até a gestão das unidades de conservação (ICMBio, 2018, p. 18).

O perfil de público a que cada uma se destina é, contudo, a diferença mais evidente. A interpretação é dirigida aos visitantes de um determinado local, sejam turistas, excursionistas ou a comunidade local em atividade de lazer. Depende da vontade do visitante utilizar um material interpretativo ou participar de uma atividade interpretativa (Ham, 1992; Hammitt, 1984, citado em Lück, 2015; Powell & Ham, 2008; Tilden, 2007). Ao contrário, a educação ambiental é um processo continuado que desenvolve, com o mesmo grupo de pessoas por um determinado tempo, ações orientadas por um planejamento pedagógico e objetivos de aprendizagem, que, a depender da instituição que a realiza, podem estar ou não associadas a currículos escolares (Brochu & Merriman, 2008; Carter & Simmons, 2010; ICMBio, 2018, p. 17). Para Hammitt (1984, citado em Lück, 2015, p. 26) a educação ambiental está associada a um maior grau de formalidade, tanto no que se refere à prática quanto aos espaços onde ocorre, enquanto a interpretação ambiental é oferecida em espaços informais, para o contexto educativo, e emprega, quase sempre, abordagens informais.

Embora com origem e públicos distintos, existe uma relação entre essas duas áreas do conhecimento. Silva (2012) aponta que a abordagem da interpretação ambiental pode ser utilizada para promover a sensibilização do indivíduo nas etapas iniciais de um programa de educação ambiental, mas ressalta que a visita a uma trilha interpretativa não é educação ambiental. Brochu & Merriman (2008, p. 20) assinalam que a interpretação pode contribuir com processos educacionais e que professores que utilizam a técnica de comunicação da interpretação são, em geral, melhores professores.

Da perspectiva da gestão de AP, portanto, os materiais e serviços interpretativos disponíveis aos visitantes, independentemente de serem estes motivados pelo aumento do conhecimento ou constituírem grupos escolares, não representam atividades ou programas de educação ambiental, pois diferem essencialmente em finalidades e público. Por outro lado, a

interpretação oferecida em uma AP pode fazer parte de programas de educação ambiental desenvolvidos por outras instituições, ou mesmo da própria organização responsável pela AP, quando existe um programa continuado de educação voltado, por exemplo, a determinados grupos de atores da comunidade local. A individualização desses processos é importante para que os objetivos e resultados esperados sejam corretamente definidos, levando ao estabelecimento de indicadores adequados e à realização de ações efetivas.

2.4 Cocriação de experiências em turismo

A qualidade da experiência é um dos principais fatores determinantes da satisfação do visitante, que influencia, entre outros resultados, a retenção da memória da experiência, a lealdade ao destino, a intenção de repetição de visitas, o tipo de avaliação registrada em *websites* de viagens e a divulgação a amigos e familiares e em redes sociais. A estratégia das organizações que fazem parte da cadeia do turismo, por conseguinte, é oferecer experiências de boa qualidade que gerem resultados positivos nos itens supramencionados e, conseqüentemente, alcancem outros objetivos organizacionais, sejam eles econômicos, sociais, ambientais ou de outra natureza (Aroeira et al., 2016; de Rojas & Camarero, 2008; Kastenholz et al., 2013; Minkiewicz et al., 2014; Sim et al., 2018).

Nas últimas décadas, diversos estudos têm sido realizados, para identificar e compreender os fatores que interferem na qualidade da experiência e na satisfação do visitante, com abordagem ampla (Aroeira et al., 2016; Campos et al., 2018; Coelho & Gosling, 2018; Kirillova et al., 2017; Packer & Ballantyne, 2016) ou voltada para os diferentes contextos de turismo cultural (Duxbury & Richards, 2019; Kastenholz et al., 2013; Kastenholz, Carneiro, et al., 2012; Minkiewicz et al., 2014; Ross & Saxena, 2019; Zatori et al., 2018), museus, centros de visitantes e atrações de patrimônio cultural e natural (Antón et al., 2018; Beattie & Schneider, 2018; de Rojas & Camarero, 2008; Moscardo, 2017), atrações ligadas à vida silvestre, áreas protegidas e turismo de natureza (Ballantyne et al., 2011; Botha et al., 2016; Ham & Weiler, 2007) e interações informais entre o público e prestadores de serviço (Black, 2018; Sørensen & Jensen, 2015), dentre outros.

No escopo da presente dissertação, entende-se que a oferta de experiências de visitação de boa qualidade em AP pode contribuir para o alcance dos objetivos de gestão, principalmente pelo potencial de sensibiliza o do público, do aumento de sua compreensão sobre os

recursos e valores protegidos e da maior possibilidade de compartilhamento de suas impressões e recomendação da visita, com a conseqüente divulgação da AP e, eventualmente, da importância de sua proteção. Faz-se necessário, então, compreender a ideia de experiência no âmbito do turismo e como criar condições para que o visitante tenha uma experiência memorável, de boa qualidade.

2.4.1 Economia de experiências e a visitação em áreas protegidas

O turismo é uma atividade multidimensional e complexa, que resulta da interação de um grande número de atores, com interesses e finalidades diversos. Numa visão geral, envolve os visitantes (turistas e excursionistas), os provedores de serviços turísticos ou relacionados ao turismo, as organizações gestoras de espaços ou recursos considerados atrações, variadas instâncias governamentais e a comunidade receptora (Goeldner & Ritchie, 2009; Kastenholz, Carneiro, et al., 2012). É um setor praticamente indissociável da economia de experiências, termo criado por Pine & Gilmore (1998) para identificar ofertas econômicas distintas da prestação de serviços, que envolvem o consumidor de maneira memorável e, numa escala de progressão de valor, são superiores às demais (*commodities*, bens e serviços). Ao contrário das ofertas tradicionais, que são controladas pelos fornecedores, as experiências têm um caráter pessoal (Pine & Gilmore, 1998, 2014).

As experiências são acontecimentos especiais, que se sobressaem aos cotidianos e contribuem para o enriquecimento pessoal e a formação de memórias, levando quem as vivencia a perceber benefícios e atribuir valor ao que foi vivenciado (Antón et al., 2018, p. 1407). Nessa perspectiva, a oferta de experiências de visitação, além de atender às demandas de mercado e gerar vantagens competitivas, é fundamental para comunicar a importância da proteção de valores naturais e culturais e buscar o apoio da sociedade em locais como AP, museus, sítios históricos e arqueológicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários (Antón et al., 2018; Ballantyne et al., 2011; Minkiewicz et al., 2014).

A experiência do visitante é um processo subjetivo e individual, induzido pela participação em uma oportunidade de visitação. É construída pelo indivíduo a partir de suas vivências, emoções, personalidade, seus conhecimentos e sua bagagem sociocultural, o que faz com que nenhuma experiência seja, em última instância, igual à outra. Cabe às organizações responsáveis pela gestão dos espaços e pela oferta de serviços e atividades criar condições

para que o público tenha uma experiência boa qualidade e produza memórias agradáveis e duradouras (Kastenholz, Carneiro, et al., 2012; Packer & Ballantyne, 2016; Pine & Gilmore, 1998). Assim, tomando o visitante como foco central, as experiências possuem um domínio interno, correspondente ao indivíduo, e um domínio externo, no qual se encontram os fatores que podem ser controlados pelo gestor da atração (e.g., ambientação, serviços, atividades) ou não (e.g., características do destino, reações da comunidade, interações entre visitantes) (Campos et al., 2018; Packer & Ballantyne, 2016).

As dimensões e os elementos que contribuem para a construção e a qualidade das experiências variam conforme a área do conhecimento científico e a perspectiva analisada e, para finalidade de gestão em turismo, podem ser considerados de forma interdependente e complementar. O Quadro 2.4 apresenta os fatores indicados por alguns autores como centrais para o desenho de oportunidades de experiências em turismo. Observa-se, em dois ou mais estudos, a recorrência dos fatores: participação, conexão pessoal, conexão com o ambiente, interação interpessoal e personalização.

Quadro 2.4 Principais dimensões/componentes envolvidos na criação de experiências em turismo

Dimensões / Componentes	Contexto estudado	Literatura correspondente
Participação passiva Participação ativa	Economia de experiências	Pine & Gilmore, 1998
Conexão com o ambiente do tipo absorção Conexão com o ambiente do tipo imersão	Cocriação de experiências em museus	Antón et al., 2018
Hedonismo Novidade Cultura local Descanso Significância Envolvimento Conhecimento	Economia de experiências no âmbito do turismo	Kim et al., 2012
Conexão pessoal / emocional Estímulos multissensoriais Narrativas temáticas Conhecimento Harmonia das paisagens experienciais	Gestão da experiência em turismo rural	Kastenholz et al., 2012
Interação interpessoal Informação e interatividade Ambiente organizacional Personalização	Envolvimento na experiência de turismo cultural em meio urbano	Zatori et al., 2018

Quadro 2.4 Continuação

Dimensões / Componentes	Contexto estudado	Literatura correspondente
Participação ativa Interação física Imersão emocional e/ou cognitiva Personalização da experiência Interação com os funcionários Tecnologia	Cocriação de experiências em ambiente museológico	Minkiewicz et al., 2014
Participação ativa, física e mental Interação interpessoal e com o ambiente	Revisão de literatura sobre coriação de experiências em turismo	Campos et al., 2018

Fonte: Elaboração própria com base em Antón et al. (2018); Campos et al. (2018); Kastenholtz et al. (2012); Kim et al. (2012); Minkiewicz et al. (2014); Pine & Gilmore (1998) e Zatori et al. (2018).

Os componentes da experiência são considerados de forma combinada e em um gradiente de intensidade e tipos, e não de maneira dicotômica (presença/ausência), conforme a categoria de experiência que se pretende oferecer, os resultados esperados e o perfil de público a que se destina. A partir da combinação das dimensões participação e conexão com o ambiente, Pine & Gilmore (1998) organizaram as experiências em quatro grandes domínios: entretenimento (participação passiva e conexão do tipo absorção), aprendizado (participação ativa e conexão do tipo absorção), estético (participação passiva e conexão do tipo imersão) e escapismo (participação ativa e conexão do tipo imersão). Este modelo foi utilizado como base nos estudos sobre interpretação em atrações de patrimônio cultural edificado (Crozier, 2011) e processos de cocriação de experiências em museus (Antón et al., 2018), que integram a presente revisão. Na última década, têm sido investigados com mais profundidade os aspectos que levam à diferenciação das experiências em turismo, resultando em propostas de distinção entre a experiência turística e a experiência turística memorável (Tung & Ritichie, 2011, citados Coelho & Gosling, 2018, p. 16; Kim et al., 2012) e à identificação dos elementos que favorecem experiências extraordinárias e transformadoras para o indivíduo (Kirillova et al., 2017).

Experiências turísticas memoráveis e/ou transformadoras podem ocorrer independentemente das motivações do visitante ou do propósito da viagem (Coelho et al., 2018; Kirillova et al., 2017). Estudando os fatores que influenciam experiências memoráveis no domínio educativo em atrações relacionadas à vida silvestre, Ballantyne et al. (2011) destacam a importância da inclusão do componente educacional da experiência de forma integrada às práticas sustentáveis de gestão do turismo, a fim de contribuir para a satisfação do visitante

e causar efeitos positivos em sua aprendizagem e em seus comportamentos posteriores. Os autores identificaram quatro níveis de respostas decorrentes da experiência de visitação: impressões sensoriais, afinidade emocional, resposta reflexiva e resposta comportamental. Embora o estudo tenha mostrado que o componente emocional produziu as memórias mais fortes, a associação da resposta reflexiva (que evidencia processamento cognitivo após a experiência) à afinidade emocional provocou uma ampliação do impacto da visita, sugerindo mudanças na percepção de questões ambientais e, eventualmente, a tomada de consciência do papel individual e da necessidade de agir em prol da conservação do ambiente (Ballantyne et al., 2011, pp. 774–775), resultados importantes no contexto da presente dissertação. A Figura 2.1 resume, de forma esquemática, a relação entre a interpretação ambiental em AP e as diferentes abordagens do turismo, no contexto da sociedade atual.

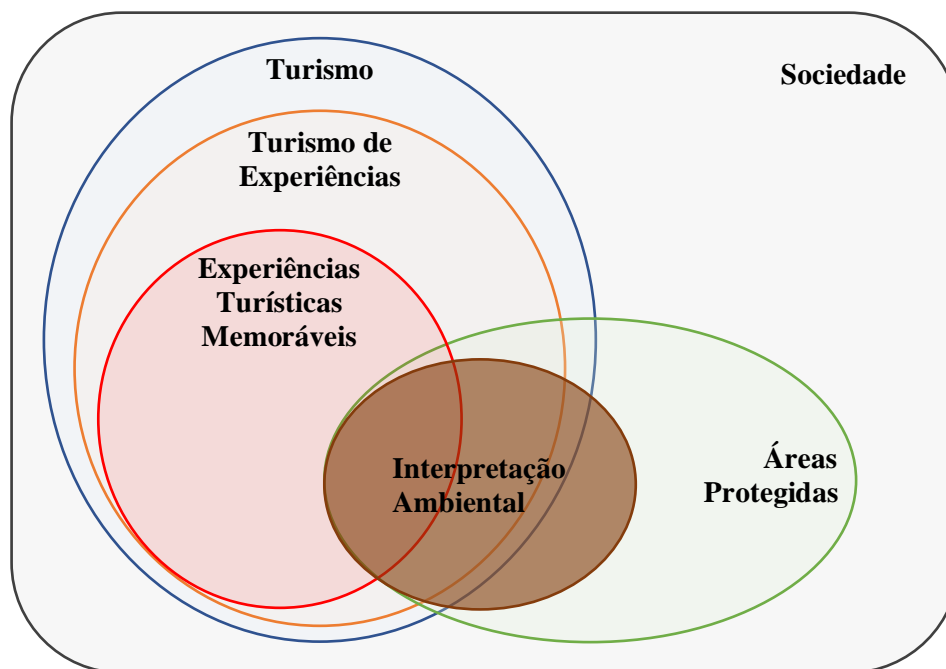


Figura 2.1 Enquadramento da interpretação ambiental no âmbito das áreas protegidas e do turismo. Fonte: Elaboração própria, com base em Ballantyne et al. (2011), Coelho & Gosling (2018), Kim et al. (2012), Leung et al. (2018), Moscardo (1996), Pine & Gilmore (1998).

A economia de experiências cresce rapidamente e requer que as organizações desenvolvam alternativas inovadoras, com maior valor agregado. Tendências para a evolução das experiências envolvem a personalização de produtos, o aprimoramento de serviços, a cobrança pelas experiências, a integração de novas tecnologias e a oferta de experiências mais longas, sequenciais ou continuadas, com maior potencial transformador (Pine & Gilmore, 2014). Em maior ou menor grau, estes caminhos para aperfeiçoamento das

experiências podem ser aplicados à gestão da visitação em AP, com grandes possibilidades para planejamento de oportunidades de cocriação de experiências por meio da interpretação.

2.4.2 Cocriação de experiências, inovação e interpretação

Determinadas experiências em turismo podem ser entendidas como uma criação conjunta (uma *cocriação*) dos visitantes e de outros atores, como gestores de atrações, provedores de serviços e comunidade receptora, que variam conforme a abrangência da análise. Trata-se de uma opção intencional das organizações, que as desenvolvem como um diferencial de competitividade, e dos visitantes, que estão interessados em engajar-se de maneira mais ativa no que lhes é apresentado (Antón et al., 2018; Campos et al., 2018; Kastenholtz, Carneiro, et al., 2012; Minkiewicz et al., 2014; Zatori et al., 2018). A cocriação favorece experiências com maior grau de imersão (de aprendizado e escapismo), uma vez que tem como principais componentes a participação ativa (física e/ou mental) do visitante e sua interação com o ambiente e com outras pessoas, como membros do próprio grupo, outros visitantes, guias e demais pessoas da organização (Antón et al., 2018; Campos et al., 2018; Minkiewicz et al., 2014). É ainda o elemento central do turismo criativo, uma abordagem do turismo cultural que, em oposição ao turismo massificado, valoriza os recursos culturais imateriais e simbólicos locais e oferece ao visitante oportunidades de exercício da criatividade, aprendizado e crescimento pessoal. Em muitos casos, o turismo criativo é desenvolvido em conjunto com os atores locais protagonistas de práticas culturais tradicionais, sendo uma possibilidade de troca de experiências e aprendizado intercultural, levando a vivências muito significativas para o visitante, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento local sustentável e a valorização da cultura local (Duxbury & Richards, 2019).

O processo de cocriação em turismo pode ocorrer antes, durante e depois da visita, com diferentes resultados para as organizações e para o público (Antón et al., 2018; Campos et al., 2018). A experiência de cocriação antes da visita pode envolver uma interação programada entre o consumidor e a organização, por exemplo para definir de maneira personalizada as atividades que serão realizadas *in situ*, a simples busca de informações mais detalhadas no *website* da atração ou o conhecimento do consumidor sobre o assunto, adquirido em visitas anteriores ou por outros meios. Essa cocriação inicial, dentro de certas condições, favorece o engajamento nas atividades desenvolvidas durante a visita e contribuem para a qualidade da experiência nas dimensões entretenimento, aprendizado,

estética e escapismo, porém, no caso de museus, um maior nível de planejamento do visitante pode levá-lo a reduzir a interação interpessoal, diminuindo as chances de aprendizado (Antón et al., 2018). Após a visita, a disposição para dar continuidade ao processo criativo conjunto depende da qualidade da experiência *in situ*, sendo aquelas com maior componente de aprendizado e escapismo as que geram maior interesse em intensificar a visita, seja pela busca de mais informações, discussão da experiência com outras pessoas, geração de conteúdo e interação em redes sociais e registro de avaliações positivas em *sites* de opinião (Antón et al., 2018; Ballantyne et al., 2011; Ballantyne & Packer, 2011).

Entretanto, é durante a visita, parte principal da experiência turística, que o processo de cocriação é mais rico e produz os efeitos mais fortes em termos de emoções, aprendizagem e significado para o visitante. Do lado da oferta, além do planejamento e execução cuidadosos de materiais, atividades e serviços, deve-se considerar a ambientação e demais elementos que compõem o cenário ou a paisagem (*experiencescape*) onde se desenvolve a experiência (Antón et al., 2018; Campos et al., 2018; Kastenholz, Carneiro, et al., 2012).

Para Minkiewicz et al. (2014) a cocriação de experiências possui três dimensões: a coprodução, resultante de oportunidades de participação ativa e da interação física do visitante, a personalização e o engajamento. A personalização refere-se à adaptação da experiência a interesses, capacidades e necessidades do visitante, podendo ser feita de forma autônoma, quando os visitantes escolhem, dentre as atividades e informações disponíveis, aquelas que lhes interessam, fazem perguntas a guias (contato programado) ou a funcionários e voluntários presentes (contato não programado), ou de forma colaborativa, pelo entendimento entre o visitante e a organização sobre os detalhes de programação e/ou conteúdo das atividades que compõem a experiência (Campos et al., 2018; Minkiewicz et al., 2014; Zatori et al., 2018). O engajamento é responsável pela formação da conexão pessoal do consumidor (no caso, o visitante) com os recursos e valores do lugar visitado e é definido como “um estado psicológico individual de imersão cognitiva e emocional na experiência de consumo” (Minkiewicz et al., 2014, p. 47, tradução da autora). Conforme Zatori et al. (2018), o nível de engajamento do visitante é influenciado por características da oportunidade oferecida pelas organizações (interação interpessoal, interatividade do ambiente e personalização) e pode ser medido por indicadores relacionados ao envolvimento na experiência (*experience-involvement*), que se refere ao “envolvimento pessoal, em tempo real, no consumo de uma determinada experiência” (Zatori et al., 2018, p. 112, tradução da

autora). Um elevado nível de envolvimento na experiência leva o visitante a desenvolver conexões pessoais e sua própria interpretação do que está sendo vivenciado, resultando em uma experiência mais significativa e memorável, sejam visitantes internacionais, domésticos ou locais (Zatori et al., 2018).

O engajamento e o envolvimento na experiência turística são favorecidos pelo nível de atenção do visitante (Campos et al., 2018; Zatori et al., 2018), principalmente quando é um estado de atenção plena (*mindfulness*), definido como “um estado ativo de cognição, onde a atenção é focada no cenário imediato” (Moscardo, 2017, p. 113, tradução da autora). O estado de atenção plena foi proposto por Langer (1993, citada por Moscardo, 1996, p. 381) e aplicado em estudos sobre interpretação em atrações de patrimônio por Moscardo (1996, 2017; Moscardo & Pearce, 1986; Pearce & Moscardo, 2007). Moscardo defende que a abordagem interpretativa busca estimular o interesse, o questionamento e a conexão pessoal dos visitantes, proporcionando um estado de atenção plena e, conseqüentemente, aumentando as chances de imersão, aprendizado e maior satisfação com a experiência (Moscardo, 1996; Moscardo & Ballantyne, 2008). Os três momentos da cocriação da experiência (antes, durante e depois da visita) em AP, encontram-se apresentados de forma esquemática no Apêndice A.

A interpretação do patrimônio é uma forma de cocriação de experiências (Crozier, 2011, p. 163; Ross & Saxena, 2019, p. 4) pois os visitantes são encorajados a encontrar os significados pessoais para os recursos e valores do local visitado (de Rojas & Camarero, 2008; Moscardo & Ballantyne, 2008; Copeland, 2006, citado em Ross & Saxena, 2019, p. 4; Tilden, 2007, p. 41). Como forma de comunicação com os visitantes, a interpretação não é um assunto novo para as organizações responsáveis pela proteção do patrimônio natural e cultural. Entretanto, abordagens muito rígidas, centradas em modelos cognitivistas e no pensamento científico e distanciadas do público, não cumprem este papel e podem levar ao desinteresse daqueles que pretende atingir (Ablett & Dyer, 2009; Carnall et al., 2013; Staiff et al., 2002). Ao contrário, abordagens interpretativas inovadoras e fundamentadas na perspectiva da cocriação de experiências podem gerar vantagens competitivas, atrair mais visitantes, aumentar a satisfação e a percepção da relevância destes locais para a sociedade e gerar apoio para sua conservação (Carnall et al., 2013; Crozier, 2011; de Rojas & Camarero, 2008; Minkiewicz et al., 2014).

A inovação em interpretação pode ocorrer de diversas formas, entre as quais a reinterpretção para inclusão de novas perspectivas, de modo a acompanhar as mudanças na sociedade e no público (Crozier, 2011), a organização de eventos e projetos que mobilizem a comunidade local (debates, *workshops*, capacitações, festivais) como coorganizadora e/ou como público (Bryant, 2006; Figueira & Ramos, 2019), a integração de técnicas de *storytelling* (Bruno & Wallace, 2019; Moscardo, 2017), a inclusão de propostas de interatividade, como prática de nós náuticos (Bryant, 2006), a utilização de tecnologias digitais para proporcionar o diferencial da interatividade, agregar múltiplas camadas de interpretação e estimular os visitantes a refletirem sobre questões específicas e compartilhem suas ideias (Carnall et al., 2013; Prendivoj, 2018) e o uso combinado de tecnologia, *storytelling* e eventos para possibilitar a interpretação de recursos que estão fisicamente inacessíveis ao público, como algumas situações em patrimônio arqueológico (Ross & Saxena, 2019). A inovação pode também ser implantada através de mudanças nas práticas de gestão, como a formação de redes e a incorporação da visão das comunidades locais (Duxbury & Richards, 2019) e a criação de uma cultura organizacional que estimule uma interação mais personalizada entre os funcionários da linha de frente e o público (Campos et al., 2018; Sørensen & Jensen, 2015), conversas interpretativas ocasionais (Black, 2018) e implantação de recursos disponíveis após a visita, que permitam que o visitante permaneça engajado e interessado na AP (Ballantyne & Packer, 2011).

As boas práticas em interpretação do patrimônio são o objeto da próxima seção, onde se pretende dar maior atenção aos estudos e às recomendações no campo da interpretação não-pessoal, a fim de atender às necessidades do presente estudo.

2.5 Boas práticas para exposições interpretativas em áreas protegidas

A parte central da experiência de visitação em uma AP é a interação pessoal com os recursos, por meio da realização de atividades junto ao patrimônio natural e/ou cultural protegido, que podem ter viés interpretativo ou não (e.g., Botha et al., 2016; Butzmann & Job, 2017; Fossgard & Fredman, 2019; Ham & Weiler, 2007; Newsome & Hughes, 2018). Inúmeras estruturas de apoio (centros de visitantes, sanitários, cafés e restaurantes, lojas, meios de hospedagem, trilhas, deques, etc.) fornecem condições para os visitantes desenvolverem as atividades com conforto e segurança, aumentarem seus conhecimentos e sua apreciação sobre o local visitado e adquirirem itens que prolongarão e reavivarão as memórias da

experiência. Dentre essas instalações, são comuns em AP os centros de visitantes, edificações onde as organizações costumam concentrar as principais informações, meios interpretativos e outros serviços, com a finalidade de gerir a visitação e aumentar a qualidade da experiência e a satisfação do visitante (Bryant, 2006; Fallon & Kriwoken, 2003; Kulczyk et al., 2018; Pearce & Moscardo, 2007).

A interpretação nestes locais pode, em determinados contextos, oferecer um substituto ao recurso, quando este é vulnerável, inacessível ou está disperso por extensas áreas (Fallon & Kriwoken, 2003; Ross & Saxena, 2019). Os centros de visitantes oferecem um panorama geral da AP, tanto em termos da distribuição espacial de pontos de interesse e atividades, quanto da interpretação. Na visão de Healy et al. (2016), são estruturas centrais na formação da experiência de visitação e devem ser planejados considerando os interesses e preferências dos visitantes em relação ao conteúdo e à forma (Healy et al., 2016, pp. 574–575).

Em alinhamento aos objetivos propostos para o presente estudo de mestrado, esta seção é dedicada à revisão de literatura sobre boas práticas em interpretação em AP, particularmente aquelas mais relevantes para meios interpretativos não pessoais, com ênfase em exposições instaladas em centros de visitantes (termo utilizado em AP no Brasil) e centros de interpretação (termo utilizado em AP Portugal). Para conferir fluidez ao texto, foi adotado como forma geral o termo “centro de visitantes”, aplicando-se o termo “centro de interpretação” quando se tratar especificamente do contexto português.

2.5.1 Exposições interpretativas em áreas protegidas

“Uma área natural nem sempre pode ser totalmente compreendida simplesmente olhando-a demoradamente” afirmam Hughes & Morrison-Saunders (2005, p. 162, parafraseando Rolston, 1998, tradução da autora). Os meios de interpretação não pessoais, como painéis, placas e exposições, são a principal forma de comunicação com o público em AP, pois facilitam a disponibilização permanente das mensagens a um grande número de visitantes (Ballantyne & Hughes, 2003; Benton & Sinha, 2011). Nestes territórios, centros de visitantes funcionam como espaços educativos informais análogos aos museus, centros de ciência, jardins zoológicos e botânicos, aquários e a outras atrações que agregam a atividade de visitação à proteção de um patrimônio, onde a aprendizagem pode ocorrer mesmo que a principal motivação dos visitantes seja outra (Bitgood, 2002; Heimlich et al., 1996; Pennisi

et al., 2017; Schwan et al., 2014). As organizações gestoras de AP podem, então, beneficiar-se da grande variedade de estudos sobre visitantes realizados nessas atrações, que ajudam a compreender as expectativas e os comportamentos dos visitantes e quais características do espaço museológico favorecem a aprendizagem e a satisfação dos visitantes (Bitgood, 2002; Schwan et al., 2014).

A forma tradicional de apresentação de coleções e redação de textos em museus e centros de visitantes, que predominou por muito tempo e ainda está em processo de transformação, é apoiada no fornecimento de informações técnicas, descontextualizadas e de maneira pouco atrativa para o público moderno (Ballantyne & Hughes, 2003; Carnall et al., 2013). Entretanto, nas últimas décadas observa-se o crescimento da oferta de oportunidades para cocriação da experiência nestes ambientes, uma estratégia relevante para o alcance de vários objetivos das organizações, explorada na subseção 2.4 desta dissertação. Como colocam Figueira & Ramos (2019, p. 149), “o trabalho museográfico não é um fim em si mesmo”, devendo ser desenvolvido de forma integrada às demais atividades que ocorrem no museu e à comunidade onde este se insere, a fim de revelar não só o valor histórico de seu acervo, mas seu valor para a sociedade contemporânea. No contexto das AP, autores como Ablett & Dyer (2009), Bryant (2006), Fallon & Kriwoken (2003) e Staiff et al. (2002) igualmente fazem referência à importância da integração das visões das comunidades e culturas tradicionais locais na interpretação oferecida, de forma a proporcionar ao visitante diversas perspectivas e abordagem ampliada sobre os recursos e valores interpretados. Staiff et al. argumentam que é necessário aplicar à interpretação do patrimônio natural a “nova museologia”, abordagem museológica desenvolvida no âmbito do patrimônio cultural desde a década de 1970, que “critica a ilusão de que o conhecimento reside no objeto exposto [...] e, conseqüentemente, existe um significado ‘correto’ – e frequentemente único – para tal objeto” (Staiff et al., 2002, p. 105, tradução da autora).

Instaladas em centros de visitantes, e/ou outros locais acessíveis pelo público, as exposições interpretativas devem ser projetadas conforme as concepções museológicas modernas, que oferecem um ambiente estimulante, interativo e multissensorial, o qual favorece a interação social e o controle do visitante sobre sua aprendizagem (Bitgood, 2002; Schwan et al., 2014). Os elementos expositivos (painéis, expositores, dioramas) devem atrair e manter a atenção dos visitantes, auxiliando-os a identificarem-se com o que está sendo interpretado e levando-os a uma maior reflexão (Ballantyne & Hughes, 2003; Mayorga et al., 2017). Para Packer &

Ballantyne (2016), o *design* da exposição e a interpretação podem contribuir para que a experiência seja memorável, se forem capazes de “fornecer aos visitantes ferramentas e recursos que lhes permitam não apenas construir seu próprio significado, mas também criar sua própria história, que poderá ser contada a outras pessoas” (Packer & Ballantyne, 2016, p. 133, tradução da autora). Entretanto, o uso de novas tecnologias deve ser programado com base nas necessidades e expectativas do público e no contexto da AP, para evitar excessos que possam restringir a experiência à dimensão do entretenimento (Healy et al., 2016)

2.5.2 Boas práticas para o *design* de exposições interpretativas

Para alcançar os melhores resultados, o planejamento da interpretação em AP deve ser realizado, desde o início, de uma forma abrangente, para proporcionar a integração e complementaridade das mensagens disponíveis no centro de visitantes e em outros pontos da área. É essencial que seja desenvolvido a partir do conhecimento do público (perfil, interesses e necessidades de informação/interpretação) para que resulte em uma experiência de qualidade, ao invés de alcançar somente os objetivos da organização na perspectiva da gestão (Ballantyne & Hughes, 2003; Healy et al., 2016; Hughes & Morrison-Saunders, 2005). Portanto, ainda que os centros de visitantes, enquanto infraestrutura para interpretação, sejam análogos aos museus, eles estão inseridos no contexto maior da AP, devendo as boas práticas para exposições interpretativas integrar as questões de *design* e os princípios e qualidades da interpretação aos demais objetivos da gestão da visitação em AP e aos elementos que favorecem a maior qualidade da experiência do visitante em toda a área. Em consonância com esta visão ampliada, a presente subseção trata dos diferentes domínios que devem ser considerados em uma proposta de exposição interpretativa em AP.

2.5.2.1 Perspectiva da gestão da AP

Em alinhamento às características da gestão da visitação em AP validadas pela IUCN (Leung et al., 2018), as exposições interpretativas devem ser planejadas para:

- i. apresentar o contexto da área protegida e os objetivos de gestão da categoria;
- ii. facilitar a compreensão da importância da área e das medidas de proteção adotadas;
- iii. estimular os visitantes a apoiarem a conservação da área e a adotarem uma ética conservacionista;
- iv. atender aos requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica;

- v. oferecer ao visitante oportunidades de cocriação de experiências de qualidade elevada;
- vi. respeitar e apresentar a perspectiva das comunidades locais, possibilitando sua integração de diferentes maneiras (e.g., atuação como guias, organização conjunta de eventos e atividades)
- vii. acompanhar e avaliar os resultados tanto na perspectiva do visitante (qualidade da experiência e satisfação) como da gestão;

2.5.2.2 Princípios e qualidades da interpretação

O *design* da exposição e a elaboração dos elementos textuais e interativos devem seguir os fundamentos da prática interpretativa. O Quadro 2.5 apresenta uma seleção dos princípios e características da interpretação disponíveis na literatura sobre o tema, considerados mais apropriados, no escopo do presente estudo. Na perspectiva de Ablett & Dyer (2009), a visão clássica e holística de Tilden permite uma abordagem interpretativa mais rica, que favorece a qualidade da experiência e resultados potencialmente mais significativos e de longo prazo para o visitante e para a gestão da AP. A relação entre os princípios estabelecidos por Tilden e estratégias de apresentação do patrimônio que favorecem a cocriação de experiências é evidenciada por Moscardo (1996), reforçando a relevância de sua inclusão nesta análise. Os outros autores selecionados, Ham e Larsen, chamam atenção para elementos importantes para a prática da interpretação, necessários para o alcance dos objetivos de uma exposição.

Quadro 2.5 Princípios e qualidades da interpretação relevantes para o planejamento de exposições interpretativas

Tilden, 1957/2007	Ham, 1992	Larsen, 2011
estimula a conexão pessoal do visitante com o recurso; revela significados ao invés de fornecer informações; emprega meios criativos para envolver o público; estimula o raciocínio, a reflexão e a curiosidade; oferece uma abordagem holística; e utiliza estratégias apropriadas para diferentes públicos.	é uma opção de atividade agradável para o público; apresenta o recurso de forma pessoalmente relevante para o visitante; reduz o esforço cognitivo por ser organizada de forma lógica; e facilita a compreensão e retenção da mensagem por ser temática.	apresenta múltiplos pontos de vista; encoraja o diálogo; apresenta informações de maneira honesta; e permite ao público expressar e manter suas próprias perspectivas.

Fonte: Adaptado de Ham (1992); Larsen (2011) e Tilden (2007).

2.5.2.3 Boas práticas para interpretação

Apesar das limitações e lacunas de estudos sobre a qualidade e efetividade da interpretação, existe um consenso de que, quando bem planejada e executada, ela pode contribuir para a qualidade da experiência do visitante e alcance de objetivos de gestão da visitação (Moscardo, 2014; Skibins et al., 2012). Desde que foi descrita e difundida, em meados do século 20, estudos teóricos e empíricos e programas de treinamento de intérpretes foram desenvolvidos em diferentes partes do mundo, nos quais se identificam práticas consolidadas e reconhecidas como geradoras de resultados satisfatórios (Skibins et al., 2012).

Skibins et al. (2012) realizaram um estudo teórico sobre boas práticas em interpretação e definiram uma lista consensual com treze boas práticas para interpretação, numa perspectiva ampla, e quatro boas práticas específicas para o alcance de resultados comportamentais (Quadro 2.6). Adicionalmente, os autores buscaram compreender a influência dessas boas práticas nos resultados atribuídos à interpretação em uma série de estudos, tendo identificado como boas práticas mais citadas nos documentos analisados: as mensagens relacionadas ao recurso e ao local (53%), o engajamento ativo do público (51%), o desenvolvimento de temas (49%), o uso de mensagens cognitivas e emocionais (49%) e de estratégias multissensoriais (47%) (Skibins et al., 2012, p. 35).

Quadro 2.6 Boas práticas para interpretação

Abrangência	Definição operacional
Boas práticas para interpretação	Desenvolvida em temas
	Liga os elementos tangíveis com os intangíveis e com os universais
	Multissensorial
	Promove o engajamento ativo do público
	Múltiplas atividades
	Múltiplos estilos de entrega da mensagem
	Relevante para o público
	Mensagem baseada no recurso e no local
	Promove o engajamento físico com o recurso
	Adaptada ao público
	Mensagens de base cognitiva
	Mensagens de base emocional
	Mensagens cognitivas e emocionais
Boas práticas específicas para alcance de resultados comportamentais e/ou intenção de comportamento	Demonstram o benefício da ação
	Normas sociais
	Fácil de realizar/atender
	Demonstra a ação

Fonte: Adaptado de Skibins et al. (2012, pp. 30-31).

Outro aspecto importante na utilização de meios interpretativos não pessoais que empregam textos é a forma como as mensagens são redigidas e como seus componentes (títulos, letreros, parágrafos introdutórios, textos principais) são organizados para atrair e manter a atenção do visitante (Bitgood, 2000, 2002; Leftridge, 2006) e se relacionam com os demais elementos da exposição (e.g., Bitgood, 2002; Buck, 2010). O conhecimento sobre o público é importante, nesse aspecto, para possibilitar a utilização de linguagem adequada e aumentar as chances de conexão entre o visitante e o recurso (e.g., Ballantyne & Hughes, 2003; Bruno & Wallace, 2019; Leftridge, 2006). Textos curtos têm maior aceitação pelo público, sendo possível organizar a interpretação em “camadas”, para aprofundar os assuntos (Ballantyne & Hughes, 2003; Bruno & Wallace, 2019; Coghlan & Kim, 2012; Heimlich et al., 1996; Leftridge, 2006). Quando o objetivo é estimular a adoção de determinados comportamentos, seja no local visitado, seja uma mudança mais duradora de atitudes, o uso de exemplos e informações claras, apresentados de uma forma interpretativa, fornece melhores resultados (Ballantyne et al., 2011; Ballantyne & Packer, 2011).

Dado que os visitantes em exposições são atraídos, em especial, por objetos tridimensionais, os textos são usados de forma complementar, criando um diálogo simbólico entre o objeto e o texto e entre o curador e o público. Podem ter a função de orientar a observação, fornecer o contexto, colocar perguntas que estimulem a curiosidade do visitante, aprofundar os significados ou levar a uma conexão emocional (Bitgood, 2000; Buck, 2010; de Rojas & Camarero, 2008). Utilizada de diferentes formas e intensidades, a redação interpretativa, conforme Leftridge (2006), caracteriza-se por elementos fundamentais que criam oportunidades para o leitor/visitante estabelecer uma conexão pessoal com o que é interpretado. Segundo o autor, a redação interpretativa: (i) é orientada por um objetivo; (ii) está relacionada a algo tangível; (iii) associa os atributos do recurso tangível às suas qualidades intangíveis; (iv) associa as qualidades mais significativas a conceitos universais³; (v) cria oportunidade para o leitor formar conexões cognitivas e afetivas com o recurso tangível (Leftridge, 2006, pp. 10–11). Esses elementos podem ser identificados e quantificados, o que permite avaliar se o texto atende, e em que grau, os critérios necessários para ser considerado interpretativo e contribuir com o resultado geral do material. Destaca-se que não é necessário que essas características estejam presentes em cada peça textual, mas sim no conjunto de textos que formam a narrativa da exposição (Leftridge, 2006).

³ “conceitos universais” são ideias, em geral, compreendidas por pessoas com diferentes bagagens socioculturais, como paz, vida, morte, medo, amor, história, família, mudança, tempo, dentre outros.

A identificação e seleção apropriadas dos aspectos tangíveis e intangíveis do recurso são questões fulcrais para a interpretação. A conexão pessoal com o recurso interpretado é criada quando os significados subjetivos (intangíveis) são relevantes para o visitante. Esta conexão pode ocorrer por processos cognitivos, quando o visitante compreende o contexto amplo, descobre algo novo para si, ou tem um *insight*; ou através de processos emocionais, como empatia, desafio, renovação, deslumbramento (Brochu & Merriman, 2008; de Rojas & Camarero, 2008; Larsen, 2011; Leftridge, 2006).

2.5.2.4 Boas práticas para exposições com abordagem interpretativa

Esta dissertação não pretende esgotar as recomendações e boas práticas para projetos expositivos, mas sim salientar os atributos que favorecem experiências mais significativas, enriquecedoras e memoráveis no contexto dos centros de visitantes em AP. Uma expressiva parte dos estudos analisados considera importante o uso de técnicas que propiciem o engajamento do visitante e o prolongamento/aprofundamento do estado de atenção, para que a interpretação alcance os objetivos propostos (e.g., Ballantyne & Hughes, 2003; Bitgood, 2000, 2002; Campos et al., 2018; Moscardo, 1996; Tubb, 2003), mas o conjunto de fatores controlados pelas organizações, necessários para alcançar níveis satisfatórios de atenção e envolvimento variam conforme o autor (Quadro 2.7).

Quadro 2.7 Fatores controlados pelas organizações, que influenciam o nível de atenção e engajamento do visitante em exposições

Fator	Fonte
Oferecer experiências multissensoriais, com variedade de elementos e estratégias	Ballantyne et al., 2011; Moscardo, 1996;
Oferecer elementos dinâmicos e interativos	Carnall et. al., 2013; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996; Tubb, 2003
Utilizar elementos de novidade e surpresa e provocar dissonância cognitiva, evitar repetições	Ballantyne & Hughes, 2003; Carnall et. al., 2013; Moscardo, 1996;
Ser relevante para o público-alvo	Ballantyne & Hughes, 2003;
Propor questões e estimular a curiosidade e a reflexão do visitante	Ballantyne et al., 2011; Bruno & Wallace, 2019; Buck, 2010; Carnall et. al., 2013; Moscardo, 1996;
Conhecer e respeitar o público	Ballantyne & Hughes, 2003; Bruno & Wallace, 2019;
Estimular a participação ativa	Ballantyne & Hughes, 2003; Carnall et. al., 2013; Minkiewicz et al., 2014
Proporcionar a imersão emocional e cognitiva	Bruno & Wallace, 2019; de Rojas & Camarero, 2008; Minkiewicz et al., 2014

Quadro 2.7 Continuação

Fator	Fonte
Proporcionar imersão física	Pennisi et al., 2017
Possibilitar ao visitante o controle/personalização da experiência	Ballantyne & Hughes, 2003; Carnall et. al., 2013; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996;
Proporcionar orientação física	Moscardo, 1996;
Ter estrutura clara e organizada (orientação cognitiva)	Ballantyne & Hughes, 2003; Moscardo, 1996;
Organizar o conteúdo em tópicos/áreas/temas	Ballantyne & Hughes, 2003; Moscardo, 1996;
Desenvolver narrativas (<i>storytelling</i>)	Bruno & Wallace, 2019; Moscardo, 2017
Minimizar a fadiga	Ballantyne & Hughes, 2003; Moscardo, 1996;
Disponibilizar pessoal de apoio/possibilitar interação com funcionários e voluntários	Ballantyne et al., 2011; Black, 2018; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996;

Fonte: Elaboração própria com base em Ballantyne et al. (2011); Ballantyne & Hughes (2003); Black (2018); Bruno & Wallace (2019); Buck (2010); Carnall et. al. (2013); de Rojas & Camarero (2008); Minkiewicz et al. (2014); Moscardo (1996, 2017); Pennisi et al. (2017) e Tubb (2003).

No tocante aos textos utilizados em exposições, Bitgood (2000) destaca a importância de fatores não relacionados ao conteúdo, que influenciam a atenção enquanto processo cognitivo: seletividade, foco e capacidade limitada, numa perspectiva convergente com o modelo de atenção plena (*mindfulness model*) proposto por Moscardo (1996) e a relação de boas práticas identificada por Skibins et al. (2012), podendo ser considerado complementar ao entendimento e à aplicação destas.

A efetividade de uma exposição interpretativa depende da utilização das boas práticas e da verificação da aceitação pelo público. Por isso, o planejamento e a operacionalização dos espaços expositivos devem ser acompanhados por processos de avaliação adequados, aplicados em diferentes fases e, preferencialmente, participativos, com o envolvimento de visitantes, comunidades locais e representantes de culturas tradicionais, se presentes na região (Ballantyne & Hughes, 2003; Bruno & Wallace, 2019; Healy et al., 2016).

2.6 Conclusão

Entende-se, pela revisão de literatura, que a visitação em áreas protegidas é uma atividade compatível com a proteção dos recursos, que pode ser usada como meio de aproximação com as comunidades locais e de sensibilização da sociedade em geral, aumentando o apoio de diferentes segmentos sociais a estes territórios. Para conciliar os interesses dos atores envolvidos na visitação e buscar a sustentabilidade multidimensional da atividade, processos

adequados de planejamento, monitoramento e gestão são essenciais. A interpretação é uma importante estratégia de gestão, por proporcionar ao visitante uma experiência rica e de boa qualidade, ao mesmo tempo em que o alerta para as atitudes que colocam em risco a integridade do recurso, tornando-o corresponsável pela sua proteção.

Observa-se que os princípios da interpretação, formulados há mais de seis décadas, permanecem fundamentais para a prática e constituem o ponto de partida para diferentes abordagens que adequam técnicas, exploram novas tecnologias e a validam em novos contextos socioeconômicos, como a cocriação de experiências e o turismo criativo. No escopo desta dissertação, as boas práticas em interpretação e em concepção de projetos expositivos encontram-se bem definidas, devendo ser combinadas aos objetivos de gestão da visitação em áreas protegidas, para gerar resultados mais efetivos tanto na perspectiva do visitante quanto da conservação do patrimônio natural e cultural.

Entretanto, percebe-se que a literatura analisada, apesar de não fazer distinção entre perfis de público, não aborda questões de acessibilidade, particularmente quanto aos requisitos necessários para oferecer uma experiência de qualidade às pessoas com deficiência⁴. Para Chikuta, du Plessis & Saayman (2017, 2019) existe um crescente interesse das pessoas com deficiência em visitar áreas naturais, gerando um mercado emergente e promissor para as AP. As motivações desse público diferem pouco em relação àquelas reconhecidas para o segmento do turismo de natureza de modo geral, mas existem expectativas específicas, tanto no tocante à infraestrutura e serviços como a aspectos do atendimento oferecido, e são verificados o desconhecimento dos planejadores e a falta de treinamento dos prestadores de serviço (Chikuta et al., 2017, 2019). Esses e outros fatores foram identificados por Devile & Kastholz (2018) como necessários para ampliar a oferta de produtos e melhorar a experiência turística de pessoas com deficiências visuais. Assim, entendendo que as AP também são territórios para promoção do turismo acessível e inclusivo, a questão da acessibilidade será considerada no escopo da presente dissertação, sem, contudo, aprofundar-se nas especificidades inerentes a cada tipo de deficiência.

⁴ A presente dissertação utiliza o termo “pessoa com deficiência” por ser esta a forma adotada pela legislação brasileira e portuguesa a partir da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, cujo texto foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 de 9 de julho do Senado Federal e em Portugal pela Resolução da Assembleia da República nº 56/2009 de 30 de julho.

Capítulo 3 Caracterização das áreas de estudo

3.1 Introdução

Em âmbito nacional e internacional, a criação de AP é uma das estratégias fundamentais para proteger a biodiversidade e os valores naturais e culturais a ela associados (Dudley, 2008). Apesar desta aparente universalidade, cada país constrói seu arcabouço legal e atribui ao termo “área protegida” diferentes definições, abrangências e abordagens de gestão. No final do século XX, para suprir a carência de um entendimento global que permitisse a comparação entre nações e avaliação mundial do impacto desses espaços sobre a conservação da biodiversidade, a IUCN estabeleceu uma definição para o termo e propôs um sistema para AP. Além de proporcionar padrões e diretrizes, um dos propósitos da IUCN ao estipular categorias foi encorajar os países a desenvolverem um sistema de AP adaptado ao próprio contexto, mas integrado ao cenário internacional (Dudley, 2008). O Quadro 3.1 apresenta o conceito estabelecido pela IUCN e as definições adotadas legalmente pelos países incluídos no presente estudo.

Quadro 3.1 Nomenclatura e definição estabelecidas em atos legais no Brasil e em Portugal, correspondentes ao conceito de área protegida definido pela IUCN

IUCN	Brasil	Portugal
Áreas Protegidas	Unidade de Conservação	Áreas Classificadas
“Um território com limites geográficos claros, reconhecido e gerido através de instrumentos legais ou outros meios eficazes, e dedicado à conservação da natureza no longo prazo, assim como dos serviços ecossistêmicos e valores culturais a ela associados” ⁵ (Dudley, 2008, p. 8, tradução da autora).	“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Art. 2º, inciso I da Lei nº 9.985/2000).	“Áreas definidas e delimitadas cartograficamente do território nacional e das águas sob jurisdição nacional que, em função da sua relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, são objeto de regulamentação específica” (Art. 3º, item a do Decreto-Lei nº 142/2008).

Fonte: Elaboração própria com base em Dudley (2008), na legislação brasileira (Lei nº 9.985/2000 de 18 de Julho da Presidência da República, 2000) e na legislação portuguesa (Decreto-Lei nº 142/2008 de 24 de julho do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2008).

⁵ Texto original: “A clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values” (Dudley, 2008, p. 8)

O presente capítulo tem a finalidade de propiciar o enquadramento do objeto deste estudo. Para tanto, oferece uma breve descrição dos sistemas de AP estabelecidos pelo Brasil e por Portugal, apresenta a forma como a interpretação ambiental figura nas políticas públicas de cada país e as características dos dois parques cujas exposições foram escolhidas para análise. Os critérios de seleção consideraram a existência de centro de visitantes com exposição permanente implantada pelo órgão gestor da AP e a semelhança dos ambientes.

No Brasil, uma pequena porcentagem das unidades de conservação possui exposição planejada e com a complexidade necessária para uma análise abrangente do uso das boas práticas indicadas pela literatura. Para este estudo foi escolhido o Parque Nacional de Itatiaia, que possui um centro de visitantes bem estruturado, cuja exposição foi revitalizada em 2017. A escolha da área protegida portuguesa foi realizada mediante solicitação, ao ICNF, da indicação de AP com exposição permanente relevante em termos de interpretação ambiental, preferencialmente em ambiente montanhoso. A consulta, feita por e-mail à administração central do ICNF e às direções regionais do norte e centro de Portugal, resultou em duas indicações das instâncias regionais do órgão, nomeadamente, o Parque Natural do Alvão pela região norte, e o Parque Natural da Serra da Estrela, pela região centro. Para compor este estudo foi escolhido o Parque Natural da Serra da Estrela, que dispõe de uma exposição instalada no Centro de Interpretação localizado no interior da AP, situação análoga ao parque brasileiro.

3.2 Contexto da interpretação ambiental nas unidades de conservação federais no Brasil

A instituição legal de áreas naturais protegidas no Brasil teve início na década de 1930, marcada pela criação de três parques nacionais, nomeadamente o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em 1939. Nos anos seguintes foram criados parques e outros tipos de AP, representando o início da estruturação de um sistema que foi consolidado somente no ano 2000, quando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza foi estabelecido pela Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República (ICMBio, 2020). Nela são previstas doze categorias de unidades de conservação (UC) inspiradas nas recomendações da IUCN, que combinam diferentes objetivos e tipos de dominialidade fundiária (exclusivamente pública, exclusivamente privada ou pública e privada). As UC podem ser criadas pelas

diferentes esferas de governo – federal, estadual e municipal e são divididas em dois grupos: “proteção integral” e “uso sustentável”. No primeiro grupo encontram-se as categorias em que é permitido somente o uso indireto do patrimônio, por exemplo por meio da realização de pesquisas científicas e atividades de visitação e, no segundo, aquelas em que podem ser permitidas diferentes formas de extração de recursos naturais, além do uso indireto (Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República, 2000).

O quadro 3.2 apresenta o total de UC criadas pelo governo federal brasileiro até o ano de 2019, organizadas conforme os grupos e as categorias estabelecidos pela legislação vigente. A gestão das UC é feita pelo poder público, com exceção das reservas particulares de patrimônio natural, geridas por entes privados. Sob responsabilidade direta da administração federal estão 334 UC, pertencentes a dez categorias, que representam 9,1% da área continental e 24,4% da área marinha do país. O órgão governamental encarregado da gestão dessas áreas é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio, 2020).

Quadro 3.2 Unidades de Conservação brasileiras criadas pelo governo federal até 2019

Grupo	Categoria	UC federais por categoria
Proteção integral	Parque Nacional	74
	Reserva Biológica	31
	Estação Ecológica	30
	Refúgio de Vida Silvestre	9
	Monumento Natural	5
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	37
	Área de Relevante Interesse Ecológico	13
	Floresta Nacional	67
	Reserva Extrativista	66
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2
	Reserva de Fauna	0
	Reserva Particular de Patrimônio Natural	681

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do ICMBio (2020)

Conforme a Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República, um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Art. 4º, Inciso XII). Nesta lei são colocadas as condições para visitação pública, tendo como padrão a sujeição às normas estabelecidas pelo órgão

gestor e às orientações de documentos de planejamento de cada UC. Para algumas categorias a lei acrescenta limitações, como é o caso da estação ecológica e da reserva biológica, nas quais apenas é permitida a visita com objetivo educacional, e da reserva extrativista e da reserva de desenvolvimento sustentável, onde a atividade é condicionada aos interesses das populações residentes. Na categoria parque nacional há um maior detalhamento das finalidades da visita, que se encontra vinculada ao objetivo da categoria:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de **atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico** (Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República, 2000, sem destaque no original).

A função da interpretação nos parques nacionais foi detalhada, anteriormente, no Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros, aprovado pelo Decreto nº 84.017/79 de 21 de setembro da Presidência da República. Este documento coloca a interpretação como um elemento central na comunicação com o público e indica que a atividade deveria ser oferecida em centros de visitantes, trilhas e outras estruturas de apoio, com objetivo de possibilitar a compreensão da importância dos recursos protegidos e a apreciação da fauna e da flora:

Art. 30 - A utilização dos valores científicos e culturais dos Parques Nacionais, impõe a implantação de programas interpretativos que permitam ao público usuário compreender a importância das relações homem-meio ambiente.

[...]

Art. 32 - Os Centros de Visitantes disporão de museus, de salas de exposições, e de exposições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com a utilização de meios audiovisuais, objetivando a correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Nacionais.

Art. 33 - Para o desenvolvimento das atividades de interpretação ao ar livre, os Parques Nacionais disporão de trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros, visando a melhor apreciação da vida animal e vegetal (Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros, aprovado pelo Decreto nº 84.017/79 de 21 de Setembro da Presidência da República, 1979).

A primeira definição oficial para interpretação no contexto das AP no Brasil foi estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2006, na publicação “Diretrizes para Visita em Unidades de Conservação”. Nela, a interpretação ambiental é definida como “[...] uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o

ambiente e a cultura local” (Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 10). Em seguida, no âmbito da gestão das UC federais, observaram-se pequenas menções à interpretação em normas para prestadores de serviço para visitantes e no roteiro de monitoramento de impactos de visitação publicados pelo ICMBio em 2008 e 2011, respectivamente, passando o assunto a integrar programas de capacitação do corpo técnico a partir de 2012 (ICMBio, 2018). Nos anos seguintes, com o objetivo de incentivar o uso da interpretação como ferramenta de gestão das UC e de qualificar e ampliar a oferta de atividades interpretativas aos visitantes, a organização definiu diretrizes e estabeleceu o seguinte conceito:

“A interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido” (ICMBio, 2018, p. 16).

Entretanto, para que as orientações estabelecidas em instrumentos legais e normativos e em publicações institucionais sejam efetivamente implantadas, devem estar refletidas nos documentos que direcionam a gestão das UC. No caso brasileiro, o Plano de Manejo é o principal documento técnico de planejamento estratégico, que possui natureza dinâmica e contém, minimamente, o diagnóstico, o zoneamento e as normas de uso da área. Para elaboração do presente estudo obteve-se acesso aos roteiros metodológicos de planejamento de UC utilizados pelas instituições federais a partir de meados dos anos 1990. Dois deles, publicados em 1996 e 2002, destinavam-se a orientar o planejamento de parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, em 2009 foi estabelecido um roteiro para as florestas nacionais e, em 2015, para as reservas particulares de patrimônio natural. Apenas a partir de 2018 foi adotada uma visão unificada de planejamento para as categorias de UC administradas pelo órgão federal, por meio do Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. Observou-se que o tratamento dado às atividades de visitação e de interpretação ambiental variou conforme os roteiros metodológicos de planejamento.

O Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto, publicado em 1996, previa a possibilidade de estabelecimento de Programa de Uso Público, ao qual estavam vinculados os subprogramas de Interpretação e Educação Ambiental e de Recreação. A interpretação ambiental é descrita nesse roteiro como a “[...] organização de serviços que transmitam ao visitante conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área, interpretando seus recursos [...]” e tem como objetivo promover a “[...]”

compreensão do meio ambiente e de suas inter-relações na unidade de conservação” (Menezes, Jesus, Beserra, Cases, & Saile, 1996, p. 94). Nos roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo publicados em 2002, que substituiu o roteiro existente, e em 2009, dirigido à categoria floresta nacional, a interpretação perdeu a condição de subprograma e passou a figurar apenas como uma das atividades de visitação no item que trata das normas gerais das zonas de manejo. Sua finalidade é definida nesses documentos como “facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes” (Galante et al., 2002; Gonç alves et al., 2009). A interpretação voltou a receber maior atenção com a publicação da Instrução Normativa n  7/2017 de 21 de dezembro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que alterou o processo de elaboração dos planos de manejo. O roteiro metodológico que se seguiu   normativa prevê a identificação de subsídios para interpretação ambiental, quando as características e o contexto da UC indicarem tal necessidade, e estabelece que esses subsídios orientarão a oes de interpretação no futuro, servindo como “um referencial para a elaboração de planos, produtos e serviç os interpretativos” (D’Amico et al., 2018, p. 29).

3.2.1 Caracterização do Parque Nacional de Itatiaia, Brasil

Conforme prevê a legislação brasileira, os parques nacionais são territórios de elevada importância ecológica e beleza c nica, delimitados com o objetivo primordial de preservar ecossistemas naturais, sendo neles permitido somente o uso indireto dos recursos. A  rea abrangida pelos parques nacionais deve ser de posse e domínio públicos, cabendo a desapropriação das propriedades particulares neles inseridas (Lei n  9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República, 2000).

O Parque Nacional de Itatiaia (PNI) foi primeiro a ser criado no Brasil, em 1937, com 11.943 hectares. Localizado na região sudeste do país, é de fácil acesso rodoviário e abrange terras nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sendo próximo do Estado de São Paulo. Sua  rea foi ampliada para 28.086,30 hectares em 1982, ano em que foi publicado seu primeiro plano de manejo, que não contemplava a área da ampliação. Para reduzir essa lacuna foram elaborados outros documentos de planejamento, nomeadamente o Plano de A o Emergencial para o PNI, em 1994 e o Plano de Uso Público, em 2001. A publicação do novo plano de manejo, em 2014, veio substituir o conjunto de documentos anteriores e oferecer uma visão integrada e atualizada   gestão da  rea (ICMBio, 2014).

Conforme o diagnóstico do plano de manejo em vigor, “[...] o PNI apresenta-se em bom estado de conservação, sustentando comunidades ricas de flora e fauna, representativas da biodiversidade regional, e com elementos raros, ameaçados e endêmicos” (ICMBio, 2014, p. 64 Encarte 3). A vegetação predominante pertence ao bioma Mata Atlântica, na UC representado particularmente pelos ambientes florestais, nas fisionomias montana e alto-montana, e pelos campos de altitude. O PNI tem relevo montanhoso, com grandes afloramentos rochosos e altitudes entre 540 metros e 2.791 metros acima do nível do mar (Figuras 3.1 e 3.2), sendo seu ponto culminante conhecido como Pico das Agulhas Negras, o quinto mais alto do país. A variação altitudinal leva a diferenças na paisagem, na ecologia, nas características dos atrativos e na gestão da visitação, que divide o parque em “parte baixa” e “parte alta”. (ICMBio, 2014).



Figura 3.1 Vista do Parque Nacional de Itatiaia
Fonte: Acervo pessoal, imagem de autoria de Julia Vasaki em 13/08/2018

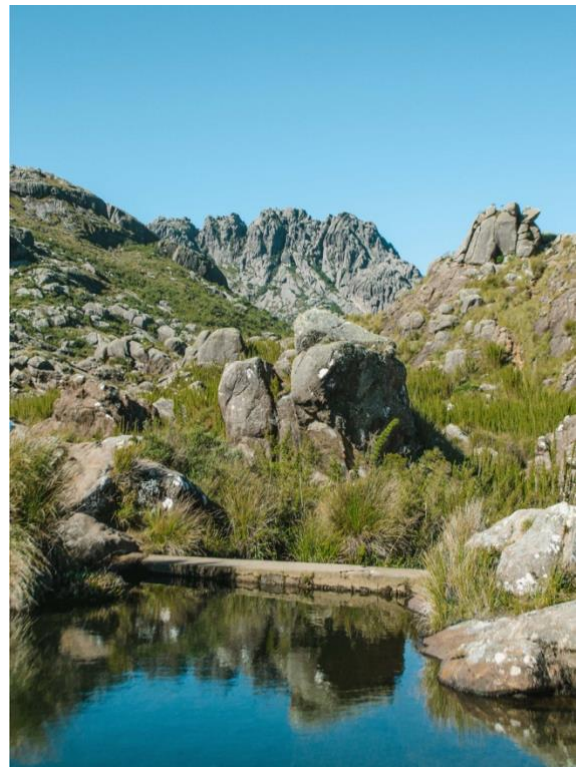


Figura 3.2 Afloramentos rochosos na parte alta do Parque Nacional de Itatiaia
Fonte: Acervo pessoal, imagem de autoria de Julia Vasaki em 14/08/2018

Como atrativos do parque, destacam-se as paisagens e os recursos naturais, em especial as montanhas, os rios e as cachoeiras, a flora e a fauna. As principais atividades oferecidas são caminhadas em trilhas com diferentes extensões e níveis de dificuldade, recreação em ambientes aquáticos, prática de montanhismo e escalada, contemplação da paisagem e

observação de fauna, com destaque para aves e borboletas (Figuras 3.3 e 3.4). A infraestrutura para visitação inclui um sistema de trilhas, mirantes, locais para descanso, alimentação e alojamento, áreas para estacionamento e um centro de visitantes. O ingresso no PNI é pago, com previsão de classes de descontos e isenção de cobrança. A partir de 2019, os serviços relacionados à visitação no PNI passaram a ser administrados por uma empresa privada por intermédio de um contrato de concessão e os ingressos passaram a ser vendidos também pela internet. Segundo informações do portal do ICMBio (ICMBio, 2020) verifica-se que, entre 2017 e 2019, o PNI registrou média anual de 130.406 visitantes.



Figura 3.3 Trilha na parte alta do Parque Nacional de Itatiaia

Fonte: Acervo pessoal, imagem de autoria de Julia Vasaki em 14/08/2018

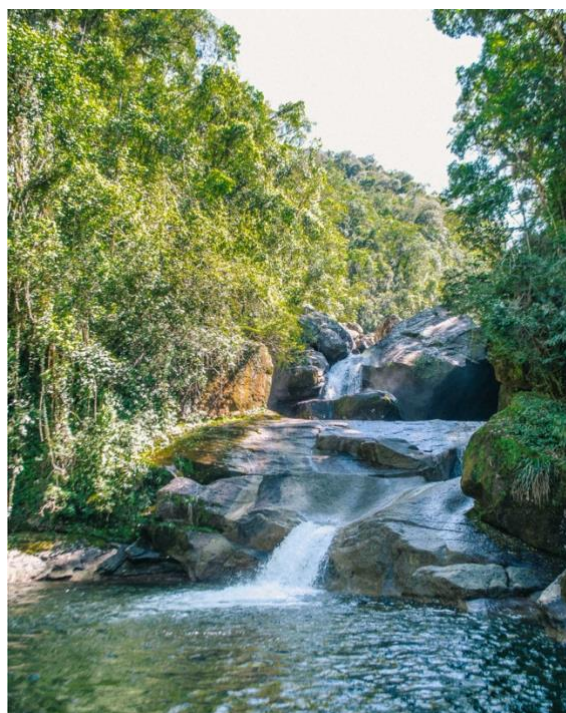
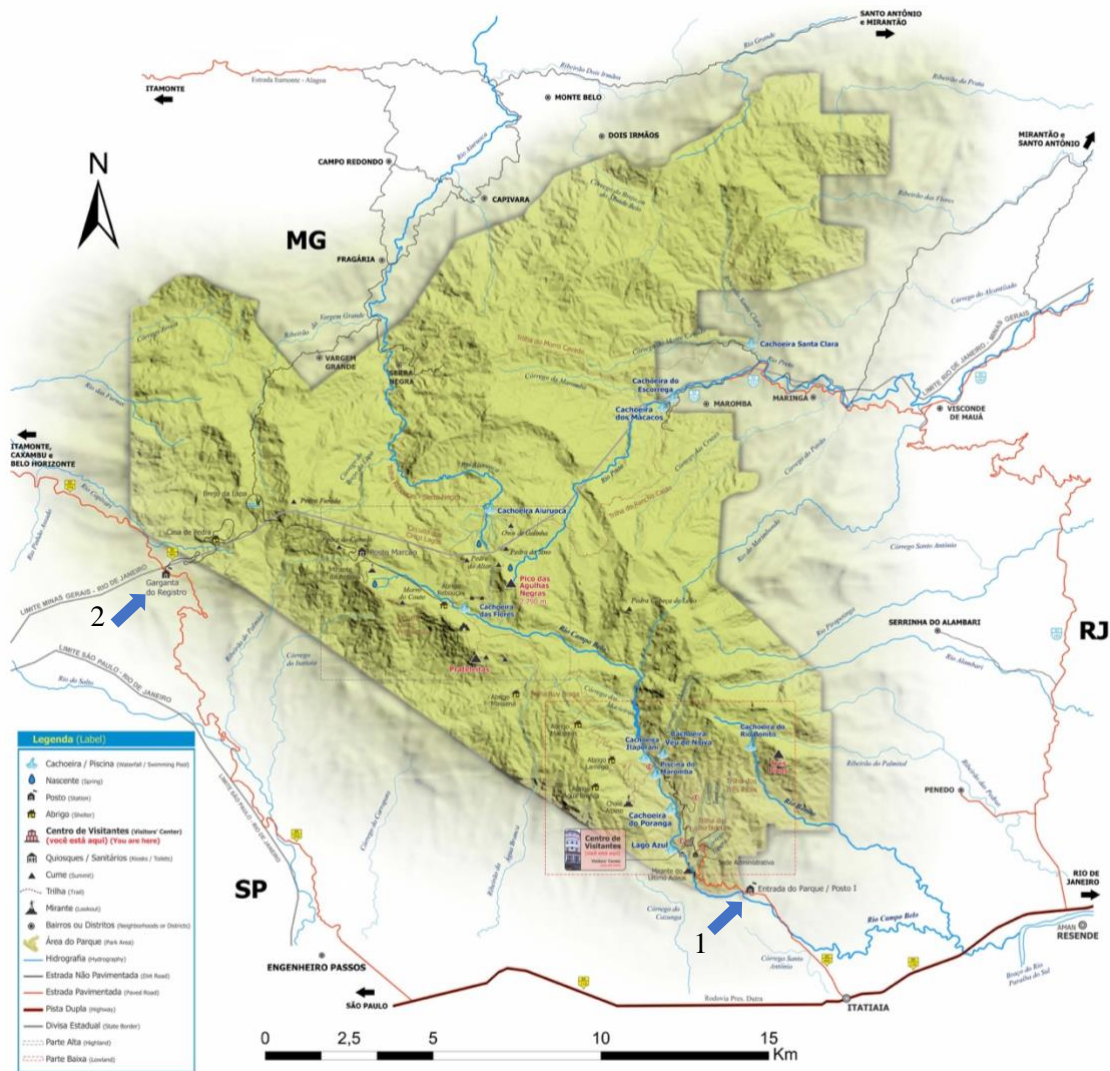


Figura 3.4 Cachoeira na parte baixa do Parque Nacional de Itatiaia

Fonte: Acervo pessoal, imagem de autoria de Julia Vasaki em 13/08/2018

O controle de acesso é feito nos dois portais de entrada existentes, sendo um na “parte baixa”, onde se localizam a sede administrativa, o centro de visitantes, a maior parte dos percursos com baixo nível de dificuldade e áreas para recreação, e outro na “parte alta”, onde se encontram a área de acampamento, um abrigo de montanha, trilhas com nível de dificuldade moderado e alto e vias de escalada (ICMBio, 2014). Ambos os portais são acessados por vias pavimentadas a partir da rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro e a ausência de estradas secundárias nas porções oeste, sul e sudeste do parque permite um bom controle da entrada de visitantes nesses pontos (Figura 3.5). Não existem estradas internas trafegáveis

que fazem a ligação entre essas duas áreas de visitação, apenas trilhas de travessia. Nas regiões noroeste e nordeste do parque o acesso é feito por estradas não pavimentadas, distantes da rodovia interestadual, e não há controle de acesso. Os principais atrativos nessas regiões são cachoeiras situadas próximo ao limite da UC e existem trechos de trilhas de travessia, sendo o número de visitantes muito inferior ao registrado nas demais regiões.



1 – portal de acesso à parte baixa; 2 – portal de acesso à parte alta

Figura 3.5 Mapa do Parque Nacional de Itatiaia
 Fonte: Adaptado de mapa cedido pelo Parque Nacional de Itatiaia

O Centro de Visitantes (CV) está localizado na “parte baixa” do PNI, a cerca de 4,5 km de distância da entrada principal. Em relação aos principais aeroportos da região, situa-se a cerca de 180 km do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, e a 260 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Ocupa dois andares de uma edificação construída na década de 1950 para ser a sede administrativa do parque e que, entre 1996

2007, abrigou o Museu Regional da Fauna e Flora, denominação que ainda é usada por muitas pessoas da região e identifica uma atração na plataforma TripAdvisor. Na área externa encontra-se a “Calçada da Fauna” (Figura 3.6), uma instalação que apresenta rastros de animais nativos impressos em baixo relevo em placas de cimento, inspirada na “Calçada da Fama”, atração turística da cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos. A mudança de conceito de museu para CV ocorreu em 2007, quando foi realizada uma grande reforma para celebrar os 70 anos de criação da UC. O material expositivo então instalado passou por uma revitalização em 2017, por ocasião do 80º aniversário do parque (ICMBio, 2014, 2017), passando a oferecer mais oportunidades de interatividade e imersão (Figura 3.7).



Figura 3.6 Vista do Centro de Visitantes e Calçada da Fauna no Parque Nacional de Itatiaia
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017



Figura 3.7 Vista parcial da exposição permanente do Parque Nacional de Itatiaia
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

O local abriga uma exposição permanente com vários ambientes e duas salas com exposições fotográficas, de caráter temporário. A exposição permanente possui diversos meios expositivos, incluindo painéis bidimensionais com textos e fotografias, uma maquete com elementos interativos, dioramas com animais taxidermizados, sendo um deles interativo e multissensorial, jogos interativos não eletrônicos, uma sala imersiva e um auditório onde são exibidos vídeos sobre o parque. A documentação fotográfica das exposições estudadas encontra-se no Apêndice B. Com a finalidade de tornar a experiência mais inclusiva, em

2018 foi implantada a trilha do jardim sensorial, na parte externa do CV e, em 2019, a empresa concessionária iniciou a inclusão de adaptações na exposição interpretativa, voltadas para pessoas com deficiências visuais e auditivas. Apesar de incentivada, a ida ao CV é uma opção do visitante. A visita à exposição é autoguiada, mas o PNI oferece visitas guiadas a grupos organizados, mediante agendamento prévio, o ano todo, e ao público em geral durante eventos especiais. Em épocas de alta visitação, voluntários estão presentes para orientar e guiar os visitantes.

3.3 Contexto da interpretação ambiental nas áreas protegidas de âmbito nacional em Portugal

A incumbência de instituir parques nacionais e reservas equivalentes foi atribuída ao Governo Português pela Lei nº 9/70 de 19 de junho da Presidência da República, possibilitando a criação da primeira área natural protegida no país, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, no ano seguinte. Essa lei foi substituída pelo novo regime de proteção à natureza, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 613/76 de 27 de julho da Presidência do Conselho de Ministros, que proporcionou um conjunto de tipologias mais próximo da concepção europeia e mais adequado às características da ocupação humana no território nacional. A importância do novo instrumento legal também se deve à definição de novos critérios para classificação das áreas, que passaram a incluir valores estéticos e culturais. Isto permitiu ampliar a proteção da paisagem cultural portuguesa em estreita relação com o patrimônio natural. O conceito jurídico de AP, entretanto, só foi consolidado posteriormente, na Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de abril da Assembleia da República, 1987), na qual foi indicada a criação de uma rede nacional composta por AP estabelecidas pelo poder público em âmbito nacional, regional ou local. O primeiro passo claro na direção de um sistema de proteção ocorreu com a publicação do Decreto-Lei nº 19/93 de 21 de janeiro do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, que estabeleceu a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) composta por: parque nacional, parque natural, reserva natural, monumento natural e paisagem protegida. Estas cinco tipologias refletem as diretrizes da IUCN encontradas em Dudley (2008) quanto às categorias de gestão e à forma de organização em um sistema guiado por um objetivo nacional de proteção da biodiversidade. Quinze anos mais tarde, a RNAP passou a compor o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) em conjunto com as áreas integrantes da Rede Natura 2000 no país e territórios protegidos por outros compromissos internacionais dos quais Portugal é

signatário. As tipologias de AP permaneceram as mesmas indicadas na legislação precedente, tendo algumas delas sofrido pequenas modificações relativas à aplicação. Com exceção de parque nacional, as diferentes tipologias podem ser criadas também nas instâncias regional e local, além de ser prevista a possibilidade de designação de AP de estatuto privado (Decreto-Lei nº 142/2008 de 24 de julho do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2008).

A porção continental do território português contava, até 2019, com 48 AP, sendo 32 de âmbito nacional, quinze delimitadas no nível regional ou local e uma de regime privado (ICNF, 2019b), conforme detalhamento apresentado no Quadro 3.3. O órgão responsável pelas áreas naturais protegidas de âmbito nacional é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio (ICNF, 2019b).

Quadro 3.3 Áreas Protegidas criadas em Portugal continental até 2019

Âmbito	Categoria	AP criadas por tipologia
Nacional (Decreto-Lei nº19/93 e Decreto-Lei nº 142/2008)	Parque Nacional	1
	Parque Natural	13
	Reserva Natural	9
	Paisagem Protegida	2
	Monumento Natural	7
Regional/Local (Decreto-Lei nº 19/93)	Paisagem Protegida	4
Regional/Local (Decreto-Lei nº 142/2008)	Parque Natural Regional	1
	Parque Natural Local	2
	Paisagem Protegida Regional	3
	Paisagem Protegida Local	5
Privado (Decreto-Lei nº 142/2008)	Área Protegida Privada	1

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do ICNF (2019b)

Como parte da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, a RNAP contribui para o alcance dos objetivos da política de conservação da natureza e da biodiversidade de Portugal, identificados no preâmbulo do Decreto-Lei nº 142/2008 de 24 de julho do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Deste conjunto destaca-se, no escopo deste estudo, o objetivo transcrito a seguir:

[...] vii) Promover a educação e a formação da sociedade civil em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade e assegurar a informação, sensibilização e participação do público, incentivando a visitação, a comunicação, o interesse e o contacto (sic) dos cidadãos com a natureza (Decreto-Lei n  142/2008 de 24 de julho do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2008).

Variados termos que podem ser relacionados à atividade turística são utilizados para caracterizar as possibilidades de visitação em cada tipologia de AP (Arts. 16 a 21 do citado Decreto-Lei n  142/2008 de 24 de julho). O estabelecimento de um regime de visitação é indicado nas tipologias parque nacional (Art. 16) e reserva natural (Art. 18). Na primeira, o regime de visitação é orientado por objetivos culturais, educativos e recreativos, enquanto, na segunda, deve garantir o mínimo de perturbação ao ambiente natural, o que indica um maior nível de restrição   atividade. Nas demais tipologias não há indicação de estabelecimento de um regime de visitação, mas verifica-se a inclusão de atividades relacionadas, de forma mais ou menos direta. No caso de parque natural (Art. 17), que concentra a maioria das AP de Portugal continental, é facultada a criação de oportunidades de atividades de recreio e lazer, e para os monumentos naturais (Art. 20), oportunidades de educação e apreciação pública. Para a tipologia paisagem protegida (Art. 19) não são definidas atividades que sugerem a visitação, porém prevê-se o fomento de iniciativas que gerem benefícios para as populações locais, o que abre a possibilidade para a prestação de serviç os turísticos. A legislação define que as áreas protegidas privadas (Art. 21) ficam sujeitas ao protocolo de gestão estabelecido com a autoridade nacional, do que se depreende que as oportunidades de visitação poderão variar em objetivos e intensidade.

Segundo o ICNF (2019b), todas as 25 AP de âmbito nacional das tipologias parque nacional, parque natural, reserva natural e paisagem protegida dispõem de um Plano de Ordenamento de  rea Protegida (POAP) vigente. Esse documento estabelece o regime de gestão de cada área, com vistas a compatibilizar a proteção dos recursos e valores naturais ao uso sustentável do território, através do zoneamento e da definição de normas específicas. Consoante o Decreto-Lei n  242/2015 de 15 de outubro do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que alterou parcialmente o Decreto-Lei n  142/2008 de 24 de julho, a gestão das AP das tipologias supra indicadas, desde que de âmbito nacional, passa a ser orientada por programas especiais. A coordenação de transposição do conteúdo dos POAP para os programas especiais e planos diretores municipais cabe ao ICNF e trata-se de um processo em andamento (ICNF, 2019b).

A RNAP foi o foco do primeiro Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de agosto com a finalidade de promover a atividade turística de maneira diferenciada nas AP, valorizando aspectos de sustentabilidade ambiental e cultural e ressaltando a importância e potencialidades dessas áreas. Esse PNTN indicava a necessidade de criação de infraestruturas, equipamentos e serviços adequados dentre os quais destacam-se, no contexto deste estudo, a instalação de centros de interpretação e de circuitos interpretativos e a promoção de atividades de animação que contribuíssem para a interpretação do património natural e cultural (Resolução do Conselho de Ministros no 112/98 de 25 de agosto da Presidência do Conselho de Ministros, item no 7 alíneas b, g, m, 1998). A evolução da legislação portuguesa afeta à conservação da natureza e o crescimento do setor turístico nas décadas seguintes determinaram a necessidade de atualização do PNTN, o que ocorreu em 2015 por meio da Resolução do Conselho de Ministros nº 51/2015 de 21 de julho. O novo PNTN teve sua abrangência ampliada para todo o território nacional, contemplando as áreas integradas no SNAC e outras áreas com valores naturais, porém a essência dos objetivos permaneceu inalterada.

Do primeiro PNTN (1998) decorreu a publicação do Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de fevereiro do Ministério da Economia, que providenciou o enquadramento jurídico do turismo de natureza. Nele, a interpretação ambiental foi apresentada como uma das modalidades de atividades de animação ambiental integradas ao turismo de natureza e definida como:

toda a atividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a área protegida, através da observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações, com recurso às instalações, sistemas e equipamentos do turismo de natureza (Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de fevereiro do Ministério da Economia, Art. 9, n. 2, 1999).

A partir do referido enquadramento jurídico, o Ministério do Ambiente publicou o Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto, com vistas a estabelecer as definições, critérios e regulamentos necessários ao adequado desenvolvimento do PNTN nas áreas protegidas. No tocante à interpretação, foram propostos alguns conceitos que contribuíram para orientar o início formal dessa atividade nas AP:

c) Interpretação ambiental - técnica multidisciplinar de tradução da paisagem, do património natural e cultural;

d) Centro de interpretação - infra-estrutura (sic) destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado da AP de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica que, para além da simples descrição dos fenómenos, permite a sua compreensão no tempo e no espaço;

e) Percurso interpretativo - caminho ou trilho devidamente sinalizado que tem como finalidade proporcionar ao visitante, através do contacto (sic) com a natureza, o conhecimento dos valores naturais e culturais da AP;

f) Núcleo ecomuseológico - local ou instalação onde através da interpretação se remete o visitante para a compreensão de determinados fenómenos culturais, sociais e naturais, através do seu contacto directo (sic) e ou da recriação dos mesmos; (Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto do Ministério do Ambiente, Art. 2º alíneas c a f, 1999).

Embora a quase totalidade desse Decreto Regulamentar tenha sido revogada pelo Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio do Ministério da Economia e da Inovação, a maior parte dos POAP em vigor foi elaborada tendo por base seu conteúdo. Entende-se que a interpretação é uma estratégia de gestão utilizada pelo ICNF, uma vez que, em seu *website*, a instituição indica a localização de onze centros de interpretação entre as infraestruturas de visitação sob sua administração (ICNF, 2019b).

3.3.1 Caracterização do Parque Natural da Serra da Estrela, Portugal

Os parques naturais são AP que abrigam ecossistemas naturais ou seminaturais que dependem das atividades humanas para manterem suas características. Sua criação visa proteger os valores naturais e contribuir com o desenvolvimento sustentável, sendo permitidos o uso direto dos recursos e a permanência de populações e áreas privadas em seus limites. Exceção é feita às propriedades situadas em locais demarcados como reserva integral pelo ato de criação da AP, as quais são sujeitas à expropriação (Decreto-Lei nº 242/2015, de 15 de outubro do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, 2015).

Criado em julho de 1976, o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) foi a terceira AP criada em Portugal e o primeiro na tipologia parque natural (ICNF, 2019a). Possui área de 89.136,50 hectares e está localizado na porção interior (leste) da Região Centro do país, nos Distritos de Guarda e Castelo Branco, abrangendo parte de seis concelhos. O primeiro plano de ordenamento do PNSE orientou a gestão do território de 1990 a 2009, quando foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009 de 9 de setembro, que aprovou o novo plano de ordenamento (ICNB, 2008).

O PNSE ocupa grande parte do maciço montanhoso da Estrela, onde se insere o planalto da Torre, região que registra altitude máxima de 1993 metros sobre o nível do mar, a maior de Portugal continental (Figura 3.8).

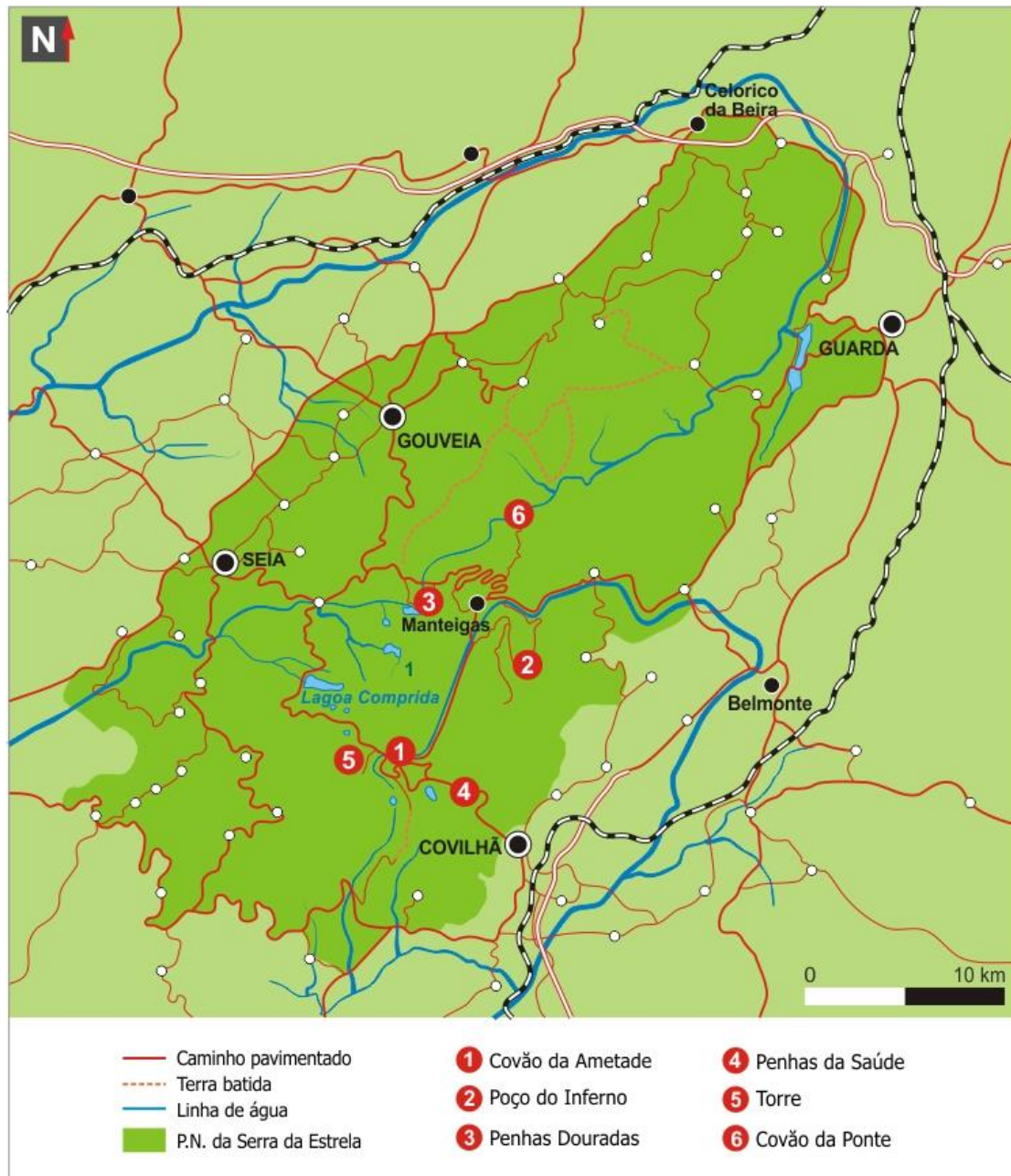


Figura 3.8 Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela
Fonte: ICNF (n.d.)

A Serra da Estrela possui paisagem de origem e características glaciais, única no país, com destaque para os vales em forma de U, grandes afloramentos rochosos, lajedos e lagoas (Figuras 3.9 e 3.10). A vegetação registra a influência da variação de altitude e da ocupação humana milenar, oferecendo cenários diversificados que incluem, numa visão geral, campos

de cultivo com técnicas tradicionais, plantios florestais para exploração comercial, bosques de espécies nativas, campos rupestres e a flora lacustre e rupícola. A esses ambientes está associada uma fauna nativa que inclui espécies endêmicas, raras ou com o estatuto de ameaçadas. A paisagem rural do PNSE é composta pela atividade agrícola e pastorícia e por construções tradicionais, como casas construídas em granito ou xisto, muros e caminhos em pedra (ERM Portugal & Hidrorumo Projecto e Gestão, n.d.-a).



Figura 3.9 Vista do vale glacial em forma de U no Parque Natural da Serra da Estrela
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 24/01/2019



Figura 3.10 Afloramentos rochosos no Parque Natural da Serra da Estrela
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 24/01/2019

A natureza e o ambiente rural são a base da atratividade turística no PNSE. Os atrativos naturais incluem a paisagem diversificada, a geomorfologia, os rios e as lagoas, os bosques e a ocorrência de neve (Figura 3.11), oferecendo oportunidades diferentes ao longo de todo o ano. No contexto rural (Figura 3.12) são atrativos o conjunto paisagístico, as aldeias históricas, os costumes tradicionais e os produtos locais (ERM Portugal & Hidrorumo Projecto e Gestão, n.d.-b). Dentre estes, destacam-se as peças de vestuário e mantas confeccionadas em lã e os produtos certificados com Denominação de Origem Protegida (DOP) a exemplo do queijo Serra da Estrela, e com Indicação Geográfica Protegida (IGP), como a maçã, a cereja e o pêssigo da Cova da Beira, dentre outros (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, n.d.).



Figura 3.11 Vista da região da Torre no Parque Natural da Serra da Estrela
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 24/01/2019



Figura 3.12 Vista do Sabugueiro, Guarda, no Parque Natural da Serra da Estrela
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 24/01/2019

As atividades oferecidas incluem contemplação da paisagem, caminhadas com diferentes duração e nível de dificuldade, passeios de bicicleta, visita a geossítios, observação de aves, recreação em praias fluviais e lagoas, esportes de aventura (montanhismo, escalada, esqui, *snowboarding*, *mountain biking*, voo de parapente, entre outros), visita a aldeias de montanha, feiras gastronômicas e de produtos tradicionais e festividades religiosas. Não há controle de acesso ou cobrança de ingresso ao PNSE. A gestão das atividades é feita por inúmeros atores, públicos e privados, cabendo ao ICNF, especialmente, o planejamento estratégico da visitação no parque, por meio do zoneamento e da definição de normas correspondentes no POAP, a concessão de serviços, a emissão de autorizações e a fiscalização das atividades, com a finalidade de garantir o cumprimento dos objetivos de proteção da área (ICNF, n.d.; Turismo Centro de Portugal, 2020).

A interação entre os aspectos físicos, biológicos e culturais observados na Serra da Estrela, o relevante patrimônio geológico e seu valor científico, educacional, cênico e turístico, motivaram a organização de uma parcela da sociedade em torno criação de um geoparque na região. Este movimento levou à criação da Associação *Geopark* Estrela (AGE) e à

elaboração do dossiê de candidatura a Geoparque Mundial UNESCO. O PNSE está totalmente inserido no geoparque e corresponde a cerca de 41% de sua área, o que faz do ICNF um parceiro institucional estratégico em várias ações, como a proteção de geossítios e a realização de atividades de educação ambiental. A colaboração entre as duas instituições, formalizada em 2017, inclui a recuperação, reabertura e gestão do Centro de Interpretação da Torre (Vieira et al., 2017).

Instalado no interior do PNSE na região da Torre, o centro de interpretação está entre 20 e 28 km de distância das sedes de concelhos mais próximas, Covilhã, Manteigas e Seia. Em relação aos principais aeroportos do país, situa-se a 200 km de distância do Aeroporto Internacional do Porto e a 300 km do Aeroporto Internacional de Lisboa. Este centro possui localização privilegiada em termos de público, pois um grande número de visitantes procura o Planalto da Torre, pela condição de ponto mais elevado de Portugal continental e pela possibilidade de ver a paisagem coberta de neve nos meses de inverno. Segundo Vieira et al. (2017, p. 41) estima-se que dois milhões de pessoas visitem esta região do PNES, anualmente. O centro de interpretação esteve em operação sob gestão do ICNF no período de julho de 2008 a dezembro de 2015, quando foi fechado ao público. Sua reinauguração ocorreu em agosto de 2018, sob responsabilidade da AGE, com a denominação de Centro de Interpretação da Torre do Estrela Geopark (CITEG) (Agência Lusa, 2019; Vieira et al., 2017).

A exposição permanente mantém a concepção original (Figura 3.13), elaborada sob coordenação do ICNF, mas passou por atualização de informações e está acompanhada por novas exposições temporárias (ver Apêndice B). Conforme informações obtidas em inquéritos que compõem a fase empírica deste estudo, o processo de revitalização da exposição permanente é contínuo e estão sendo elaborados projetos para aumentar a acessibilidade das instalações e do material expositivo e a interatividade. O CITEG está aberto de sexta-feira a domingo e há cobrança de ingresso, com valores diferentes para visita livre (um euro por pessoa) e visita guiada, modalidade esta oferecida aos finais de semana e feriados ao custo de dois euros por pessoa (Associação Geopark Estrela, 2020).



Figura 3.13 Vista parcial da exposição permanente no Centro de Interpretação da Torre do Estrela Geopark (CITEG), Parque Natural da Serra da Estrela
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 21/06/2020

3.4 Conclusão

Brasil e Portugal possuem arcabouços legais que amparam um sistema de AP com características próprias, resultantes da aplicação das diretrizes da IUCN aos contextos nacionais. Ambos os países incluem a sensibilização da sociedade, o estímulo à visitação e ao contato com a natureza entre os objetivos dos sistemas, e indicam a interpretação ambiental como estratégia a ser utilizada para alcançá-los. No Brasil, a interpretação em AP é tratada na legislação ambiental, tendo os conceitos e diretrizes institucionais sido estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente e sua vinculada responsável pela gestão das unidades de conservação federais, o ICMBio, em publicações que visam orientar as equipes técnicas e em instrumentos normativos infralegais. Por outro lado, Portugal estabelece o conceito de interpretação ambiental no âmbito da legislação do turismo, em decorrência do primeiro Programa Nacional de Turismo de Natureza, que tinha como foco exclusivo as AP. A legislação ambiental que se seguiu ofereceu um maior detalhamento sobre o tema, visando sua aplicação nas AP. Independentemente de onde está abrigado, o conceito de interpretação adotado pelas instituições governamentais responsáveis pela

gestão das AP nestes países expressa a vocação da atividade para favorecer a compreensão dos valores protegidos e a sensibilização do público.

As áreas que constituem o objeto específico de análise deste estudo, nomeadamente o Parque Nacional de Itatiaia e o Parque Natural da Serra da Estrela, oferecem produtos interpretativos aos visitantes, em alinhamento à legislação e às orientações de organismos internacionais para gestão da visitação em AP. Embora de categorias de manejo diferentes, esses parques possuem características gerais passíveis de comparação, sobretudo no tocante ao relevo, aos aspectos paisagísticos e aos valores naturais. Ambos dispõem de um centro de visitantes instalado dentro de seus limites, cuja visitação não é obrigatória, e de exposição interpretativa que passou por recente processo de revitalização.

Capítulo 4 Método do estudo empírico

4.1 Introdução

O presente capítulo trata do método utilizado no estudo empírico, incluindo considerações sobre a abordagem escolhida, porém atendo-se ao detalhamento dos instrumentos de recolha de informações e dos métodos de amostragem e de análise de dados.

Esta pesquisa adota a visão pragmática e procedimentos predominantemente qualitativos, contudo havendo momentos de quantificação no sentido de analisar grandes padrões de ocorrências (Creswell, 2009), com a finalidade de conhecer a forma como a interpretação é entendida e prevista nos documentos de planejamento das AP, compreender a percepção de visitantes e atores envolvidos na oferta de atividades de visitação em relação às exposições instaladas em centros de visitantes em AP e propor, como contributo ao processo de desenvolvimento desse meio interpretativo, um instrumento de avaliação que auxilie as organizações a aprimorar as oportunidades de experiências oferecidas ao público. A investigação está estruturada na forma de estudo de caso, cujos objetos foram descritos no Capítulo 3, opção que permite obter uma visão histórica sobre a problemática e integrar diferentes perspectivas e tipos de informação em uma análise abrangente, particularmente útil para o estudo de situações complexas e processos (Beeton, 2005; Creswell, 2009).

Uma vez que as AP não são espaços independentes, mas integram sistemas fundamentados em orientações de organismos internacionais e devem seguir diretrizes estabelecidas pelos órgãos governamentais que as administram, a presente dissertação busca uma análise contextualizada. Os instrumentos empregados na recolha de informações foram: (i) consulta a documentos públicos oficiais, disponíveis em meio digital, (ii) consulta ao conteúdo *online* gerado por visitantes das AP objeto de estudo e (iii) inquéritos por meio de entrevistas, realizadas à distância, a técnicos e outros atores envolvidos em atividades de visitação, como condutores de visitantes, guias e voluntários que atuam nos parques estudados. O estudo de caso em questão compreende o exame individual dos resultados de cada parque e uma análise comparativa.

Com a finalidade de obter um conhecimento prático sobre o objeto de estudo, empregou-se ainda o método de observação participante, não estruturada. Embora a literatura faça

referência à observação, principalmente, como instrumento para obtenção de informações sobre comportamentos (Creswell, 2009), este foi considerado um instrumento útil para avaliar a experiência de visitação e aspectos relacionados à ambientação da exposição e orientação física. A recolha de informações foi efetuada pela autora da presente dissertação, em visitas às exposições em agosto de 2018 (Parque Nacional de Itatiaia) e em junho de 2020 (Parque Natural da Serra da Estrela). Em ambas as ocasiões não foi constatada a presença de outros visitantes nas exposições. O registro das observações foi realizado *in loco* por meio de fotografias e foi fundamental para alcançar maior compreensão das informações obtidas por meio das entrevistas e avaliações *online* dos visitantes e para realizar o teste de aplicação do instrumento de avaliação de exposições.

As seções subsequentes descrevem os métodos de recolha e análise de informações documentais e dos atores envolvidos na visitação nos parques estudados (ver Capítulo 3, seções 3.2.1 e 3.3.1).

4.2 Método de recolha e análise de informações documentais

Para garantir a adequada proteção do patrimônio natural e cultural, as atividades desenvolvidas em AP devem estar em consonância com documentos específicos de planejamento da gestão (Dudley, 2008; Leung et al., 2018). Portanto, para compreender o papel da interpretação ambiental na gestão das AP nos países estudados, entendeu-se como necessário conhecer como essa estratégia é prevista nos documentos de planejamento elaborados para as AP em âmbito nacional, excluindo-se as reservas particulares, conforme o recorte definido na presente dissertação. Foi definida a consulta a documentos oficiais públicos, considerados como informações primárias, uma vez que foram produzidos pelas instituições responsáveis pelas AP (Creswell, 2009)

A identificação e recolha do material para análise foi realizada unicamente em meio eletrônico, em consulta aos *websites*⁶ das organizações gestoras e, em alguns casos específicos, por solicitação ao ICMBio. Para possibilitar a análise comparativa, a seleção dos documentos de ambos os países obedeceu aos seguintes critérios:

⁶ Fontes consultadas: portais do ICMBio <<https://www.icmbio.gov.br/portal>> e do ICNF <<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap>>

- i. ter sido publicado até dezembro de 2019;
- ii. abranger a totalidade da gestão da AP;
- iii. constituir o documento final, de caráter estratégico, para gestão da AP.

Às AP brasileiras foi acrescentado como critério o tipo de roteiro de planejamento utilizado, tendo sido excluídos os planos elaborados conforme a metodologia adotada pela organização gestora no final de 2017⁷, que gera documentos com estrutura radicalmente diferente dos anteriores, impossibilitando a comparação.

Para Portugal foram selecionados 33 Regulamentos do POAP publicados oficialmente na condição de Resolução do Conselho de Ministros. Este conjunto corresponde aos primeiros POAP de 25 AP (78,13%) criadas em âmbito nacional e oito documentos de revisão. No contexto brasileiro a seleção correspondeu a 196 UC, ou 58,7% das AP sob gestão federal. No total foram identificados 200 planos de manejo, cinco dos quais são elaborados de forma conjunta para duas UC, em geral contíguas ou muito próximas, cuja gestão é realizada de maneira integrada. A amostra é composta por 169 planos que representam a primeira ou única versão elaborada para a UC e 31 documentos de revisão integral do plano de manejo anterior. Nove UC tiveram analisadas duas versões do plano de manejo. As relações de documentos de planejamento analisados encontram-se no Apêndice I.

Os documentos selecionados foram submetidos, separadamente, à uma análise qualitativa simples, realizada a partir da busca pelas palavras-chave “interpretação ambiental” e “interpretação”, neste caso com especial atenção ao contexto de uso da palavra, de forma desconsiderar as ocorrências não relacionadas à interpretação do patrimônio e simples citações da legislação. As observações foram registradas em formulários eletrônicos, elaborados pela autora desta dissertação, após a identificação da estrutura básica utilizada por cada país para elaboração dos documentos. Foram recolhidas informações de identificação da AP e do documento (tipologia e nome da AP, versão do documento, ano de publicação e endereço eletrônico do documento analisado) e sobre a especificação do uso de interpretação ambiental, com campo para inclusão de informações adicionais, caso necessário (ver Apêndice C, Quadro C.1).

⁷ Prevista na Instrução Normativa nº 7/2017 de 21 de dezembro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Para conhecer o contexto de uso da interpretação nas AP em cada país, as informações obtidas foram inicialmente submetidas a análises estatísticas descritivas com apoio do programa SPSS Statistics. Foram avaliadas as frequências relativa e absoluta da previsão do uso de interpretação nos documentos de planejamento das AP, possibilitando a discussão comparada entre os países estudados, e, numa perspectiva nacional, a análise de possíveis diferenças existentes entre as tipologias de AP e também numa escala temporal. Para atender aos objetivos específicos deste estudo, a análise qualitativa dos documentos procurou identificar padrões de indicação de uso da interpretação pelos órgãos gestores de AP de cada país. Não se pretendeu, porém, efetuar uma análise detalhada da previsão de uso da interpretação ambiental como ferramenta de gestão nos documentos de planejamento. Os códigos foram definidos a partir do conjunto de dados, seguindo uma abordagem tradicional (Creswell, 2009; Hsieh & Shannon, 2005) e foi realizada manualmente, assim como a codificação dos textos. Este processo consistiu na leitura e identificação dos tipos de atividades nas quais foi prevista a oferta de interpretação e resultou em duas grandes categorias: trilhas/percursos interpretativos e exposições. A análise dos dados permitiu ainda discernir o grau de detalhamento das atividades apresentado no documento (pouco ou nenhum detalhamento, detalhamento moderado, grande detalhamento), o que, no contexto do material analisado, pode ser um indicativo da relevância atribuída ao desenvolvimento da abordagem interpretativa.

4.3 Método de recolha e análise de avaliações *online*

Com a finalidade de analisar a perspectiva dos visitantes, foi utilizado o conteúdo gerado por viajantes disponível na internet, especificamente, avaliações de viagens *online* (*online travel reviews* ou OTR na sigla em inglês). Esta fonte tem sido utilizada de maneira crescente em investigações em turismo, especialmente pela abundância de informações de caráter espontâneo, que podem ser acessadas livremente (Marine-Roig, 2019). Foi escolhida a plataforma de viagens TripAdvisor, que reúne um número superior a 859 milhões de avaliações e comentários de usuários sobre serviços e atrações (TripAdvisor LLC, 2020a) e é utilizada em inúmeros estudos, inclusive relacionados à visitação em áreas protegidas (e.g., Egresi & Prakash, 2019; Niezgoda & Nowacki, 2020; Prakash et al., 2019).

A seleção das informações foi realizada com auxílio das ferramentas de pesquisa do *website* em duas fases. Na primeira, a busca foi efetuada na página inicial do *website* pelos nomes

dos parques estudados, tendo como resultados “Parque Nacional de Itatiaia” e “Serra da Estrela”. Não foi identificada página intitulada Parque Natural da Serra da Estrela. A partir dessas foram detectadas duas outras, indicadas na página como atrações relacionadas, tendo sido selecionadas, ao final do processo, duas páginas para cada parque estudado, nomeadamente, Parque Nacional de Itatiaia e Museu Regional da Fauna e Flora no caso brasileiro e Serra da Estrela e Torre no caso português (ver Apêndice D, Quadro D.1). A segunda fase de seleção consistiu na procura de menções específicas aos centros de visitantes e respectivas exposições, com auxílio da ferramenta de busca da seção de avaliações nas páginas selecionadas. Processo desnecessário para a página do Museu Regional da Fauna e Flora, nome pelo qual eram conhecidas, até 2007, as instalações que hoje abrigam o Centro de Visitantes do Parque Nacional de Itatiaia. Foram utilizados como termos de busca “centro”, “interpretação”, “informações”, “exposição” e “museu”. Com a finalidade de estender a pesquisa às avaliações feitas em outros idiomas, foram empregadas traduções desses termos para outros idiomas quando a ocorrência foi superior a dez comentários na página analisada, resultando em buscas em inglês, espanhol, francês e holandês. Para os demais idiomas representados em menor número, foi aproveitado o recurso de tradução automática disponível em cada avaliação e feita uma triagem manual.

Após a seleção, passou-se à recolha e organização dos dados, etapa em que as avaliações que continham menções ao objeto de estudo foram copiadas em seu idioma original e organizadas em arquivos individuais, manualmente (Egresi & Prakash, 2019; Prakash et al., 2019). Para garantir o anonimato do visitante e manter a especificidade da fonte de identificação, o nome dos arquivos foi composto por um código derivado das páginas de onde foi retirada a avaliação (PNI para Parque Nacional de Itatiaia, MFF para Museu Regional da Fauna e da Flora, EST para Serra da Estrela e TOR para Torre), seguido do número sequencial, atribuído conforme a data da experiência informada na plataforma, em ordem cronológica crescente e do mês e ano da experiência.

As informações passaram por análises quantitativas e qualitativas (Marine-Roig, 2019; Niezgoda & Nowacki, 2020; Prakash et al., 2019). A abordagem quantitativa correspondeu à análise de frequência absoluta e do percentual das menções aos centros de visitantes no conjunto das avaliações e, nos casos destacados na segunda fase de seleção, da percepção da qualidade da experiência, idioma e configuração do grupo. Ao conteúdo das avaliações selecionadas foi aplicada a análise de qualitativa com apoio do programa NVivo Plus,

próprio para esse tipo de análise. Com exceção dos documentos de planejamento, a análise de conteúdo de diferentes fontes de informação utilizadas neste estudo apoiou-se em um conjunto único de códigos (ver Apêndice F). Adotando uma dupla abordagem, partiu-se de códigos relacionados às boas práticas para exposições interpretativas identificados na revisão de literatura (processo dedutivo), aos quais foram acrescentados outros, oriundos do conjunto de dados, durante o processo de codificação (processo indutivo). Na sequência, os códigos foram agrupados em categorias, de forma hierárquica em até três níveis, para posterior discussão dos resultados. Foram definidas categorias-mãe, que indicam grandes temas, às quais foram relacionadas subcategorias com maior especificidade (Creswell, 2009; Hsieh & Shannon, 2005; Kastenholz, Lima, et al., 2012; Young et al., 2018). Uma avaliação das preferências dos visitantes quanto aos elementos da exposição foi possível somente para o caso brasileiro, em que foram registradas opiniões com maior detalhamento.

4.4 Método de recolha e análise de informações de atores-chave

Estudos sobre a qualidade e efetividade da interpretação, tanto por meios pessoais quanto não pessoais, em sua maioria, exploram somente a perspectiva do visitante, buscando avaliar sua satisfação, resultados cognitivos e intenção de mudança de comportamento. No contexto do presente trabalho considerou-se importante abordar a visão do lado da oferta, com o objetivo de conhecer a percepção dos técnicos e prestadores de serviços turísticos em relação às exposições instaladas nas AP. Dado o pequeno número de casos estudados, o presente estudo empírico não pretende propor generalizações.

A exemplo de Fallon & Kriwoken (2003), um importante método de obtenção de informações utilizado nesta dissertação consistiu em inquéritos a um pequeno número de atores-chave com atuação direta nas exposições que constituem o objeto deste estudo. A amostra foi composta por dez pessoas, com igual distribuição entre os gêneros. Quatro entrevistados são ligados ao parque português, todos com perfil técnico, e seis ao parque brasileiro, sendo três técnicos, dois guias e uma voluntária. Esse método permitiu examinar, com maior profundidade, questões relacionadas ao planejamento, à gestão e à utilização das exposições analisadas, além de possibilitar a identificação das preferências dos visitantes, embora de forma indireta e pouco profunda. Os resultados levaram à caracterização do processo de implantação das exposições nas AP estudadas e permitiram efetuar análises

comparativas entre os dois países, além de contribuírem para refinar o instrumento de avaliação de exposições.

Os inquéritos foram realizados por meio de entrevistas semiestruturadas individuais e na modalidade *focus group*⁸, à distância via chamadas de áudio ou vídeo pela internet e telefone (Creswell, 2009). Todos os contatos foram iniciados via internet (*e-mail* ou aplicativos de mensagens instantâneas) e as necessárias autorizações para gravação da entrevista e uso das informações foram solicitadas mediante formulário eletrônico. A condução das entrevistas foi realizada somente pela autora do estudo. Creswell (2009) e Young, Rose, Mumby et al. (2018) assinalam uma série de cuidados e procedimentos a serem observados em todas as etapas do uso deste instrumento, para garantir a confiabilidade das informações e, conseqüentemente, dos resultados.

O guião das entrevistas (Apêndice E) consistiu em um conjunto de questões abertas organizadas em quatro tópicos: (i) histórico de implantação da exposição; (ii) característica e uso da exposição; (iii) percepção da qualidade da exposição; e (iv) dinâmica de utilização do centro de visitantes pelo público. As questões do primeiro tópico tiveram a finalidade de identificar o que motivou a instalação ou renovação da exposição e quais os atores e instâncias de decisão envolvidas em seu planejamento e implantação (e.g., Fallon & Kriwoken, 2003; Healy et al., 2016). O tópico seguinte buscou informações sobre as estratégias utilizadas para criação de ambiente propício para manter a atenção e o interesse do visitante, como o uso de tecnologia e recursos interativos (e.g., Carnall et al., 2013; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996; Tubb, 2003), estímulo à interação interpessoal pela presença de pessoal de apoio, visitas guiadas, programas especiais (e.g., Ballantyne et al., 2011; Black, 2018; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996) e promoção do turismo acessível (Chikuta et al., 2019; Devile & Kastenholtz, 2018). No terceiro, foram colhidas as impressões do inquirido sobre a satisfação e preferências dos visitantes, além de sua percepção sobre a efetividade da exposição quanto ao alcance dos objetivos propostos, uma perspectiva pouco avaliada na literatura referenciada. O último tópico, visou caracterizar o perfil do público e a dinâmica de uso do centro de visitantes. Os assuntos foram explorados de forma não linear, dando liberdade ao entrevistado para desenvolver as respostas, que muitas vezes atenderam a mais de um tópico previsto.

⁸ Uma entrevista coletiva foi realizada por solicitação dos inquiridos, que consideraram ser essa a forma mais adequada para responder a todos os temas do estudo em uma única oportunidade.

A amostra de inquiridos foi definida em duas etapas, pela combinação de técnicas de amostragem intencional (não aleatórias). Inicialmente utilizou-se a amostragem por conveniência, tendo sido identificados e convidados a participar do inquérito os técnicos que atuam na gestão da visitação e nos centros de visitantes dos parques estudados. A estes foi solicitada a indicação de outros atores que exercem atividades ou utilizam os centros de visitantes em suas atividades profissionais, como voluntários, recepcionistas e guias, e que poderiam contribuir com visões diversificadas sobre o assunto estudado, configurando a técnica de amostragem do tipo “bola de neve” (Kastenholz, Lima, et al., 2012; Young et al., 2018). Em atenção ao Código de Conduta de investigação científica adotado pela Universidade de Aveiro, que garante a confidencialidade das informações pessoais dos entrevistados, substituiu-se os nomes dos informantes por um sistema de identificação alfanumérico formado por uma sigla correspondente ao país (BR para Brasil e PO para Portugal) e um número sequencial. As entrevistas seguiram um protocolo padronizado, foram gravadas e o conteúdo dos áudios foi transcrito e submetido à análise qualitativa de conteúdo (Creswell, 2009; Kastenholz, Lima, et al., 2012).

Creswell (2009) propõe seis etapas para análise de dados qualitativos, a começar pela organização e preparação do material recolhido, fase em que é realizada a transcrição das entrevistas. As etapas seguintes correspondem à leitura geral das informações, definição dos termos para codificação do material, agrupamento dos códigos em temas ou categorias, discussão dos temas identificados e, finalmente, interpretação dos resultados e sua comparação com o que é proposto na literatura.

No âmbito desta dissertação, a etapa de preparação dos dados envolveu a separação e organização dos arquivos de som e transcrição das entrevistas com apoio de programa computacional. O material transcrito eletronicamente foi revisado cuidadosamente e esse processo possibilitou uma visão geral do conjunto de informações recolhidas, o que foi fundamental para o bom desenvolvimento das etapas subsequentes (Creswell, 2009; Kastenholz, Lima, et al., 2012). Conforme detalhado na subseção 4.3, a definição de códigos e categorias para organização dos dados utilizou uma dupla abordagem, tendo iniciado com base na revisão de literatura e sido complementada no decorrer da análise das informações das várias fontes utilizadas nesta dissertação. As etapas de análise de conteúdo, codificação das entrevistas e de agrupamento dos resultados em categorias foram desenvolvidas de forma manual no programa NVivo Plus. A exemplo de Prakash et al. (2019), optou-se por descartar

o uso de codificação eletrônica, a fim de se evitar equívocos de interpretação das palavras-chave. As etapas finais corresponderam à discussão e interpretação dos resultados da análise em relação ao que foi encontrado na revisão de literatura (Creswell, 2009; Kastenholz, Lima, et al., 2012).

4.5 Conclusão

Os métodos de recolha e de análise de informações escolhidos para o presente estudo empírico oferecem subsídios para análise dos casos português e brasileiro sob duas principais abordagens. Numa visão ampla, permitem identificar o contexto institucional onde se desenvolvem as ofertas de interpretação ambiental e, com foco nas duas AP estudadas, exploram a perspectiva dos visitantes, os atores envolvidos na gestão da visitação e aqueles ligados à prestação de serviços de guiagem/condução de visitantes e de atendimento nos centros de visitantes. Observa-se que as análises de conteúdo das avaliações *online* feita por visitantes e das entrevistas basearam-se num conjunto de categorias derivadas da literatura, o que facilitou a identificação de convergências e divergências entre a percepção desses diferentes atores, tendo ainda surgido novas categorias pela análise qualitativa. Entende-se que esta proposta contribui para o cumprimento dos objetivos propostos para esta dissertação.

Capítulo 5 Análise e discussão dos resultados empíricos

5.1 Introdução

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados do estudo empírico, organizados conforme o instrumento de recolha de informações. A próxima subsecção trata das análises quantitativas e qualitativas dos documentos de planeamento de áreas protegidas no Brasil e em Portugal. Detalhes dos documentos analisados e das análises quantitativas realizadas são encontrados nos apêndices desta dissertação. A terceira subsecção apresenta a perspectiva dos visitantes, igualmente, por meio de análises quantitativas e qualitativas das avaliações publicadas na plataforma TripAdvisor. A penúltima subsecção refere-se à visão do lado da oferta da interpretação, identificada a partir da análise qualitativa de conteúdo das entrevistas realizadas a técnicos, guias e voluntários que atuam nos parques estudados. Na subsecção de conclusão do capítulo são tecidas comparações entre os resultados dos dois países.

5.2 A Interpretação ambiental nos documentos de planeamento de áreas protegidas

5.2.1 Brasil

Foram analisados 200 documentos referentes a 196 UC brasileiras geridas pelo governo federal. Esta amostra corresponde a 98% das UC com plano de manejo publicados entre 1978 e 2019, não tendo sido incluídos os planos cuja elaboração seguiu a nova metodologia utilizada pela organização gestora. Estão representadas UC do grupo de proteção integral (51%) e de uso sustentável (49%), sendo os parques nacionais e as florestas nacionais as principais componentes da amostra com 27% e 24%, respectivamente. Os documentos analisados correspondem a 195 planos exclusivos (97,5%) e cinco planos conjuntos (2,5%). Das UC representadas na amostra, 187 (95,4%) tiveram um único documento analisado (primeiro plano ou revisão) e nove (4,6%), dois documentos (primeiro plano e uma revisão abrangente). Não foram localizados os documentos correspondentes à primeira versão do plano de 23 UC, sendo dez parques nacionais, cinco reservas biológicas, uma área de proteção ambiental e sete florestas nacionais. Esta situação deve-se à uma limitação do método de seleção de documentos para composição da amostra, que considerou apenas aqueles disponíveis em meio digital.

A indicação da oferta de interpretação ambiental foi encontrada em 144 (72%) documentos analisados, apesar de a interpretação ambiental ser considerada uma estratégia importante para sensibilização e gestão de visitantes (e.g., Kuo, 2002; Marion & Reid, 2007; Powell & Ham, 2008). A análise desse aspecto por categoria de UC mostrou que em todas há planos que desconsideram tal ferramenta. Dentre as categorias de UC mais representadas na amostra observou-se menções à interpretação na quase totalidade dos planos elaborados para parques nacionais (98,2%), em 81,8% dos planos de estações ecológicas, 79,2% dos de florestas nacionais e 62,5% dos de reservas biológicas.

A análise temporal da indicação do emprego da interpretação, tendo como critério a publicação da Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho, sugere que o estabelecimento do SNUC pode ter sido determinante para a inclusão da interpretação nos planos de manejo de algumas categorias de UC. Contudo, não foi possível comprovar essa suposição, posto que a amostra não contempla todos os planos de manejo publicados antes de 2000. No conjunto de planos de manejo analisados, com data de publicação anterior à vigência da referida lei (N=25), estão representadas as categorias parque nacional (48%), reserva biológica (20%), área de proteção ambiental (20%) e floresta nacional (12%). Pelas informações levantadas, estas foram as únicas categorias de UC que tiveram planos de manejo elaborados antes da instituição do SNUC. Na análise dos documentos disponíveis para essas categorias percebe-se uma radical mudança de abordagem na elaboração de planos de reservas biológicas e avanços relacionados aos documentos de áreas de proteção ambiental e florestas nacionais, ao passo que houve um ligeiro retrocesso no caso da categoria parque nacional (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 Menção à interpretação nos planos de manejo de quatro categorias de UC publicados antes e depois da instituição do SNUC (ano 2000)

Categoria	1978-2000			2001-2019		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Parque Nacional	12 (100%)	0 (0%)	12 (100%)	43 (97,3%)	1 (2,27%)	44 (100%)
Reserva Biológica	0 (0%)	5 (100%)	5 (100%)	15 (78,9%)	4 (21,1%)	19 (100%)
Área de Proteção Ambiental	1 (20%)	4 (80%)	5 (100%)	8 (47%)	9 (53%)	17 (100%)
Floresta Nacional	2 (66,7%)	1 (33,3%)	3 (100%)	36 (80%)	9 (20%)	45 (100%)
Total	15 (60%)	10 (40%)	25 (100%)	102 (81,6%)	23 (18,4%)	125 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Para avaliar se existe relação entre a publicação da Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho e a indicação de interpretação nos planos de manejo de reservas biológicas, florestas nacionais e áreas de proteção ambiental, procedeu-se ao cruzamento das variáveis “menção à interpretação” e “intervalo de publicação do plano de manejo” para o conjunto de UC nessas categorias (Quadro 5.2). A análise das frequências observadas e esperadas e dos resíduos estandardizados ajustados evidencia um crescimento substancial da proposta de uso da interpretação nos documentos elaborados a partir da vigência da supracitada lei, indicando sua importância na disseminação de atividades interpretativas em outras categorias de UC, além dos parques nacionais. Uma vez que as variáveis não cumpriram os pressupostos do teste Qui-quadrado, possivelmente por tratar-se de uma amostra pequena, não se obteve comprovação estatística dessa observação. Para uma avaliação adicional podem ser analisados, futuramente, os documentos que não foram incluídos no presente estudo, por não se encontrarem digitalizados.

Quadro 5.2 Cruzamento das variáveis “menção à interpretação” e “intervalo da publicação de planos de manejo” na amostra de UC nas categorias reserva biológica, área de proteção ambiental e floresta nacional.

Intervalo de publicação do Plano de Manejo		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
1978-2000	Frequência observada	3	10	13
	Frequência esperada	8,6	4,4	13,0
	Percentual	23,1%	76,9%	100,0%
	Resíduo estandardizado ajustado	-3,5	3,5	
2001-2019	Frequência observada	59	22	81
	Frequência esperada	53,4	27,6	81,0
	Percentual	72,8%	27,2%	100,0%
	Resíduo estandardizado ajustado	3,5	-3,5	
Total	Frequência observada	62	32	94
	Percentual	66%	34%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Tomando-se apenas a versão mais recente do plano para UC de todas as categorias presentes na amostra (N=191), verifica-se que a interpretação é citada em 135 documentos (70,7%). Nestes (N=135), as menções à interpretação podem estar presentes em diferentes tópicos, sendo mais frequentes na caracterização das zonas (50,4%), no programa de uso público/visitação (40%), nos objetivos e finalidades da UC (34,1%), no programa de educação ambiental (21,5%) e nas normas gerais e das zonas (18,5%). Em alguns casos, o plano incluiu um programa de interpretação e educação ambiental (9,6%) no mesmo nível hierárquico do programa de uso público.

A análise de conteúdo dos planos de manejo que trazem menções à interpretação ambiental mostra que existe uma grande variedade de abordagens à estratégia. Sobressai-se no conjunto a indicação de implantação de trilhas e sinalização interpretativas, embora o detalhamento apresentado possa variar da citação genérica à determinação de regiões e sugestão de tópicos a serem interpretados por percurso ou área. As trilhas podem ser guiadas, havendo previsão de capacitação de diferentes agentes, como o corpo técnico da AP, moradores locais, funcionários de empresas concessionárias e organizações parceiras e voluntários; ou autoguiadas, com apoio de folhetos e/ou sinalização. Isso evidencia a valorização da experiência *in loco* que caracteriza a definição de interpretação elaborada por Tilden (2007). A construção de centros de visitantes, com exposições e painéis interpretativos, é proposta em diversas situações, mostrando alinhamento às práticas realizadas nas áreas protegidas em vários países (e.g., Fallon & Kriwoken, 2003; Pearce & Moscardo, 2007). A indicação da necessidade de elaboração de planejamento específico e a sugestão de tópicos para a interpretação da UC estão presentes, respectivamente, em 12,5% e 7,6% dos documentos analisados. Enquanto essa preocupação com a indicação de tópicos concentra-se especialmente em planos elaborados entre 2002 e 2005, a necessidade de produção de plano interpretativo não é concentrada em um período particular. A preparação de materiais interpretativos para pessoas com deficiência é explicitada em apenas cinco planos (elaborados entre 1999 e 2017) e o envolvimento das comunidades locais na elaboração de planos e projetos interpretativos em quatro (elaborados entre 2004 e 2014).

Embora muitos documentos apontem para o uso de “atividades interpretativas” e “materiais interpretativos”, são escassos os documentos que, efetivamente, sugerem maior variedade de meios para interpretação. Existem algumas poucas exceções, dentre as quais o plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Cutia, que prevê o planejamento da interpretação apoiado em uma equipe multidisciplinar e com participação das comunidades locais e sugere diferentes meios:

Planejar e implantar um sistema interpretativo com especificidades para diferentes públicos (alunos e professores da rede formal de ensino, comunidades indígenas e não indígenas), incluindo atividades no centro de visitantes e nas trilhas interpretativas, com materiais didático-interpretativos de apoio (banners, painéis, flanelógrafos, fantoches, contos, jogos, mapas, folhetos interpretativos temáticos, guia interpretativo para o guia da trilha) (IBAMA et al., 2006, p. 42).

E o plano de manejo da Floresta Nacional (Flona) de Silvânia, que estabelece como uma das diretrizes do Programa de Interpretação e Educação Ambiental, que:

A Interpretação Ambiental deverá ser realizada na Flona, mediante a utilização de diversas técnicas, com o emprego de instrumentos diretos, postos de informação para os visitantes, visitas, encenações teatrais, atividades lúdicas, e de instrumentos indiretos, como trilhas interpretativas, publicação de guias, manuais e equipamentos de apoio, tais como o Centro de Visitantes (CV), painéis interpretativos, maquetes, dioramas e mídia especializada (ICMBio, 2015, p. 97).

De modo geral, a interpretação é vista como uma estratégia para sensibilizar os visitantes para a importância da proteção dos recursos da área, havendo planos que incluem as abordagens de gestão da visitação e do estímulo à formação da ética conservacionista, como propõem as diretrizes da IUCN (Leung et al., 2018). Em planos elaborados para reservas biológicas e estações ecológicas, em geral a interpretação é colocada nos programas de educação e destacada como a forma de viabilizar as visitas com objetivo educacional, única forma de visitação permitida nessas categorias de UC.

5.2.2 Portugal

As 25 AP sob responsabilidade da autoridade nacional que possuem plano de ordenamento estão representadas na amostra, constituindo a totalidade das áreas criadas nas tipologias parque nacional, parque natural, reserva natural e paisagem protegida. Foram analisados 33 documentos elaborados entre 1978 e 2011, dos quais 25 (75,8%) correspondem ao primeiro plano de ordenamento elaborado para a AP e o restante, a uma revisão abrangente para oito delas (24,2%).

A indicação da oferta de atividades de interpretação ambiental está presente em 21 (63%) planos analisados, dos quais treze são primeiras versões de POAP e oito são documentos de revisão. O Parque Natural da Serra da Estrela é a única AP em que a interpretação aparece nas duas versões do plano. A primeira, publicada em 1990, prevê a implantação um sistema de interpretação dos valores naturais e culturais apoiado em centros de interpretação, núcleos temáticos e percursos interpretativos (Art. 27, item 3 da Portaria nº 583/90 de 25 de julho do Ministério das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais).

Tomando-se como referência a publicação do Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto do Ministério do Ambiente, elaborado para orientar o desenvolvimento do PNTN

lançado em 1999⁹, observa-se, pela análise das frequências, percentuais e resíduo estandardizado ajustado, que houve uma mudança na abordagem das questões relativas à visitação, com valorização do emprego da interpretação (Quadro 5.3). Assim como ocorreu na amostra do caso brasileiro, o cruzamento das variáveis “intervalo de publicação do POAP” e “menção à interpretação” não cumpriu os pressupostos do teste do Qui-quadrado, porém a variação existente no caso português é ainda mais marcante.

Quadro 5.3 Menção à interpretação nos POAP elaborados nos períodos anterior e posterior ao Decreto Regulamentar do Ministério do Ambiente (1999)

Intervalo de publicação do POAP		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
1978-1999	Frequência observada	1	7	8
	Frequência esperada	5,1	2,9	8
	Percentual	12,5%	87,5%	100%
	Resíduo estandardizado ajustado	-3,5	3,5	
2000-2019*	Frequência observada	20	5	25
	Frequência esperada	15,9	9,1	25
	Percentual	80%	20%	100%
	Resíduo estandardizado ajustado	3,5	-3,5	
Total	Frequência observada	21	12	33
	Percentual	63,6%	36,4%	100%

* Os POAP mais recentes incluídos na amostra foram publicados em 2011.

Fonte: Elaboração própria

O exame dos 25 POAP em vigor revela que a interpretação é prevista em 80% dos casos, sendo estes correspondentes à totalidade das tipologias parque nacional (1 AP) e paisagem protegida (2 AP), em dez parques naturais (76,9% das AP na categoria) e sete reservas naturais (77,8% das AP na categoria), mostrando uma evolução expressiva das estratégias de gestão da visitação no sentido de incluir a interpretação. As cinco AP cujos planos de ordenamento não mencionam interpretação ambiental são as reservas naturais do Paul do Boquilobo e do Paul de Arzila e os parques naturais do Douro Internacional, do Tejo Internacional e do Vale do Guadiana. Nota-se que os POAP desses parques preveem a implantação de percursos e sua articulação com outras atividades de animação turística, mas não incluem o termo interpretação em qualquer parte do documento, ainda que tenham sido elaborados entre 2004 e 2008.

⁹ Tanto o PNTN de 1998 quanto o Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto do Ministério do Ambiente incluíram a interpretação entre as atividades a serem desenvolvidas em AP.

A análise dos documentos vigentes que preveem a interpretação ambiental (N=20) mostra que as menções ocorrem em um ou mais capítulos do regulamento, com maior frequência nos artigos relacionados a usos e atividades (75%), ações e atividades (55%) e zoneamento (35%). Os Regulamentos de POAP são documentos que, por natureza, não aprofundam aspectos da gestão de atividades ou estruturas. À exceção do primeiro POAP para o Parque Natural da Serra da Estrela, datado de 1990, os demais documentos foram publicados entre 2004 e 2011, com prevalência no ano de 2008, com a publicação de nove planos. A análise de conteúdo dos regulamentos que mencionam a interpretação mostra uma certa homogeneidade na abordagem, com predominância da indicação da implantação de percursos interpretativos, valorizando a experiência no local, como ocorre no contexto brasileiro. Algumas vezes a atividade está relacionada à implantação de infraestruturas de visitação, de forma genérica, ou é referida a instalação de centros interpretativos e pontos de observação. A maior parte dos regulamentos publicados a partir do ano de 2007 associam os percursos interpretativos ao reconhecimento dos valores naturais da AP e ao turismo de natureza. No documento de revisão do POAP do Parque Natural da Serra da Estrela a menção à interpretação teve o detalhamento reduzido em relação ao regulamento anterior, permanecendo como uma atividade a ser promovida (de maneira geral), ligada especialmente ao turismo, passando a ser uma obrigatoriedade dos empreendimentos turísticos dispor de instalações e/ou serviços voltados aos serviços complementares, entre os quais é citada a interpretação ambiental.

Na revisão do POAP do Parque Nacional da Peneda-Gerês, publicada em 2011, a interpretação ambiental é colocada como um dos objetivos para criação de diversas áreas de intervenção específica voltadas para a apreciação de aspectos naturais, culturais, históricos e pré-históricos existentes na área do parque. Especialmente nos casos de patrimônio histórico e monumentos, são indicados meios interpretativos, nomeadamente a instalação de painéis, leitores de paisagem e criação de percursos pedestres. Um detalhamento razoável também é observado no regulamento da revisão do POAP do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, igualmente publicado em 2011, que indica a implantação de percursos interpretativos em diversas áreas de intervenção específicas e a construção de dois centros de interpretação. Essas duas AP portuguesas estão situadas em destinos turísticos populares no país, sendo o maior nível de detalhamento das oportunidades de interpretação nos respectivos documentos de planejamento possivelmente motivado pela necessidade e conveniência de proporcionar experiências enriquecedoras a um grande público.

No caso do Parque Natural da Serra de São Mamede e outras AP, há um artigo dedicado aos percursos, que inclui um item com orientações gerais sobre suas finalidades:

A delimitação dos percursos deve privilegiar a educação ambiental, a divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais, tais como a gastronomia, artesanato, produtos de excepção (sic), entre outros, contribuindo desta forma para o desenvolvimento social e económico local (Resolução do Conselho de Ministros no 77/2005 de 21 de março da Presidência do Conselho de Ministros, 2005).

Os regulamentos de POAP mostram a associação entre as atividades turísticas na natureza e a oferta de interpretação, em alguns casos apresentando definições para interpretação ambiental, percurso interpretativo e centro de interpretação. Entretanto, não se observou a indicação de elaboração de um planeamento abrangente para a interpretação da AP.

5.3 Avaliação do público sobre os centros de visitantes estudados

A recolha das informações foi realizada exclusivamente por meio da internet, na plataforma TripAdvisor, em 23 de julho de 2020, resultando na identificação de 2.790 avaliações de visitantes distribuídas em quatro páginas (Quadro 5.4). Não foi localizada uma página para a AP Parque Natural da Serra da Estrela, entretanto, mesmo sendo a Serra da Estrela um território amplo e diversificado, grande parte dos comentários dos visitantes nas páginas identificadas como Serra da Estrela e Torre menciona a procura pela neve, a região da Torre e o centro comercial nela instalado, área onde se encontra o centro de interpretação estudado, tendo sido, portanto, consideradas válidas para esta investigação. Outras informações sobre a composição da amostra, extraídas de dados fornecidos pela plataforma, encontram-se no Apêndice D.

Quadro 5.4 Composição da amostra extraída da plataforma TripAdvisor

Identificação no TripAdvisor	País	Código atribuído	Datas das experiências	Total de avaliações	Percentual na amostra
Parque Nacional de Itatiaia	Brasil	PNI	abril/2011 a fevereiro/2020	1357	48,6%
Museu Regional da Fauna e Flora	Brasil	MFF	julho/2013 a julho/2019	144	5,2%
Serra da Estrela	Portugal	EST	abril/2013 a junho/2020	786	28,2%
Torre	Portugal	TOR	setembro/2013 a junho/2020	503	18,0%
--		--	--	2790	100%

Fonte: Elaboração própria com base em TripAdvisor LLC (2020b)

Do total de avaliações existentes, foram selecionadas para análise de conteúdo aquelas que contêm menções aos espaços expositivos objeto desta dissertação (Quadro 5.5). Essa análise resultou na codificação dos textos nas categorias: ‘Aspectos de acessibilidade’, ‘Aspectos de *design*’, ‘Aspectos de gestão e monitoramento’, ‘Aspectos de interação pessoal’, ‘Aspectos de interpretação’ (derivadas da revisão de literatura e do conjunto de dados), ‘Outros serviços’ e ‘Percepção do visitante’ (derivadas unicamente do conjunto de dados).

Quadro 5.5 Composição da amostra e distribuição das avaliações selecionadas

Código de identificação	Total de avaliações	Avaliações selecionadas*	Percentual
PNI	1357	331	24,4%
MFF	144	144	100,0%
EST	786	3	0,4%
TOR	503	7	1,4%

* Avaliações que continham menção aos centros de visitantes estudados.

Fonte: Elaboração própria com base em TripAdvisor LLC (2020b)

Observa-se, no Quadro 5.5, que o percentual de menções ao Centro de Interpretação da Torre é muito reduzido em ambas as páginas analisadas no contexto português. Uma possível explicação para isso é a falta de elementos de sinalização na região da Torre, que indiquem a existência e a localização do centro interpretativo e convidem o público a visitá-lo. Mesmo a identificação afixada à porta do CITEG é perceptível somente a pouca distância. Além da observação pessoal da autora desta dissertação quando da visita de campo, algumas avaliações registradas após a reabertura do centro interpretativo pela AGE, sugerem que o público não identifica o centro e sua finalidade: “Senti falta de uma estrutura mais receptiva ao turista” (TOR-008) e “[...] nos prédios não se pode entrar, embora exista uma torre de tijolos que é possível visitar (eu não entrei e não posso opinar)”¹⁰ (EST-004). A demanda por instalações de apoio ao público foi também apontada no período em que o CITEG se encontrava fechado ao público: “Existem edifícios devolutos que poderiam ser usados no acolhimento dos visitantes” (EST-002).

Por outro lado, dentre as avaliações de pessoas que efetivamente visitaram a exposição, os adjetivos empregados para descrevê-la foram “muito interessante” (EST-001) e “interessante e informativa” (TOR-007). Há referências que mostram que o centro de interpretação contribuiu como motivação da visita: “Fui à Torre pelo passeio [...] e

¹⁰ Texto original em espanhol: “*Llegas y aparcas con facilidad, los edificios no puedes entrar aunque hay una torre de ladrillo que puedes (nosotros no entramos y no puedo opinar)*”.

pelo centro de Interpretação da Serra da Estrela” (TOR-001) e para a qualidade da experiência: “fez valer a pena a subida a torre (sic) [...] deviam apoiar mais e valorizar estas novas actividades (sic) que com toda a certeza vão valorizar muito mais a zona” (TOR-006). Alguns comentários destacam os assuntos abordados na exposição e sua importância para conhecer a Serra: “Para conhecer melhor a Serra da Estrela, nada como uma visita ao centro de interpretação, localizado mesmo na Torre” (TOR-005), ou assinalam a existência de visitas guiadas: “fui ao geomuseu e tive uma palestra de Lucas [...]”¹¹ (TOR-007). As informações fornecidas pelas avaliações dos visitantes no caso português não permitiram identificar as preferências do público em relação aos elementos que compõem a exposição instalada no CITEG.

Para o parque brasileiro estudado, a plataforma TripAdvisor reúne maior número de avaliações, inclusive dispondo de uma página específica para o centro de visitantes, o que possibilitou a realização de análises mais diversificadas da percepção do público. Na página da atração Parque Nacional do Itatiaia (PNI) o centro de visitantes é tratado como um dos pontos de interesse na AP e citado em pouco menos de um quarto dos comentários registrados (ver Quadro 5.5). O espaço é identificado como museu, centro de visitantes ou centro de informações e as menções são, em geral, pouco detalhadas, por vezes integrando uma simples lista de atrações, como no comentário de PNI-303: “Trilhas para cachoeiras, museu para visitar, ar puro para respirar e curtir a natureza.”, ou figurando apenas como ponto de referência: “A primeira parada é no Lago Azul, bem próximo ao centro de visitantes.” (PNI-316). Embora as avaliações tenham considerado a visita feita na AP, foram identificadas 22 referências com recomendações de visita ao centro de visitantes, tanto antes como depois da revitalização, com expressões como “recomendo”, “recomendo muito”, “não deixe de visitar/passar/percorrer” e outras mais enfáticas, como “O centro de visitantes é imperdível” (PNI-038, visita realizada em 2013), “Indispensável visitar o museu, na sede” (PNI-154, visita realizada em 2015), “O centro de visitantes precisa ser visto!” (PNI-258, visita realizada em 2017) e “O museu é muito interessante e não pode ficar de fora da visita.” (PNI-329, visita realizada em 2020).

O Centro de Visitantes do Parque Nacional do Itatiaia é uma atração identificada na plataforma como Museu Regional da Fauna e Flora (MFF), denominação que não se aplica

¹¹ Texto original em inglês: “went to the geo museum and had a talk by Lucas, interesting and informative...”

mais ao espaço desde 2007, quando foi realizada uma grande alteração no conceito da exposição existente no local. Esta situação pode, inadvertidamente, criar falsas expectativas em parte do público e/ou levar à ideia de que é uma atração independente do parque, como sugerem alguns comentários: “eu esperava um acervo maior e mais variado” (MFF-028), “Para museu poderia ter mais atrativos.” (MFF-115) e “O acervo é pequeno, deixa um pouco a desejar em termos de informação. O acesso é fácil, pois fica no interior do parque nacional. Se for visitar o parque, vale a visita, caso contrário, não.” (MFF-079), além de outros comentários que trazem a informação de que o museu fica dentro do parque nacional. A análise do conteúdo das avaliações registradas para a atração MFF identificou 16 comentários (11,1%) que sugerem essa percepção equivocada de que a exposição instalada no centro de visitantes é dissociada da área protegida.

Apesar disso, a atração recebe elevada pontuação na plataforma, com 86,8% das avaliações registradas como excelente ou muito bom, 12,5% como médio e 0,7% como fraco. A percepção equivocada da finalidade daquele espaço pode, entretanto, comprometer o alcance dos objetivos da organização gestora, pois alguns visitantes atribuem-lhe pouca importância, como indicam as avaliações: “Museu é bem pequeno [...] local pra uma parada rápida” (MFF-062) e “Por ser um museu dentro da Mata, vale sua visita depois de curtir uma cachoeira no Parque Nacional de Itatiaia.” (MFF-119). Também na página da atração PNI o centro de visitantes não é percebido por todos como ponto de partida para a vista e local para compreender melhor a área protegida, pois enquanto alguns aconselham visitá-lo antes de conhecer os atrativos naturais: “[...] Vale a pena passar por lá antes de começar a trilhar.” (PNI-072), outros sugerem que deve ser deixado para o final do passeio: “Antes de ir embora, visite o museu [...]” (PNI-311).

Ambas as páginas para o parque brasileiro contêm avaliações positivas dos visitantes, reconhecidas pelo emprego de palavras como “interessante”, “bacana”, “legal”, “ótimo(a)”, “bonito” e expressões como “bem cuidado/preservado”, “vale a visita”, “vale a pena”, “visitação agradável”, dentre outras. Elas correspondem a 130 (39,3%) dos 331 comentários analisados na página PNI e a 59% das avaliações registradas na página MFF. Como exemplo cita-se trechos das manifestações de PNI-163, que escreve que “[...] o museu é bem cuidado, com exposições artísticas, além da exposição permanente (interessantíssima)” e de MFF-135: “Museu bem cuidado com exposições interessantes para todas as idades.”.

Críticas à exposição estão presentes em menor número e concentram-se no período anterior à revitalização realizada em 2017, totalizando onze referências no conjunto de avaliações analisadas para atração PNI e vinte para a atração MFF. A maior parte delas aborda temas como falta de cuidados e necessidade de manutenção e alguns consideram, de forma inespecífica, que o museu poderia ser mais bem explorado (PNI-009, MFF-013 e MFF-020). Outros, entretanto, mencionam a falta de interpretação geológica (PNI-153), a retirada da maior parte do acervo zoológico (PNI-196 e MFF-038), a falta de material em idioma estrangeiro (PNI-120), a ausência de “um guia no local” (PNI-116 e MFF-035) e a pouca interatividade (PNI-143, MFF-108 e MFF-112). Comentários registrados após o trabalho de revitalização apontam que a exposição se tornou mais interativa e que esse é um aspecto valorizado pelo público, em concordância com Minkiewicz et al. (2014), Moscardo (1996) e Tubb (2003). Exemplos dessa apreciação estão nos registros de PNI-304: “O centro de visitante é um espetáculo à parte... muita informação, interatividade e muito organizado” e MFF-131: “Tem algumas partes interativas com vídeos e fotos sensacionais!”. A avaliação de uma pessoa que visitou a atração, pela segunda vez, em janeiro de 2018 mostra que o novo formato aumentou sua satisfação:

Já havia conhecido esse museu em visitas passadas há 10 anos, mas agora está muito bacana mesmo. E em 1 hora vc (sic) vê tudo. [...] No estacionamento ficam alguns guias voluntários que podem te acompanhar na visita, o que é muito bom, pois te dão informações muito legais que vc (sic) não encontrará andando sozinho. Recomendo. (Comentário MFF-129)

Nota-se ainda, nesse comentário, que a queixa da falta de pessoal no local foi, ao menos, minimizada e que, apesar da possibilidade de o percurso expositivo ser realizado de forma autoguiada, propiciando autonomia e controle ao visitante (Moscardo, 1996), o acompanhamento por pessoal treinado pode enriquecer a experiência, como assinalado por autores como Ballantyne et al. (2011) e Minkiewicz et al. (2014).

A exposição instalada no centro de visitantes do Parque Nacional de Itatiaia é reconhecida como fonte de conhecimento e informação, como denotam os comentários “Um lugar para admirar e obter conhecimento de coisas antigas e novas” (MFF-113) e “O centro de visitantes é bastante interessante e educativo, vale muito pena cada segundo.” (PNI-315), entre outros. A análise de conteúdo permitiu identificar os elementos expositivos que despertaram a atenção dos visitantes, o suficiente para serem mencionados na avaliação.

Enquanto alguns não fazem referência ao que pode ser encontrado, outros citam mais de um item de interesse, como no registro de uma experiência realizada em 2018:

O museu fica dentro do Parque Nacional de Itatiaia e é muito organizado!! As exposições sobre a fauna e flora são extremamente detalhadas e bem feitas (sic), mostrando diversas espécies empalhadas da região, como mamíferos, répteis, pássaros e insetos... Tem algumas partes interativas com vídeos e fotos sensacionais!! Além disso tem uma parte explicativo (sic) sobre as atividades de escalada e montanhismo da região... Entrei sem muita expectativa e me surpreendi, bem legal!! (Comentário MFF-131)

Em uma parte das avaliações registradas na página MFF (49,3%) e das que mencionam o centro de visitantes na página PNI (19,6%) foi possível distinguir elementos que auxiliaram na identificação dos recursos expositivos que despertaram o interesse do público, havendo comentários que indicaram mais de um recurso. Foram isoladas 207 menções a componentes específicos da exposição nas duas páginas analisadas. Os animais taxidermizados, as fotografias, a maquete, o expositor interativo multissensorial relacionado às aves e o vídeo institucional foram os componentes mais citados (Quadro 5.6).

Quadro 5.6 Distribuição das menções a recursos expositivos do centro de visitantes do Parque Nacional do Itatiaia

Elemento expositivo	PNI (N=331)		MFF (N=144)		TOTAL (N=475)	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Animais taxidermizados	33	10%	45	31,2%	78	16,4%
Fotos/exposição fotográfica	16	4,8%	21	14,6%	37	7,8%
Maquete	11	3,3%	18	12,5%	29	6,1%
Vídeo institucional	12	3,6%	13	9,0%	25	5,3%
Expositor interativo (aves)	2	0,6%	12	8,3%	14	2,9%
Calçada da Fauna	4	1,2%	8	5,5%	12	2,5%
Coleção botânica	1	0,3%	2	1,4%	3	0,6%
Sala de montanhismo	0	0	3	2,1%	3	0,6%
Jogo da memória	0	0	2	1,4%	2	0,4%
Painel de azulejos	0	0	1	0,7%	1	0,2%
Sala sensorial	0	0	1	0,7%	1	0,2%
Salas temáticas	1	0,3%	1	0,7%	1	0,2%
Total	80	-	127	-	207	-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados observados estão em concordância com a literatura, que alude à preferência do público de espaços museológicos por:

- objetos tridimensionais (e.g., Bitgood, 2000; Buck, 2010), representados no caso estudado pelos dioramas com animais taxidermizados, maquete, expositor interativo com sons de aves e jogo da memória;
- oportunidades de interatividade e atividades multissensoriais que favorecem a cocriação da experiência (e.g., Ballantyne et al., 2011; Campos et al., 2018; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996; Tubb, 2003), proporcionadas no centro de visitantes com o uso tecnologia na maquete, no expositor interativo com sons de aves e na sala sensorial, ou sem uso de tecnologia (jogo da memória); e
- elementos pouco usuais para o público, que são novidade ou causam surpresa (e.g., Ballantyne & Hughes, 2003; Carnall et al., 2013; Moscardo, 1996), como é o caso dos animais taxidermizados expostos nos dioramas e no expositor interativo com sons de aves.

Apesar de ter sido citada de forma específica somente uma vez, a chamada “sala sensorial” cumpre a finalidade de proporcionar uma experiência imersiva, que pode favorecer a conexão com a natureza (Pennisi et al., 2017), como se apreende pelo comentário MFF-129: “[...] vc (sic) entra, senta-se e tem a sensação de estar dentro da floresta, com imagens e sons. Muito legal.”.

O registro de outro visitante mostra que a exposição pode oferecer oportunidades também para reflexões mais profundas, um dos objetivos da visitação em AP (Leung et al., 2018):

Conhecer um parque não se resume apenas as suas belas paisagens, vai bem além disto, assim cabe uma reflexão sobre nossas ações e futuro. Dentro da primeira unidade de conservação do Brasil existe um lugar para isso e além de servir para fins educativos, o Museu Regional da Fauna e Flora no PARNA do Itatiaia apresenta a fauna e flora local e suas características. (Comentário MFF-088)

Na página de avaliações do MFF pode-se identificar visitantes que retornam à atração eventualmente e visitantes frequentes (“Já estive várias vezes lá [...]” MFF-076). Dentre estes, destaca-se a ligação afetiva que algumas pessoas manifestam em relação ao espaço:

Localizado dentro do Parque Nacional de Itatiaia, o Museu da Fauna e Flora é uma das memórias mais vivas da minha infância. Até hoje, quando vou lá me sinto voltando no tempo ao ver as espécies dessa rica reserva florestal. É um museu

simples, mas é um passeio encantador para ir um (sic) família. (Comentário MFF-094)

Já conheço o parque há muito tempo e agora repassando a história para as novas gerações, em visita ao museu, artefatos que via desde a minha infância e agora podendo repassar para a nova geração e espero que assim sucessivamente possa continuar... (Comentário MFF-122)

Tais comentários revelam um sentimento de pertencimento ao lugar e a importância que a área protegida desempenhou na construção da identidade desses visitantes, conceitos relacionados ao ‘senso de lugar’, por sua vez, intimamente relacionado à interpretação (Moscardo, 2007). Resultados como enriquecimento da experiência, melhor compreensão da área protegida e sensibilização do visitante para mudanças de atitude são esperados pelos profissionais que atuam nos parques estudados e cujas percepções são analisadas na próxima subseção.

5.4 Percepção dos atores-chave sobre as exposições estudadas

Os inquéritos decorreram no período compreendido entre a segunda quinzena de junho e a segunda quinzena de julho de 2020. A duração média das entrevistas individuais foi de 40 minutos, com duração mínima de 26 minutos e máxima de 64 minutos. O *focus group* estendeu-se por, aproximadamente, trinta minutos. O detalhamento da amostra encontra-se no Apêndice E, Quadro E.2. Apesar de consistirem em relatos da percepção pessoal dos entrevistados, as informações permitem conhecer como a interpretação é entendida e desenvolvida nas áreas protegidas estudadas, particularmente com respeito aos meios de interpretação não pessoal, o que contribui para redução da lacuna de conhecimento sobre o tema nos dois países.

Quando analisado, o conjunto das transcrições resultou em referências codificadas em praticamente todas as categorias, sendo ‘Aspectos de redação’ e ‘Percepção’ do visitante as únicas exceções. As categorias ‘Aspectos de planejamento’, ‘Aspectos de sustentabilidade’, ‘Aspectos físicos’ e ‘Percepção do guia/condutor’ foram organizadas com base em códigos identificados na análise das entrevistas (ver Apêndice F, Quadro F.2).

No que concerne aos aspectos de planejamento, os entrevistados com perfil técnico foram os que aportaram maiores informações. Para eles, a implantação de um centro de visitantes tem como objetivos enriquecer a experiência do público, apresentar a AP de maneira

contextualizada, aumentar o conhecimento do visitante sobre a área e sobre o sistema de AP e outros mecanismos institucionalizados de proteção. No caso português acrescenta-se, desde a concepção do CITEG até o presente, a intenção de criar um espaço de referência para a Serra da Estrela. Há consenso entre os inquiridos de que a exposição interpretativa tem um papel central no alcance desses objetivos, ao facilitar a compreensão do visitante sobre a AP e estimular a valorização e proteção do patrimônio, fatores que devem orientar a visita nesses territórios (Leung et al., 2018), percebidos nos trechos reproduzidos a seguir:

E, de facto, essa é a grande chave de um centro de interpretação, [...] é ajudar a interpretar aquilo que nossos olhos conseguem ver lá fora, e passarmos a ter uma visão diferente sobre a realidade que nos rodeia. Obviamente que depois da visita ao Centro de Interpretação, a experiência turística no contexto da Serra torna-se muito melhor, porque de facto já não é apenas um olhar para a beleza da paisagem, mas é também olhar para a beleza da paisagem percebendo alguns dos momentos e alguma história geológica. (PO1)

E a gente percebe, [...]que aquele visitante que não passou pelo centro de visitantes antes de ir para a cachoeira, [...] não carrega com ele muitas informações que o façam contemplar aquele atrativo de uma forma diferenciada. (BR1)

[...] tem informações importantes ali, que podem transformar a mentalidade, cativá-lo para que ele seja um defensor dos parques nacionais e da causa ambiental, [...] (BR2)

Outro tópico ligado ao planejamento está relacionado aos atores que tomam parte no processo de implantação de materiais interpretativos. Embora as AP sejam territórios administrados, na sua maioria, por órgãos governamentais, diversos autores destacam a importância de se incluir a visão de múltiplos setores nesse processo (e.g., Fallon & Kriwoken, 2003; Healy et al., 2016; Staiff et al., 2002). Pelo que se pode depreender das entrevistas, na implantação das exposições estudadas foram envolvidas as equipes técnicas das AP e as empresas responsáveis pelo projeto expositivo, com consultas a pesquisadores e especialistas. No caso brasileiro foi relatada a participação de representantes de prestadores de serviços turísticos e grupos de montanhismo, assim como de outros colaboradores, por meio de doação de fotos e produção de textos. Não foi mencionado o envolvimento direto ou indireto de visitantes no processo de elaboração de ambas as exposições, nem a consulta a pesquisas de interesse ou satisfação desse público, embora algumas falas indiquem que o conhecimento prático que as equipes têm do público foi um fator considerado. Essa falta da perspectiva do visitante pode levar ao desenvolvimento de produtos mais voltados aos

interesses organizacionais que a interesses e necessidades dos visitantes, podendo resultar em menor eficácia (Healy et al., 2016, p. 576).

A preocupação com questões de sustentabilidade e manutenção, um tema que não foi identificado na literatura consultada para elaboração desta dissertação, também foi externada por entrevistados de perfil técnico. Agrupadas em uma categoria específica, referem-se, principalmente, ao emprego de materiais e tecnologias duráveis, adequados ao local, cuja manutenção seja fácil e de baixo custo, para que a experiência de visita não seja prejudicada, e à escolha de conteúdos que não necessitem de atualização frequente, para que a mensagem transmitida seja confiável e relevante.

No caso português, PO4 ressaltou a opção pela ausência de dispositivos eletrônicos, dadas as condições climáticas extremas do local onde está instalado o centro de interpretação: “porque estamos numa que zona tinha bastante neve uma parte do ano, [...] é uma exposição que se optou por não ter grande material tecnológico, de fácil manutenção, de fácil percepção, que não tem custos de manutenção [...]”. No parque brasileiro, a exposição contém elementos interativos e eletrônicos e, embora tenha-se procurado utilizar tecnologias simples, parte dos entrevistados relata problemas em elementos com tecnologia um pouco mais complexa, que implicam em maior necessidade de manutenção. Esses problemas são decorrentes tanto de características ambientais, em especial os efeitos negativos da elevada umidade do ar, própria dos ambientes florestais, quanto do uso intenso e, eventualmente, inadequado, como sugere a observação de BR2: “[...] as crianças ficam apertando loucamente e ouvindo os sons das aves, dá até problema de vez em quando”.

O cuidado na definição dos assuntos abordados foi destacado por PO4 como fundamental para durabilidade da exposição: “[...] as temáticas certas, bem escolhidas, elas serão sempre as nucleares, hoje e daqui a 20 anos.”. No tocante à atualização da exposição instalada no CITEG, PO1 aponta a necessidade de modificações pontuais no conteúdo: “[...] o conhecimento científico e o conhecimento da Serra da Estrela [...] vai aumentando e vamos tendo novos dados, é necessário também adaptar e atualizar a informação que o centro tem.”

No caso brasileiro, a opção pelo uso de materiais duráveis possibilitou o aproveitamento de recursos expositivos na revitalização efetuada em 2017, quando a exposição completou dez anos de instalação, como explicou BR2:

[...] apesar de a exposição ainda estar cumprindo seus objetivos, ela já estava desgastada, tinha muita coisa que precisava melhorar, arrumar e tal [...] Muito do material foi aproveitado, a gente não queria desperdiçar as coisas, [...] então parte do material foi só renovado, foi limpo, foi melhorado e recolocado (sic). (Trecho extraído da entrevista de BR2)

Por outro lado, a ampla acessibilidade não foi um quesito planejado desde o início nas exposições estudadas, situação comumente observada no setor turístico (Devile & Kastenholz, 2018) e que leva as entidades gestoras à necessidade de promover adequações. No CITEG as adaptações ainda estão na fase de estudos e projetos, com o objetivo de melhorar a acessibilidade tanto para pessoas com deficiências motoras e audiovisuais como para visitantes estrangeiros, uma vez que os textos da exposição se encontram somente em português. Prevê-se inclusive, a impressão tridimensional de modelos de locais de interesse geológico para possibilitar, aos deficientes visuais, a compreensão de características da Serra da Estrela.

Na exposição do Parque Nacional de Itatiaia, a revitalização efetuada em 2017 melhorou o atendimento aos estrangeiros ao apresentar painéis com textos em português e inglês, mas, quanto à acessibilidade para pessoas com deficiências, foram contemplados apenas os aspectos motores. Outras adaptações estão em processo de implantação para melhorar a experiência de deficientes auditivos e visuais e algumas, como a áudio-descrição de vídeos e elementos dos dioramas, mostram-se interessantes para diferentes perfis de público. Como ilustrado na entrevista de BR1, estas estratégias ainda ampliam as oportunidades de interpretação para além dos atributos da AP e oferecem oportunidades de promoção da inclusão e da tolerância entre visitantes de diferentes perfis, uma vez que o público com deficiência também pode ter sua experiência prejudicada por atitudes negativas vindas de outros grupos de visitantes (Devile & Kastenholz, 2018):

[...] depende muito do público. Se a gente coloca, tem gente que não gosta da áudio-descrição do vídeo. Então se a gente vai contextualizar a questão da acessibilidade cultural, da interpretação do ambiente [...] a gente pede que as pessoas assistam de olhos fechados, com a narração da áudio-descritora e depois, pede que abram os olhos e assistam o vídeo, só com a narração, ou às vezes, sem, para ver se eles conseguiram imaginar o que ela descreveu. É muito interessante. (Trecho extraído da entrevista de BR1)

No caso brasileiro, BR2 acrescenta outras ações que buscam qualificar o atendimento às pessoas com deficiência, como a capacitação de pessoal permanente e de voluntários

(questão levantada nos estudos de Chikuta et al., 2019 e Devile & Kastenholz, 2018) e a realização de eventos específicos para divulgação das oportunidades de visita dirigidas a esse público.

Em ambos os parques analisados inexistem pesquisas que avaliem a satisfação dos visitantes quanto à exposição. Contudo, os entrevistados aportaram suas percepções, obtidas pela prática de observação do comportamento do público e em conversas ocasionais com visitantes. No caso português, relata-se que o interesse dos visitantes em atividade turística é observado especialmente durante as visitas guiadas, sendo o fator que orienta o detalhamento dos conteúdos pelo guia, como nota PO3: “[...] nós vamos explicando e elas vão fazendo mais perguntas [...] é assim também que nós temos esse *feedback* e percebemos qual é o interesse das pessoas relativamente àquilo que está exposto na exposição”. Para PO1, os assuntos que despertam maior interesse são aqueles relacionados à origem e aos processos geológicos que marcam a Serra da Estrela e que, usualmente, são desconhecidos do público, percepção que está em concordância com Moscardo (1996), quanto ao interesse dos visitantes por temas que trazem novidades. Em relação aos elementos expositivos, PO4 coloca que “a tridimensionalidade é o aspeto que mais chama atenção para o visitante básico, para um visitante comum”, no que alinha-se a Buck (2010) e Bitgood (2002).

Para o contexto brasileiro foi possível verificar que existe, de maneira geral, um alinhamento entre a percepção dos entrevistados sobre as preferências dos visitantes e as opiniões destes, expressas nas avaliações *online*. Na visão dos participantes do inquérito, os elementos que mais interessam ao público são os dioramas com animais taxidermizados, o expositor interativo com sons de aves, os vídeos apresentados no auditório, a maquete e as exposições fotográficas. O vídeo da sala sensorial e o jogo da memória foram também mencionados por esse grupo e apenas uma pessoa não indicou qualquer elemento ou assunto da exposição, alegando que o público tem maior interesse pelas cachoeiras do parque. Pela experiência de BR2, alguns elementos foram capazes de manter a atenção dos visitantes e engajá-los por longo tempo:

A família ficou horas ali, jogando o jogo da memória, e falou que leva os parentes que vêm do Pará, sempre. [...] Uma outra coisa que eu vi o pessoal ficar muito tempo é uma exposição sobre insetos, [...] não eram biólogos, zoólogos, eram pessoas comuns que achavam aquilo superinteressante, não imaginavam que os insetos tinham tantos membros, tantos órgãos, que aquilo tinha nome, né. E ficaram ali,

também, muito tempo e falaram que já tinha ido lá outras vezes, e sempre observam, que acham interessante. (Trecho extraído da entrevista de BR2)

Os elementos expositivos indicados pelo entrevistado oferecem oportunidade de interação física e/ou cognitiva, carregam um componente de novidade, apresentam o assunto de maneira diferente, despertam a curiosidade e desafiam os conhecimentos prévios do visitante, características que contribuem para despertar o estado de atenção plena (e.g., Moscardo, 1996; Moscardo & Pearce, 1986; Pearce & Moscardo, 2007). Observa-se ainda que favorecem a interação entre os membros do grupo, o que foi destacado também por BR4 em comentário sobre o painel que contém o jogo da memória: “Principalmente pais conseguem interagir muito com os filhos [...] isso aproxima as famílias. Além de tudo o que eles têm para ver, tem essa curiosidade. Eles conseguem aprender lá.”. Essas características são indicadas por Minkiewicz (2014), Campos (2018) e seus respectivos colaboradores como fundamentais para oferecer aos visitantes oportunidades de cocriação das experiências, além de promoverem o engajamento cognitivo e emocional, colaborando para a satisfação do visitante e aumentando a possibilidade apoio à proteção do patrimônio em questão (de Rojas & Camarero, 2008).

Porém, conforme a análise de conteúdo das avaliações *online*, o que mais atrai os visitantes é a coleção de animais taxidermizados, resultado confirmado pela observação de BR1: “É interessante, nós temos painéis, mapas gigantes, uma maquete tridimensional, com luzes piscando, mas, de fato, o que chama muito a atenção dos visitantes, principalmente das crianças, são os animais taxidermizados”. Embora atrativas para os visitantes, um dos entrevistados faz uma reflexão crítica sobre esse componente da exposição e questiona se todas as peças expostas conseguem, efetivamente, transmitir a mensagem proposta:

Uma coisa que eu acho que nós precisamos melhorar para atingir ou visitantes, é alterar um pouco o visual dos animais taxidermizados. Algumas peças estão muito desgastadas. [...] nessa tendência de se aproximar da realidade do bicho, a nossa coleção taxidermizada já deixa a desejar em muitos pontos. (Trecho extraído da entrevista de BR6).

Essas peças são remanescentes da coleção original, formada ao longo do Século 20 e exposta ao público no Museu Regional da Fauna e Flora até 2007 (ver subseção 3.3.1). Estão presentes nos dioramas e no expositor interativo com sons de aves, com a finalidade de mostrar uma pequena parte da fauna nativa do parque, algumas das quais foram localmente extintas. O expositor com sons de aves, por seu caráter interativo e multissensorial, oferece

ao visitante outras oportunidades de engajamento além da observação. Entende-se que deve ser considerado à parte, também, porque os visitantes, nos comentários *online*, fazem distinção os animais taxidermizados e esse recurso expositivo. No tocante aos dioramas, as informações analisadas nesta dissertação não forneceram base para avaliar o tempo que as pessoas dedicam à observação das peças, ou como estas contribuem para a compreensão da mensagem da AP, em uma visita autoguiada.

Os animais taxidermizados podem ser entendidos “como a natureza musealizada” (Silva, M. C., 2013, citado em Soler & Landim, 2017), passando a integrar a narrativa definida pelo curador (no caso, pela organização gestora da AP), desempenhando diferentes funções, em geral como suporte à informação textual. Todos os componentes da exposição contribuem para a construção da narrativa e apresentação da mensagem ao visitante, que irá interpretá-la conforme seus conhecimentos e experiências, sendo o resultado influenciado ainda pela percepção da autenticidade do que está exposto (Bunce, 2016; Marandino, 2002; Soler & Landim, 2017). Conforme Bunce (2016, p. 178), os profissionais que trabalham em museus consideram que os objetos percebidos pelo público como autênticos oferecem melhores resultados educacionais e aumentam o valor estético da visita. Apesar disso, a citada autora afirma que existe uma lacuna de estudos empíricos voltados a compreender como os visitantes interpretam as coleções biológicas em termos de autenticidade e do valor educacional. Considera-se, portanto, que a questão levantada na entrevista é pertinente e deve ser adequadamente investigada, pois peças de taxidermia que deixaram de representar adequadamente o animal podem comprometer a entrega da mensagem e o alcance dos resultados propostos para a exposição.

No tocante à interação do público com funcionários e outros colaboradores, a análise de conteúdo mostra que, apesar de as exposições oferecerem autonomia ao visitante, a opção de interpretação pessoal pode aumentar a compreensão sobre os temas expostos, mesmo que seja de forma momentânea, não programada, e a interação pessoal é tida como um fator que estimula e facilita o uso dos equipamentos eletrônicos e interativos (Ballantyne et al., 2011; Black, 2018; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996):

[...] há sempre pessoas que querem saber um pouco mais do que apenas aquilo que está escrito nos conteúdos do centro [...] (Trecho da intervenção de PO3 durante o *focus group*)

A gente pede que eles [voluntários] façam esse atendimento ao público de uma maneira diferenciada, mais do que se o público fosse, simplesmente, se autoguiando pela exposição. (Trecho da entrevista de BR1)

Eu acho que, quando o visitante está com alguém, fica mais fácil usar a tecnologia. Quando ele está sozinho, ele costuma pular, costuma passar a etapa. [...] o voluntário ao lado pode incentivar isso [...] (Trecho da entrevista de BR6)

Então, muitas vezes a gente fica perto dos visitantes, porque se ele tiver alguma dúvida [podemos esclarecer], mas, no modo geral, o parque deixa a pessoa muito livre e é muito autoexplicativo. (Trecho da entrevista de BR4)

A presença de pessoas capacitadas para auxiliar o visitante na interpretação é apontada pelos inquiridos como um dos principais desafios de gestão da exposição no Parque Nacional de Itatiaia. Uma vez que a equipe que atua nas visitas guiadas é insuficiente para atender à demanda, a organização responsável pela AP realiza o treinamento de guias e condutores de visitantes, recepcionistas contratados pela empresa concessionária de serviços de apoio à visitação e voluntários. Os professores compõem o próximo público a receber capacitação específica, com o propósito de oferecer-lhes conhecimentos e ferramentas que lhes permitam explorar melhor o parque com seus alunos.

Quando questionados sobre melhorias que poderiam ser introduzidas na exposição, os inquiridos fizeram análises abrangentes que envolveram também as instalações dos centros de visitantes. No caso português mencionou-se aspectos de acessibilidade do conteúdo (público estrangeiro e com deficiências físicas) e do espaço expositivo e atualização de informações. No caso brasileiro, além da crítica a uma parcela das peças taxidermizadas, foi indicada a necessidade de ações de divulgação dirigidas às populações dos municípios próximos ao parque, melhorias na trilha sensorial, o estabelecimento de pontos de venda de alimentos e *souvenirs* e a introdução de elementos que melhorem a orientação física do visitante na exposição e possibilitem maior aproveitamento da visita autoguiada.

As entrevistas também revelaram que as entidades envolvidas na gestão das AP e dos centros de visitantes possuem parcerias diversificadas com organizações governamentais, entidades do terceiro setor e empresas privadas, aspecto importante na perspectiva de Fallon & Kriwoken (2003). No parque brasileiro essa forma de atuação foi verificada no processo de revitalização e possibilitou, particularmente, a implantação de adaptações para maior acessibilidade. No CITEG, destaca-se a aproximação entre a AGE, atual responsável pela gestão do espaço, e os agentes do turismo da região, como explica PO2: “sempre que nos

pedem alguma informação sobre alojamento, animação turística e restauração nós damos a conhecer os nossos parceiros e eles fazem o mesmo trabalho para connosco”.

5.5 Conclusão

As informações analisadas mostram que a interpretação ambiental é uma atividade relacionada à visita prevista em um conjunto razoável de documentos de planejamento abrangente de AP geridas pelos governos federal (Brasil) e nacional (Portugal). Apesar da diferença na estrutura dos documentos de planejamento utilizados nos dois países, observa-se que uma uniformidade nas propostas de interpretação, dirigidas essencialmente aos percursos/trilhas, sinalização e exposições. Entretanto, percebe-se de forma mais evidente nos POAP portuguesas também a preocupação com a interpretação do patrimônio cultural, enquanto no contexto brasileiro o foco é dirigido, quase que exclusivamente, ao patrimônio natural.

Os técnicos envolvidos em atividades de visita nos parques estudados possuem uma visão alinhada às diretrizes da IUCN (Leung et al., 2018) e compreendem a interpretação oferecida nos centros de visitantes como ferramenta para sensibilização do público e qualificação da experiência deste, tanto na exposição como nas demais atividades de visita desenvolvidas na área. Esta visão, em maior ou menor grau, é compartilhada pelas demais pessoas entrevistadas. A maioria dos inquiridos demonstrou ter um conhecimento prático das preferências dos visitantes, porém a falta de um protocolo integrado de observação e registro do comportamento do público impede uma análise profunda. Este cenário sugere que informações importantes para a gestão da exposição podem deixar de ser identificadas com rapidez e mais bem avaliadas.

A análise de conteúdo dos comentários dos visitantes, no caso brasileiro, revelou uma concordância com estudos realizados com o público de museus e espaços análogos em outros países, quanto a preferência por elementos tridimensionais, que despertem curiosidade e/ou possibilitem a interação física e cognitiva. O uso de diversas fontes de dados neste estudo empírico possibilitou uma visão plurifacetada das exposições em AP e o aprimoramento da proposta de instrumento de avaliação de exposições, construído, inicialmente, com base nos elementos fornecidos pela revisão de literatura.

Capítulo 6 Proposta de instrumento para avaliação de exposições

6.1 Introdução

Em atendimento ao segundo objetivo geral desta dissertação, o presente capítulo trata do instrumento de avaliação de exposições. Esse instrumento foi desenvolvido com o propósito de auxiliar as equipes responsáveis por AP no processo de implantação de exposições que contribuam para a qualidade da experiência do visitante e para a conservação do patrimônio. Inicialmente faz-se a descrição do instrumento de avaliação, abordando seu enquadramento, os fundamentos utilizados e as partes que o compõem. Em seguida apresenta-se o resultado da aplicação do instrumento às exposições instaladas no Parque Nacional de Itatiaia e no Parque Natural da Serra da Estrela, que compõem o estudo de caso. Na seção final do capítulo comentam-se os resultados e possibilidades de utilização do instrumento proposto.

6.2 Descrição do instrumento para avaliação de exposições

O instrumento de avaliação de exposições foi estruturado para ser uma ferramenta de apoio aos técnicos que atuam em AP. Sua finalidade não é atribuir uma classificação ao material avaliado, mas sistematizar o processo de análise e facilitar a identificação dos aspectos que podem ser aprimorados para que a exposição alcance os resultados esperados. Esses resultados são entendidos na perspectiva ampla da visitação em AP, discutida na seção 2.2, e na função das exposições existentes nessas áreas, objeto da subseção 2.5.1, levando à uma forma de verificação aplicável a propostas expositivas com diferentes complexidades, implantadas ou em fase de projeto, em qualquer tipologia de AP.

Sua elaboração apoiou-se na revisão de literatura e nas informações do estudo empírico, que permitiu agregar fatores de gestão e adequar os tópicos à realidade da visitação em AP nos países estudados. Os pontos considerados relevantes para a qualidade da exposição e passíveis de avaliação foram identificados e agrupados em sete aspectos: planejamento (19 itens), espaço físico (6 itens), acessibilidade e inclusão (7 itens), *design* (23 itens), interpretação (21 itens), sustentabilidade (7 itens) e gestão e monitoramento (15 itens). No caso dos aspectos de planejamento, *design* e interpretação, a quantidade e a diversidade de tópicos justificaram a criação de um nível adicional de organização. O Quadro 6.1 mostra a estrutura do instrumento e as referências utilizadas para escolha dos itens a serem avaliados.

Quadro 6.1 Estrutura do instrumento de avaliação de exposições e referências correspondentes

Itens considerados na avaliação	Referências
A – Aspectos de planejamento	
1. Quanto ao alinhamento aos documentos de planejamento	Fallon & Kriwoken (2003); Healy et al. (2016); Hughes & Morrison-Saunders (2005); Mayorga et al. (2017) Decreto-Lei nº 242/2015 de 15 de outubro do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2015); Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República (2000)
2. Quanto aos objetivos	Bruno & Wallace (2019); Figueira & Ramos (2019); Hughes & Morrison-Saunders (2005); Leung et al. (2018)
3. Quanto ao conhecimento sobre o público	Ballantyne & Hughes (2003); Healy et al. (2016); Mayorga et al. (2017); van der Merwe et al. (2019)
4. Quanto ao envolvimento de comunidades locais e outras parcerias	Fallon & Kriwoken (2003); Staiff et al. (2002)
B – Aspectos físicos do espaço expositivo	Ballantyne & Hughes (2003); Bitgood (2002); Moscardo (1996)
C – Aspectos de acessibilidade e inclusão	Ballantyne et al. (2011); Black (2018); Chikuta et al. (2017, 2019); Devile & Kastenholtz (2018); Minkiewicz et al. (2014)
D – Aspectos de <i>Design</i>	
1. Quanto à ambientação e à orientação espacial	Ballantyne & Hughes (2003); Bitgood (2002); Moscardo (1996)
2. Quanto à orientação cognitiva	Moscardo (1996)
3. Quanto ao estímulo ao engajamento e ao estado ativo de atenção	Ballantyne & Hughes (2003); Buck (2010); Campos et al. (2018); Carnall et al. (2013); Minkiewicz et al. (2014); Moscardo (1996); Pearce & Moscardo (2007); Pennisi et al. (2017); Tubb (2003)
4. Quanto aos elementos textuais	Bruno & Wallace (2019); Bitgood (2000, 2002); Coghlan & Kim (2012); Leftridge (2006); Moscardo (1996); Staiff et al. (2002)
E – Aspectos de interpretação ambiental	
1. Quanto à interpretação dos recursos e à qualidade da experiência do visitante	Ballantyne & Hughes (2003); de Rojas & Camarero (2008); Ham (1992); Larsen (2011); Leftridge (2006); Moscardo (1996, 2017); Skibins et al. (2012); Staiff et al. (2002); Tilden (2007)
2. Quanto ao estímulo à adoção de certos comportamentos no local e de uma ética conservacionista	Ballantyne & Packer (2011); Skibins et al. (2012)
F – Aspectos de sustentabilidade	Ballantyne & Hughes (2003); Fallon & Kriwoken (2003) Informações do estudo empírico
G – Aspectos de gestão do espaço expositivo e monitoramento da qualidade da experiência	Black (2018); Devile & Kastenholtz (2018); Fallon & Kriwoken (2003) Informações do estudo empírico

Fonte: Elaboração própria.

A avaliação de cada item é feita por meio de uma escala de pontuação com valores entre zero, que corresponde à ausência total da condição indicada, e cinco, equivalente à máxima concordância entre o tópico analisado e o que se verifica na exposição. Entende-se que é possível verificar-se a ausência do item na exposição devido a fatores que não são controlados pela equipe da AP, ou pode haver desconhecimento e impossibilidade de obtenção de informações fidedignas, particularmente no caso de projetos instalados há muito tempo. Para contemplar essas situações foram acrescentadas à escala numérica, quando se considerou pertinente, as opções de resposta “não se aplica” (NA) e “sem informações” (SI).

A análise da exposição deve considerar o contexto da AP e a complexidade da proposta expositiva, o que implica que a ausência ou pouca ocorrência de determinadas características (por exemplo uso de tecnologia) pode ser resultado de limitações de diversas naturezas e não de uma falha do projeto. Entretanto, pontuações baixas em vários itens de um mesmo aspecto ou subdivisão indicam a necessidade de atenção e avaliação específica, mais rigorosa, pois podem representar fragilidades que venham a comprometer a qualidade da experiência dos visitantes ou o alcance dos objetivos propostos para a exposição.

O quadro 6.2 apresenta os itens que compõem o instrumento proposto, organizados conforme os aspectos analisados. O instrumento de avaliação de exposições é apresentado no formato de aplicação (com orientações de preenchimento e opções de resposta) no Apêndice G.

Quadro 6.2 Itens analisados no instrumento de avaliação de exposições

A – Aspectos de planejamento
1. Quanto ao alinhamento aos documentos de planejamento, a exposição/o projeto expositivo:
utiliza como referência o plano de manejo/ plano de ordenamento
utiliza como referência o plano de uso público ou outro documento de planejamento da visitação
está de acordo com plano, programa ou projeto interpretativo da área
segue um projeto interpretativo específico
está alinhada às diretrizes institucionais para interpretação ambiental
2. Quanto aos objetivos:
O objetivo geral (finalidade) da exposição está claro
Os objetivos específicos (resultados esperados) da exposição estão elaborados de forma clara
Os objetivos interpretativos estão definidos claramente e alinhados aos demais objetivos da exposição
Os objetivos foram definidos por um grupo de pessoas com conhecimento sobre a área protegida
Os objetivos foram definidos após a consulta a diferentes atores (equipe, comunidade local, pesquisadores, prestadores de serviço, visitantes...)

Quadro 6.2 Continuação

3. Quanto ao conhecimento sobre o público, a exposição/o projeto expositivo utiliza informações:
sobre o público visitante, baseadas na experiência da equipe que trabalha no atendimento à visitação
sobre o público, obtidas em pesquisas de satisfação do visitante
sobre os interesses e as necessidades de informação do público, obtidas em pesquisas específicas
sobre perfil, interesses e necessidades de informação do público, obtidas de forma indireta
4. Quanto ao envolvimento de comunidades locais e outras parcerias, o planejamento/desenvolvimento da exposição/do projeto expositivo:
estimulou a participação organizada e intencional da comunidade local (por exemplo oficinas, reuniões, entrevistas etc.)
estimulou a participação organizada e intencional de entidades parceiras e colaboradores não locais (por exemplo fotógrafos, observadores de aves, pesquisadores etc.)
solicitou/obteve apoio eventual da comunidade local
solicitou/obteve apoio eventual de entidades parceiras e colaboradores não locais
B – Aspectos físicos do espaço expositivo
A exposição/o projeto expositivo:
está/será instalada em espaço adequado ao volume de visitantes recebido/estimado para diferentes épocas do ano
aproveita/oferece soluções apropriadas para a iluminação natural
emprega/propõe uso adequado de iluminação artificial
aproveita/oferece soluções apropriadas para a ventilação e climatização ambiente
utiliza/prevê materiais com especificações adequadas às condições climáticas do local
utiliza/prevê o uso de tecnologias compatíveis com as condições climáticas do local
C – Aspectos de acessibilidade e inclusão
A exposição/o projeto expositivo:
contempla, pelo menos, um idioma além do oficial do país onde está instalada
oferece soluções apropriadas para facilitar a compreensão por visitantes de diferentes nacionalidades
oferece soluções apropriadas para que pessoas de diferentes contextos socioculturais tenham uma experiência completa na exposição
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências motoras e mobilidade reduzida tenham uma experiência completa na exposição
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências visuais tenham uma experiência completa na exposição
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências auditivas tenham uma experiência completa na exposição
oferece soluções apropriadas para que pessoas com diferentes tipos de deficiências cognitivas tenham uma experiência completa na exposição
D – Aspectos de Design
1. Quanto à ambientação e à orientação espacial, a exposição/o projeto expositivo:
oferece um ambiente amigável e convidativo
possui espaço de circulação adequado, propiciando uma visitação confortável e no tempo escolhido pelo visitante
favorece a atenção e o foco do visitante
possui um arranjo que transmite a sensação de continuidade e favorece a orientação espacial do visitante, tornando mais fácil/intuitivo seguir o roteiro expositivo
tem um percurso simples ou dispõe de sinalização indicativa de trajeto e acessos internos, de forma suficiente e clara, auxiliando a orientação espacial do visitante

Quadro 6.2 Continuação

pode ser percorrida sem que o visitante se sinta cansado e/ou dispõe de pontos de descanso integrados ao ambiente expositivo
2. Quanto à orientação cognitiva, a exposição/o projeto expositivo:
é organizada por assuntos/tópicos
desenvolve uma narrativa que auxilia o visitante a compreender a integração entre os assuntos
a distribuição e a combinação dos elementos expositivos facilitam a construção da linha de raciocínio pelo visitante
3. Quanto ao estímulo ao engajamento e ao estado ativo de atenção, a exposição/o projeto expositivo:
oferece oportunidades de <u>interação física</u> entre o visitante e determinados elementos expositivos
oferece oportunidades de <u>interação cognitiva ativa</u> entre o visitante e determinados elementos expositivos
utiliza vários meios para transmitir as mensagens
estimula diferentes sentidos (marcar o número correspondente a quantos sentidos são estimulados)
oferece atividades imersivas
dispõe de recursos tecnológicos automatizados e/ou que são comandados pela equipe
dispõe de recursos tecnológicos que podem ser acionados pelo visitante conforme seu interesse
utiliza recursos digitais que permitem ao visitante interagir com a exposição utilizando seu próprio telefone ou <i>tablet</i>
4. Quanto aos elementos textuais, a exposição/o projeto expositivo:
utiliza uma hierarquia de títulos, subtítulos, legendas e textos de desenvolvimento do assunto que ajudam a atrair a atenção do visitante
associa os elementos textuais aos objetos tridimensionais em exibição, auxiliando a observação, apreciação e compreensão
emprega linguagem e estilos de redação adequados ao público, facilitando a compreensão
apresenta a mensagem em blocos de textos curtos
estabelece um diálogo simbólico com o visitante
programa os textos de forma a minimizar o esforço do visitante (tamanho de letras adequado, posição confortável, contraste adequado com o fundo)
E – Aspectos de interpretação ambiental
1. Quanto à interpretação dos recursos e à qualidade da experiência do visitante, a exposição/o projeto expositivo:
está organizada em <u>temas interpretativos</u> bem definidos
apresenta os temas de forma relevante para o público (vai ao encontro das principais curiosidades e expectativas)
estimula a conexão entre os aspectos tangíveis e intangíveis do que está sendo mostrado
desenvolve uma narrativa apoiada em diferentes meios, favorecendo a interligação entre todos os temas
estabelece uma relação entre o recurso protegido e a realidade do público (por meio de exemplos, metáforas, comparações etc.)
oferece mensagens baseadas no patrimônio e no local protegidos
contém mensagens emocionais apoiadas nos aspectos intangíveis do patrimônio local protegido
contém mensagens cognitivas apresentadas em linguagem adequada ao público
possui elementos que questionam conceitos pré-estabelecidos (dissonância cognitiva)
propõe questões e estimula o raciocínio e a reflexão, ao invés de expor a informação
proporciona oportunidades de cocriação da experiência
instiga a curiosidade do visitante

Quadro 6.2 Continuação

oferece a interpretação em camadas, permitindo ao visitante aprofundar os temas que mais lhe interessarem
apresenta múltiplas perspectivas sobre o patrimônio protegido (por exemplo: do órgão gestor e da comunidade local, ambiental e socioeconômica, natural e cultural etc.)
contém elementos que provocam a reflexão do visitante
oferece oportunidades para o visitante expressar suas ideias, emoções e interpretações sobre o que foi apresentado
2. Quanto ao estímulo à adoção de certos comportamentos no local e de uma ética conservacionista, a exposição/o projeto expositivo:
utiliza uma abordagem teleológica (“explicativa”) para apresentar as normas e o comportamento esperado do visitante na área protegida
respeita o visitante e o trata como um aliado na proteção do patrimônio
exemplifica os comportamentos esperados e mostra os benefícios desta ação
oferece sugestões simples de como o visitante pode ajudar na conservação da área protegida e dos recursos que se encontram fora dela, de forma mais ampla
estimula o visitante a encontrar outras formas de contribuir para a proteção do patrimônio natural e cultural
F – Aspectos de sustentabilidade
A exposição/o projeto expositivo:
é proporcional à visitação existente/projetada
prioriza o uso de materiais disponíveis na região
utiliza matérias primas obtidas em conformidade com as normas vigentes
prioriza soluções mais eficientes do ponto de vista energético, para atingir os objetivos propostos para a exposição
utiliza/propõe elementos compatíveis com a capacidade de manutenção da organização responsável pela gestão da exposição
utiliza/propõe elementos compatíveis com os serviços de manutenção disponíveis na região onde está/será instalada a exposição
incorpora/propõe o aproveitamento de elementos da cultura local e de prestadores de serviço locais
G – Aspectos de gestão do espaço expositivo e monitoramento da qualidade da experiência
O centro de visitantes/interpretação e a exposição são incluídos em sugestões de roteiros de visita e divulgados em diferentes canais que podem ser usados pelo público potencial antes da visita
O acesso até o centro de visitantes/interpretação está adequadamente sinalizado
O local onde se encontra a exposição está adequadamente identificado, facilitando a localização pelo público
Os recursos elétricos e eletrônicos instalados utilizam tecnologia atualizada
Os recursos elétricos e eletrônicos encontram-se em perfeito funcionamento
Os objetos expostos estão em condições adequadas de apresentação e manutenção
Textos, legendas, fotografias, mapas e gráficos estão em boas condições de conservação, permanecem legíveis ou com boa visualização
Há/está prevista a oferta de visitas guiadas (interpretação pessoal) na exposição
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas de diferentes países e contextos socioculturais
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas com diferentes tipos de deficiências
Existem/estão previstas ações periódicas de capacitação sobre interpretação e atendimento aos diferentes perfis de público dirigidas ao pessoal de apoio, voluntários, moradores locais e outros parceiros

Quadro 6.2 Continuação

Existe/está prevista a possibilidade de realização de atividades criativas de interpretação pessoal ou eventos diversos com apoio do espaço expositivo
É/será oferecida ao visitante a possibilidade de registrar comentários e impressões sobre sua experiência de visita à exposição
São realizadas/previstas pesquisas relacionadas à satisfação e preferências dos visitantes relativas à exposição.
É realizado/está previsto o monitoramento do alcance dos resultados esperados para a exposição.

Fonte: Elaboração própria.

6.3 Aplicação do instrumento de avaliação às exposições estudadas

Com a finalidade de verificar a adequação e aplicabilidade do instrumento, identificar problemas e promover ajustes, a autora da presente dissertação realizou uma aplicação teste em cada exposição estudada. O preenchimento foi baseado nas informações obtidas no estudo empírico, na visita às exposições e na análise de conteúdo dos textos, desenvolvida com apoio do programa NVivo Plus, a partir da transcrição do material fornecido pelo parque Nacional de Itatiaia e do registro fotográfico dos painéis da exposição instalada no CITEG. O resultado do teste de aplicação encontra-se no Apêndice H.

As exposições estudadas são bem estruturadas e encontravam-se em muito bom estado de conservação quando da elaboração do presente estudo. As principais diferenças entre elas residem na extensão e variedade de meios utilizados, sendo a exposição instalada no Parque Nacional de Itatiaia mais extensa e diversa, inclusive com emprego de recursos eletrônicos. Devido à limitação de informações sobre os processos de planejamento, o exercício efetuado não contemplou esse aspecto.

Submetidas à essa aplicação teste, as duas exposições foram bem avaliadas em seus aspectos físicos e de sustentabilidade, relacionados a questões de espaço, iluminação, ventilação e adequação dos materiais. Quanto à acessibilidade, o caso brasileiro apresentou desempenho muito bom, devido à implantação de adaptações para pessoas com diferentes tipos de deficiências e à inclusão de textos em inglês, ao contrário da exposição do CITEG, onde existe a possibilidade de visitas guiadas em inglês, mas adaptações mais amplas e permanentes ainda estão em fase de estudos, conforme informação registrada nas entrevistas.

Nos aspectos de *design*, organizados em quatro componentes, as duas exposições receberam pontuação elevada quanto à ambientação e orientação espacial, com exceção, na exposição

do parque brasileiro, do item que trata da sinalização interna, elemento apontado como deficiente em entrevista. Quanto à orientação cognitiva, destaca-se como positiva a organização de ambas em tópicos bem definidos e apresentados claramente ao público, porém falta uma narrativa que os interligue e conduza o visitante, itens em que as exposições receberam uma pontuação mediana. No que se refere ao estímulo ao engajamento e ao estado ativo de atenção observa-se uma grande diferença entre os casos estudados, uma vez que a exposição do CITEG não utiliza recursos audiovisuais, multissensoriais ou interativos, ao contrário daquela instalada no Parque Nacional de Itatiaia. Quanto aos aspectos de *design* dos elementos textuais, apesar de uma pontuação boa na maior parte dos itens, foram identificados pontos de atenção nas duas exposições.

A avaliação dos aspectos de interpretação ambiental concentrou-se no estilo de redação e teve como base, exclusivamente, os textos apresentados em painéis nas exposições permanentes das áreas estudadas. No caso do Parque Nacional do Itatiaia foram considerados aqueles desenvolvidos para o ambiente principal. A aplicação teste indicou que, nos dois casos, existe uma necessidade de aprimoramento. Apesar de manter o foco nos recursos e características das AP e apresentar temas relevantes para o público, os textos analisados mostram uma tendência ao estilo instrucional e técnico e o uso limitado dos princípios da interpretação e de elementos que estimulem a reflexão e a mudança de comportamentos. Trata-se de uma questão importante, que pode ser mascarada por projetos gráficos bem elaborados e visualmente interessantes.

O componente final, aspectos de gestão do espaço expositivo e monitoramento da qualidade da experiência, refere-se ao uso e conservação das exposições, de modo a potencializar seu impacto, e à avaliação do alcance dos resultados propostos. Trata-se de uma parte do instrumento de avaliação que reúne fatores mais dinâmicos, cuja evolução pode ser verificada de forma sistemática, em intervalos menores do que outros aspectos, como os que envolvem estruturas físicas ou dependem de maior investimento financeiro. Neste quesito pôde-se constatar a baixa pontuação de ambas as exposições nos itens referentes à avaliação da qualidade da experiência do visitante, a necessidade de atenção à conservação de algumas peças na exposição do parque brasileiro e a deficiência de sinalização indicativa do CITEG, pontos que podem ser melhorados por meio de ajustes na gestão.

6.4 Conclusão

O instrumento de avaliação de exposições proposto neste estudo é abrangente e mostrou-se aplicável a diferentes conceitos expositivos. Apesar de detalhada, a verificação resultante não é profunda nem exaustiva. Sua organização modular confere foco à análise e permite distinguir os setores que requerem intervenção, orientando, por exemplo uma revitalização parcial ou agregando serviços que minimizem as deficiências encontradas. Esse arranjo também permite que se faça uma aplicação seletiva durante a elaboração do projeto e após a realização de modificações, facilitando o processo de monitoramento.

As informações do estudo empírico e a aplicação do instrumento a exposições existentes, com idades e concepções distintas, permitiu aproximar a proposta da realidade das AP. Cabe destacar que o grau de precisão do exame está relacionado ao conhecimento que quem aplica tem da exposição, da dinâmica da visitação e do contexto da AP. Pretende-se, portanto, que ele seja utilizado pelos profissionais que atuam nos centros de visitantes das AP.

Capítulo 7 Conclusões

7.1 Conclusões do estudo

A presente dissertação parte das premissas que as áreas protegidas têm como objetivo maior conservar o patrimônio natural e a visitação nesses territórios contribui para isso, ao compartilhar com a sociedade os benefícios desses territórios e a responsabilidade pela sua proteção (e.g Buckley, 2009; Leung et al., 2018; Moyle & Weiler, 2017). Os atrativos naturais são o principal interesse do visitante e a interpretação, oferecida por vários meios, deve aumentar a qualidade da sua experiência, possibilitar melhor compreensão e apreciação dos recursos protegidos, estimular a reflexão e inspirar a adoção de atitudes favoráveis à conservação da natureza (e.g., Brochu & Merriman, 2008; Larsen, 2011; Moscardo & Ballantyne, 2008).

Para garantir medidas adequadas de proteção, as AP necessitam de amparo legal e sua gestão deve ser planejada conforme sua tipologia (Dudley, 2008). Este estudo mostrou que os documentos legais, normativos e de planejamento de AP nos países estudados preveem e indicam a interpretação como atividade relacionada à visitação. Nesse aspecto, uma das principais diferenças observadas entre os dois países está no tema da legislação que trata da visitação nessas áreas. Em Portugal, a visitação em AP e as atividades de interpretação ambiental são tratadas no âmbito da legislação de turismo, enquanto, no Brasil, na legislação ambiental.

Nos documentos de planejamento das AP portuguesas não se percebe confusão entre os conceitos de interpretação e educação ambiental, pois são, em geral, mencionados em situações distintas. Sugere-se que a vinculação da interpretação ambiental ao turismo de natureza naquele país, facilite a separação entre as duas estratégias. No contexto brasileiro, nota-se uma mudança de abordagem ao longo do tempo. Os dois assuntos eram tratados de forma autônoma no roteiro de planejamento de AP utilizado na década de 1990, constituindo subprogramas vinculados ao programa de uso público, mas passaram a compor um programa único no roteiro de 2002, o programa de educação e interpretação ambiental, independente do programa de uso público e tratado no mesmo nível hierárquico deste. Considerando-se o lançamento, no Brasil, no final do século 20, da Política Nacional de Educação Ambiental¹²,

¹² A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela Lei nº 9.795/99, de 27 de abril.

sugere-se que houve intenção de individualizar as ações de educação ambiental, permitindo o alcance de outros públicos além dos visitantes. Porém, a falta de clareza sobre os propósitos de cada uma dessas estratégias à época da elaboração do roteiro fez com que houvesse uma confusão entre educação ambiental e interpretação ambiental no contexto das UC brasileiras, confusão essa também indicada por Silva (2012). Espera-se que a subseção 2.3.3 desta dissertação contribua para o esclarecimento dos conceitos, de modo que ambas as estratégias possam ser empregadas adequadamente na gestão das AP brasileiras e, assim, obter melhores resultados.

Os documentos de planejamento analisados neste estudo são de caráter estratégico e regulatório, não trazendo, em sua maioria, detalhes sobre as atividades de interpretação, que são tratadas de maneira muito semelhante nos dois países, com a indicação de implantação de trilhas ou percursos interpretativos e centros de visitantes e de interpretação. Observa-se, que uma parte dos planos que orientam a gestão das AP no Brasil e em Portugal não estabelecem o uso da interpretação, apesar de esta ser considerada uma estratégia importante para sensibilização e gestão de visitantes (e.g., Kuo, 2002; Marion & Reid, 2007; Powell & Ham, 2008).

Um dos locais centrais para interpretação de uma AP é o centro de visitantes, ou centro de interpretação, em geral dotado de uma exposição, que concentra e disponibiliza a um grande número de visitantes, uma visão geral sobre os recursos protegidos e as atividades que pode desenvolver na área, entre outras informações. Além de prover serviços diversos e apresentar o patrimônio protegido, o centro de visitantes é onde, muitas vezes, o público tem o primeiro contato com a AP e interage com as pessoas que trabalham no local (e.g., Benton & Sinha, 2011; Bryant, 2006; Fallon & Kriwoken, 2003; Healy et al., 2016; Pearce & Moscardo, 2007). Os documentos de planejamento dos parques estudados, preveem a instalação dos centros de visitantes para interpretação dos recursos e sensibilização dos visitantes, sendo as exposições neles instaladas o objeto central do presente trabalho.

O contexto legal e normativo ao qual cada um dos parques está subordinado é diferente, levando, por exemplo, a que o Parque Nacional de Itatiaia disponha de uma via de acesso principal, controlada permanentemente e com cobrança de ingresso, o que facilita a divulgação do centro de visitantes e o direcionamento do público, ao contrário do Parque Natural da Serra da Estrela. No parque brasileiro, o centro de visitantes estudado é o principal

local (físico) para comunicação institucional com o visitante, enquanto para a Serra da Estrela, existe um outro centro de interpretação no município de Seia, fora da AP.

Entretanto, no que se refere às características gerais, as AP estudadas exibem diversas semelhanças, das quais destacam-se o ambiente montanhoso, a presença marcante dos aspectos geológicos e geomorfológicos, a variação da vegetação e da fauna conforme o gradiente altitudinal, a ocorrência de espécies ameaçadas e a presença humana, o que torna o estudo comparativo particularmente rico. As exposições estudadas mostram aspectos em comum, como a organização dos tópicos conforme a altitude, a apresentação do histórico do parque em uma ‘linha do tempo’, a descrição dos processos geomorfológicos relevantes para compreensão da paisagem, aspectos hidrográficos relevantes regional ou nacionalmente, a existência de uma maquete e a dificuldade de interpretação dos atributos geológicos, com maior uso de linguagem técnica.

Existem, porém, diferenças na concepção dos projetos expositivos e na ênfase aplicada aos assuntos. A exposição do Parque Nacional de Itatiaia coloca ênfase nos tópicos geomorfologia e fauna e explicita trata-se de uma AP desde o início do percurso expositivo, sendo apresentados o circuito de trilhas e a localização dos principais atrativos. São empregados recursos audiovisuais e interativos, com e sem componentes eletrônicos. No CITEG, a exposição instalada enfatiza os aspectos geomorfológicos e a presença humana e a menção ao estatuto de parque natural ocorre somente ao final do percurso expositivo. Não são utilizados elementos interativos e audiovisuais, cabendo destaque às estratégias utilizadas para definir os ambientes, como os modelos de aves características de cada altitude, um código cromático e divisórias não obstrutivas, que dividem o espaço ao mesmo tempo em que mantêm a conexão entre os módulos da exposição.

Quanto ao potencial de engajamento do público, portanto, os resultados do estudo empírico sugerem que a exposição do parque brasileiro se mostra mais atrativa, pois as preferências dos visitantes, sejam apresentadas nas avaliações online, sejam as percebidas pelos técnicos confirmam os estudos realizados em outros países, sendo destacados os elementos tridimensionais, interativos e multissensoriais (e.g., Ballantyne et al., 2011; Buck, 2010; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996). Não foi possível, contudo, verificar se o público que visita o CITEG ressentia-se da falta de interatividade, uma vez que as avaliações disponíveis para o local não contêm elementos que indiquem as preferências dos visitantes.

As informações obtidas por meio das entrevistas mostram que os técnicos das AP têm clareza do potencial da interpretação para promover a sensibilização, aumentar o conhecimento do público sobre a área e como isso ajuda na apreciação da AP e contribui para a satisfação e a qualidade da experiência, ou seja, existe a compreensão que a exposição no centro de visitantes não é um fim em si mesma, no que demonstram concordância com vários autores (e.g., Benton & Sinha, 2011; Bryant, 2006; Figueira & Ramos, 2019; Marion & Reid, 2007; Schwan et al., 2014). Para Skibins et al. (2012) existe um grupo de boas práticas para interpretação voltados especificamente ao alcance de resultados comportamentais (ver Quadro 2.6). Em relação a esta abordagem em particular, não se percebeu nos textos analisados uma apresentação clara dos aspectos de gestão necessários para reduzir impactos negativos ou estimular mudanças de atitudes.

Apesar de visualmente atrativas, a análise dos textos das exposições permanentes mostra que não são aplicadas, de maneira consistente, os princípios e as boas práticas para interpretação destacadas por especialistas no tema (Ham, 1992; Larsen, 2011; Leftridge, 2006; Skibins et al., 2012; Tilden, 2007). Em ambas as exposições se verificam poucos elementos voltados a estabelecer uma aproximação maior com o público e provocar a curiosidade e a reflexão, como o uso de mensagens emocionais e a proposição de questões. Os textos apresentam a informação pronta, desconsiderando recursos que poderiam estimular a curiosidade e o interesse do visitante, como a inclusão de perguntas provocativas nos títulos ou subtítulos.

Nas duas exposições os conceitos de geologia, mais difíceis de compreensão pelo público em geral, são explicados por meio de comparações, metáforas ou do estímulo à criação, pelo visitante, de uma imagem mental dos processos apresentados. Entretanto, ainda se observa o uso considerável, por vezes exclusivo, de linguagem técnica, como na apresentação do material geológico em ambas as exposições. A apresentação de conceitos complexos ou de informação técnica pode ser feita através da organização de camadas de informação, em que a complexidade dos conteúdos cresce com o desenvolvimento do texto, ou outros recursos de diagramação (e.g., Bruno & Wallace, 2019; Coghlan & Kim, 2012; Heimlich et al., 1996; Leftridge, 2006).

O estudo conclui que as equipes responsáveis pelas áreas reconhecem a importância das exposições e da necessidade de proporcionar a inclusão de forma ampla. Na perspectiva da gestão da visitação, buscam resultados que correspondem ao que se espera da visitação à

uma AP. Com respeito à aplicação de boas práticas para projetos expositivos, verificou-se uma maior aproximação ao que é encontrado na literatura quanto aos aspectos de organização, de ambientação, estéticos e o uso de elementos tridimensionais, tendo ambas se distanciado das boas práticas de interpretação nos textos escritos. Além de aspectos relacionados à linguagem técnica, foi observada especialmente a falta de estratégias que permitam atingir diferentes perfis de público, como a oferta de interpretação em camadas progressivamente mais complexas, o uso de tecnologia ou a apresentação do mesmo assunto por diferentes meios (e.g., Buck, 2010; Carnall et al., 2013; Coghlan & Kim, 2012; Leftridge, 2006)

À parte da obrigatoriedade de atender a mandatos legais na gestão das AP, os resultados deste estudo salientam a necessidade de as equipes das AP adotarem conhecimentos e boas práticas das áreas do turismo e da interpretação, para alcançarem bons resultados e a otimização dos recursos na implantação e gestão das exposições. Cabe destacar que a exposição interpretativa na AP deve estar integrada ao contexto geral da visita e, portanto, contribuir para a qualidade da experiência e para despertar no visitante o sentimento de ligação ao lugar e a vontade de contribuir para sua proteção. Como colocam Staiff et al. (2002) é necessário que a interpretação em AP incorpore outras áreas e formas de conhecimento além da abordagem técnica das ciências naturais. O instrumento de avaliação proposto como resultado deste trabalho buscou conjugar as várias dimensões de uma exposição interpretativa em área protegida, fornecendo uma ferramenta útil para gestão e passível de adaptação a diferentes realidades.

A abordagem comparativa empregada na presente dissertação mostra uma grande oportunidade para troca de experiências no campo da interpretação entre instituições e profissionais que atuam em AP no Brasil e em Portugal.

7.2 Contributos do estudo

7.2.1 Contributo teórico

A presente dissertação contribui para redução da lacuna de conhecimentos sobre o uso da interpretação ambiental em AP no Brasil e em Portugal e para o aumento das fontes de informação disponíveis em língua portuguesa sobre o assunto. Particularmente para o

contexto brasileiro, é inovador por discutir uma exposição instalada em um parque nacional e apresentar o tema na visão de técnicos e outros atores envolvidos com a visitação na área. No enquadramento português, agrega informações a trabalhos de Morais et al. (Morais, 2017; Morais et al., 2015).

Especificamente, este estudo interliga as várias dimensões que costumam ser analisadas isoladamente, mas que devem estar presentes, de forma integrada, em um produto de interpretação não pessoal dirigido a visitantes em áreas protegidas, nomeadamente: (i) a dimensão da conservação da natureza, representada por diretrizes internacionais e nacionais, (ii) a dimensão da qualidade da experiência do visitante, com destaque para as oportunidades de cocriação, (iii) a dimensão do projeto expositivo instigante e inclusivo e (iv) a dimensão da interpretação do patrimônio protegido.

7.2.2 Contributo prático e recomendações de gestão

Alinhado à necessidade de aproximação entre o meio acadêmico e a gestão das AP (e.g., Moreno-Llorca et al., 2019; Moscardo, 2014; Vitorino et al., 2016), buscou-se desenvolver uma ferramenta capaz de aprimorar a oferta de interpretação não pessoal nesses territórios, sendo este o principal contributo prático deste estudo. O instrumento de avaliação de exposições que resulta desta dissertação é uma proposta abrangente, programada para ser utilizada do planejamento à operacionalização de espaços expositivos. Entende-se aqui como espaço expositivo, desde uma pequena sala, cujo uso é eventualmente compartilhado com outras atividades, até um centro de visitante com várias salas de exposição.

De maneira ideal, tanto as instituições gestoras das AP quanto os profissionais que irão elaborar e implantar o projeto expositivo devem ter clareza sobre o que se espera do produto, desde o início do processo. Por essa razão, entende-se que a ferramenta proposta, ao reunir os itens que serão avaliados futuramente, pode também ser útil para orientar a equipe das AP na elaboração de projetos ou termos de referência para contratação de serviços de terceiros, qualquer que seja o arranjo institucional escolhido.

Recomenda-se que o instrumento de avaliação de exposições proposto nesta dissertação seja aplicado por um grupo de pessoas e não por somente um técnico da AP, a fim de integrar diferentes perspectivas e evitar vieses pessoais. Preferencialmente, esse grupo deve ser

multidisciplinar e/ou composto por profissionais com diferentes funções na gestão do espaço expositivo e da visita na AP, como técnicos que atuam no local, representantes de instâncias regionais ou central do órgão responsável pela gestão das AP (que respondam pelo tema da visita) e de universidades parceiras, consultores responsáveis pela revitalização das exposições, assim como outros atores de interesse, identificados pelas equipes locais. Em Portugal ainda se pode, em alguns casos, acrescentar representantes das autarquias, uma vez que alguns centros de visitantes e de interpretação de AP são implantados e geridos pelas administrações municipais.

Esse olhar ampliado assume importância ainda maior numa perspectiva de melhoria do serviço prestado a nível da instituição que gere as AP, como por exemplo, para incentivar uma revisão de diretrizes ou das exigências e orientações para desenvolvimento e revitalização de exposições. Aplicando-se o instrumento a um conjunto de exposições, o aprimoramento deixa de ser pontual, localizado, para se tornar institucional.

Embora o estudo não tenha como objetivo avaliar propriamente as exposições instaladas no CITEG e no centro de visitantes do Parque Nacional de Itatiaia, a rápida aplicação teste sugeriu alguns pontos de atenção que encontram correspondência no estudo empírico e na revisão de literatura. No caso português, cita-se, primeiramente, o uso exclusivo de textos em língua portuguesa e recursos essencialmente visuais, sem oferta de alternativas em inglês e/ou outros idiomas e para pessoas com deficiência visual, limitações estas que se encontram em planos de futuras revitalizações, conforme apontado pelos responsáveis pelo CITEG entrevistados. Em seguida, destaca-se a ausência de elementos interativos e multissensoriais, reconhecidos como facilitadores do engajamento do público. Recomenda-se que sejam incluídas na exposição, em futuras revitalizações, oportunidades interativas compatíveis com as características locais e que exijam pouca manutenção, a exemplo do painel com jogos da memória e de perguntas e respostas existente na exposição do Parque Nacional de Itatiaia, que não envolvem componentes elétricos e eletrônicos. No caso brasileiro, salienta-se a falta de elementos que provoquem o visitante a encontrar seu papel na conservação do parque nacional estudado, de forma mais ampla e não somente durante a visita. Os dioramas com animais taxidermizados funcionam como um elemento de atração da atenção do público, mas podem estar sendo subutilizados, considerando-se que as informações textuais a eles relacionadas limitam-se à identificação pelos nomes científico e popular. Dada a revitalização relativamente recente da exposição do centro de visitantes do PNI recomenda-

se, em ambas as situações, avaliar-se o uso de meios digitais, a exemplo de adesivos com QRCode, que direcionem o visitante a conteúdos adicionais e questões provocativas. Essa alternativa pode ser útil também para oferta de traduções de textos em outros idiomas além do inglês, já presente nos painéis, e para disponibilização de novas audiodescrições. Na ausência de cobertura satisfatória de redes de internet no centro de visitantes, sugere-se o emprego de tecnologias *off-line* ou o uso de materiais impressos, consideradas as questões de sustentabilidade financeira e ambiental e de higienização adequada.

Adicionalmente, o estudo empírico evidenciou situações relacionadas à divulgação dos centros de visitantes estudados, que merecem atenção por parte das organizações responsáveis por esses espaços e que podem ser consideradas úteis para outras áreas de proteção do patrimônio natural. Como os espaços expositivos estudados são uma atração, considerada cultural, dentre as atrações predominantemente naturais da AP, faz-se necessário empreender esforços adicionais para atrair a atenção dos visitantes, em sua maioria motivados pelos atrativos naturais. Para incentivar a visita no CITEG, recomenda-se a instalação de sinalização indicativa do espaço na região da Torre e a criação de uma página para a atração no TripAdvisor, com descrição atrativa e fotos. No caso do Parque Nacional de Itatiaia, recomenda-se melhorar a descrição da atração registrada no TripAdvisor como Museu Regional da Fauna e Flora, esclarecendo que se trata do centro de visitantes da AP.

7.3 Limitações do estudo e recomendações para investigações futuras

Apesar de utilizar uma abordagem abrangente, a principal limitação da presente dissertação relaciona-se à falta de aprofundamento, decorrente, em especial, do limite de tempo para desenvolvimento de um estudo de mestrado. A opção por alargar as perspectivas analisadas em detrimento do exame detalhado da visão de um grupo específico deveu-se à lacuna de pesquisas sobre o assunto nos países estudados. Também se considera uma limitação a ausência de informações primárias dos visitantes, causada por circunstâncias externas ao projeto de pesquisa (a pandemia), o que prejudicou notadamente a compreensão da percepção do público do CITEG, já que as informações de fontes secundárias foram extremamente reduzidas.

Sugere-se que futuras investigações sejam dedicadas a explorar a percepção de um determinado ator, por exemplo, os visitantes de uma ou mais AP, por meio de inquéritos e observação semiestruturada de seu comportamento nos centros de visitantes. Um subgrupo pouco investigado desse público são as pessoas com deficiências, que, como observado por Chikuta et al. (2017, 2019), representam um perfil com motivações de visita às AP semelhantes aos demais, porém com expectativas específicas. Do lado da oferta, recomenda-se analisar com maior atenção a visão de atores que recorrem à exposição em sua atividade profissional, como guias, condutores de visitante e professores, um perfil importante para compreensão de uma outra forma de utilização das exposições.

Entende-se também como limitação deste trabalho a análise predominantemente quantitativa da questão da interpretação ambiental nos documentos de planejamento das AP. Relevantes contribuições à gestão da visitação nas AP podem advir de estudos qualitativos desses documentos, visando identificar tendências de uso da interpretação e propor formas de tornar mais aplicáveis as indicações dessa estratégia de gestão.

Acrescenta-se a provocação, feita por uma pessoa entrevistada, quanto à função e ao impacto das peças de taxidermia nos resultados esperados para a exposição. Uma vez que o propósito deste estudo era analisar a exposição de maneira global, mantém-se a lacuna de entendimento sobre a contribuição de cada estratégia empregada, assunto que é relevante para tornar as exposições em AP mais eficazes.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de compreender as exposições interpretativas no contexto da visita às AP, no sentido de avaliar seu impacto na qualidade global da experiência de visitação, sua influência na adoção de comportamentos de baixo impacto durante a visita e na sensibilização para proteção do patrimônio natural e cultural, de forma mais ampla. Em estudos desse, como observa Moscardo (2014) caberá caracterizar adequadamente a exposição estudada.

Por fim, no tocante ao instrumento de avaliação de exposições, reconhece-se que a proposta carece de ampla testagem e validação. A aplicação do instrumento aqui proposto, na forma de projetos de investigação, possibilitará uma reflexão crítica sobre o que já foi construído, bem como seu aprimoramento e desdobramento em análises de componentes específicos.

Referências Bibliográficas

- Ablett, P. G., & Dyer, P. K. (2009). Heritage and hermeneutics: Towards a broader interpretation of interpretation. *Current Issues in Tourism*, 12(3), 209–233. <https://doi.org/10.1080/13683500802316063>
- Agência Lusa. (2019, November 4). Torre do Estrela Geopark: Centro de Interpretação recebeu 3.500 visitantes. *Notícias Ao Minuto*. <https://www.noticiasao minuto.com/pais/1351654/torre-do-estrela-geoparkcentro-de-interpretacao-recebeu-3-500-visitantes>
- Andersen, A. D., Johnson, B., Marín, A., Kaplan, D., Stubrin, L., Lundvall, B.-Å., & Kaplinsky, R. (2015). Natural resources and sustainable development. In A. D. Andersen, B. Johnson, A. Marín, D. Kaplan, L. Stubrin, B.-Å. Lundvall, & R. Kaplinsky (Eds.), *Natural resources, innovation and development* (1st ed., pp. 85–102). Aalborg University Press. <https://doi.org/10.5278/VBN/MISC/NRID>
- Antón, C., Camarero, C., & Garrido, M. J. (2018). Exploring the experience value of museum visitors as a co-creation process. *Current Issues in Tourism*, 21(12), 1406–1425. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1373753>
- Archer, D., & Wearing, S. (2003). Self, space, and interpretive experience: The Interactionism of environmental interpretation. *Journal of Interpretation Research*, 8(1), 7–23. <https://doi.org/10.1177/109258720300800102>
- Aroeira, T., Dantas, A. C., & Gosling, M. de S. (2016). Experiência Turística Memorável, percepção cognitiva, reputação e lealdade ao destino: um modelo empírico. *Turismo Visão e Ação*, 18(3), 584–610. <https://doi.org/10.14210/rtva.v18n2.p584-610>
- Associação Geopark Estrela. (2020). *Centro de Interpretação da Torre do Estrela Geopark*. Estrela Geopark. <http://www.geoparkestrela.pt/geopark/centro-interpretacao>
- Ballantyne, R., & Hughes, K. (2003). Measure Twice, Cut Once: Developing a Research-Based Interpretive Signs Checklist. *Australian Journal of Environmental Education*, 19(3), 15–25. <https://doi.org/10.1017/S0814062600001439>
- Ballantyne, R., & Packer, J. (2011). Using tourism free-choice learning experiences to promote environmentally sustainable behaviour: The role of post-visit “action resources.” *Environmental Education Research*, 17(2), 201–215. <https://doi.org/10.1080/13504622.2010.530645>
- Ballantyne, R., Packer, J., & Sutherland, L. A. (2011). Visitors’ memories of wildlife tourism: Implications for the design of powerful interpretive experiences. *Tourism Management*, 32(4), 770–779. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.06.012>
- Balmford, A., Beresford, J., Green, J., Naidoo, R., Walpole, M., & Manica, A. (2009). A global perspective on trends in nature-based tourism. *PLoS Biology*, 7(6), 1–6. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1000144>
- Balmford, A., Green, J. M. H., Anderson, M., Beresford, J., Huang, C., Naidoo, R., Walpole, M., & Manica, A. (2015). Walk on the wild side: Estimating the global

- magnitude of visits to protected areas. *PLoS Biology*, *13*(2), 1–6.
<https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002074>
- Beattie, J. M., & Schneider, I. E. (2018). Does service type influence satisfaction?: A case study of Edinburgh Castle. *Tourism Management*, *67*, 89–97.
<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.01.005>
- Beeton, S. (2005). The case study in tourism research: A multi-method case study approach. In B. W. Ritchie, P. Burns, & C. Palmer (Eds.), *Tourism Research Methods: Integrating Theory with Practice* (1st ed., pp. 37–48). CABI Publishing.
<https://doi.org/10.1079/9780851999968.0037>
- Benjamin, S., Dillette, A., & Alderman, D. H. (2020). “We can’t return to normal”: committing to tourism equity in the post-pandemic age. *Tourism Geographies*, *22*(3), 476–483. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1759130>
- Benton, G. M., & Sinha, B. C. (2011). Interpretive effectiveness at Kanha Tiger Reserve, India. *Journal of Interpretation Research*, *16*(1), 73–81.
<https://doi.org/10.1177/109258721101600106>
- Bitgood, S. (2000). The Role of Attention in Designing Effective Interpretive Labels. *Journal of Interpretation Research*, *5*(2), 31–45.
<https://doi.org/10.1177/109258720000500205>
- Bitgood, S. (2002). Environmental Psychology in Museums, Zoos, and Other Exhibition Centers. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Eds.), *Handbook of Environmental Psychology* (1st ed., pp. 461–480). John Wiley & Sons, Inc.
- Black, R. (2018). Improving engagement between tourists and staff at natural and cultural heritage tourism sites: exploring the concept of interpretive conversations. *Tourism Recreation Research*, *43*(1), 82–90. <https://doi.org/10.1080/02508281.2017.1382981>
- Bohlin, M., & Brandt, D. (2014). Creating tourist experiences by interpreting places using digital guides. *Journal of Heritage Tourism*, *9*(1), 1–17.
<https://doi.org/10.1080/1743873X.2013.799173>
- Botha, E., Saayman, M., & Kruger, M. (2016). Expectations versus experience – the Kruger National Park’s interpretation services from a regional approach. *Journal of Ecotourism*, *15*(2), 158–183. <https://doi.org/10.1080/14724049.2016.1178753>
- Brochu, L., & Merriman, T. (2008). *Personal Interpretation - connecting your audience to heritage resources* (2nd ed.). InterpPress.
- Brouder, P. (2020). Reset redux: possible evolutionary pathways towards the transformation of tourism in a COVID-19 world. *Tourism Geographies*, *22*(3), 484–490. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1760928>
- Brunelli, M. (2013). From nature guiding to nature interpretation in the United States (1872-1920). The origins of the professional practice of heritage interpretation: Between protection and education. *History of Education and Children’s Literature*, *8*(1), 399–428.

- Bruno, B. C., & Wallace, A. (2019). Interpretive Panels for Geoheritage Sites: Guidelines for Design and Evaluation. *Geoheritage*, *11*, 1315–1323.
<https://doi.org/10.1007/s12371-019-00375-0>
- Bryant, M. (2006). Tilden's children: Interpretation in Britain's national parks. In A. Hems & M. Blockley (Eds.), *Heritage Interpretation* (pp. 173–188). Routledge.
- Buck, O. (2010). Beyond the Basics. *Journal of Interpretation Research*, *15*(1), 45–49.
<https://doi.org/10.1177/109258721001500105>
- Buckley, R. (2009). Parks and tourism. *PLoS Biology*, *7*(6), 6–7.
<https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1000143>
- Bunce, L. (2016). Dead Ringer? Visitors' Understanding of Taxidermy as Authentic and Educational Museum Exhibits. *Visitor Studies*, *19*(2), 178–192.
<https://doi.org/10.1080/10645578.2016.1220189>
- Bushell, R., & Bricker, K. (2017). Tourism in protected areas: Developing meaningful standards. *Tourism and Hospitality Research*, *17*(1), 106–120.
<https://doi.org/10.1177/1467358416636173>
- Butzmann, E., & Job, H. (2017). Developing a typology of sustainable protected area tourism products. *Journal of Sustainable Tourism*, *25*(12), 1736–1755.
<https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1206110>
- Campos, A. C., Mendes, J., do Valle, P. O., & Scott, N. (2018). Co-creation of tourist experiences: A literature review. *Current Issues in Tourism*, *21*(4), 369–400.
<https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1081158>
- Carnall, M., Ashby, J., & Ross, C. (2013). Natural history museums as provocateurs for dialogue and debate. *Museum Management and Curatorship*, *28*(1), 55–71.
<https://doi.org/10.1080/09647775.2012.754630>
- Carter, R. L., & Simmons, B. (2010). The history and philosophy of environmental education. In A. M. Bodzin, B. S. Klein, & S. Weaver (Eds.), *The Inclusion of Environmental Education in Science Teacher Education* (pp. 3–16). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-90-481-9222-9>
- Carvalho, F. N., Wachtel, G., Santo, I. P. do E., Diniz, M. G., Carvalho, P. G., Carmo, V. A. do, & Moura, V. (2002). *Manual de Introdução à Interpretação Ambiental* (1st ed.). Projeto Doces Matas. [http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/arquivos/5 - Manual de Introducao a Interpretacao Ambiental.zip](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/arquivos/5-Manual de Introducao a Interpretacao Ambiental.zip)
- Chikuta, O., du Plessis, E., & Saayman, M. (2017). Nature-based travel motivations for people with disabilities. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, *6*(1), 1–16.
- Chikuta, O., du Plessis, E., & Saayman, M. (2019). Accessibility Expectations of Tourists with Disabilities in National Parks. *Tourism Planning and Development*, *16*(1), 75–92. <https://doi.org/10.1080/21568316.2018.1447509>
- Coelho, M. de F., & Gosling, M. de S. (2018). Memorable Tourism Experience (MTE): a

- scale proposal and test. *Tourism & Management Studies*, 14(4), 15–24.
<https://doi.org/10.18089/tms.2018.14402>
- Coelho, M. de F., Gosling, M. de S., & Almeida, A. S. A. de. (2018). Tourism experiences: Core processes of memorable trips. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 37, 11–22. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2018.08.004>
- Coghlan, A., & Kim, A. K. (2012). Interpretive layering in nature-based tourism: A simple approach for complex attractions. *Journal of Ecotourism*, 11(3), 173–187.
<https://doi.org/10.1080/14724049.2012.712135>
- Craig, R. B. (2007). Introduction to the fourth edition. In R. B. Craig (Ed.), *Interpreting our heritage* (4 ed. expa, pp. 1–21). Editora da Universidade da Carolina do Norte.
- Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (3rd ed.). SAGE Publications Inc.
- Crozier, J. (2011). How do iconic heritage tourist attractions remain relevant to their audience? In C. Oliveira, J. R. Pinto, & L. Ferreira (Eds.), *Turismo, Património e inovação* (1st ed., pp. 155–166). Edições Afrontamento.
- D’Amico, A. R., Coutinho, E. de O., & Moraes, L. F. P. de (Eds.). (2018). *Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais* (1st ed.). ICMBio. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf
- de Rojas, C., & Camarero, C. (2008). Visitors’ experience, mood and satisfaction in a heritage context: Evidence from an interpretation center. *Tourism Management*, 29, 525–537. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.06.004>
- Derrien, M. M., & Stokowski, P. A. (2017). Discourses of place: Environmental interpretation about Vermont forests. *Environmental Communication*, 11(2), 276–287.
<https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1211160>
- Devile, E., & Kastenholtz, E. (2018). Accessible tourism experiences: the voice of people with visual disabilities. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 10(3), 265–285. <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (n.d.). *Produtos tradicionais portugueses: Produtos agrícolas, gêneros alimentícios e pratos preparados*. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Retrieved April 13, 2020, from <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/>
- Dudley, N. (Ed.). (2008). *Guidelines for applying protected area management categories* (1st ed.). IUCN. <https://doi.org/10.2305/iucn.ch.2008.paps.2.en>
- Durão, M. S. F. (2009). *Gestão de visitantes: Uma perspectiva sobre museus de Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro].
<https://ria.ua.pt/handle/10773/1746>
- Durão, M. S. F., & Carneiro, M. J. (2012). Estudos de avaliação da interpretação de

- atrações turísticas: Âmbito geográfico, dimensões de avaliação contempladas e técnicas utilizadas. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(17/18), 797–807.
- Durão, M. S. F., Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2014). O lugar da interpretação na promoção de atrações e destinos mais sustentáveis: Uma análise da dimensão económica da sustentabilidade. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 3(21/22), 507–519. <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10072>
- Duxbury, N., & Richards, G. (2019). Towards a research agenda for creative tourism: developments, diversity, and dynamics. In N. Duxbury & G. Richards (Eds.), *A Research Agenda for Creative Tourism* (pp. 1–14). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781788110723.00008>
- Eagles, P., & Hillel, O. (2008). Improving protected area finance through tourism. In Secretariat of the Convention on Biological Diversity (Ed.), *Protected areas in today's world: Their values and benefits for the welfare of the planet. CDB Technical Series No. 36*. (Issue 36, pp. 77–86). <https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-36-en.pdf>
- Egresi, I., & Prakash, T. G. S. L. (2019). What makes wildlife tourists happy and what disappoints them? Learning from reviews posted on tripadvisor. *Geojournal of Tourism and Geosites*, 24(1), 102–117. <https://doi.org/10.30892/gtg.24109-346>
- ERM Portugal, & Hidrorumo Projecto e Gestão. (n.d.-a). *Revisão do plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela: Fase 1 - caracterização*. <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnse/popnse-doc>
- ERM Portugal, & Hidrorumo Projecto e Gestão. (n.d.-b). *Revisão do plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela: Fase 2 - diagnóstico*. <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnse/popnse-doc>
- Fallon, L. D., & Kriwoken, L. K. (2003). Community involvement in tourism infrastructure-the case of the Strahan Visitor Centre, Tasmania. *Tourism Management*, 24, 289–308.
- Figueira, L. M., & Ramos, D. (2019). *Museus de Comunidade - Manual de apoio à gestão* (1st ed.). UA Editora.
- Fossgard, K., & Fredman, P. (2019). Dimensions in the nature-based tourism experiencescape: An explorative analysis. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 28(April), 100219. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2019.04.001>
- Galante, M. L. V., Beserra, M. M. L., & Menezes, E. O. (2002). *Roteiro metodológico de planeamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica*. IBAMA.
- Goeldner, C. R., & Ritchie, J. R. B. (2009). *Tourism: principles, practices, philosophies* (11th ed.). John Wiley & Sons, Inc.
- Gonçalves, A. R., Fernandes, C. H. V., Penteadó, D., & Veloso, V. S. (Eds.). (2009). *Roteiro metodológico para elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais*. ICMBio.

- Ham, S. (1992). *Environmental interpretation: a practical guide for people with big ideas and small budgets*. North American Press.
- Ham, S. (2009). From Interpretation to Protection: Is There a Theoretical Basis? *Journal of Interpretation Research*, 14(2), 49–57. <https://doi.org/10.1177/109258720901400204>
- Ham, S., Sutherland, D. S., & Meganck, R. A. (1993). Applying Environmental Interpretation in Protected Areas of Developing Countries: Problems in Exporting a US Model. *Environmental Conservation*, 20(3), 232–242. <https://doi.org/10.1017/S037689290002302X>
- Ham, S., & Weiler, B. (2002). Toward a Theory of Quality in cruise-based interpretive guiding. *Journal of Interpretation Research*, 7(2), 29–50. <https://doi.org/10.1177/109258720200700204>
- Ham, S., & Weiler, B. (2007). Isolating the role of on-site interpretation in a satisfying experience. *Journal of Interpretation Research*, 12(2), 5. <https://doi.org/10.1177/109258720701200202>
- Hardiman, N., & Burgin, S. (2016). Nature tourism trends in Australia with reference to the Greater Blue Mountains World Heritage Area. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(6), 732–745. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1231807>
- Healy, N., van Riper, C. J., & Boyd, S. W. (2016). Low versus high intensity approaches to interpretive tourism planning: The case of the Cliffs of Moher, Ireland. *Tourism Management*, 52, 574–583. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.08.009>
- Heimlich, J. E., Diem, J. J., & Farrell, E. (1996). Adult learning in nonformal institutions. In *ERIC Digest* (Issue 173, pp. 1–7). <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED399412.pdf>
- Heslinga, J., Groote, P., & Vanclay, F. (2019). Strengthening governance processes to improve benefit-sharing from tourism in protected areas by using stakeholder analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(6), 773–787. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1408635>
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Hughes, M., & Morrison-Saunders, A. (2005). Influence of on-site interpretation intensity on visitors to natural areas. *Journal of Ecotourism*, 4(3), 161–177. <https://doi.org/10.1080/jJET.v4.i3.pg161>
- Hvenegaard, G. T. (2017). Visitors' perceived impacts of interpretation on knowledge, attitudes, and behavioral intentions at Miquelon Lake Provincial Park, Alberta, Canada. *Tourism and Hospitality Research*, 17(1), 79–90. <https://doi.org/10.1177/1467358416634157>
- IBAMA, WWF-Brasil, & Kanindé. (2006). *Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Cutia: Encarte 4 - planejamento*. IBAMA. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_da_cutia_pm_6_enc4.pdf

- ICMBio. (2014). *Plano de Manejo do Parque Nacional de Itatiaia*. ICMBio. <https://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2181:parna-do-itatiaia>
- ICMBio. (2015). *Plano de manejo da Floresta Nacional de Silvânia: Volume II - Planejamento*. ICMBio. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_silvania_pm_volume_2.pdf
- ICMBio. (2017). *Parque mais antigo do Brasil celebra 80 anos nesta quarta*. Portal ICMBio. Últimas Notícias. <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8976-parque-mais-antigo-do-brasil-completa-80-anos>
- ICMBio. (2018). Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais. In A. C. Caetano, B. N. Gomes, J. da S. Jesus, L. M. Garcia, & S. T. dos Reis (Eds.), *ICMBio* (1st ed.). ICMBio. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf
- ICMBio. (2019). *Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: Caderno de experiências* (M. F. Guerra, C. M. de C. Alvite, & B. D. V. S. Santos (Eds.)). ICMBio. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf
- ICMBio. (2020). *Portal ICMBio*. Portal Único Do Governo. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>
- ICNB. (2008). *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela: Relatório Ambiental*. <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>
- ICNF. (n.d.). *Parque Natural da Serra da Estrela*. Instituto Da Conservação Da Natureza e Das Florestas. Retrieved April 10, 2020, from <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>
- ICNF. (2019a). *Áreas Protegidas*. Instituto Da Conservação Da Natureza e Das Florestas. <http://www.icnf.pt/portal/ap>
- ICNF. (2019b). *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. Portal Do Instituto Da Conservação Da Natureza e Das Florestas. <http://www2.icnf.pt/portal>
- Interpret Europe. (n.d.). *Heritage Interpretation*. Interpret Europe: European Association for Heritage Interpretation. Retrieved May 15, 2020, from <http://www.interpret-europe.net/feet/home/heritage-interpretation/>
- Interpret Europe. (2017). *Interpret Europe: Engaging citizens with Europe's cultural heritage*. https://interpret-switzerland.org/wp-content/uploads/2018/02/ie_engaging_citizens_with_europes_cultural_heritage.pdf
- Job, H., Becken, S., & Lane, B. (2017). Protected Areas in a neoliberal world and the role of tourism in supporting conservation and sustainable development: an assessment of strategic planning, zoning, impact monitoring, and tourism management at natural World Heritage Sites. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(12), 1697–1718.

<https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1377432>

- Kastenholz, E. (2004). “Management of Demand” as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development. *Journal of Sustainable Tourism*, 12(5), 388–408.
- Kastenholz, E., Carneiro, M. J., Peixeira Marques, C., & Lima, J. (2012). Understanding and managing the rural tourism experience - The case of a historical village in Portugal. *Tourism Management Perspectives*, 4, 207–214.
<https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.08.009>
- Kastenholz, E., Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2013). Studying factors influencing repeat visitation of cultural tourists. *Journal of Vacation Marketing*, 19(4), 343–358.
<https://doi.org/10.1177/1356766713478297>
- Kastenholz, E., Lima, J., & Sousa, A. J. (2012). *A metodologia qualitativa no estudo da experiência turística em contexto rural: o caso do Projeto ORTE* (No. 1; GOVCOPP Tourism Working Paper, Issue 1).
- Kim, J. H., Ritchie, J. R. B., & McCormick, B. (2012). Development of a scale to measure memorable tourism experiences. *Journal of Travel Research*, 51(1), 12–25.
<https://doi.org/10.1177/0047287510385467>
- Kirillova, K., Lehto, X., & Cai, L. (2017). What triggers transformative tourism experiences? *Tourism Recreation Research*, 42(4), 498–511.
<https://doi.org/10.1080/02508281.2017.1342349>
- Kulczyk, S., Woźniak, E., & Derek, M. (2018). Landscape, facilities and visitors: An integrated model of recreational ecosystem services. *Ecosystem Services*, 31, 491–501. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.02.016>
- Kuo, I.-L. (2002). The effectiveness of environmental interpretation at resource-sensitive tourism destinations. *International Journal of Tourism Research*, 4(2), 87–101.
<https://doi.org/10.1002/jtr.362>
- Larsen, D. L. (Ed.). (2011). *Meaningful interpretation: How to connect hearts and minds to places, objects and other resources* (2nd ed.). Eastern National.
- Leftridge, A. (2006). *Interpretive Writing* (1st ed.). National Association for Interpretation.
- Leung, Y., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (Eds.). (2018). *Tourism and visitor management in protected areas: guidelines for sustainability* (No. 27; Issue 27). IUCN. <https://doi.org/10.2305/iucn.ch.2018.pag.27.en>
- López, I., & Pardo, M. (2018). Tourism versus nature conservation: reconciliation of common interests and objectives — an analysis through Picos de Europa National Park. *Journal of Mountain Science*, 15(11), 2505–2516.
<https://doi.org/10.1007/s11629-018-4943-0>
- Lück, M. (2003). Education on marine mammal tours as agent for conservation - But do tourists want to be educated? *Ocean and Coastal Management*, 46(9–10), 943–956.
[https://doi.org/10.1016/S0964-5691\(03\)00071-1](https://doi.org/10.1016/S0964-5691(03)00071-1)

- Lück, M. (2015). Education on marine mammal tours - But what do tourists want to learn? *Ocean and Coastal Management*, 103, 25–33. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2014.11.002>
- Marandino, M. (2002). A biologia nos museus de ciências: a questão dos textos em bioexposições. *Ciência & Educação (Bauru)*, 8(2), 187–202. <https://doi.org/10.1590/s1516-73132002000200004>
- Marine-Roig, E. (2019). Destination image analytics through traveller-generated content. *Sustainability (Switzerland)*, 11(12). <https://doi.org/10.3390/su10023392>
- Marion, J. L., & Reid, S. E. (2007). Minimising visitor impacts to protected areas: The efficacy of low impact education programmes. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(1), 5–27. <https://doi.org/10.2167/jost593.0>
- Mayorga, M., Cable, T. T., & Mullins, C. (2017). Evaluation of interpretive media use and effectiveness at a nature center. *Journal of Interpretation Research*, 22(1), 75–82. <https://doi.org/10.1177/109258721702200105>
- Ministério do Meio Ambiente. (2006). *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação* (No. 3; Áreas Protegidas Do Brasil). https://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf
- Ministério do Meio Ambiente, & Ministério da Educação. (2014). *Educação ambiental - Por um Brasil sustentável - ProNEA, marcos legais & normativos* (4th ed.). Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação.
- Minkiewicz, J., Evans, J., & Bridson, K. (2014). How do consumers co-create their experiences? An exploration in the heritage sector. *Journal of Marketing Management*, 30(1–2), 30–59. <https://doi.org/10.1080/0267257X.2013.800899>
- Morais, P. (2017). *Contribución para el conocimiento del componente educativo en contextos de ecoturismo en Portugal* [Tese de Doutorado, Universidad Autónoma de Madrid]. <https://repositorio.uam.es/handle/10486/681002>
- Morais, P., Ferreira, A., & Benayas del Álamo, J. (2015). Análise dos Centros de Interpretação Ambiental portugueses. *AmbientalMente Sustentable: Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental*, 1(19), 89–107. <https://doi.org/10.17979/ams.2015.1.19.1581>
- Moreira, J. C. (2014). Geoturismo e interpretação ambiental. In *Geoturismo e interpretação ambiental* (1st ed.). Editora UEPG. <https://doi.org/10.7476/9788577982134>
- Moreno-Llorca, R. A., García-Morales, V. J., Lloréns-Montes, J. F., Ramos-Ridao, Á. F., Alcaraz-Segura, D., & Navarrete, M. J. (2019). A co-designed method to guide decision-making in protected area visitor centres. *Journal of Environmental Management*, 233, 586–594. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2018.12.056>
- Moscardo, G. (1996). Mindful visitors: Heritage and tourism. *Annals of Tourism Research*, 23(2), 376–397. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00068-2](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00068-2)

- Moscardo, G. (2007). Interpretation, Culture and the Creation of Place. *Tourism Recreation Research*, 32(3), 57–64. <https://doi.org/10.1080/02508281.2007.11081540>
- Moscardo, G. (2014). Interpretation and tourism: Holy grail or emperor's robes? *International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research*, 8(4), 462–476. <https://doi.org/10.1108/IJCTHR-08-2014-0071>
- Moscardo, G. (2017). Exploring mindfulness and stories in tourist experiences. *International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research*, 11(2), 111–124. <https://doi.org/10.1108/IJCTHR-11-2016-0108>
- Moscardo, G., & Ballantyne, R. (2008). Interpretation and attractions. In A. Fayall, B. Garrod, A. Leask, & S. Wanhill (Eds.), *Managing Visitor Attractions: Second Edition* (2nd ed., pp. 237–252). Butterworth-Heinemann. <https://doi.org/10.4324/9780080557588>
- Moscardo, G., & Pearce, P. L. (1986). Visitor centres and environmental interpretation: An exploration of the relationships among visitor enjoyment, understanding and mindfulness. *Journal of Environmental Psychology*, 6(2), 89–108. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(86\)80011-1](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(86)80011-1)
- Moyle, B. D., & Weiler, B. (2017). Revisiting the importance of visitation: Public perceptions of park benefits. *Tourism and Hospitality Research*, 17(1), 91–105. <https://doi.org/10.1177/1467358416638918>
- National Park Service. (n.d.). *What we do: Interpretation & Education*. National Park Service. Retrieved May 15, 2020, from <https://www.nps.gov/orgs/1453/interpretation.htm>
- Newsome, D. (2020). The collapse of tourism and its impact on wildlife tourism destinations. *Journal of Tourism Futures*. <https://doi.org/10.1108/JTF-04-2020-0053>
- Newsome, D., & Hughes, M. (2018). The contemporary conservation reserve visitor phenomenon! *Biodiversity and Conservation*, 27(2), 521–529. <https://doi.org/10.1007/s10531-017-1435-4>
- Newsome, D., Moore, S. A., & Dowling, R. K. (2013). *Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management* (2nd ed.). Channel View Publications.
- Niezgoda, A., & Nowacki, M. (2020). Experiencing nature: Physical activity, beauty and tension in tatra national park-analysis of tripadvisor reviews. *Sustainability (Switzerland)*, 12(2). <https://doi.org/10.3390/su12020601>
- Orams, M. B. (1996). Using interpretation to manage nature-based tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 4(2), 81–94. <https://doi.org/10.1080/09669589608667260>
- Packer, J., & Ballantyne, R. (2016). Conceptualizing the visitor experience: A review of literature and development of a multifaceted model. *Visitor Studies*, 19(2), 128–143. <https://doi.org/10.1080/10645578.2016.1144023>
- Pearce, P. L., & Moscardo, G. (2007). An Action Research Appraisal of Visitor Center Interpretation and Change. *Journal of Interpretation Research*, 12(1), 29–50.

<https://doi.org/10.1177/109258720701200103>

- Pennisi, L., Lackey, N. Q., & Holland, S. M. (2017). Can an immersion exhibit inspire connection to nature and environmentally responsible behavior? *Journal of Interpretation Research*, 22(2), 35–49. <https://doi.org/10.1177/109258721702200204>
- Pergams, O. R. W., & Zaradic, P. A. (2008). Evidence for a fundamental and pervasive shift away from nature-based recreation. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 105(7), 2295–2300. <https://doi.org/10.1073/pnas.0709893105>
- Pine, B. J., & Gilmore, J. H. (1998). Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, 76(4), 97–105. <https://hbr.org/1998/07/welcome-to-the-experience-economy>
- Pine, B. J., & Gilmore, J. H. (2014). A leader's guide to innovation in the experience economy. *Strategy and Leadership*, 42(1), 24–29. <https://doi.org/10.1108/SL-09-2013-0073>
- Powell, R. B., & Ham, S. (2008). Can Ecotourism Interpretation Really Lead to Pro-Conservation Knowledge, Attitudes and Behaviour? Evidence from the Galapagos Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(4), 467–489. <https://doi.org/10.1080/09669580802154223>
- Prakash, S. L., Perera, P., Newsome, D., Kusuminda, T., & Walker, O. (2019). Reasons for visitor dissatisfaction with wildlife tourism experiences at highly visited national parks in Sri Lanka. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 25(July 2018), 102–112. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2018.07.004>
- Prendivoj, S. M. (2018). Tailoring signs to engage two distinct types of geotourists to geological sites. *Geosciences*, 8(329), 1–27. <https://doi.org/10.3390/geosciences8090329>
- Romagosa, F. (2020). The COVID-19 crisis: Opportunities for sustainable and proximity tourism. *Tourism Geographies*, 22(3), 690–694. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1763447>
- Ross, D., & Saxena, G. (2019). Participative co-creation of archaeological heritage: Case insights on creative tourism in Alentejo, Portugal. *Annals of Tourism Research*, 79(September), 102790. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102790>
- Scherl, L. M., Wilson, A., Wild, R., Blockhus, J., Franks, P., McNeely, J. A., & McShane, T. O. (2006). *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações*. IUCN. <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2004-047-Pt.pdf>
- Schwan, S., Grajal, A., & Lewalter, D. (2014). Understanding and Engagement in Places of Science Experience: Science Museums, Science Centers, Zoos, and Aquariums. *Educational Psychologist*, 49(2), 70–85. <https://doi.org/10.1080/00461520.2014.917588>
- Silva, D. M. da. (2012). *A caracterização da interpretação ambiental pelo conteúdo das*

mensagens: análise da atividade de um guia do parque Estadual da Mata dos Godoy (Londrina/PR) [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina].
<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000169948>

- Sim, K. W., Kim, B. G., Lee, J. H., & Pong-Sik, Y. (2018). The evaluation of effectiveness of the interpretive program at national parks. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 21, 69–75. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2018.01.004>
- Skibins, J. C., Powell, R. B., & Stern, M. J. (2012). Exploring empirical support for interpretation's best practices. *Journal of Interpretation Research*, 17(1), 25–44. <https://doi.org/10.1177/109258721201700103>
- Soler, M. G., & Landim, M. I. (2017). O silêncio dos inocentes: o papel dos animais em narrativas expositivas. *Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 25(2), 269–289. <https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0210>
- Sørensen, F., & Jensen, J. F. (2015). Value creation and knowledge development in tourism experience encounters. *Tourism Management*, 46, 336–346. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.07.009>
- Souza, L. H. de, & Kastenholz, E. (2011). O uso de indicadores para a sustentabilidade do turismo em áreas naturais protegidas: O caso dos parques da Região Centro de Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 0(15), 27–38.
- Staiff, R., Bushell, R., & Kennedy, P. (2002). Interpretation in National Parks: Some Critical Questions. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(2), 97–113. <https://doi.org/10.1080/09669580208667156>
- Tilden, F. (2007). *Interpreting our Heritage* (R. B. Craig (Ed.); 4 ed. expa). Editora da Universidade da Carolina do Norte.
- TripAdvisor LLC. (2020a). *Acerca do TripAdvisor*. TripAdvisor. <https://tripadvisor.mediaroom.com/pt-about-us>
- TripAdvisor LLC. (2020b). *Tripadvisor*. TripAdvisor. <https://www.tripadvisor.pt/>
- Tubb, K. N. (2003). An Evaluation of the Effectiveness of Interpretation within Dartmoor National Park in Reaching the Goals of Sustainable Tourism Development. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(6), 476–498. <https://doi.org/10.1080/09669580308667217>
- Turismo Centro de Portugal. (2020). *Serra da Estrela* (p. 75). Turismo Centro de Portugal. https://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2019/12/Guia-Sub-Regional_Serra-da-Estrela.pdf
- UNEP-WCMC, & IUCN. (2016). *Protected Planet report 2016: How protected areas contribute to achieving global targets for biodiversity*. <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2016-051.pdf>
- UNEP-WCMC, IUCN, & NGS. (2018). *Protected Planet report 2018: Tracking progress towards global targets for protected areas*. UNEP-WCMC, IUCN e NGS. https://livereport.protectedplanet.net/pdf/Protected_Planet_Report_2018.pdf

- UNESCO. (2016). *Gestão do Patrimônio Mundial natural* (UNESCO Brasil & IPHAN (Eds.)). UNESCO.
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/clc_gestao_patrimonio_mundial_natural_port.pdf
- van der Merwe, P., Saayman, M., & Botha, E. (2019). Does visitors to Kgalagadi Transfrontier park have different interpretation needs? *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 26(March), 43–49. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2019.03.003>
- Vieira, G., Castro, E. de, Loureiro, F., Patrocínio, F., Firmino, G., Gomes, H., Fernandes, M., & Forte, J. (2017). *Aspiring Geopark Estrela: Application dossier dor UNESCO Global Geopark*. [https://teamsnet.unesco.org/UNESCO Geoparks/Estrela – PORTUGAL/Application_dossier/Estrela-PORTUGAL-Application_Dossier.pdf](https://teamsnet.unesco.org/UNESCO%20Geoparks/Estrela%20PORTUGAL/Application_dossier/Estrela-PORTUGAL-Application_Dossier.pdf)
- Vitorino, M. R., Carvalho, V. do C., Fontes, M. A. L., Barra, A. de O., & Pereira, J. A. A. (2016). Levantamento dos grupos de pesquisa em áreas naturais protegidas e uso público no Brasil. *Cerne*, 22(3), 271–276.
<https://doi.org/10.1590/01047760201622032067>
- Wearing, S., & Neil, J. (1999). *Ecotourism: Impacts, potentials and possibilities*. Butterworth-Heinemann.
- Weaver, D. B., & Lawton, L. J. (2017). A new visitation paradigm for protected areas. *Tourism Management*, 60, 140–146. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.11.018>
- Weiler, B., & Ham, S. (2010). Development of a research instrument for evaluating the visitor outcomes of face-to-face interpretation. *Visitor Studies*, 13(2), 187–205.
<https://doi.org/10.1080/10645578.2010.509697>
- Weiler, B., Moore, S., & Moyle, D. (2013). Building and sustaining support for national parks in the 21st century: why and how to save the national park experience from extinction. *Journal of Park and Recreation Administration*, 31(2), 110–126.
<http://researchrepository.murdoch.edu.au/16885/>
- Weiler, B., & Smith, L. (2009). Does more interpretation lead to greater outcomes? An assessment of the impacts of multiple layers of interpretation in a zoo context. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(1), 91–105.
<https://doi.org/10.1080/09669580802359319>
- Weiler, B., & Walker, K. (2014). Enhancing the visitor experience: Reconceptualising the tour guide’s communicative role. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 21, 90–99. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2014.08.001>
- WHO. (2020). *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic*.
<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>
- Young, J. C., Rose, D. C., Mumby, H. S., Benitez-Capistros, F., Derrick, C. J., Finch, T., Garcia, C., Home, C., Marwaha, E., Morgans, C., Parkinson, S., Shah, J., Wilson, K. A., & Mukherjee, N. (2018). A methodological guide to using and reporting on interviews in conservation science research. *Methods in Ecology and Evolution*, 9(1), 10–19. <https://doi.org/10.1111/2041-210X.12828>

Zatori, A., Smith, M. K., & Puczko, L. (2018). Experience-involvement, memorability and authenticity: The service provider's effect on tourist experience. *Tourism Management*, 67, 111–126. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2017.12.013>

Atos legais, normativos e regulamentares citados

Decreto-Lei nº 108/2009 de 15 de maio do Ministério da Economia e da Inovação. Diário da República: I série, Nº 94 (2009). Acessado em 09 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/608703>

Decreto-Lei nº 142/2008 de 24 de julho do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Diário da República: I série, Nº 142 (2008). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/454502>

Decreto-Lei nº 19/93 de 21 de janeiro do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. Diário da República: I série-A, Nº 19 (1993). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/584781>

Decreto-Lei nº 242/2015, de 15 de outubro do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Diário da República: I série, N.º 202 (2015). Acessado em 07 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/70693924>

Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de fevereiro do Ministério da Economia. Diário da República: I série-A, Nº 39 (1999). Acessado em 07 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/172103>

Decreto-Lei nº 613/76 de 27 de julho da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: I série, Nº 174 (1976). Acessado em 07 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/430785>

Decreto Legislativo nº 186/2008, de 9 de julho do Senado Federal. Diário Oficial da União: Seção 1, Nº 131 (2008). Acessado em 04 de novembro de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm

Decreto nº 84.017/79 de 21 de setembro da Presidência da República. Diário Oficial da União: Seção 1, Nº 182 (1979). Acessado em 20 de março de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html

Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto do Ministério do Ambiente. Diário da República: I série-B, Nº 200 (1999). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/533800>

Instrução Normativa nº 7/2017 de 21 de dezembro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diário Oficial da União: Seção 1, Nº 247 (2017). Acessado em 25 de março de 2020. Disponível em <http://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-7-de-21-de-dezembro-de-2017-1389432>

Lei nº 11/87 de 7 de abril da Assembleia da República. Diário da República: I série, Nº 81 (1987). Acessado em 07 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/666148>

Lei nº 9.795/99 de 27 de abril da Presidência da República. Diário Oficial da União: Seção 1, Nº 79 (1999). Acessado em 25 de março de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

Lei nº 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República. Diário Oficial da União: Seção 1, Nº 138 (2000). Acessado em 20 de fevereiro de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm

Lei nº 9/70 de 19 de junho da Presidência da República. Diário do Governo: I série, Nº 141 (1970). Acessado em 07 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/140853>

Portaria n 583/90 de 25 de julho dos Ministérios das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais. Diário da República: I série, nº 170 (1990). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/573119>

Resolução da Assembleia da República nº 56/2009 de 30 de julho. Diário da República: I série, Nº 146 (2009). Acessado em 04 de novembro de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/493187>

Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2017 de 11 de julho da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: I série, Nº 132 (2017). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/107669287>

Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de agosto da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: I série-B, Nº 195 (1998). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/file/448041>

Resolução do Conselho de Ministros nº 51/2015 de 21 de julho da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: I série, Nº 140 (2015). Acessado em 04 de abril de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/69846841>

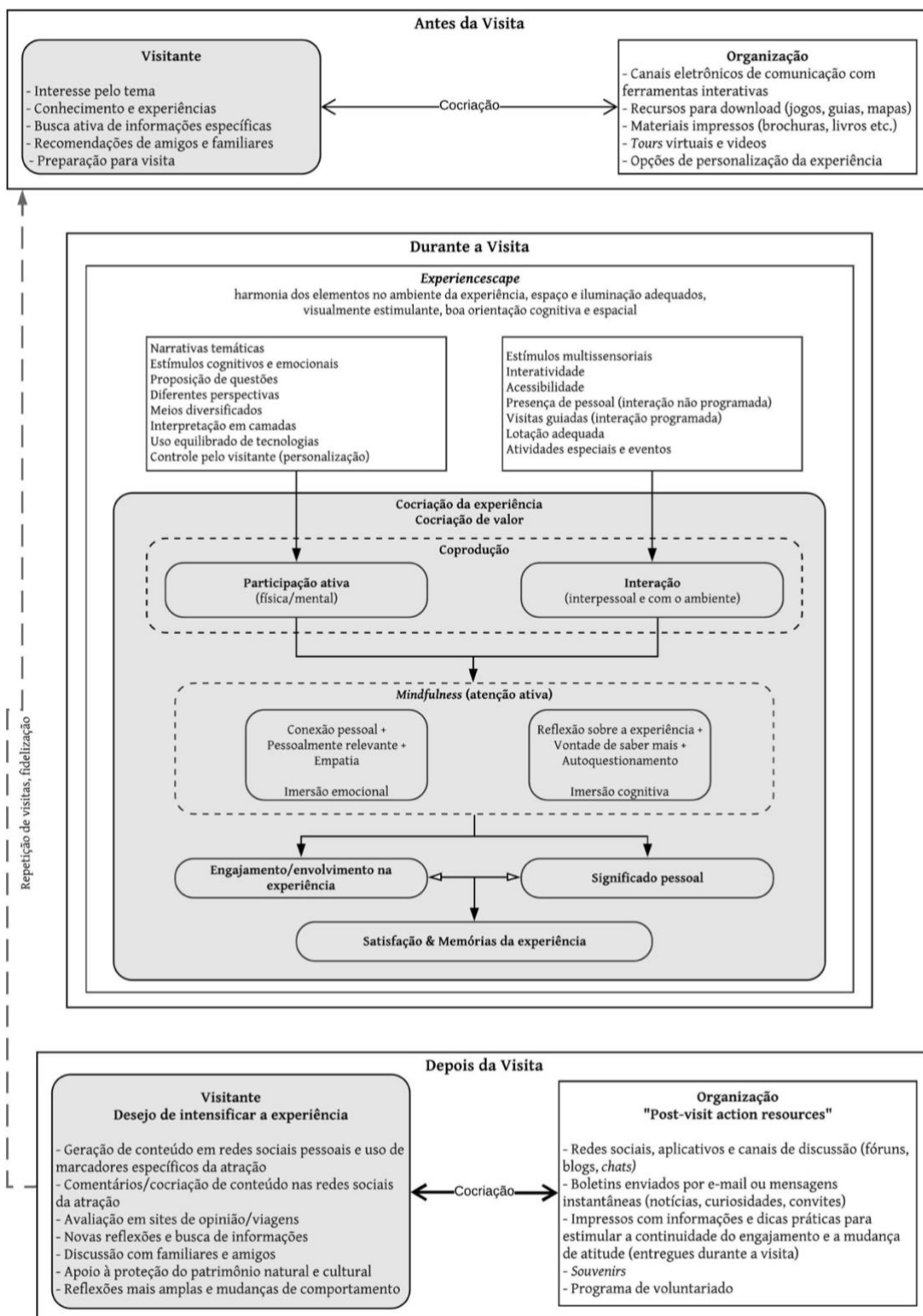
Resolução do Conselho de Ministros nº 77/2005 de 21 de março da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: I série-B, Nº 56 (2005). Acessado em 20 de julho de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/578553>

Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009 de 9 de setembro da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: I série, Nº 175 (2009). Acessado em 13 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/489984>

Apêndices

Apêndice A Componentes da cocriação de experiências de visitação em Áreas Protegidas.

Quadro A – Quadro resumo da cocriação de experiências de visitação em Áreas Protegidas



Fonte: Elaboração própria com base em Antón et al. (2018); Ballantyne et al. (2011); Campos et al. (2018); Minkiewicz et al. (2014); Moscardo (1996) e Zatori et al. (2018).

Apêndice B Documentação fotográfica das exposições estudadas



Figura B.1 Sala com painéis e maquete interativa
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Primeiro ambiente do setor principal da exposição permanente do CVPNI, onde se encontram painéis com textos e fotos sobre o histórico de ocupação da região e de criação do PNI, mapa, informações sobre atrativos e a maquete interativa.



Figura B.2 Vitrine e diorama sobre insetos
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Área no setor principal da exposição permanente do CVPNI que apresenta o tema dos invertebrados por meio de elementos tridimensionais – vitrines com exemplares fixados e diorama.



Figura B.3 Visitante lê painel sobre as vias de escalada
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 13/08/2018

Painéis instalados na Sala de Montanhismo, que possui uma exposição temática sobre a prática de montanhismo e escalada no parque. Esta sala possui acervo permanente e está instalada no CVPNI, porém à parte do setor principal.



Figura B.4 Sala com diorama e painéis ilustrativos de ambiente encontrado na parte alta do PNI

Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Área no setor principal da exposição permanente do CVPNI, que trata dos atributos da parte alta. Fotos e dioramas com animais taxidermizados predominam sobre o uso dos textos e mapas. A cor de fundo do painel com a legenda do diorama corresponde à cor usada no painel com texto, relacionando os assuntos.



Figura B.5 Diorama com animais taxidermizados
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Imagem de um dos dioramas com animais taxidermizados, instalado no setor principal da exposição permanente do CVPNI. Neste diorama são mostradas algumas espécies da fauna do PNI, identificadas na legenda pelo nome popular e científico.



Figura B.6 Detalhe de diorama
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Detalhe de um dos dioramas da exposição permanente do CVPNI, que mostra um animal taxidermizado com sinais de desgaste.



Figura B.7 Vitrine com painel interativo com sons de aves
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Vitrine no setor principal da exposição permanente do CVPNI, que mostra 42 espécies de aves. A relação de aves é apresentada em um painel interativo, que permite ao visitante ouvir o canto da ave, mediante o acionamento do botão correspondente. Quando acionado o botão, a ave escolhida é identificada na vitrine por um sinal luminoso.



Figura B.8 Painel interativo com jogo da memória
Fonte: Acervo do PNI, imagem captada em 13/06/2017

Painel interativo de caráter lúdico, com jogo da memória, instalado no setor principal da exposição permanente do CVPNI.



Figura B.9 Visitante interage com elemento expositivo
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 13/08/2018

Detalhe de painel na Sala de Montanhismo, no qual são apresentados vários tipos de nós usados na prática de escalada. Além de permitir o manuseio das cordas, o painel oferece ao visitante a oportunidade de experimentar replicar os nós.



Figura B.10 Acesso às salas de exposição no CITEG
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 21/06/2020

Vista do corredor de acesso às exposições temporárias e permanente no Centro de Interpretação da Torre Estrela Geopark (CITEG). Nas paredes laterais estão afixados painéis com fotos e representações gráficas do perfil da Serra da Estrela e trechos de obras literárias alusivas à região.



Figura B.11 Área com exposição temporária sobre Geoparques Mundiais da Unesco em Portugal
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Julia Vasaki em 21/06/2020

Exposições temporárias são organizadas, atualmente, nos corredores de acesso à exposição permanente.



Figura B.12 Detalhe de exposição temporária sobre rochas
Fonte: Acervo pessoal, autoria de Julia Vasaki em 21/06/2020

Detalhe da coleção de rochas que integra a exposição temporária sobre geologia da Serra da Estrela.



Figura B.13 Vista de três ambientes da exposição permanente
 Fonte: Acervo pessoal, autoria de Julia Vasaki em 21/06/2020

A exposição permanente sobre a Serra da Estrela no CITEG adota uma ambientação com cores diferentes para cada tópico abordado. A transição entre as salas é feita por divisórias com recortes que permitem antever o restante da exposição.



Figura B.14 Área destinada aos aspectos geológicos e geomorfológicos da Serra da Estrela
 Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 21/06/2020

Primeiro ambiente da exposição permanente, que contém os principais aspectos físicos (relevo, geologia e geomorfologia), apresentado por meio de fotos, textos, mapas, maquete e amostras de rochas.



Figura B.15 Diferentes elementos expositivos usados no CITEG
 Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 21/06/2020

A exposição permanente no CITEG combina diferentes elementos expositivos, como a reprodução de parte de uma parede com janela de fontão, painéis fotográficos, mapas, textos e um modelo de ave preso ao teto.



Parte dos textos que compõem a exposição permanente do CITEG está afixada em locais muito altos ou baixos, tornando a leitura desconfortável.

Figura B.16 Vista de um dos ambientes da exposição do CITEG
 Fonte: Acervo pessoal, autoria de Julia Vasaki em 21/06/2020



Vista geral do penúltimo ambiente da exposição, que aborda os atributos da porção mais alta da Serra da Estrela, por meio de painéis com fotos, mapas e blocos de texto e um modelo, em tamanho natural, de ave que habita essa região.

Figura B.17 Ambiente expositivo relacionado ao andar superior da Serra da Estrela
 Fonte: Acervo pessoal, autoria de Julia Vasaki em 21/06/2020



Ao final do percurso expositivo o visitante encontra um painel onde é apresentado um histórico de eventos que marcaram a Serra da Estrela e a criação do parque natural, acompanhado por um poema de Gil Vicente sobre a região. Do lado esquerdo, um painel ilustrado convida o visitante a refletir sobre a proteção do patrimônio natural e cultural da serra.

Figura B.18 Painel no segmento final da exposição permanente
 Fonte: Acervo pessoal, autoria de Beatriz Gomes em 21/06/2020

Apêndice C Recolha e análise de informações em documentos de planejamento

Quadro C.1 Roteiro para análise de documentos de planejamento de AP quanto à previsão de interpretação ambiental

POAP - Portugal	Plano de manejo - Brasil
Tipologia de AP	Categoria de UC
Nome	Nome
Tipo de plano: primeiro/único, revisão, outro	Tipo de plano: primeiro/único, revisão, outro
Endereço eletrônico do documento	Endereço eletrônico do documento
Ano de publicação	Ano de publicação
Menciona explicitamente Interpretação? S/N	Menciona explicitamente Interpretação? S/N
Onde menciona Interpretação (marcar todas as alternativas que forem necessárias): Objetivos/finalidades da AP; Ações e atividades; Usos e Atividades / Atividades de desporto de natureza e de turismo da natureza; Áreas de Intervenção específica para visitação e comunicação; Áreas de intervenção específica para a valorização cultural e patrimonial; Outros (especificar)	Onde menciona Interpretação (marcar todas as alternativas que forem necessárias): Objetivos/finalidades da UC; Programa de Uso público/Visitação; Programa de Educação Ambiental; Outros (especificar)
Detalhamento (opcional)	Detalhamento (opcional)

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.2 Distribuição dos POAP analisados (N=33), agrupados por intervalo temporal e tipologia de AP

Categoria	Intervalo temporal*		Total
	1978-1998	1999-2019	
Parque Nacional	1 (50%)	1 (50%)	2 (100%)
Parque Natural	6 (31,6%)	13 (68,4%)	19 (100%)
Reserva Natural	1 (10%)	9 (90%)	10 (100%)
Paisagem Protegida	0 (0%)	2 (100%)	2 (100%)
Total	8 (24,2%)	25 (75,8%)	33 (100%)

* Intervalo temporal definido pela publicação do Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto do Ministério do Ambiente

Elaboração própria

Quadro C.3 Indicação de interpretação ambiental nos POAP analisados (N=33), agrupados conforme a tipologia de AP

Tipologia		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
Parque Nacional	Frequência observada	1	1	2
	Frequência esperada	1,3	0,7	2
	Res. stand. ajustado	-0,4	0,4	
Parque Natural	Frequência observada	11	8	19
	Frequência esperada	12,1	6,9	19
	Res. stand. ajustado	-0,8	0,8	

Quadro C.3 Continuação

Tipologia		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
Reserva Natural	Frequência observada	7	3	10
	Frequência esperada	6,4	3,6	10
	Res. stand. ajustado	0,5	-0,5	
Paisagem Protegida	Frequência observada	2	0	2
	Frequência esperada	1,3	0,7	2
	Res. stand. ajustado	1,1	-1,1	
Total		21	12	33

Teste do Qui-quadrado não cumpriu os pressupostos (33 casos válidos; 62,5% das células com frequência esperada inferior a 5; mínima frequência esperada igual a 0,73).

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.4 Distribuição dos POAP com menção à interpretação (N=21), agrupados por intervalo temporal e tipologia de AP

Categoria		Intervalo temporal*		Total
		1978-1998	1999-2019	
Parque Nacional	Frequência observada	0	1	1
	Frequência esperada	0	1	1,0
	Res. stand. ajustado	-0,2	0,2	
Parque Natural	Frequência observada	1	10	11
	Frequência esperada	0,5	10,5	11,0
	Res. stand. ajustado	1,0	-1,0	
Reserva Natural	Frequência observada	0	7	7
	Frequência esperada	0,3	6,7	7,0
	Res. stand. ajustado	-0,7	0,7	
Paisagem Protegida	Frequência observada	0	2	2
	Frequência esperada	0,1	1,9	2,0
	Res. stand. ajustado	-0,3	0,3	
Total	Frequência observada	1	20	21
	Percentual	4,8%	95,2%	100,0%

* Intervalo temporal definido pela publicação do Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de agosto do Ministério do Ambiente

Teste do Qui-quadrado não cumpriu os pressupostos (21 casos válidos; 75% das células com frequência esperada inferior a 5; mínima frequência esperada igual a 0,5).

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.5 Tópicos dos regulamentos de POAP onde é citada a interpretação (N=20)*

	Ações e Atividades	Usos e Atividades	Definições	Zoneamento	Áreas de Intervenção Específica	Outros
Frequência	11	15	4	7	4	2
Percentual	55%	75%	20%	35%	20%	10%

* Pode haver citação em mais de um tópico do mesmo documento.

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.6 Distribuição dos planos de manejo analisados (N=200), agrupados por intervalo temporal e categoria de UC

Categoria	Intervalo temporal*		Total
	1978-2000	2001-2019	
Parque Nacional	12 (21,4%)	44 (78,6%)	56 (100%)
Reserva Biológica	5 (20,8%)	19 (79,2%)	24 (100%)
Estação Ecológica	0 (0,0%)	22 (100%)	22 (100%)
Área de Proteção Ambiental	5 (22,7%)	17 (77,3%)	22 (100%)
Floresta Nacional	3 (6,3%)	45 (93,8%)	48 (100%)
Reserva Extrativista	0 (0,0%)	23 (100%)	23 (100%)
Outra	0 (0,0%)	5 (100%)	5 (100%)
Total	25 (12,5%)	175 (87,5%)	200 (100%)

* Intervalo temporal definido pela publicação da Lei 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.7 Indicação de interpretação ambiental nos planos de manejo analisados (N=200), agrupados conforme a categoria de UC

Categoria		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
Parque Nacional	Frequência observada	55,0	1,0	56
	Frequência esperada	40,3	15,7	56,0
	Res. estand. ajustado	5,1	-5,1	
Reserva Biológica	Frequência observada	15,0	9,0	24
	Frequência esperada	17,3	6,7	24,0
	Res. estand. ajustado	-1,1	1,1	
Estação Ecológica	Frequência observada	18,0	4,0	22
	Frequência esperada	15,8	6,2	22,0
	Res. estand. ajustado	1,1	-1,1	
Área de Proteção Ambiental	Frequência observada	9,0	13,0	22
	Frequência esperada	15,8	6,2	22,0
	Res. estand. ajustado	-3,4	3,4	
Floresta Nacional	Frequência observada	38,0	10,0	48
	Frequência esperada	34,6	13,4	48,0
	Res. estand. ajustado	1,3	-1,3	
Reserva Extrativista	Frequência observada	6,0	17,0	23
	Frequência esperada	16,6	6,4	23,0
	Res. estand. ajustado	-5,2	5,2	
Outra	Frequência observada	3,0	2,0	5
	Frequência esperada	3,6	1,4	5
	Res. estand. ajustado	-0,6	0,6	

Teste do Qui-quadrado valor 57,393 (200 casos válidos; 14,3% das células com frequência esperada inferior a 5; mínima frequência esperada igual a 1,40; significância do teste 0,000)

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.8 Distribuição dos planos de manejo com menção à interpretação (N=144), agrupados por intervalo temporal e categoria de UC

Categoria		Intervalo temporal*		Total
		1978-2000	2001-2019	
Parque Nacional	Frequência observada	12	43	55
	Percentual	21,4%	78,6%	100,0%
Reserva Biológica	Frequência observada	0	15	15
	Percentual	0,0%	100,0%	100,0%
Estação Ecológica	Frequência observada	0	18	18
	Percentual	0,0%	100,0%	100,0%
Área de Proteção Ambiental	Frequência observada	1	8	9
	Percentual	11,1%	88,9%	100,0%
Floresta Nacional	Frequência observada	2	36	38
	Percentual	5,3%	94,7%	100,0%
Reserva Extrativista	Frequência observada	0	6	6
	Percentual	0,0%	100,0%	100,0%
Outra	Frequência observada	0	3	3
	Percentual	0,0%	100,0%	100,0%
Total	Frequência observada	15	129	144
	Percentual	10,4%	89,6%	100,0%

* Intervalo temporal definido pela publicação da Lei 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República

Fonte: Elaboração própria

Quadro C.9 Tópicos dos planos de manejo onde é citada a interpretação (N=135)*

Tópico do plano de manejo	Frequência	Percentual
Objetivos e Finalidades da UC	46	34,1%
Diagnostico e análise da UC	11	8,1%
Caracterização das zonas	68	50,4%
Normas (gerais e/ou das zonas)	25	18,5%
Programa de uso público/Programa de visitação	54	40,0%
Programa de Educação Ambiental	29	21,5%
Programa de Interpretação Ambiental e Educação Ambiental	13	9,6%
Subprograma de Interpretação Ambiental e Educação Ambiental	7	5,2%
Subprograma de Interpretação Ambiental	7	5,2%
Subprograma de Educação Ambiental	2	1,5%
Subprograma de Recreação	7	5,2%

* Pode haver citação em mais de um tópico do mesmo documento.

Fonte: Elaboração própria

Apêndice D Detalhamento da amostra obtida na plataforma TripAdvisor

Quadro D.1 Fonte das informações analisadas

País	Nome da atração no TripAdvisor	Fonte
Brasil	Parque Nacional de Itatiaia	https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g2348871-d2425854-Reviews-Parque_Nacional_do_Itatiaia-Itatiaia_State_of_Rio_de_Janeiro.html#REVIEWS
	Museu Regional da Fauna e Flora	https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g2348871-d4376568-Reviews-Regional_Fauna_and_Flora_Museum-Itatiaia_State_of_Rio_de_Janeiro.html
Portugal	Serra da Estrela	https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g580265-d4875458-Reviews-Serra_da_Estrela-Serra_da_Estrela_Guarda_District_Central_Portugal.html
	Torre	https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g580265-d4875455-Reviews-Torre-Serra_da_Estrela_Guarda_District_Central_Portugal.html

Fonte: Elaboração própria, com base em TripAdvisor.pt (2020). Páginas acessadas em 23/07/2020

Quadro D.2 Composição da amostra quanto ao tipo de viajante

Tipo de viajante*	Parque Nacional de Itatiaia	Museu Regional da Fauna e Flora	Serra da Estrela	Torre
Família	369	43	247	146
Casal	463	56	273	129
Sozinho	21	1	21	6
Negócios	11	27	5	3
Amigos	268	0	131	55
Sem resposta	225	17	109	164
Total	1357	144	786	503

* conforme classificação da plataforma TripAdvisor

Fonte: Elaboração própria, com base em TripAdvisor.pt (2020)

Quadro D.3 Composição da amostra quanto ao idioma no qual foi redigida a avaliação

Idioma da avaliação	Parque Nacional de Itatiaia	Museu Regional da Fauna e Flora	Serra da Estrela	Torre
Português	1312	142	596	390
Inglês	30	1	88	53
Espanhol	8	1	37	13
Francês	2	0	30	19
Outro	5	0	35	28
Total	1357	144	786	503

Fonte: Elaboração própria, com base em TripAdvisor.pt (2020)

Quadro D.4 Classificação da atração, segundo os visitantes

Ano	Parque Nacional de Itatiaia	Museu Regional da Fauna e Flora	Serra da Estrela	Torre
Excelente	938	62	559	215
Muito bom	340	63	182	182
Médio	66	18	38	78
Fraco	11	1	4	16
Terrível	2	0	3	12
Total	1357	144	786	503

* conforme classificação da plataforma TripAdvisor

Fonte: Elaboração própria, com base em Tripadvisor.pt (2020)

Quadro D.5 Distribuição das avaliações relacionadas ao caso de estudo em Portugal, conforme a atração e o ano de visita informado

Atração	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Serra da Estrela (EST)	-	-	-	-	002	001 003	004
Torre (TOR)	001	002 003	004	005 006	-	007 008	-

Fonte: Elaboração própria, com base em Tripadvisor.pt (2020)

Quadro D.6 Distribuição das avaliações relacionadas ao caso de estudo no Brasil, conforme a atração e o ano de visita informado

Ano	Avaliações	
	Parque Nacional de Itatiaia (PNI)	Museu Regional da Fauna e Flora (MFF)
2011	001	-
2012	002 a 015	001
2013	016 a 048	002 a 013
2014	049 a 092	014 a 035
2015	93 a 173	026 a 080
2016	174 a 235	081 a 117
2017(1)	236 a 251 e 257	118 a 124
2017(2)	252 a 256 e 258 a 281	125 a 128
2018	282 a 311	129 a 140
2019	312 a 328	141 a 144
2020(3)	329 a 331	-

(1) mês de visita informado: de janeiro a junho, antes da revitalização; (2) mês de visita informado: de julho a dezembro; (3) mês de visita informado: janeiro a fevereiro

Fonte: Elaboração própria, com base em Tripadvisor.pt (2020)

Apêndice E Recolha de informações por meio de inquéritos por entrevistas

Quadro E.1 Guião de entrevistas

Tópico 1 – histórico da exposição existente (ou exposições)	
Inquiridos com perfil de gestor ou técnico responsável pela gestão	Inquiridos com perfil de atendimento ao público
Objetivos: conhecer há quanto tempo foi instalada a atual exposição, se é o formato original, ou se foram feitas alterações; identificar o que motivou a instalação e/ou alteração da exposição e como foi o processo de planeamento e implantação: pessoas e instâncias de decisão envolvidas, papel da equipe local, documentos que serviram de base, existência de estudos com visitantes	Objetivos: verificar há quanto tempo atua na AP e se acompanhou alguma alteração na exposição; conhecer a percepção em relação aos motivos de instalação ou alteração da exposição e se (e como) participou do processo de planeamento e implantação das alterações.
Tópico 2 – características e uso da exposição	
Inquiridos com perfil de gestor ou técnico responsável pela gestão	Inquiridos com perfil de atendimento ao público
Objetivos: conhecer outras atividades oferecidas ao público apoiadas na exposição (visitas guiadas à exposição, pessoal à disposição dos visitantes para esclarecer dúvidas ou aportar mais informações); identificar a existência de programas de visita à exposição dirigidas a públicos específicos (solicitar detalhes, quando pertinente); perceber o grau de acessibilidade da exposição, na perspectiva do “turismo para todos” e quais as estratégias utilizadas ou previstas neste sentido; identificar, indiretamente, quais são os elementos que mais atraem e quais os que menos despertam a atenção dos visitantes; conhecer a percepção do entrevistado sobre o grau de satisfação dos visitantes em relação à exposição e identificar a existência de livro de registo de comentários e se é possível ter acesso a ele.	Objetivos: conhecer como o entrevistado atua e utiliza a exposição em seu trabalho; identificar a percepção do entrevistado e seu público em relação às questões de acessibilidade universal na exposição e se existe demanda de algum público que não se sente satisfeito/ou é atendido em suas necessidades de acessibilidade; verificar o envolvimento do entrevistado em programas especiais de visita à exposição para algum perfil particular de público; identificar, indiretamente, quais são os elementos que mais atraem e quais os que menos despertam a atenção dos visitantes; conhecer a percepção do entrevistado sobre o grau de satisfação dos visitantes em relação à exposição
Tópico 3 – percepção da qualidade da exposição	
Inquiridos com perfil de gestor ou técnico responsável pela gestão	Inquiridos com perfil de atendimento ao público
Objetivos: conhecer a perspectiva da gestão sobre a finalidade da exposição no contexto geral da visitação; e identificar se o entrevistado avalia que esses objetivos são alcançados; perceber a opinião do entrevistado sobre o uso de diferentes tecnologias na exposição, sua adequação aos objetivos propostos, vantagens e desvantagens; identificar qual a melhor característica/qualidade da exposição atual e o que poderia ser melhorado, na opinião do entrevistado.	Objetivos: conhecer a perspectiva dos usuários sobre a finalidade da exposição no contexto geral da visitação; e identificar se o entrevistado avalia que esses objetivos são alcançados; perceber a opinião do entrevistado sobre o uso de diferentes tecnologias na exposição, sua adequação aos objetivos propostos, vantagens e desvantagens; identificar qual a melhor característica/qualidade da exposição atual e o que poderia ser melhorado, na opinião do entrevistado

Quadro E.1 Continuação

Tópico 4 – Utilização do Centro de Visitantes (CV)	
Inquiridos com perfil de gestor ou técnico responsável pela gestão	Inquiridos com perfil de atendimento ao público
Objetivos: conhecer a dinâmica de visitação no Centro de Visitantes (CV) – aspectos de obrigatoriedade da visita, público principal, existência de registro do número de visitantes e pesquisas de satisfação.	Objetivos: conhecer como ocorre o uso do Centro de Visitantes (CV) e da exposição no contexto do trabalho desenvolvido pelo entrevistado.
Fonte: Elaboração própria	

Quadro E.2 Relação de pessoas entrevistadas

Código	Gênero	País	Função	Tipo de entrevista	Duração
BR1	Feminino	Brasil	Técnico	Individual	46 min
BR2	Masculino	Brasil	Técnico	Individual	47 min
BR3	Feminino	Brasil	Guia	Individual	33 min
BR4	Feminino	Brasil	Voluntário	Individual	26 min
BR5	Masculino	Brasil	Guia	Individual	31 min
BR6	Masculino	Brasil	Técnico	Individual	64 min
PO1	Masculino	Portugal	Técnico	<i>Focus group</i>	30 min
PO2	Feminino	Portugal	Técnico	<i>Focus group</i>	
PO3	Masculino	Portugal	Técnico	<i>Focus group</i>	
PO4	Feminino	Portugal	Técnico	Individual	32 min

Fonte: Elaboração própria

Apêndice F Estrutura de codificação das análises de conteúdo

Quadro F.1 Categorias utilizadas na codificação de textos

Categorias	Referências
Aspectos da redação	Bruno & Wallace (2019); Bitgood (2000, 2002); Coghlan & Kim (2012); Leftridge (2006); Moscardo (1996); Staiff et al. (2002) Informações do estudo empírico.
Aspectos de acessibilidade	Ballantyne et al. (2011); Black (2018); Chikuta et al. (2017, 2019); Devile & Kastenholz (2018); Minkiewicz et al. (2014) Informações do estudo empírico.
Aspectos de <i>design</i>	Ballantyne & Hughes (2003); Bitgood (2002); Buck (2010); Campos et al. (2018); Carnall et. al.(2013); Minkiewicz et al. (2014); Moscardo (1996); Pearce & Moscardo (2007); Pennisi et al. (2017); Tubb (2003)
Aspectos de gestão e monitoramento	Black (2018); Devile & Kastenholz (2018); Fallon & Kriwoken (2003) Informações do estudo empírico.
Aspectos de interação pessoal	Ballantyne et al., 2011; Black, 2018; Minkiewicz et al., 2014; Moscardo, 1996;
Aspectos de interpretação	Ballantyne & Hughes (2003); Ballantyne & Packer (2011); de Rojas & Camarero (2008); Ham (1992); Larsen (2011); Leftridge (2006); Moscardo (1996, 2017); Skibins et al. (2012); Staiff et al. (2002); Tilden (2007)
Aspectos de planejamento	Ballantyne & Hughes (2003); Fallon & Kriwoken (2003); Bruno & Wallace (2019); Figueira & Ramos (2019); Healy et al. (2016); Hughes & Morrison-Saunders (2005); Leung et al. (2018)Mayorga et al. (2017); Staiff et al. (2002); van der Merwe et al. (2019) Informações do estudo empírico.
Aspectos de sustentabilidade	Ballantyne & Hughes (2003); Fallon & Kriwoken (2003) Informações do estudo empírico.
Aspectos físicos	Ballantyne & Hughes (2003); Bitgood (2002); Moscardo (1996) Informações do estudo empírico.
Outros serviços não relacionados à exposição	Informações do estudo empírico.
Percepção do guia/condutor	Informações do estudo empírico.
Percepção do visitante	Informações do estudo empírico.

Fonte: Elaboração própria

Quadro F.2 Estrutura de codificação utilizada na análise de conteúdos oriundos de diferentes fontes

Estrutura de codificação	Fontes de informação referenciadas na categoria
Aspectos da Redação Dirige-se ao leitor Estilo poético Estimula uma ação do visitante Figuras de linguagem Comparação Metáfora Personificação Informação ao público Informação factual	Textos das exposições permanentes instaladas no CITEG e PNI

Quadro F.2 Continuação

Estrutura de codificação	Fontes de informação referenciadas na categoria
Aspectos da Redação (Continuação) Intangível Intangível universal Linguagem figurativa Linguagem impositiva Linguagem técnica ou científica Menção a leis e normas Versos	
Aspectos de acessibilidade Acesso ao local Deficiência auditiva Deficiência cognitiva Deficiência motora Deficiência visual Diferentes idiomas Eventos específicos	Avaliações <i>online</i> de visitantes Entrevistas com atores-chave Textos das exposições permanentes instaladas no CITEG e PNI
Aspectos de design Ambientação Camadas de informação Interatividade Multimídia Multissensorial Objetos 3D Orientação cognitiva Redação adequada ao público Tecnologia Textos curtos	Avaliações <i>online</i> de visitantes Entrevistas com atores-chave Textos das exposições permanentes instaladas no CITEG e PNI
Aspectos de gestão e monitoramento Deficiências da expo ou CV Conservação deficiente Falta de funcionários Falta de orientação no museu Falta de sinalização Falta interatividade Interpretação deficiente Dinamismo Dinâmica de visitação Estratégias de divulgação Fechado à visitação Manutenção Parcerias Percepção da satisfação Percepção do interesse Resultados comportamentais Treinamento de pessoal Usos relacionados Eventos Integração com outros espaços Visita guiada com agendamento sem agendamento	Avaliações <i>online</i> de visitantes Entrevistas com atores-chave

Quadro F.2 Continuação

Estrutura de codificação	Fontes de informação referenciadas na categoria
Aspectos de interação pessoal Interação intragrupo Interpretação pessoal Pessoal de apoio	Avaliações <i>online</i> de visitantes Entrevistas com atores-chave
Aspectos de interpretação Estimula o envolvimento Mensagens cognitivas Mensagens emocionais Múltiplas perspectivas Provocativa ou questionadora Relevante para o público Sugere formas de atuar Temática	Avaliações <i>online</i> de visitantes Entrevistas com atores-chave Textos das exposições permanentes instaladas no CITEG e PNI
Aspectos de planejamento Conhecimento do público Empírico Estatísticas Pesquisa com visitantes Definição de objetivos Abrangência Conhecimento Divulgação Espaço de referência Experiência turística Fidelização Desafios Envolvimento de diferentes atores Exposições temporárias Finalidade da interpretação Aumentar a compreensão Conhecimento Enriquecer a experiência na AP Fidelização do visitante Fonte de reflexão Proteção Sensibilização Valorização Foco da exposição centrado no acervo centrado no parque centrado no visitante Necessidade de investimentos	Entrevistas com atores-chave
Aspectos de sustentabilidade Durabilidade Materiais adequados Materiais e serviços locais Tecnologia compatível	Entrevistas com atores-chave

Quadro F.2 Continuação

Estrutura de codificação	Fontes de informação referenciadas na categoria
Aspectos físicos Dimensão Espaço de circulação Iluminação Localização Orientação física	Entrevistas com atores-chave
Outros serviços Serviços existentes Serviços necessários	Avaliações <i>online</i> de visitantes Entrevistas com atores-chave
Percepção do guia/condutor	Entrevistas com atores-chave
Percepção do visitante Conteúdos mencionados Dissociação museu-parque Elementos expositivos mencionados Calçada da fauna Coleção botânica Display sons de aves Exposição fotográfica Jogo da memória Maquete Painel de azulejos-mapa Sala de montanhismo Sala sensorial Salas temáticas Taxidermia Vídeo institucional Ligação emocional Menção simples Existe... Ponto de referência Motivação Opinião de visitantes Avaliação negativa Avaliação positiva Fonte de conhecimento Moderno Oportunidade para reflexão Para crianças Pequena exposição/museu Surpreendeu positivamente Visita rápida Recomenda explicitamente Visitas repetidas	Avaliações <i>online</i> de visitantes

Fonte: Elaboração própria

Apêndice G Instrumento de avaliação de exposições

Instrumento para avaliação de exposições

Este roteiro analisa sete aspectos relacionados à qualidade de exposições em áreas protegidas, permitindo que sejam identificados pontos de maior fragilidade e que podem ser aprimorados para aumentar a efetividade da exposição.

São premissas gerais para uma exposição de boa qualidade nessas áreas:

- Contribuir para o alcance dos objetivos de proteção do patrimônio natural e cultural.
- Oferecer uma experiência de visitação agradável e significativa.
- Criar condições para que o visitante se engaje cognitivamente e emocionalmente com o que é apresentado, favorecendo a criação do sentimento de conexão e pertença ao local visitado.
- Aumentar a apreciação da área protegida e a qualidade da visita, como um todo.
- Estimular no visitante a adoção de uma conduta consciente durante a visita, minimizando os potenciais impactos negativos.
- Estimular a reflexão do visitante sobre seu papel na conservação do patrimônio na área protegida e fora dela, incentivando a mudança de atitudes e comportamentos cotidianos.
- Apresentar formas práticas de engajamento pessoal em iniciativas de conservação da área protegida e do patrimônio natural/cultural relacionado.

Orientações para preenchimento:

Cada item deve ser analisado segundo uma escala de pontuação crescente, onde:

0 = nada / 1 = muito pouco / 2 = pouco / 3 = razoável / 4 = bom / 5 = ótimo

Exceção é feita ao item que analisa o envolvimento multissensorial da exposição, que possui orientação específica para resposta. A resposta NA (não se aplica) está disponível quando os fatores analisados dependem de condições circunstanciais locais. A opção SI (sem informações) está disponível quando não se pode responder com base na observação da exposição ou não se tem informações sobre os processos de tomada de decisão.

Nome da área protegida:

Local de instalação:

Ambiente: interno externo

Tipo de exposição: permanente temporária itinerante

Fase de implantação: pré-projeto projeto instalada há ____ anos

A – Aspectos de planejamento

1. Quanto ao alinhamento aos documentos de planejamento

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5	NA	SI
utiliza como referência o plano de manejo/ plano de ordenamento.								
utiliza como referência o plano de uso público ou outro documento de planejamento da visitação.								

está de acordo com plano, programa ou projeto interpretativo da área.								
segue um projeto interpretativo específico.								
está alinhada às diretrizes institucionais para interpretação ambiental								

NA = não se aplica quando a área protegida não dispõe de tal documento

2. Quanto aos objetivos	0	1	2	3	4	5	SI
O objetivo geral (finalidade) da exposição está claro.							
Os objetivos específicos (resultados esperados) da exposição estão elaborados de forma clara.							
Os objetivos interpretativos estão definidos claramente e alinhados aos demais objetivos da exposição.							
Os objetivos foram definidos por um grupo de pessoas com conhecimento sobre a área protegida.							
Os objetivos foram definidos após a consulta a diferentes atores (equipe, comunidade local, pesquisadores, prestadores de serviço, visitantes...).							

3. Quanto ao conhecimento sobre o público

A exposição/o projeto expositivo utiliza informações:	0	1	2	3	4	5	SI
sobre o público visitante, baseadas na experiência da equipe que trabalha no atendimento à visitação.							
sobre o público, obtidas em pesquisas de satisfação do visitante.							
sobre os interesses e as necessidades de informação do público, obtidas em pesquisas específicas.							
sobre perfil, interesses e necessidades de informação do público, obtidas de forma indireta*							

* exemplos de fontes indiretas de informação sobre o público: consulta aos prestadores de serviços de apoio à visitação, comentários em redes sociais e avaliações de sites de viagens, documentos publicados por órgãos oficiais de turismo etc.

4. Quanto ao envolvimento de comunidades locais e outras parcerias

O planejamento/desenvolvimento da exposição/do projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5	NA	SI
estimulou a participação organizada e intencional da comunidade local (por exemplo oficinas, reuniões, entrevistas etc.).								
estimulou a participação organizada e intencional de entidades parceiras e colaboradores não locais (por exemplo fotógrafos, observadores de aves, pesquisadores etc.).								
solicitou/obteve apoio eventual da comunidade local.								
solicitou/obteve apoio eventual de entidades parceiras e colaboradores não locais.								

NA = alguns itens podem não ser aplicáveis em caso de exposições temporárias/itinerantes com temas muito específicos

B – Aspectos físicos do espaço expositivo

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5	NA
está/será instalada em espaço adequado ao volume de visitantes recebido/estimado para diferentes épocas do ano.							
aproveita/oferece soluções apropriadas para a iluminação natural							
emprega/propõe uso adequado de iluminação artificial							
aproveita/oferece soluções apropriadas para a ventilação e climatização ambiente							
utiliza/prevê materiais com especificações adequadas às condições climáticas do local							
utiliza/prevê o uso de tecnologias compatíveis com as condições climáticas do local							

NA = alguns itens podem não ser aplicáveis em caso de exposições em ambientes abertos, por exemplo.

C – Aspectos de acessibilidade e inclusão

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
contempla, pelo menos, um idioma além do oficial do país onde está instalada.						
oferece soluções apropriadas para facilitar a compreensão por visitantes de diferentes nacionalidades.						
oferece soluções apropriadas para que pessoas de diferentes contextos socioculturais tenham uma experiência completa na exposição.						
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências motoras e mobilidade reduzida tenham uma experiência completa na exposição.						
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências visuais tenham uma experiência completa na exposição.						
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências auditivas tenham uma experiência completa na exposição.						
oferece soluções apropriadas para que pessoas com diferentes tipos de deficiências cognitivas tenham uma experiência completa na exposição.						

D – Aspectos de *Design*

1. Quanto à ambientação e à orientação espacial

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
oferece um ambiente amigável e convidativo						
possui espaço de circulação adequado, propiciando uma visita confortável e no tempo escolhido pelo visitante.						
favorece a atenção e o foco do visitante.						
possui um arranjo que transmite a sensação de continuidade e favorece a orientação espacial do visitante, tornando mais fácil/intuitivo seguir o roteiro expositivo.						

tem um percurso simples ou dispõe de sinalização indicativa de trajeto e acessos internos, de forma suficiente e clara, auxiliando a orientação espacial do visitante.						
pode ser percorrida sem que o visitante se sinta cansado e/ou dispõe de pontos de descanso integrados ao ambiente expositivo						

2. Quanto à orientação cognitiva

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
é organizada por assuntos/tópicos.						
desenvolve uma narrativa que auxilia o visitante a compreender a integração entre os assuntos.						
a distribuição e a combinação dos elementos expositivos facilitam a construção da linha de raciocínio pelo visitante.						

3. Quanto ao estímulo ao engajamento e ao estado ativo de atenção

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
oferece oportunidades de <u>interação física</u> entre o visitante e determinados elementos expositivos						
oferece oportunidades de <u>interação cognitiva ativa</u> entre o visitante e determinados elementos expositivos						
utiliza vários meios para transmitir as mensagens						
estimula diferentes sentidos*						
oferece atividades imersivas						
dispõe de recursos tecnológicos automatizados e/ou que são comandados pela equipe.						
dispõe de recursos tecnológicos que podem ser acionados pelo visitante conforme seu interesse.						
utiliza recursos digitais que permitem ao visitante interagir com a exposição utilizando seu próprio telefone ou <i>tablet</i>						

* marque o número correspondente a quantos sentidos são estimulados

4. Quanto aos elementos textuais

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
utiliza uma hierarquia de títulos, subtítulos, legendas e textos de desenvolvimento do assunto que ajudam a atrair a atenção do visitante.						
associa os elementos textuais aos objetos tridimensionais em exibição, auxiliando a observação, apreciação e compreensão.						
emprega linguagem e estilos de redação adequados ao público, facilitando a compreensão.						
apresenta a mensagem em blocos de textos curtos						
estabelece um diálogo simbólico com o visitante						
programa os textos de forma a minimizar o esforço do visitante (tamanho de letras adequado, posição confortável, contraste adequado com o fundo)						

E – Aspectos de interpretação ambiental

1. Quanto à interpretação dos recursos e à qualidade da experiência do visitante

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
está organizada em <u>temas interpretativos</u> bem definidos.						
apresenta os temas de forma relevante para o público (vai ao encontro das principais curiosidades e expectativas).						
estimula a conexão entre os aspectos tangíveis e intangíveis do que está sendo mostrado.						
desenvolve uma narrativa apoiada em diferentes meios, favorecendo a interligação entre todos os temas.						
estabelece uma relação entre o recurso protegido e a realidade do público (por meio de exemplos, metáforas, comparações etc.)						
oferece mensagens baseadas no patrimônio e no local protegidos.						
contém mensagens emocionais apoiadas nos aspectos intangíveis do patrimônio local protegido.						
contém mensagens cognitivas apresentadas em linguagem adequada ao público.						
possui elementos que questionam conceitos pré-estabelecidos (dissonância cognitiva).						
propõe questões e estimula o raciocínio e a reflexão, ao invés de expor a informação.						
proporciona oportunidades de cocriação da experiência.						
instiga a curiosidade do visitante.						
oferece a interpretação em camadas, permitindo ao visitante aprofundar os temas que mais lhe interessarem.						
apresenta múltiplas perspectivas sobre o patrimônio protegido (por exemplo: do órgão gestor e da comunidade local, ambiental e socioeconômica, natural e cultural etc.).						
contém elementos que provocam a reflexão do visitante.						
oferece oportunidades para o visitante expressar suas ideias, emoções e interpretações sobre o que foi apresentado.						

2. Quanto ao estímulo à adoção de certos comportamentos no local e de uma ética conservacionista

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5
utiliza uma abordagem teleológica (“explicativa”) para apresentar as normas e o comportamento esperado do visitante na área protegida.						
respeita o visitante e o trata como um aliado na proteção do patrimônio.						
exemplifica os comportamentos esperados e mostra os benefícios desta ação.						
oferece sugestões simples de como o visitante pode ajudar na conservação da área protegida e dos recursos que se encontram fora dela, de forma mais ampla.						
estimula o visitante a encontrar outras formas de contribuir para a proteção do patrimônio natural e cultural.						

F – Aspectos de sustentabilidade

A exposição/o projeto expositivo:	0	1	2	3	4	5	NA	SI
é proporcional à visitação existente/projetada								
prioriza o uso de materiais disponíveis na região.								
utiliza matérias primas obtidas em conformidade com as normas vigentes.								
prioriza soluções mais eficientes do ponto de vista energético, para atingir os objetivos propostos para a exposição.								
utiliza/propõe elementos compatíveis com a capacidade de manutenção da organização responsável pela gestão da exposição								
utiliza/propõe elementos compatíveis com os serviços de manutenção disponíveis na região onde está/será instalada a exposição								
incorpora/propõe o aproveitamento de elementos da cultura local e de prestadores de serviço locais.								

NA = não se aplica quando as condições locais não permitem o cumprimento do item (por exemplo: se a região não dispõe de materiais e/ou serviços necessários para implantação da exposição, não é possível priorizar seu uso, portanto a condição não é aplicável).

G – Aspectos de gestão do espaço expositivo e de monitoramento da qualidade da experiência

	0	1	2	3	4	5	NA
O centro de visitantes/interpretação e a exposição são incluídos em sugestões de roteiros de visita e divulgados em diferentes canais que podem ser usados pelo público potencial antes da visita.							
O acesso até o centro de visitantes/interpretação está adequadamente sinalizado.							
O local onde se encontra a exposição está adequadamente identificado, facilitando a localização pelo público.							
Os recursos elétricos e eletrônicos instalados utilizam tecnologia atualizada.							
Os recursos elétricos e eletrônicos encontram-se em perfeito funcionamento.							
Os objetos expostos estão em condições adequadas de apresentação e manutenção.							
Textos, legendas, fotografias, mapas e gráficos estão em boas condições de conservação, permanecem legíveis ou com boa visualização.							
Há/está prevista a oferta de visitas guiadas (interpretação pessoal) na exposição.							
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas de diferentes países e contextos socioculturais.							
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas com diferentes tipos de deficiências.							
Existem/estão previstas ações periódicas de capacitação sobre interpretação e atendimento aos							

diferentes perfis de público dirigidas ao pessoal de apoio, voluntários, moradores locais e outros parceiros.							
Existe/está prevista a possibilidade de realização de atividades criativas de interpretação pessoal ou eventos diversos com apoio do espaço expositivo.							
É/será oferecida ao visitante a possibilidade de registrar comentários e impressões sobre sua experiência de visita à exposição.							
São realizadas/previstas pesquisas relacionadas à satisfação e preferências dos visitantes relativas à exposição.							
É realizado/está previsto o monitoramento do alcance dos resultados esperados para a exposição.							

Apêndice H Resultado dos testes de aplicação do instrumento de avaliação de exposições

Quadro H.1 Aplicação teste no caso de estudo em Portugal

1. Quanto ao alinhamento aos documentos de planeamento

Nome da área protegida: Parque Natural da Serra da Estrela	
Local de instalação: Centro de Interpretação da Torre Estrela Geopark - CITEG	
Ambiente: <input checked="" type="checkbox"/> interno <input type="checkbox"/> externo	
Tipo de exposição: <input checked="" type="checkbox"/> permanente <input type="checkbox"/> temporária <input type="checkbox"/> itinerante	
Fase de implantação: <input type="checkbox"/> pré-projeto <input type="checkbox"/> projeto <input checked="" type="checkbox"/> instalada há cerca de 20 anos	
A – Aspectos de planeamento	
1. Quanto ao alinhamento aos documentos de planeamento, a exposição/o projeto expositivo:	
utiliza como referência o plano de manejo/ plano de ordenamento.	SI
utiliza como referência o plano de uso público ou outro documento de planeamento da visitação.	SI
está de acordo com plano, programa ou projeto interpretativo da área.	SI
segue um projeto interpretativo específico.	SI
está alinhada às diretrizes institucionais para interpretação ambiental	SI
2. Quanto aos objetivos	
O objetivo geral (finalidade) da exposição está claro.	SI
Os objetivos específicos (resultados esperados) da exposição estão elaborados de forma clara.	SI
Os objetivos interpretativos estão definidos claramente e alinhados aos demais objetivos da exposição.	SI
Os objetivos foram definidos por um grupo de pessoas com conhecimento sobre a área protegida.	SI
Os objetivos foram definidos após a consulta a diferentes atores (equipe, comunidade local, pesquisadores, prestadores de serviço, visitantes...).	SI
3. Quanto ao conhecimento sobre o público, a exposição/o projeto expositivo utiliza informações:	
sobre o público visitante, baseadas na experiência da equipe que trabalha no atendimento à visitação.	SI
sobre o público, obtidas em pesquisas de satisfação do visitante.	SI
sobre os interesses e as necessidades de informação do público, obtidas em pesquisas específicas.	SI
sobre perfil, interesses e necessidades de informação do público, obtidas de forma indireta	SI
4. Quanto ao envolvimento de comunidades locais e outras parcerias, o planeamento/desenvolvimento da exposição/do projeto expositivo:	
estimulou a participação organizada e intencional da comunidade local (por exemplo oficinas, reuniões, entrevistas etc.).	SI
estimulou a participação organizada e intencional de entidades parceiras e colaboradores não locais (por exemplo fotógrafos, observadores de aves, pesquisadores etc.).	SI
solicitou/obteve apoio eventual da comunidade local.	SI
solicitou/obteve apoio eventual de entidades parceiras e colaboradores não locais.	SI
B – Aspectos físicos do espaço expositivo	
A exposição/o projeto expositivo:	
está/será instalada em espaço adequado ao volume de visitantes recebido/estimado para diferentes épocas do ano.	4

Quadro H.1 Continuação

aproveita/oferece soluções apropriadas para a iluminação natural	3
emprega/propõe uso adequado de iluminação artificial	3
aproveita/oferece soluções apropriadas para a ventilação e climatização ambiente	4
utiliza/prevê materiais com especificações adequadas às condições climáticas do local	5
utiliza/prevê o uso de tecnologias compatíveis com as condições climáticas do local	0
C – Aspectos de acessibilidade e inclusão	
A exposição/o projeto expositivo:	
contempla, pelo menos, um idioma além do oficial do país onde está instalada.	0
oferece soluções apropriadas para facilitar a compreensão por visitantes de diferentes nacionalidades.	0
oferece soluções apropriadas para que pessoas de diferentes contextos socioculturais tenham uma experiência completa na exposição.	0
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências motoras e mobilidade reduzida tenham uma experiência completa na exposição.	0
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências visuais tenham uma experiência completa na exposição.	0
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências auditivas tenham uma experiência completa na exposição.	0
oferece soluções apropriadas para que pessoas com diferentes tipos de deficiências cognitivas tenham uma experiência completa na exposição.	0
D – Aspectos de Design	
1. Quanto à ambientação e à orientação espacial, a exposição/ o projeto expositivo:	
oferece um ambiente amigável e convidativo	4
possui espaço de circulação adequado, propiciando uma visita confortável e no tempo escolhido pelo visitante.	5
favorece a atenção e o foco do visitante.	5
possui um arranjo que transmite a sensação de continuidade e favorece a orientação espacial do visitante, tornando mais fácil/intuitivo seguir o roteiro expositivo.	5
tem um percurso simples ou dispõe de sinalização indicativa de trajeto e acessos internos, de forma suficiente e clara, auxiliando a orientação espacial do visitante.	5
pode ser percorrida sem que o visitante se sinta cansado e/ou dispõe de pontos de descanso integrados ao ambiente expositivo.	5
2. Quanto à orientação cognitiva, a exposição/ o projeto expositivo:	
é organizada por assuntos/tópicos.	5
desenvolve uma narrativa que auxilia o visitante a compreender a integração entre os assuntos.	3
a distribuição e a combinação dos elementos expositivos facilitam a construção da linha de raciocínio pelo visitante.	4
3. Quanto ao estímulo ao engajamento e ao estado ativo de atenção, a exposição/o projeto expositivo	
oferece oportunidades de interação <u>física</u> entre o visitante e determinados elementos expositivos	0
oferece oportunidades de interação <u>cognitiva</u> ativa entre o visitante e determinados elementos expositivos	2
utiliza vários meios para transmitir as mensagens	2
estimula diferentes sentidos (número correspondente a quantos sentidos são estimulados)	1
oferece atividades imersivas	0
dispõe de recursos tecnológicos automatizados e/ou que são comandados pela equipe.	0

Quadro H.1 Continuação

dispõe de recursos tecnológicos que podem ser acionados pelo visitante conforme seu interesse	0
utiliza recursos digitais que permitem ao visitante interagir com a exposição utilizando seu próprio telefone ou <i>tablet</i>	0
4. Quanto aos elementos textuais, a exposição/o projeto expositivo:	
utiliza uma hierarquia de títulos, subtítulos, legendas e textos de desenvolvimento do assunto que ajudam a atrair a atenção do visitante.	1
associa os elementos textuais aos objetos tridimensionais em exibição, auxiliando a observação, apreciação e compreensão.	3
emprega linguagem e estilos de redação adequados ao público, facilitando a compreensão.	3
apresenta a mensagem em blocos de textos curtos	4
estabelece um diálogo simbólico com o visitante	1
programa os textos de forma a minimizar o esforço do visitante (tamanho de letras adequado, posição confortável, contraste adequado com o fundo)	2
E – Aspectos de interpretação ambiental	
1. Quanto à interpretação dos recursos e à qualidade da experiência do visitante, a exposição/o projeto expositivo:	
está organizada em <u>temas interpretativos</u> bem definidos.	SI
apresenta os temas de forma relevante para o público (vai ao encontro das principais curiosidades e expectativas).	3
estimula a conexão entre os aspectos tangíveis e intangíveis do que está sendo mostrado.	2
desenvolve uma narrativa apoiada em diferentes meios, favorecendo a interligação entre todos os temas.	0
estabelece uma relação entre o recurso protegido e a realidade do público (por meio de exemplos, metáforas, comparações etc.)	2
oferece mensagens baseadas no patrimônio e no local protegidos.	5
contém mensagens emocionais apoiadas nos aspectos intangíveis do patrimônio local protegido.	1
contém mensagens cognitivas apresentadas em linguagem adequada ao público.	3
possui elementos que questionam conceitos pré-estabelecidos (dissonância cognitiva).	2
propõe questões e estimula o raciocínio e a reflexão, ao invés de expor a informação.	0
proporciona oportunidades de cocriação da experiência.	0
instiga a curiosidade do visitante.	0
oferece a interpretação em camadas, permitindo ao visitante aprofundar os temas que mais lhe interessar.	1
apresenta múltiplas perspectivas sobre o patrimônio protegido (por exemplo: do órgão gestor e da comunidade local, ambiental e socioeconômica, natural e cultural etc.).	3
contém elementos que provocam a reflexão do visitante.	1
oferece oportunidades para o visitante expressar suas ideias, emoções e interpretações sobre o que foi apresentado.	0
2. Quanto ao estímulo à adoção de certos comportamentos no local e de uma ética conservacionista, a exposição/o projeto expositivo:	
utiliza uma abordagem teleológica (“explicativa”) para apresentar as normas e o comportamento esperado do visitante na área protegida.	0
respeita o visitante e o trata como um aliado na proteção do patrimônio.	1
exemplifica os comportamentos esperados e mostra os benefícios desta ação.	0
oferece sugestões simples de como o visitante pode ajudar na conservação da área protegida e dos recursos que se encontram fora dela, de forma mais ampla.	0
estimula o visitante a encontrar outras formas de contribuir para a proteção do patrimônio natural e cultural.	0

Quadro H.1 Continuação

F – Aspectos de sustentabilidade	
A exposição/o projeto expositivo:	
é proporcional à visitação existente/projetada	4
prioriza o uso de materiais disponíveis na região.	SI
utiliza matérias primas obtidas em conformidade com as normas vigentes.	NA
prioriza soluções mais eficientes do ponto de vista energético, para atingir os objetivos propostos para a exposição.	SI
utiliza/propõe elementos compatíveis com a capacidade de manutenção da organização responsável pela gestão da exposição	5
utiliza/propõe elementos compatíveis com os serviços de manutenção disponíveis na região onde está/será instalada a exposição	5
incorpora/propõe o aproveitamento de elementos da cultura local e de prestadores de serviço locais.	SI
G – Aspectos de gestão do espaço expositivo e de monitoramento da qualidade da experiência	
O centro de visitantes/interpretação e a exposição são incluídos em sugestões de roteiros de visita e divulgados em diferentes canais que podem ser usados pelo público potencial antes da visita.	4
O acesso até o centro de visitantes/interpretação está adequadamente sinalizado.	0
O local onde se encontra a exposição está adequadamente identificado, facilitando a localização pelo público.	0
Os recursos elétricos e eletrônicos instalados utilizam tecnologia atualizada.	NA
Os recursos elétricos e eletrônicos encontram-se em perfeito funcionamento.	NA
Os objetos expostos estão em condições adequadas de apresentação e manutenção.	5
Textos, legendas, fotografias, mapas e gráficos estão em boas condições de conservação, permanecem legíveis ou com boa visualização.	5
Há/está prevista a oferta de visitas guiadas (interpretação pessoal).	4
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas de diferentes países e contextos socioculturais.	SI
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas com diferentes tipos de deficiências.	SI
Existem/estão previstas ações periódicas de capacitação sobre interpretação e atendimento aos diferentes perfis de público dirigidas ao pessoal de apoio, voluntários, moradores locais e outros parceiros.	SI
Existe/está prevista a possibilidade de realização de atividades criativas de interpretação pessoal ou eventos diversos com apoio do espaço expositivo.	0
É/será oferecida ao visitante a possibilidade de registrar comentários e impressões sobre sua experiência de visita à exposição.	0
São realizadas/previstas pesquisas relacionadas à satisfação e preferências dos visitantes relativas à exposição.	0
É realizado/está previsto o monitoramento do alcance dos resultados esperados para a exposição.	0

Cada item foi analisado segundo uma escala de pontuação crescente, onde:
 0 = nada / 1 = muito pouco / 2 = pouco / 3 = razoável / 4 = bom / 5 = ótimo
 NA = não se aplica / SI = sem informações

Fonte: Elaboração própria

Quadro H.2 Aplicação teste no caso de estudo no Brasil

Nome da área protegida: Parque Nacional de Itatiaia	
Local de instalação: Centro de visitantes (ambiente principal)	
Ambiente: <input checked="" type="checkbox"/> interno <input type="checkbox"/> externo	
Tipo de exposição: <input checked="" type="checkbox"/> permanente <input type="checkbox"/> temporária <input type="checkbox"/> itinerante	
Fase de implantação: <input type="checkbox"/> pré-projeto <input type="checkbox"/> projeto <input checked="" type="checkbox"/> instalada há 3 anos	
A – Aspectos de planejamento	
1. Quanto ao alinhamento aos documentos de planejamento, a exposição/o projeto expositivo:	
utiliza como referência o plano de manejo/ plano de ordenamento.	SI
utiliza como referência o plano de uso público ou outro documento de planejamento da visitação.	SI
está de acordo com plano, programa ou projeto interpretativo da área.	SI
segue um projeto interpretativo específico.	SI
está alinhada às diretrizes institucionais para interpretação ambiental	SI
2. Quanto aos objetivos	
O objetivo geral (finalidade) da exposição está claro.	SI
Os objetivos específicos (resultados esperados) da exposição estão elaborados de forma clara.	SI
Os objetivos interpretativos estão definidos claramente e alinhados aos demais objetivos da exposição.	SI
Os objetivos foram definidos por um grupo de pessoas com conhecimento sobre a área protegida.	SI
Os objetivos foram definidos após a consulta a diferentes atores (equipe, comunidade local, pesquisadores, prestadores de serviço, visitantes...).	SI
3. Quanto ao conhecimento sobre o público, a exposição/o projeto expositivo utiliza informações:	
sobre o público visitante, baseadas na experiência da equipe que trabalha no atendimento à visitação.	SI
sobre o público, obtidas em pesquisas de satisfação do visitante.	SI
sobre os interesses e as necessidades de informação do público, obtidas em pesquisas específicas.	SI
sobre perfil, interesses e necessidades de informação do público, obtidas de forma indireta	SI
4. Quanto ao envolvimento de comunidades locais e outras parcerias, o planejamento/desenvolvimento da exposição/do projeto expositivo:	
estimulou a participação organizada e intencional da comunidade local (por exemplo oficinas, reuniões, entrevistas etc.).	SI
estimulou a participação organizada e intencional de entidades parceiras e colaboradores não locais (por exemplo fotógrafos, observadores de aves, pesquisadores etc.).	SI
solicitou/obteve apoio eventual da comunidade local.	SI
solicitou/obteve apoio eventual de entidades parceiras e colaboradores não locais.	SI
B – Aspectos físicos do espaço expositivo	
A exposição/o projeto expositivo:	
está/será instalada em espaço adequado ao volume de visitantes recebido/estimado para diferentes épocas do ano.	5
aproveita/oferece soluções apropriadas para a iluminação natural	2
emprega/propõe uso adequado de iluminação artificial	5
aproveita/oferece soluções apropriadas para a ventilação e climatização ambiente	4
utiliza/prevê materiais com especificações adequadas às condições climáticas do local	4
utiliza/prevê o uso de tecnologias compatíveis com as condições climáticas do local	5

Quadro H.2 Continuação

C – Aspectos de acessibilidade e inclusão	
A exposição/o projeto expositivo:	
contempla, pelo menos, um idioma além do oficial do país onde está instalada.	3
oferece soluções apropriadas para facilitar a compreensão por visitantes de diferentes nacionalidades.	3
oferece soluções apropriadas para que pessoas de diferentes contextos socioculturais tenham uma experiência completa na exposição.	3
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências motoras e mobilidade reduzida tenham uma experiência completa na exposição.	4
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências visuais tenham uma experiência completa na exposição.	4
oferece soluções apropriadas para que pessoas com deficiências auditivas tenham uma experiência completa na exposição.	4
oferece soluções apropriadas para que pessoas com diferentes tipos de deficiências cognitivas tenham uma experiência completa na exposição.	3
D – Aspectos de Design	
1. Quanto à ambientação e à orientação espacial, a exposição/ o projeto expositivo:	
oferece um ambiente amigável e convidativo	5
possui espaço de circulação adequado, propiciando uma visita confortável e no tempo escolhido pelo visitante.	5
favorece a atenção e o foco do visitante.	5
possui um arranjo que transmite a sensação de continuidade e favorece a orientação espacial do visitante, tornando mais fácil/intuitivo seguir o roteiro expositivo.	4
tem um percurso simples ou dispõe de sinalização indicativa de trajeto e acessos internos, de forma suficiente e clara, auxiliando a orientação espacial do visitante.	2
pode ser percorrida sem que o visitante se sinta cansado e/ou dispõe de pontos de descanso integrados ao ambiente expositivo.	4
2. Quanto à orientação cognitiva, a exposição/ o projeto expositivo:	
é organizada por assuntos/tópicos.	5
desenvolve uma narrativa que auxilia o visitante a compreender a integração entre os assuntos.	2
a distribuição e a combinação dos elementos expositivos facilitam a construção da linha de raciocínio pelo visitante.	3
3. Quanto ao estímulo ao engajamento e ao estado ativo de atenção, a exposição/o projeto expositivo	
oferece oportunidades de interação <u>física</u> entre o visitante e determinados elementos expositivos	3
oferece oportunidades de interação <u>cognitiva</u> ativa entre o visitante e determinados elementos expositivos	3
utiliza vários meios para transmitir as mensagens	4
estimula diferentes sentidos (número correspondente a quantos sentidos são estimulados)	3
oferece atividades imersivas	4
dispõe de recursos tecnológicos automatizados e/ou que são comandados pela equipe.	4
dispõe de recursos tecnológicos que podem ser acionados pelo visitante conforme seu interesse.	4
utiliza recursos digitais que permitem ao visitante interagir com a exposição utilizando seu próprio telefone ou <i>tablet</i>	0
4. Quanto aos elementos textuais, a exposição/o projeto expositivo:	
utiliza uma hierarquia de títulos, subtítulos, legendas e textos de desenvolvimento do assunto que ajudam a atrair a atenção do visitante.	2

Quadro H.2 Continuação

associa os elementos textuais aos objetos tridimensionais em exibição, auxiliando a observação, apreciação e compreensão.	3
emprega linguagem e estilos de redação adequados ao público, facilitando a compreensão.	3
apresenta a mensagem em blocos de textos curtos	4
estabelece um diálogo simbólico com o visitante	1
programa os textos de forma a minimizar o esforço do visitante (tamanho de letras adequado, posição confortável, contraste adequado com o fundo)	5
E – Aspectos de interpretação ambiental	
1. Quanto à interpretação dos recursos e à qualidade da experiência do visitante, a exposição/o projeto expositivo:	
está organizada em <u>temas interpretativos</u> bem definidos.	SI
apresenta os temas de forma relevante para o público (vai ao encontro das principais curiosidades e expectativas).	3
estimula a conexão entre os aspectos tangíveis e intangíveis do que está sendo mostrado.	2
desenvolve uma narrativa apoiada em diferentes meios, favorecendo a interligação entre todos os temas.	2
estabelece uma relação entre o recurso protegido e a realidade do público (por meio de exemplos, metáforas, comparações etc.)	2
oferece mensagens baseadas no patrimônio e no local protegidos.	5
contém mensagens emocionais apoiadas nos aspectos intangíveis do patrimônio local protegido.	1
contém mensagens cognitivas apresentadas em linguagem adequada ao público.	3
possui elementos que questionam conceitos pré-estabelecidos (dissonância cognitiva).	0
propõe questões e estimula o raciocínio e a reflexão, ao invés de expor a informação.	0
proporciona oportunidades de cocriação da experiência.	4
instiga a curiosidade do visitante.	1
oferece a interpretação em camadas, permitindo ao visitante aprofundar os temas que mais lhe interessar.	1
apresenta múltiplas perspectivas sobre o patrimônio protegido (por exemplo: do órgão gestor e da comunidade local, ambiental e socioeconômica, natural e cultural etc.).	1
contém elementos que provocam a reflexão do visitante.	2
oferece oportunidades para o visitante expressar suas ideias, emoções e interpretações sobre o que foi apresentado.	0
2. Quanto ao estímulo à adoção de certos comportamentos no local e de uma ética conservacionista, a exposição/o projeto expositivo:	
utiliza uma abordagem teleológica (“explicativa”) para apresentar as normas e o comportamento esperado do visitante na área protegida.	0
respeita o visitante e o trata como um aliado na proteção do patrimônio.	0
exemplifica os comportamentos esperados e mostra os benefícios desta ação.	0
oferece sugestões simples de como o visitante pode ajudar na conservação da área protegida e dos recursos que se encontram fora dela, de forma mais ampla.	0
estimula o visitante a encontrar outras formas de contribuir para a proteção do patrimônio natural e cultural.	0
F – Aspectos de sustentabilidade	
A exposição/o projeto expositivo:	
é proporcional à visitação existente/projetada	5
prioriza o uso de materiais disponíveis na região.	NA
utiliza matérias primas obtidas em conformidade com as normas vigentes.	NA

Quadro H.2 Continuação

prioriza soluções mais eficientes do ponto de vista energético, para atingir os objetivos propostos para a exposição.	SI
utiliza/propõe elementos compatíveis com a capacidade de manutenção da organização responsável pela gestão da exposição	4
utiliza/propõe elementos compatíveis com os serviços de manutenção disponíveis na região onde está/será instalada a exposição	5
incorpora/propõe o aproveitamento de elementos da cultura local e de prestadores de serviço locais.	SI
G – Aspectos de gestão do espaço expositivo e de monitoramento da qualidade da experiência	
O centro de visitantes/interpretação e a exposição são incluídos em sugestões de roteiros de visita e divulgados em diferentes canais que podem ser usados pelo público potencial antes da visita.	4
O acesso até o centro de visitantes/interpretação está adequadamente sinalizado.	4
O local onde se encontra a exposição está adequadamente identificado, facilitando a localização pelo público.	5
Os recursos elétricos e eletrônicos instalados utilizam tecnologia atualizada.	5
Os recursos elétricos e eletrônicos encontram-se em perfeito funcionamento.	5
Os objetos expostos estão em condições adequadas de apresentação e manutenção.	4
Textos, legendas, fotografias, mapas e gráficos estão em boas condições de conservação, permanecem legíveis ou com boa visualização.	5
Há/está prevista a oferta de visitas guiadas (interpretação pessoal).	4
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas de diferentes países e contextos socioculturais.	3
Existe/está prevista a presença de pessoal de apoio capacitado para atender pessoas com diferentes tipos de deficiências.	2
Existem/estão previstas ações periódicas de capacitação sobre interpretação e atendimento aos diferentes perfis de público dirigidas ao pessoal de apoio, voluntários, moradores locais e outros parceiros.	SI
Existe/está prevista a possibilidade de realização de atividades criativas de interpretação pessoal ou eventos diversos com apoio do espaço expositivo.	SI
É/será oferecida ao visitante a possibilidade de registrar comentários e impressões sobre sua experiência de visita à exposição.	1
São realizadas/previstas pesquisas relacionadas à satisfação e preferências dos visitantes relativas à exposição.	0
É realizado/está previsto o monitoramento do alcance dos resultados esperados para a exposição.	0

Cada item foi analisado segundo uma escala de pontuação crescente, onde:
 0 = nada / 1 = muito pouco / 2 = pouco / 3 = razoável / 4 = bom / 5 = ótimo
 NA = não se aplica / SI = sem informações

Fonte: Elaboração própria

Apêndice I Relação dos documentos de planeamento de AP analisados no estudo empírico

Quadro I.1 Relação de Regulamentos de planos de ordenamento de áreas protegidas analisados

Tipologia	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Parque Nacional	Peneda-Gerês	Primeiro	1995	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1995/11/261B00/68966903.pdf
Parque Nacional	Peneda-Gerês	Revisão	2011	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2011/02/02501/0000200030.pdf
Parque Natural	Alvão	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/04/06800/0208402098.pdf
Parque Natural	Arrábida	Primeiro	1980	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1980/01/00702/00110016.pdf
Parque Natural	Arrábida	Revisão	2005	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/08/161B00/48574874.pdf
Parque Natural	Douro Internacional	Primeiro	2005	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/07/144B00/43844404.pdf
Parque Natural	Litoral Norte	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2008/11/22800/0829808314.pdf
Parque Natural	Montesinho	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0836408396.PDF
Parque Natural	Ria Formosa	Primeiro	1991	http://dre.pt/pdf1sdip/1991/01/020b00/04260432.PDF
Parque Natural	Ria Formosa	Revisão	2009	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2009/09/17000/0581105848.pdf
Parque Natural	Serra da Estrela	Primeiro	1990	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1990/07/17000/30743078.pdf
Parque Natural	Serra da Estrela	Revisão	2009	https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2009/09/17500/0612906148.pdf
Parque Natural	Serra de São Mamede	Primeiro	2005	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/056B00/24492470.PDF
Parque Natural	Serras de Aire e Candeeiros	Primeiro	1988	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1988/01/00900/00790082.pdf
Parque Natural	Serras de Aire e Candeeiros	Revisão	2010	https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2010/08/15600/0340303422.pdf
Parque Natural	Sintra-Cascais	Primeiro	1994	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1994/03/059B00/12281235.pdf
Parque Natural	Sintra-Cascais	Revisão	2004	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2004/01/006B01/00020021.pdf
Parque Natural	Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Primeiro	1995	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1995/12/284B00/77267733.pdf
Parque Natural	Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Revisão	2011	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2011/02/02501/0003100067.pdf
Parque Natural	Tejo Internacional	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0831508332.PDF
Parque Natural	Vale do Guadiana	Primeiro	2004	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2004/11/264B00/66596673.pdf
Reserva Natural	Berlengas	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0839708411.pdf
Reserva Natural	Dunas de São Jacinto	Primeiro	2005	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/056B00/24432448.pdf
Reserva Natural	Estuário do Tejo	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0833208347.pdf
Reserva Natural	Estuário do Sado	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0842808444.pdf
Reserva Natural	Lagoas de Santo André e da Sancha	Primeiro	2007	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/08/16200/0561205628.pdf
Reserva Natural	Paul de Arzila	Primeiro	2004	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2004/06/143B00/37303736.pdf

Quadro I.1 Continuação

Tipologia	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Reserva Natural	Paul do Boquilobo	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/03/05600/0161201619.pdf
Reserva Natural	Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	Primeiro	1978	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1978/06/14300/11041106.pdf
Reserva Natural	Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	Revisão	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0841208428.pdf
Reserva Natural	Serra da Malcata	Primeiro	2005	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/061B00/26482657.pdf
Paisagem Protegida	Arriba Fóssil da Costa da Caparica	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0834808363.pdf
Paisagem Protegida	Serra do Açor	Primeiro	2008	https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/11/22800/0844508454.PDF

Fonte: Elaboração própria. Os documentos foram acessados em novembro de 2019.

Quadro I.2 Relação de documentos de planejamento de unidades de conservação federais analisados – documentos elaborados para uma UC

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Área de Proteção Ambiental	Anhatomirim	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_anhatomirim_pm_enc3.pdf
Área de Proteção Ambiental	Bacia do Rio Descoberto	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_bacia_do_rio_descoberto_pm_encartes_12_e_3.pdf
Área de Proteção Ambiental	Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_bacia_rio_sao_joao.pdf
Área de Proteção Ambiental	Baleia Franca	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_apa_da_baleia_franca.pdf
Área de Proteção Ambiental	Cairuçu	Primeiro	2005	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Área de Proteção Ambiental	Cananeia-Iguape-Peruíbe	Revisão	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_apa_cananeia_iguape_peruibe.pdf
Área de Proteção Ambiental	Carste de Lagoa Santa	Primeiro	1998	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_carste_lagoa_santa.pdf
Área de Proteção Ambiental	Costa dos Corais	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_costa_corais_pm.pdf
Área de Proteção Ambiental	Delta do Parnaíba	Primeiro	1998	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_delta_parnaiba.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Área de Proteção Ambiental	Fernando de Noronha, Rocas, S. Pedro e S. Paulo	Primeiro	2005	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Área de Proteção Ambiental	Fernando de Noronha, Rocas, S. Pedro e S. Paulo	Revisão	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Portaria-plano-de-manejo/plano_de_manejo_apa_fernando_de_noronha_rocas_sao_pedro_sao_paulo.pdf
Área de Proteção Ambiental	Guapi-Mirim	Primeiro	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_guapi_mirim.pdf
Área de Proteção Ambiental	Guaraqueçaba	Primeiro	1995	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_guaraquecaba.pdf
Área de Proteção Ambiental	Ibirapuitã	Primeiro	1998	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_ibirapuita.pdf
Área de Proteção Ambiental	Igarapé Gelado	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_plano_de_manejo_Apa_Igarape_Gelado.pdf
Área de Proteção Ambiental	Morro da Pedreira	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/PM_da_APA_Morro_da_Pedreira1.pdf
Área de Proteção Ambiental	Piaçabuçu	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_piacabucu.pdf
Área de Proteção Ambiental	Planalto Central	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_planalto_central_pm_encarte_3.pdf
Área de Proteção Ambiental	Região Serrana de Petrópolis	Primeiro	2007	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_petropolis.pdf
Área de Proteção Ambiental	Serra da Ibiapaba	Primeiro	1998	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_gestao_apa_da_serra_da_ibiapaba.pdf
Área de Proteção Ambiental	Serra da Mantiqueira	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_serra_da_mantiqueira_2018.pdf
Área de Relevante Interesse Ecológico	Floresta da Cicuta	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Arie_Floresta_da_Cicuta_oficial.pdf
Área de Relevante Interesse Ecológico	Mata de Santa Genebra	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/arie_mata_de_santa_genebra.pdf
Área de Relevante Interesse Ecológico	Serra da Abelha	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_plano_de_manejo_Arie_Serra_da_Abelha.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Estação Ecológica	Aracuri-Esmeralda	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encarte_2.pdf http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encartes_4.pdf
Estação Ecológica	Carijós	Primeiro	2003	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Estação Ecológica	Carijós	Revisão	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/eseec/1-monitoria_pm_eseec_Carijos_final.pdf
Estação Ecológica	Cuniã	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_menejo_eseec_de_cunia_2018.pdf
Estação Ecológica	Guanabara	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/planejamento_ga.pdf
Estação Ecológica	Juami-Japurá	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_eseec_juami_japura-planejamento.pdf
Estação Ecológica	Maracá	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/eseec_maraca_pm_completo.pdf
Estação Ecológica	Maracá-Jipioca	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Portaria-plano-de-manejo/plano_de_manejo_eseec_maraca_jipioca_icmbio.pdf
Estação Ecológica	Mico-Leão-Preto	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/eseec_mico_leao_preto.pdf
Estação Ecológica	Murici	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_planejamento_eseec_de_murici.pdf
Estação Ecológica	Niquiá	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/volume_II_planejamento_plano_de_manejo_eseec_niquia.pdf
Estação Ecológica	Pirapitinga	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/eseec_pirapitinga_pm.pdf
Estação Ecológica	Raso da Catarina	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/eseec_raso_da_catarina.pdf
Estação Ecológica	Rio Acre	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/eseec_rio_acre.pdf
Estação Ecológica	Seridó	Primeiro	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte%204_s.pdf
Estação Ecológica	Serra das Araras	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Esec_Serra_das_Araras.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Estação Ecológica	Serra Geral do Tocantins	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/esec_serra_geral_do_tocantins.pdf
Estação Ecológica	Taiamã	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_esec_taiama_vs_070617.pdf
Estação Ecológica	Tamoios	Primeiro	2006	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Encarte6esec_tamoios.pdf
Estação Ecológica	Terra do Meio	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Esec_d_a_Terra_do_Meio.pdf
Estação Ecológica	Tupiniquins	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esec_tupiniquins.pdf
Floresta Nacional	Altamira	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_altamira_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Amana	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_amana_vol2_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Amapá	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Flona_Amapa_volumeII.pdf
Floresta Nacional	Araripe-Apodi	Primeiro	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_araripe_pm_sum2.pdf
Floresta Nacional	Assungui	Revisão	2019	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_floresta_nacional_de_assungui_volume2.pdf
Floresta Nacional	Balata-Tufari	Primeiro	2019	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_flona_de_balata_tufari.pdf
Floresta Nacional	Brasília	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_plano_de_manejo_Flona_de_Brasilia.pdf
Floresta Nacional	Canela	Primeiro	1989	Fornecido pela Floresta Nacional de Canela (ICMBio)
Floresta Nacional	Canela	Revisão	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Volume_II_Planejamento_FN_Canela.pdf
Floresta Nacional	Capão Bonito	Revisão	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Portaria-plano-de-manejo/plano_de_manejo_flona_de_capao_bonito_vol2_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Carajás	Revisão	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/DCOM_ICMBio_plano_de_manejo_Flona_Carajas_volume_II.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Floresta Nacional	Caxiuana	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pmFlona_caixuna_ii.zip
Floresta Nacional	Chapecó	Revisão	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_chapeco_pm_vol2.pdf
Floresta Nacional	Contendas do Sincorá	Primeiro	2006	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/contendas_do_sincora.pdf
Floresta Nacional	Crepori	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/crepori_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Goytacazes	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/volumeII-planejamento_flona_Goytacazes.pdf
Floresta Nacional	Humaitá	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_vol_2_planejamento_flona_de_humaita.pdf
Floresta Nacional	Ibirama	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_ibiramaaa.pdf
Floresta Nacional	Ibura	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_ICMBio_plano_de_manejo_Flona_do_Ibura_volume_II_diagnostico.pdf
Floresta Nacional	Ipanema	Primeiro	2003	Fornecido pela Floresta Nacional de Ipanema (ICMBio)
Floresta Nacional	Ipanema	Revisão	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/pm_flona_de_ipanema_vol_I_diagnostico.pdf http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/pm_flona_de_ipanema_vol_II_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Irati	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_irati_vol2_pm.pdf
Floresta Nacional	Jacundá	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_jacunda_pm_vol2.pdf
Floresta Nacional	Jamxim	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Jamxim_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Jamari	Primeiro	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_jamari_pm_planejamento.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Floresta Nacional	Lorena	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/DCOM_plano_de_manejo_Flona_de_Lorena_volume_I.pdf http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/DCOM_plano_de_manejo_Flona_de_Lorena_volume_II.pdf
Floresta Nacional	Mapiá-Inauini	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_mapia_inauini_pm.pdf
Floresta Nacional	Nísia Floresta	Revisão	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Volume_II_Planejamento_27jul12.pdf
Floresta Nacional	Pacotuba	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Volume_II_Pacotuba_Junho_2011.pdf
Floresta Nacional	Passa Quatro	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Flona_Passa_Quatro_Vol_III_planejamento.pdf
Floresta Nacional	Passo Fundo	Revisão	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Vol_II_PF_abril_2012_final.pdf
Floresta Nacional	Pau-rosa	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_fona_de_pau_rosa_vol_II.pdf
Floresta Nacional	Pirai do Sul	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Flona_Pirai_do_Sul.pdf
Floresta Nacional	Purus	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_purus.pdf
Floresta Nacional	Restinga de Cabedelo	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Plano_de_manejo_Flona_Restinga_de_Cabedelo.pdf
Floresta Nacional	Rio Preto	Primeiro	1999	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_rio_preto_pm.pdf
Floresta Nacional	Ritópolis	Primeiro	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_ritapolis_planejamento.pdf
Floresta Nacional	São Francisco de Paula	Primeiro	1989	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_de_sao_francisco_de_paula_pm.pdf
Floresta Nacional	Saracá-Taquera	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_saraca_taquera.pdf
Floresta Nacional	Silvânia	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_silvania_pm_volume_2.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Floresta Nacional	Tapajós	Primeiro	2005	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Floresta Nacional	Tapajós	Revisão	2019	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_flona_do_tapaj%C3%B3s_2019_vol2.pdf
Floresta Nacional	Tapirapé-Aquiri	Primeiro	2006	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapirape-aquiri.pdf
Floresta Nacional	Tefé	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Flona_de_Tefe_VolumeII.pdf
Floresta Nacional	Trairão	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pn_flona_trairao_final.pdf
Floresta Nacional	Três Barras	Revisão	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Flona_Tres_Barras_vol_II.pdf
Parque Nacional	Amazônia	Primeiro	1978	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_amazonia_pm.pdf
Parque Nacional	Anavilhanas	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_manejo_parna_de_anavilhanas.pdf
Parque Nacional	Araguaia	Revisão	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_araguaiaa.pdf
Parque Nacional	Araucárias	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_araucarias_2.pdf
Parque Nacional	Brasília	Primeiro	1979	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Parque Nacional	Brasília	Revisão	1998	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20Brasilia.pdf
Parque Nacional	Cabo Orange	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte%204%20-%20PNCO.pdf
Parque Nacional	Campos Amazônicos	Primeiro	2011	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Parque Nacional	Campos Amazônicos	Revisão	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/encarte_4_planejamento_do_parna_campos_amazonicos_plano_de_majeno.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Parque Nacional	Caparaó	Primeiro	1981	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Parque Nacional	Caparaó	Revisão	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parna_Caparao.pdf
Parque Nacional	Cavernas do Peruaçu	Primeiro	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_cavernas_peruacu_pm_enc4.pdf
Parque Nacional	Chapada Diamantina	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada_diamantina.pdf
Parque Nacional	Chapada dos Guimarães	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada-dos-guimaraes.pdf
Parque Nacional	Chapada dos Veadeiros	Revisão	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_2.pdf
Parque Nacional	Descobrimento	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_descobrimento_pm_v2.pdf
Parque Nacional	e Histórico do Monte Pascoal	Primeiro	1979	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_monte_pascoal_pm.pdf
Parque Nacional	Emas	Revisão	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_emas.pdf
Parque Nacional	Grande Sertão Veredas	Primeiro	2003	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_grande_sertao_veredas.pdf
Parque Nacional	Iguaçu	Revisão	1999	Fornecido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)
Parque Nacional	Ilha Grande	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_ilha_grande_pm.pdf
Parque Nacional	Itatiaia	Primeiro	1982	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Plano_de_Manejo_Digitalizado_itatiaia.pdf
Parque Nacional	Itatiaia	Revisão	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_parna_itatiaia_enc4.pdf
Parque Nacional	Jaú	Primeiro	1998	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_jau_pm.pdf
Parque Nacional	Jericoacoara	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Planejamento.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Parque Nacional	Juruena	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Encarte4.pdf
Parque Nacional	Lagoa do Peixe	Primeiro	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_lagoa-do-peixe.pdf
Parque Nacional	Lençóis Maranhenses	Primeiro	2003	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/08ENCARTE_6.PDF
Parque Nacional	Mapinguari	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/plano_manejo_parna_mapinguari_volume_II_Planejamento.pdf
Parque Nacional	Marinho de Fernando de Noronha	Primeiro	1990	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/ PARNA MARINHA DE FERNANDO DE NORONHA.pdf
Parque Nacional	Marinho dos Abrolhos	Primeiro	1991	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_marinho_abrolhos_pm_parte2.pdf
Parque Nacional	Montanhas do Tumucumaque	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_montanhas-do-tumucumaque.pdf
Parque Nacional	Monte Roraima	Primeiro	2000	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encarte63.pdf
Parque Nacional	Nascentes do Lago Jari	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_parna_nascentes_do_lago_jari_planejamento.pdf
Parque Nacional	Pacaás Novos	Revisão	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_pacaas_novo.pdf
Parque Nacional	Pantanal Matogrossense	Primeiro	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_matogrossensee.pdf
Parque Nacional	Pau Brasil	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_plano_de_manejo_Parna_Pau_Brasil_volume_II.pdf
Parque Nacional	Restinga de Jurubatiba	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_jurutiba.pdf
Parque Nacional	Sempre Vivas	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parque_Nacional_das_Sempre_Vivas.pdf
Parque Nacional	Serra da Bocaina	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Parte_2.zip

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Parque Nacional	Serra da Bodoquena	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/encarte_4_palnodemanejo_parna_da_serra_da_bodoquena_2018.pdf
Parque Nacional	Serra da Canastra	Revisão	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_canastra_2.pdf
Parque Nacional	Serra da Cutia	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_da_cutia_pm_6_enc4.pdf
Parque Nacional	Serra da Mocidade	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/volume_II_planejamento_plano_de_manejo_parna_serra_da_mocidade.pdf
Parque Nacional	Serra das Confusões	Primeiro	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_serra_das_confusoes.pdf
Parque Nacional	Serra de Itabaiana	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Parna_Serra_de_Itabaiana.pdf
Parque Nacional	Serra do Cipó	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_serra_do_cipo_pm_encarte4.pdf
Parque Nacional	Serra do Divisor	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/PM_PN_DA_SERRA_DO_DIVISOR_Parte2_Planejamento.pdf
Parque Nacional	Serra do Itajaí	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pn_serra_do_itaja%C3%AD.pdf
Parque Nacional	Serra do Pardo	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parna_Serra_do_Pardo_18092015.pdf
Parque Nacional	Serra dos Órgãos	Revisão	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_orgaos_3.pdf
Parque Nacional	Sete Cidades	Primeiro	1979	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20SETE%20CIDADES.pdf
Parque Nacional	Tijuca	Revisão	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_tijuca_pm.pdf
Parque Nacional	Ubajara	Revisão	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/encarte6_u.pdf
Parque Nacional	Virúá	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_virua_pm_plan.pdf
Refúgio de Vida Silvestre	Campos de Palmas	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_revis_campos_de_palmas_2.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Reserva Biológica	Abufari	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano de manejo vol 2 planjamento rebio do abufari.pdf
Reserva Biológica	Atol das Rocas	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_atol-das-rocas.pdf
Reserva Biológica	Augusto Ruschi	Primeiro	1997	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_augusto-ruschi.pdf
Reserva Biológica	Comboios	Revisão	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Plano de Manejo da Rebio de Comboios.pdf
Reserva Biológica	Córrego do Veado	Primeiro	2000	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/corrego do veado pm.pdf
Reserva Biológica	Córrego Grande	Primeiro	2000	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio corrego grande pm.pdf
Reserva Biológica	Guaporé	Primeiro	1984	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio guapore pm.pdf
Reserva Biológica	Guaribas	Primeiro	2003	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_guaribas.pdf
Reserva Biológica	Gurupi	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_gurupi.pdf
Reserva Biológica	Jaru	Revisão	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_rebio_jaru_4_1.pdf
Reserva Biológica	Marinha do Arvoredo	Primeiro	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/arvoredo_plano_manejo_2.zip
Reserva Biológica	Nascentes da Serra do Cachimbo	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_nascentes_da_serra_do_cachimbo.pdf
Reserva Biológica	Pedra Talhada	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Plano de manejo Rebio Pedra Talhada.pdf
Reserva Biológica	Perobas	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/REBIO%20DAS%20PEROBAS%20-%20FINAL2.pdf
Reserva Biológica	Poço das Antas	Revisão	2005	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%203_p.pdf http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%204_p.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Reserva Biológica	Rio Trombetas	Revisão	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_trombetas.pdf
Reserva Biológica	Saltinho	Primeiro	2003	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_rebio_saltinho_encartes.pdf
Reserva Biológica	Serra Negra	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano%20de%20Manejo%20Volume%202%20-%20RBSN.20SET.2011.pdf
Reserva Biológica	Sooretama	Primeiro	1981	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio_sooretama_pm.pdf
Reserva Biológica	Tapirapé	Revisão	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/B%20-%20PM%20REBIO%20Tapirap%C3%A9%20-%20Encarte%204%20(Planejamento).pdf
Reserva Biológica	Tinguá	Primeiro	2006	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_tingua.pdf
Reserva Biológica	Uatumã	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio_uatuma_pm.pdf
Reserva Biológica	Una	Primeiro	2002	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/REBIO%20Una.pdf
Reserva Biológica	União	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/ENCARTE%204_rebio.pdf
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Itatupã-Baquiá	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/dcom_planodemanejo_rds_itatupa-baquia.pdf
Reserva Extrativista	Alto Tarauacá	Primeiro	2019	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_resex_do_alto_tarauaca_volume2.pdf
Reserva Extrativista	Arapixi	Primeiro	2010	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_arapixi.pdf
Reserva Extrativista	Auati-Paraná	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/licitacoes/2013/plano_de_manejo_da_resex_do_aupati-Parana.pdf
Reserva Extrativista	Baixo-Juruá	Primeiro	2009	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Baixo%20Juru%C3%A1.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Reserva Extrativista	Barreiro das Antas	Primeiro	2015	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex_barreiro_das_antas_pm.pdf
Reserva Extrativista	Cassurubá	Primeiro	2019	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_resex_de_cassuruba_planejamento_vol2.pdf
Reserva Extrativista	Cazumbá-Iracema	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_cazumba-iracema.pdf
Reserva Extrativista	Chico Mendes	Primeiro	2008	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_reserva_extrativista_chico_mendes.pdf
Reserva Extrativista	Corumbau	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/DCOM_ICMBio_plano_de_utilizacao_Resex_Corumbau_abril2016.pdf
Reserva Extrativista	Lago Cuniã	Primeiro	2018	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_da_resex_lago_do_cunia_2018.pdf
Reserva Extrativista	Lago do Capanã Grande	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex_lago_capana_pm.pdf
Reserva Extrativista	Mandira	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano%20Manejo%20Mandira%202010.pdf
Reserva Extrativista	Marinha de Caeté-Taperacu	Primeiro	2013	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex_caete_taperacu_pm_plan.pdf
Reserva Extrativista	Marinha de Cururupu	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_resex_marinha_de_cururupu.pdf
Reserva Extrativista	Médio Juruá	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/RESEX_M%C3%89DIO_JURU%C3%81.pdf
Reserva Extrativista	Rio Cautário	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_resex_cautario.pdf
Reserva Extrativista	Rio Iriri	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Resex%20do%20Rio%20Iriri%202011.pdf
Reserva Extrativista	Rio Jutaí	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano_de_Manejo_da_Resex_do_Rio_Juta%C3%AD_-_Vers%C3%A3o_Final_-_19-10-2012_impress%C3%A3o.pdf
Reserva Extrativista	Rio Ouro Preto	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Versao_completa_21_08_2014_com_mapas.pdf

Quadro I.2 Continuação

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Reserva Extrativista	Rio Unini	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Plano de Manejo Participativo da RESEX do Unini_set14_final.pdf
Reserva Extrativista	Rio Xingu	Primeiro	2012	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM-RESEX-Rio-Xingu-2012.pdf
Reserva Extrativista	Riozinho do Anfrísio	Primeiro	2011	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Rsx%20Riozinho%20do%20Afrisio.pdf
Reserva Extrativista	Tapajós-Arapiuns	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_tapajos_arapiuns_pm_vol4.pdf

Fonte: Elaboração própria. Documentos acessados entre os meses de março e agosto de 2019, com exceção dos planos de manejo das Reservas Extrativista de Cassurubá e de Alto Tarauacá e da Floresta Nacional Balata-Tufari, publicados no final de 2019 e acessados em março de 2020.

Quadro I.3 Relação de planos de manejo de unidades de conservação federais analisados – documentos que abordam duas UC

Categoria	Nome	Tipo	Ano	Fonte
Área de Proteção Ambiental	Barra do Rio Mamanguape	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_arie_manguezais_mamanguape2014.pdf
Área de Relevante Interesse Ecológico	Manguezais da Foz do Rio Mamanguape			
Estação Ecológica	Tupinambás	Primeiro	2017	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano de manejo esec tupinambas_revisarquipelogoalcatrazes_vol2.pdf
Refúgio de Vida Silvestre	Arquipélago de Alcatrazes			
Floresta Nacional	Itaituba I	Primeiro	2014	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_itaitubaleII_pm_v2.pdf
Floresta Nacional	Itaituba II			
Floresta Nacional	Macauã	Primeiro	2016	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano de manejo Flonas Macaua e Sao Francisco.pdf
Floresta Nacional	São Francisco			
Parque Nacional	Aparados da Serra	Revisão	2004	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_pm Parna de Aparados da Serra encarte_4.pdf
Parque Nacional	Serra Geral	Primeiro		

Fonte: Elaboração própria. Documentos acessados entre os meses de março e junho de 2019.